



FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Análise Económica do Comportamento Eleitoral em Portugal

Rodrigo Caldeira de Almeida Martins

Tese de Doutoramento na área científica de Economia, especialidade de Teoria Económica e Economia Internacional, orientada pelo Professor Doutor Francisco José Veiga e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

**COIMBRA
2010**

AGRADECIMENTOS

A investigação científica é um processo inquietante, sem dúvida acrescentando ensinamentos que vão para além do conteúdo das páginas de uma tese. O caminho que conduziu a este trabalho, com as suas encruzilhadas e solavancos, apesar de depender do estrito esforço e dedicação individuais, jamais poderia ter sido trilhado sozinho. Por isso, sou devedor a muitos que, nos mais diversos momentos e circunstâncias, com a sua amizade e apoio, me ajudaram neste percurso. A todos eles o meu obrigado.

Particularmente, gostaria de agradecer ao Professor Francisco Veiga pela sua imprescindível orientação académica. Estou profundamente grato pela amabilidade e disponibilidade que sempre manifestou e pela sabedoria que, em todos os momentos, entregou a este trabalho.

Agradeço, igualmente, aos meus colegas do Núcleo de Matemática da FEUC, toda a atenção e apoio que generosamente me concederam.

Gostaria de fazer um agradecimento especial ao Filipe Almeida e ao Pedro Cerqueira, companheiros que, durante todo este percurso, me honraram com amizade sincera, incentivo e comentários incisivos. Ao Nuno Castilho o meu obrigado pela velha amizade que nos une e pela ajuda na composição final desta tese.

Não é possível exprimir em palavras a minha eterna gratidão para com aqueles que me são mais próximos. À Odete e à Sara, luzes do meu presente e futuro, ao meu irmão e aos meus pais, à minha madrinha e à restante família; a eles devo e dedico tudo o que sou e faço.

RESUMO

Nas últimas décadas, os factores explicativos do comportamento de voto têm sido amplamente debatidos e modelados por áreas como a Economia, a Ciência Política, a Sociologia e a Psicologia, contribuindo cada uma delas com a sua perspectiva particular para a compreensão do tema. Esta tese destaca, discute e avalia as implicações da economia nas escolhas eleitorais dos portugueses em eleições legislativas e autárquicas.

A visão económica do comportamento eleitoral é sustentada, essencialmente, pela íntima ligação existente entre condições económicas e bem estar das populações, à qual se alia a possibilidade dos representantes eleitos serem responsabilizados pela evolução da economia. Teoricamente, discutem-se as múltiplas dimensões que estas relações proporcionam, a sua evolução e limitações, apresentando-se, igualmente, outros canais relevantes na explicação do comportamento de voto. Empiricamente, testa-se as relações que a economia estabelece com a participação e com os votos do governo, recorrendo, para tal, a duas extensas bases de dados para Portugal continental compostas por um leque de variáveis com diferentes índices de agregação geográfica, que permitem, ao longo do trabalho, realçar algumas diferenças de impacto, especialmente entre medidas de economia nacional e regional.

Numa primeira parte, estuda-se a função de participação com os objectivos fundamentais de saber de que forma esta reage a variações da economia e de averiguar se existem diferenças comportamentais entre eleições legislativas e autárquicas. Na segunda parte, para além de se analisarem as interdependências entre os votos no governo nacional e a participação, estuda-se a função de voto autárquica numa tentativa de avaliar se a responsabilização governativa, neste tipo de eleições, exhibe características diferentes relativamente à tradicional relação que é assumida para eleições de primeira ordem.

No geral, a investigação confirma que a economia é um canal relevante, tanto na explicação da participação como dos votos no governo em Portugal, no entanto coexiste com outras dimensões explicativas, com algum destaque para factores políticos e eleitorais.

ABSTRACT

These past decades, several fields such as Economics, Political Science, Sociology, and Psychology have been studying voting behavior, each one giving a unique perspective on the subject. This thesis analyses Portuguese national and local elections, highlighting, discussing, and evaluating the importance of economic factors in electoral choices.

The corner stone of economic voting is the hypothesis that incumbents are held responsible for economic outcomes. Furthermore, as there is a strong link between economic conditions and personal welfare, voters are motivated to include this type of information in the decision making process. Theoretically, this work discusses the multiple dimensions that arise from these relationships, their evolution and limitations, and also presents alternative perspectives on the subject of voting behavior. Empirically, the effects of economic conditions on turnout and incumbent support are tested using two extensive datasets comprised of variables with heterogeneous levels of data aggregation. This allows the work to highlight some differences in the effects of the local and of the national economies.

The first part of this thesis studies the influence of local and national economic conditions on the turnout function, for first and second order elections, and compares the results found. The second part, first examines the connection between turnout and the percentage of votes obtained by the national government and, afterwards, investigates if specific features of local elections and the presence of multilevel governance affect the responsibility hypothesis and, consequently, are important to model economic voting at the municipal level.

In general, the results found in this thesis studying the Portuguese case confirm that the economy is a relevant determinant, not only of government voting shares, but also of turnout. Nevertheless, other dimensions are also found to be important, specially those concerning political and electoral factors.

Índice

Introdução.....	11
PARTE I. A PARTICIPAÇÃO ELEITORAL.....	17
Capítulo 1 - Teoria racional do voto	19
1.1 O modelo Instrumental	19
1.2. Benefícios não instrumentais, ética e grupos.....	22
1.3. O critério do minimax e a teoria dos jogos	25
1.4. Modelos de informação e aprendizagem	27
Capítulo 2: O estudo da função de participação	31
2.1 Alguns aspectos contextuais	31
2.2. Variáveis sócio-demográficas	33
2.3. Condições económicas	37
2.4. Variáveis institucionais e eleitorais	40
Capítulo 3: Caracterização do Sistema eleitoral e da participação no território Português	47
3.1. Síntese de classificação dos sistemas eleitorais.....	47
3.2. O debate sobre os sistemas eleitorais.....	50
3.3. O funcionamento da democracia em Portugal	54
3.4. A Evolução da participação em Portugal.....	61
Capítulo 4: Análise empírica da Participação em Portugal.....	67
4.1. A participação às Autárquicas e Legislativas no período 2001-2002.....	68
4.2. Participação às autárquicas e legislativas: Análise em painel 1979-2005.....	86
PARTE II. O COMPORTAMENTO DE VOTO.....	105
Capítulo 5: Teorias sociais de voto.....	107
5.1. O Modelo Sociopsicológico	107
5.2. Os Modelos Sociológicos	111
Capítulo 6. O voto económico.....	121
6.1. Introdução: O votante como economista em <i>part-time</i>	121
6.2. A função de voto/popularidade agregada.....	124
6.3. Economia nacional ou pessoal? A função VP micro	137

6.4. Os estudos sobre o comportamento de voto em Portugal	141
Capítulo 7. Participação e voto: uma visão agregada.....	143
7.1. Introdução: O modelo instrumental revisitado	143
7.2. O Modelo do circuito eleitoral	145
7.3. As diferentes formas de medir o voto: O caso Português.....	148
7.4. O impacto das condições económicas.....	153
Capítulo 8. Participação e condições económicas na explicação da função de voto ...	157
8.1. Introdução	157
8.2. A participação, os votos no governo e a economia.....	158
8.3. Modelo e Metodologia	159
8.4. Resultados: Economia Nacional.....	161
8.5. Resultados: Economia regional	164
8.6. Conclusão.....	166
Capítulo 9. A importância da dupla governação na responsabilização dos governos locais pelas condições económicas nacionais e regionais	169
9.1. Introdução	169
9.2. Voto Económico e dupla governação.....	170
9.3. Modelo e Método.....	172
9.4. Dupla governação e condições económicas nacionais.....	173
9.5. Dupla governação e condições económicas regionais.....	177
9.6. O impacto do desemprego local nas eleições Autárquicas de 2001	179
9.7. Conclusão.....	181
Conclusão	183
Anexos	189
ANEXO A.1. Estatísticas descritivas: Secção 4.1.....	189
ANEXO A.2. Estatísticas descritivas: Secção 4.2.....	190
ANEXO A.3. Estatísticas descritivas: Capítulo 8.....	191
ANEXO A.4. Estatísticas descritivas: Capítulo 9.....	191
ANEXO B.1. Estimacões auxiliares: Secção 4.1.5	192
ANEXO B.2. Estimacões auxiliares: Secção 4.1.6.....	195
ANEXO B.3. Estimacões auxiliares: Secção 4.2.....	199
ANEXO B.4. Estimacões auxiliares: Capítulo 8.....	200
Bibliografia	201

Índice de Tabelas

Tabela 4.1. Determinantes da participação às Legislativas de 2002	77
Tabela 4.2. Legislativas 2002: outras variáveis económicas.....	80
Tabela 4.3. Determinantes da participação às Autárquicas de 2001	81
Tabela 4.4. Autárquicas 2001: outras variáveis económicas.....	84
Tabela 4.5. Participação às Legislativas e Economia Nacional: Resultados em Painel.....	90
Tabela 4.6. Participação às Legislativas e Economia Regional: Resultados em Painel	93
Tabela 4.7. Participação às Legislativas e Economia Regional (Concelho):Resultados em Painel ...	96
Tabela 4.8. Participação às Autárquicas e Economia Nacional: Resultados em Painel	97
Tabela 4.9. Participação às Autárquicas e Economia Regional: Resultados em Painel	99
Tabela 4.10. Participação às Autárquicas e Economia Regional (Concelho): Resultados em Painel	101
Tabela 8.1. Resultados para a função de voto: Economia Nacional	161
Tabela 8.2. Resultados para a Participação: Economia Nacional.....	162
Tabela 8.3. Efeitos económicos nacionais via participação	163
Tabela 8.4. Resultados para a função de voto: Economia Regional.....	164
Tabela 8.5. Resultados para a função de participação: Economia Regional.....	165
Tabela 8.6. Efeitos económicos regionais via participação	166
Tabela 9.1. Economia nacional e dupla governação	174
Tabela 9.2. Economia nacional e efeitos partidários da dupla governação.....	175
Tabela 9.3. Economia regional e dupla governação.....	177
Tabela 9.4. Economia nacional e efeitos partidários da dupla governação.....	178
Tabela 9.5. Autárquicas 2001: Resultados para o Desemprego por Freguesia	180
Tabela 9.6. Autárquicas 2001: Resultados para o Desemprego por Concelho	180
Tabela C1. Resumo dos efeitos do desemprego na participação.....	185

Índice de Quadros

Quadro 3.1. Descrição de alguns sistemas eleitorais em democracias maioritárias	49
Quadro 3.2. Presidentes da Terceira República.....	56
Quadro 3.3. Eleições legislativas em Portugal: 1976-2005.....	58
Quadro 3.4. Deputados por círculo eleitoral	59
Quadro 3.5. Resultados Eleitorais oficiais e com circulo nacional único	60
Quadro 3.6. Alguns Indicadores relativos à Participação em Portugal: 1975-2006	63
Quadro 3.7. Afluência em Eleições Parlamentares para 22 Países :1975-2003	64
Quadro 4.1. Resultados eleitorais das autárquicas de 2001	69
Quadro 4.2. Resultados eleitorais das legislativas de 2002.....	70
Quadro 6.1. Retrospectividade e prospectividade nos eleitores	134
Quadro 7.1. Resultados eleitorais absolutos para Portugal: 1983-2005	150
Quadro 7.2. Taxas de crescimento dos indicadores de voto.....	152
Quadro 7.3. Relações entre as condições económicas e o voto	154
Quadro 7.4. Interações entre mobilização e ideologia.....	155

Índice de Figuras

Figura 3.1. Participação Eleitoral em Portugal: 1975-2006.....	62
Figura 4.1. Diferenças de participação entre legislativas e autárquicas: 2002-1997	71
Figura 4.2. Função de efeitos não lineares estimados do desemprego	94
Figura 5.1. Funcionamento básico do Modelo Sociopsicológico.....	108
Figura 5.2. Modelo Sociológico de Clivagens	114
Figura 6.1. O princípio da clareza no modelo de voto económico	129
Figura 6.2. Clareza em sistemas multipartidários	130
Figura 6.3. As funções VP micro e macro.....	138
Figura 6.4. Os determinantes das percepções sobre a economia.....	139
Figura 8.1. Relações entre função de voto, participação e condições económicas	159

INTRODUÇÃO

Hoje em dia, não só as sociedades ocidentais, mas também um número crescente de outras nações adoptam a democracia como forma de governo¹. O voto singular e intransmissível é o mecanismo através do qual é operacionalizado o objectivo democrático de dar voz aos cidadãos nos assuntos de governação. Como não é exequível fazer consultas populares relativamente a todas as decisões políticas, a democracia funciona recorrendo ao sistema de representatividade. Periodicamente, realizam-se eleições que permitem à população escolher os seus representantes para os mais diversos cargos públicos, cumprindo aqui o voto a dupla função de revelar as preferências da sociedade e de avaliar o desempenho daqueles que foram eleitos.

Para além de organizarem politicamente os países, os processos democráticos encontram-se implementados noutras esferas da vida em sociedade. Nas empresas e em diversos tipos de associações, o voto é frequentemente utilizado, quer na estruturação de hierarquias quer na tomada de decisões. Mesmo nas mais variadas situações informais do quotidiano é habitual recorrer-se ao voto para fazer escolhas. Este mecanismo é aplicável a praticamente todas as deliberações individuais que têm repercussões tangíveis nos outros.

A consolidação da cultura democrática tem incentivado e justificado o crescimento da literatura que procura compreender o comportamento de voto. No geral, as correntes de pensamento estão estruturadas a partir da visão do voto como uma escolha. Embora a axiomática democrática considere esta actividade como única e distinta de todas as outras, a maioria das teorias ligam a forma como os indivíduos decidem neste particular à forma como o fazem noutras esferas: Que telemóvel devo comprar? Onde devo investir? Que partido devo apoiar? Conceptualmente, os votantes decidem o rumo da sua participação democrática com base nos benefícios que acham que podem colher ou que os outros lhes dizem que vão obter.

¹ De 39 democracias em 1974 passou-se para 117 em 1997 (Diamond, 1999, pp. 25).

O que varia entre teorias é a natureza destes benefícios: ganhos materiais, afirmação social ou de identidade, entre outros.

Um dos problemas mais relevantes enfrentado pelas teorias tradicionais, e que foi determinante para o desenvolvimento de algumas novas correntes, é o facto do acto de votar ter particularidades importantes que o diferenciam das outras actividades. Primeiro, o indivíduo que pretende “comprar” o “produto” anunciado por um partido só o obtêm se a maioria dos seus concidadãos também o quiser, portanto, ao contrário do mercado em que o indivíduo pode auto excluir-se do consumo de um bem, neste caso, o eleitor, quer queira quer não, vê-se forçado, quase irremediavelmente, a comprar o “produto” decidido pela maioria. Segundo, se a ida às urnas contribui para um resultado colectivo onde cada cidadão está consciente que o seu acto pode vincular os outros, isto significa que quando alguém toma a sua decisão, para além de ponderar o que é melhor para si, está, implicitamente, a incluir uma série de valores que lhe indicam o que é melhor para os outros. Esta particularidade distintiva do voto, relacionada com a existência de uma componente intimamente ligada à noção de bem comum, permite a entrada em cena das ideologias políticas e dos partidos de franja virados para um conjunto de temas limitados (*issue parties*). Ao eleitor é solicitado posicionar-se sobre o grau de intervenção do estado, sobre a política ecológica, e assim sucessivamente, até aos chamados temas “morais” como a despenalização do aborto, a eutanásia, etc.

Historicamente, as teorias de voto estão ligadas entre si, pois foram-se desenvolvendo umas a partir das outras, quer como complemento quer como crítica. Os trabalhos pioneiros de Downs (1957) e Campbell et.al. (1960) apresentaram duas visões distintas sobre o tema, multiplicando o debate em torno das motivações e consequências do voto e constituindo as fundações sobre as quais a maior parte da literatura se desenvolveu. Para Campbell et.al. (1960) a explicação do voto tem a sua origem nos espaços de convivência do indivíduo, especialmente durante as fases da infância e adolescência. A família e os grupos sociais onde o eleitor se insere transmitem-lhe um conjunto de atitudes e valores que produzem uma predisposição para determinado comportamento de voto. Inspirados nesta abordagem que liga as forças sociais ao indivíduo, surgiram, posteriormente, os modelos sociológicos.

Downs (1957) introduz uma reflexão utilitarista do processo de escolha eleitoral que se centra no indivíduo e não no ambiente social que o rodeia. Reconhecendo ao votante uma sofisticação de procedimentos e a capacidade para recolher e processar informação relevante, formaliza o processo de decisão individual de voto como uma análise custo-benefício, em termos lógicos muito semelhante à que é encontrada no campo das escolhas económicas. O indivíduo confronta os ganhos materiais esperados de votar com os respectivos custos, decidindo o seu comportamento em função do resultado líquido desta comparação. As particularidades da escolha de voto relativamente a outras escolhas, especialmente a

incorporação, na decisão eleitoral, da probabilidade do voto ser decisivo, levaram Downs a caracterizar o voto como uma decisão de baixo custo e ainda mais baixo benefício individual que, tendencialmente, remete o eleitor para a abstenção. O evidente paradoxo entre a realidade e esta propensão teórica para a abstenção tem alimentado grande parte da literatura posterior, cujo caminho genérico tem sido o da redefinição deste eleitor instrumental.

A análise económica do voto resulta desta reavaliação do decisor racional. O eleitor que incorpora avaliações económicas é suficientemente sofisticado para entender a dinâmica complexa da economia e recolhe a informação que acha necessária para a tomada de decisão. Duas razões interligadas podem motivar os eleitores a incorporar factores económicos na escolha de voto. Primeiro, quer numa perspectiva individual, quer em âmbitos mais agregados, o bem-estar de uma população está intimamente associado às condições económicas que experimenta. Segundo, os representantes eleitos têm, genericamente, a obrigação de zelar pelo bem-estar da sociedade e, em particular, a função de conduzir a economia. As eleições periódicas permitem a fiscalização popular dos governantes nos vários campos onde actuam. A hipótese de responsabilização eleitoral dos governos pela evolução da economia tem sido a principal âncora que liga a esfera económica à esfera eleitoral. Este princípio tem sido objecto de aceso debate, podendo-se destacar duas frentes fundamentais. Numa primeira, discute-se se a responsabilização dos governos está relacionada com condições económicas individuais ou agregadas. A segunda prende-se com a própria validade desta hipótese, destacando-se a sua potencial fraqueza em situações onde é difícil discernir responsabilidades como, por exemplo, quando se está em presença de governos multipartidários.

A literatura sobre o voto económico tem-se concentrado especialmente em eleições que escolhem governos nacionais (eleições de primeira ordem), perspectivando a decisão, frequentemente, em duas dimensões. Uma primeira, onde se estuda a escolha de apoiar ou não o governo que cessa funções e, uma segunda, que se centra na explicação dos votos nos partidos. Existe um conjunto significativo de estudos empíricos que analisam ambas, confirmando, em regra, a importância explicativa das variáveis económicas na decisão de voto (Paldam, 2003).

A literatura sobre os efeitos da economia na decisão de participar nos sufrágios tem sido menos prolífera e, no geral, reporta resultados mistos quanto ao papel da economia. Muita desta diversidade empírica deriva do facto de existirem duas teorias coerentes que defendem impactos distintos sobre a participação. Uma primeira, incorporando o princípio da responsabilização de forma indirecta, considera que mau (bom) desempenho económico pode incentivar alguns eleitores a ir votar por forma a aumentarem as possibilidades de mudança (manutenção) governativa. Uma segunda defende o efeito contrário, argumentando que numa

recessão económica as pessoas mais afectadas por ela centram-se especialmente nos seus próprios problemas e menos na política, o que diminui a propensão a participar.

As idiosincrasias de cada país e de cada sistema político levam a que seja frequente estudar o comportamento de voto caso a caso, e originam um significativo grau de heterogeneidade nos resultados. A literatura comparativa põe a descoberto a importância destas particularidades na explicação do voto, mostrando que é problemático migrar conclusões de uma sociedade para outra.

O presente trabalho enquadra-se no contexto da análise económica do comportamento de voto, tendo como objectivo genérico contribuir para a compreensão das relações que se estabelecem entre a economia e as escolhas eleitorais em Portugal continental, no âmbito de eleições legislativas e autárquicas.

A primeira parte desta tese debruça-se sobre a participação nas eleições autárquicas e legislativas. É geralmente aceite que a participação é um indicador da saúde de uma democracia, podendo qualquer eleição ser interpretada como um sufrágio a este enquadramento político. É mais a eficiência do sistema do que propriamente a sua legitimidade que é posta em causa, pois o incremento da abstenção pode comprometer o objectivo democrático de revelação das verdadeiras preferências da sociedade. Nas democracias ocidentais tem-se assistido a um aumento gradual do número de não votantes ao longo das últimas décadas, reforçando a necessidade de se compreender este fenómeno. Portugal não foge a esta tendência de crescimento, tendo a abstenção nas eleições legislativas de 2009 atingido um valor recorde muito próximo dos 40%. Nesta parte da tese pretende-se reforçar e complementar o conhecimento já existente sobre os determinantes da participação no território nacional. Existe, actualmente, um conjunto apreciável de trabalhos que analisam os determinantes da participação nas eleições legislativas portuguesas, no entanto, nenhum recorre a dados em painel nem se debruça especificamente sobre o impacto da economia nas suas diversas vertentes. Também, que saibamos, ainda não foram efectuados estudos empíricos que se foquem sobre a realidade da participação autárquica. É propósito deste trabalho contribuir para o preenchimento destas duas lacunas existentes na literatura.

Uma das finalidades específicas desta parte é analisar as semelhanças e/ou diferenças explicativas da afluência aos dois tipos de eleições em investigação, procurando perceber se, genericamente, o eleitor das autárquicas é o mesmo das legislativas. O recurso que é feito a modelos afins e o facto de se utilizarem os mesmos métodos estatísticos constituem vantagens importantes para esta análise comparativa. Uma outra questão a que se pretende dar resposta é: será que a economia estimula, retrai ou, pelo contrário, não afecta a participação? Como complemento à resposta a esta interrogação tenta-se, também, compreender o papel de duas dimensões de economia: a nacional e a local.

O objectivo de avaliar a importância relativa da economia nacional e local persiste, também, nos dois estudos apresentados na segunda parte desta tese. O objecto de análise de ambos é a função de voto governamental. Em virtude de existir, para Portugal, uma literatura relevante que versa sobre os determinantes económicos da escolha do sentido de voto, especialmente no que toca a eleições de primeira ordem, os capítulos empíricos direccionam-se para dois pontos específicos ainda por explorar. No enquadramento das eleições legislativas, aborda-se a questão dos efeitos da participação na função de voto governamental, ligando-se pela primeira vez os dois temas no contexto da realidade portuguesa. O recurso que é feito a equações simultâneas, para além de permitir evidenciar potenciais interdependências entre voto e participação, proporciona uma análise mais abrangente do efeito da economia nas decisões eleitorais.

O segundo estudo concentra-se na função de voto dos governos locais, discutindo-se a aplicação do mecanismo de responsabilização a este tipo de eleições. Considera-se que a governação autárquica exhibe duas especificidades que devem ser levadas em linha de conta, tanto aquando da introdução da dimensão económica na função de voto, como também na interpretação do próprio princípio de responsabilização. Primeiro, a possibilidade de existirem governos locais que estão ligados partidariamente ao governo nacional, e outros que não estão, pode dar origem a efeitos distintos da economia que devem ser controlados, pois a dupla governação facilita ao eleitor autárquico o reconhecimento dos responsáveis pelos resultados económicos. A segunda característica prende-se com a circunstância do princípio de responsabilização tradicional implicar que qualquer governo só deve ser julgado pelos resultados económicos que correspondem ao nível da agregação para o qual tem jurisdição. Na realidade, esta relação entre jurisdição e responsabilização está condicionada. Nem os dois níveis de governação são estanques politicamente, nem as respectivas dimensões económicas são independentes; dois problemas que se agudizam em eleições autárquicas. Os governos locais em dupla governação estão especialmente vulneráveis à culpabilização pelas condições económicas nacionais por se encontrarem partidariamente ligados aos responsáveis pela condução da política económica nacional. Esta relação, que o estudo empírico efectuado parece confirmar para Portugal, implica a necessidade de alargar o tradicional princípio de responsabilização a uma dimensão de responsabilização política quando o contexto eleitoral é autárquico.

Os trabalhos empíricos apresentados nesta tese empregam um conjunto diverso e sofisticado de técnicas econométricas, recorrendo a duas extensas bases de dados que se complementam. Uma primeira, ainda não explorada, de cariz seccional, cobre as eleições autárquicas de 2001 e as legislativas de 2002 ao nível de freguesia, beneficiando da riqueza informacional disponível nos censos. Uma vantagem importante dos dados censitários é

possuírem, por freguesia, informação sobre a taxa desemprego que é a variável económica mais relevante na literatura. Com estes dados estuda-se a participação nas eleições autárquicas e legislativas, recorrendo-se a eles também, para reforçar o estudo sobre a função de voto dos governos locais. A segunda base de dados é um painel concelhio abrangendo o período 1979-2005 que é utilizado para examinar a participação e o voto governamental em ambos os tipos de eleições consideradas. A análise em painel complementa a abordagem seccional possibilitando o estudo da dimensão económica nacional e acrescentando variabilidade temporal aos dados, o que liberta a investigação das idiosincrasias do período eleitoral de 2001-2002.

Ambas as bases de dados incluem um conjunto importante de variáveis não económicas, que permitem controlar e analisar outras fontes explicativas para os fenómenos em estudo, nomeadamente os determinantes políticos e socioeconómicos.

Transversal a toda a investigação efectuada nesta tese existe uma potencial limitação associada ao tipo de dados que são utilizados. Apesar destes se caracterizarem por uma elevada discriminação geográfica (freguesia ou concelho) não deixam de ser agregados. Isto significa que inferir comportamentos individuais neste formato de análise é arriscado, pois pode originar interpretações erradas (fenómeno conhecido como “falácia ecológica”). Nalguns momentos cruza-se um pouco esta fronteira, mas com a consciência das limitações que lhe estão associadas.

O restante desta tese está organizado da seguinte forma. O primeiro capítulo apresenta a teoria racional do voto. A sua importância e o seu carácter abrangente fazem dela uma referência incontornável, tanto para a literatura sobre a participação como para os estudos que se debruçam sobre a escolha de voto. O capítulo 2 analisa em detalhe os tipos de variáveis utilizadas na análise empírica da participação e os métodos e contextos em que é feita. O capítulo seguinte faz uma breve caracterização dos processos democráticos e analisa a evolução da participação em Portugal, servindo de enquadramento para a análise empírica que se apresenta no quarto capítulo. Este divide-se em duas secções. Uma primeira que se foca na realidade eleitoral do período 2001-2002, e uma segunda que abrange todo o período democrático Português até 2005.

A segunda parte começa no capítulo 5 onde se apresentam os modelos sociais de voto. O capítulo 6 aborda e discute a função de voto económico. O seguinte propõe uma visão unificadora do envolvimento democrático e analisa o histórico das escolhas partidárias em Portugal. No capítulo 8 desenvolve-se o trabalho empírico referente à função de voto dos governos nacionais. No capítulo 9, analisa-se a função de voto dos governos locais. Por último, apresentam-se as conclusões principais deste trabalho.

Parte I. A PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

Uma das perguntas mais formulada pelos estudiosos do fenómeno democrático é “Porque é que as pessoas votam?” Para além de pagar impostos, votar é provavelmente o acto político mais frequente, e como tal, a tarefa de compreender as motivações que explicam a escolha de participar ou não tem ocupado várias ciências sociais.

No centro deste campo de estudo está a teoria racional, cuja evolução tem sido feita com contribuições da Economia, Sociologia, Psicologia, entre outras ciências. O capítulo seguinte faz a apresentação desta teoria e dos seus desenvolvimentos. O capítulo 2 debruça-se sobre o tratamento empírico da função de participação, acrescentando algumas dimensões explicativas não focadas directamente pela teoria racional, mas relevantes nos estudos empíricos. O capítulo seguinte discute as questões institucionais e legais do processo democrático e caracteriza o enquadramento específico e a evolução da participação em Portugal.

O percurso efectuado nestes três primeiros capítulos da tese serve o propósito de fornecer uma base sólida e um entendimento geral da problemática da participação que seja útil para o desenvolvimento do capítulo 4. Aqui, procura-se analisar os determinantes da participação autárquica e legislativa em Portugal, dando especial ênfase à dimensão económica, recorrendo, para o efeito, a um conjunto variado e extenso de dados e técnicas econométricas.

Capítulo 1: Teoria racional do voto

A análise do comportamento de voto, segundo os parâmetros da teoria da decisão, tem sido a abordagem teórica mais relevante, e igualmente a mais controversa e debatida visão deste fenómeno comportamental. Hoje em dia, incorpora muito mais do que a mera racionalidade tradicional, tendo-se desenvolvido e estendido em várias direcções. Este capítulo procura dar uma visão genérica deste percurso permitindo compreender as várias perspectivas que encontramos hoje em dia na literatura.

1.1 O modelo Instrumental

O desenvolvimento de uma racionalidade que explique a decisão individual de votar começou com a reflexão utilitarista exposta por Downs (1957) e posteriormente estendida por Riker e Ordeshook (1968). O processo decisório passa pela tradicional análise custo-benefício onde escolher ir às urnas implica a existência de uma recompensa material esperada. Esta teoria é conhecida como teoria instrumental da participação pois, na mente do votante, está alojada uma racionalidade de processos onde as acções são instrumentos para atingir a maximização da satisfação em ambiente de informação incompleta relativamente a circunstâncias e consequências. No cálculo individual do voto, a recompensa de votar (R) é determinada pelo valor do voto ($P.B$), pelos custos de votar (C) e pela satisfação intrínseca que o cidadão retira do acto (D):

$$R = P.B - C + D \tag{1.1}$$

Assim, quando a recompensa é positiva o eleitor opta por exercer o seu direito de voto apoiando o seu candidato preferido se $B > 0$, ou votando em branco se $B = 0$. No valor do voto, B representa o benefício líquido em votar no partido preferido. Para escolher entre dois partidos, o eleitor mede subjectivamente a utilidade futura que retiraria da vitória de um ou de outro partido com base nas promessas feitas por cada um e faz uma avaliação, na sua mente, da actuação que cada alternativa teria, caso estivesse no poder na legislatura actual (como um dos partidos é na realidade governo, para este a avaliação é objectiva), estabelecendo destas duas formas a diferença de utilidade esperada entre os dois partidos, ou seja B . No entanto, para que a acção de votar tenha valor racional é importante que afecte o resultado, consequentemente o benefício líquido é ponderado pela probabilidade do voto individual ser decisivo (P). Determinantes no valor de P são a incerteza quanto ao desfecho da eleição e a intuição que o indivíduo tem em relação à afluência dos outros (quanto maior a incerteza e menor a afluência esperada maior será P)². Para Riker e Ordeshook (1968) este ponderador representava a diferença entre a probabilidade esperada do candidato favorito do votante ser eleito com o seu voto (q) ou sem o seu voto (q'). Assim, considerando dois partidos, 1 e 2, podemos reescrever a equação do voto de forma menos genérica para o indivíduo i :

$$R_i = (q - q')(U_{t+1}^1 - U_{t+1}^2) - C + D \quad (1.2)$$

Esta formulação tem como consequência o estabelecimento de expectativas para P que variam entre indivíduos. Mesmo assim, na generalidade das eleições, o valor de P é quase infinitesimal, reduzindo quase a zero o valor do voto.

A estimação de P e B implicam a necessidade de recolha de informações por parte do eleitor. Sabendo à partida que o valor do voto é baixo, o estímulo para incorrer nos custos inerentes à recolha e processamento da informação é reduzido, o que torna racional para muitos a ignorância em relação à política. Estes são o primeiro tipo de custos incorporados em C , aos quais se acrescentam os custos que o eleitor incorre no dia da eleição, como custos de deslocamento e de oportunidade. Downs, Aldrich (1993) e Niemi (1976) consideram os custos de votar relativamente baixos, no entanto Converse (2000) argumenta que as capacidades limitadas dos cidadãos podem tornar relativamente oneroso o investimento em informação.

No seguimento da lógica racional, Downs conclui que, com benefícios quase nulos, por mais pequenos que sejam os custos, a abstenção é a escolha mais provável para a generalidade dos eleitores puramente instrumentais ($D=0$). Esta conclusão contraria a realidade da abstenção nas democracias e estabelece o voto como uma decisão de baixos custos e benefícios, contrastando com outros problemas de acção colectiva onde geralmente custos e benefícios

² Para formulações do calculo de P ver, por exemplo, Fisher (1999) e Owen e Grofman (1984).

são elevados. Downs avança com um acréscimo ao pensamento dos cidadãos assumindo que eles podem decidir dirigir-se às urnas para evitar o colapso do sistema democrático do qual colhem benefícios ($D > 0$). Para Riker e Ordeshook (1968) os indivíduos possuem um sentido de dever que os pode levar a votar e assim recolher um conjunto de gratificações psicológicas. O termo D foi, então, adicionado à equação do voto como forma de escapar a esta contradição evidente entre teoria e realidade que ficou conhecida como o “paradoxo de (não) votar”. A decisão de voto deixa de ser puramente instrumental assumindo-se que votar tem valor por si só; noutras palavras, há benefícios de consumo na participação democrática.

A envolver o cálculo do voto estão as campanhas eleitorais e as características individuais dos eleitores. Enquanto que as primeiras afectam o termo B e provavelmente o termo D , características como idade, educação, rendimento e outras podem-se relacionar com qualquer das componentes de R .

A extensão do modelo instrumental a mais do que dois partidos, levada a cabo por McKelvey e Ordeshook (1972), implica ter em atenção a possibilidade de coligações governamentais e complexifica tanto a formalização do modelo como o próprio cálculo do voto na mente do eleitor racional. P e B deixam de ser parâmetros a estimar por comparação bidimensional, mas sim N -dimensionalmente, onde N representa o número de possíveis resultados eleitorais, quer seja a vitória de um só partido ou duma coligação:

$$R = \left[\sum_{i=1}^{N-1} (q_i - q'_i)(U_i - U_N) \right] - C + D \quad (1.3)$$

R representa a satisfação líquida em votar, $(q_i - q'_i)$ é a diferença entre o partido/coligação i ganhar com o voto do indivíduo ou sem ele, U_i simboliza a utilidade associada à vitória do partido/coligação i , C são os custos e D os benefícios intrínsecos de votar. Neste contexto, ganhar as eleições simboliza uma maioria de um único partido ou o sucesso na formação duma coligação pós eleitoral. Esta formulação abre espaço à possibilidade de comportamento estratégico dos eleitores (ver a este respeito Black, 1978, e Cain, 1978). Se a primeira escolha do indivíduo não é competitiva em relação às outras alternativas, ou seja, a probabilidade de ser decisivo na vitória desta força política é comparativamente mais baixa relativamente aos outros cenários, a segunda escolha pode ser apelativa como forma de evitar a vitória de um partido/coligação que proporciona ao eleitor utilidade esperada significativamente mais baixa. É comum as campanhas eleitorais dos partidos mais fortes incluírem o discurso do “voto útil”, apelando ao apoio de não simpatizantes com o argumento de que assim evitam a vitória adversária. Considerando que a linearidade “se vou votar faço-o no meu partido preferido”, que é um dado para as explicações sociopsicológicas e sociológicas

do voto, não se verifica em todos os casos, havendo questões estratégicas a considerar, então “...tem que se abrir a porta à possibilidade dos determinantes da satisfação influenciarem as decisões de formas mais complicadas - formas que só podem ser entendidas teorizando sobre o que significa ser estratégico.”³.

O modelo racional falha na explicação dos níveis de participação eleitoral e na explicação das diferenças de participação entre eleições de 1ª ordem e de 2ª ordem, mas tem algum sucesso na explicação de variações na taxa de participação. O grande problema empírico do modelo racional é o elemento P que parece ter pouca importância explicativa na generalidade dos estudos (Mueller, 2003). No entanto, a ideia intuitiva que quanto mais renhida é uma eleição maior a afluência às urnas tem obtido significativo apoio empírico (ver por exemplo Jackman, 1987; Jackman e Miller, 1995; e Blais, 2000). Os resultados encontrados por Blais (2000) apontam no sentido dos votantes não multiplicarem P por B , mas sim adicionarem, e de não pensarem em termos do seu voto ser decisivo. O que parece importar, especialmente para aqueles com fraco sentido de dever, é uma impressão vaga sobre a incerteza do resultado e que, de alguma forma indefinida, o seu voto pode contar.

Apesar dos custos serem geralmente considerados muito baixos, Katosh e Traugott (1982; 374-375) concluíram que adicionam algum poder explicativo à participação eleitoral, no entanto “...as predisposições de atitude associadas ao “valor” dessa participação são determinantes esmagadoramente mais importantes do comportamento.”

1.2. Benefícios não instrumentais, ética e grupos

Para escapar ao paradoxo do voto, Downs advoga a introdução no modelo racional de preocupações com a sustentabilidade do sistema democrático, enquanto que Riker e Ordeshook incorporam o sentido de dever na mente do eleitor, como forma de dar ao voto maior valor.

A introdução destes benefícios individuais não instrumentais tornou-se a escapatória e, igualmente, fonte de aceso debate e um dos mais fortes “calcanhares de Aquiles” da teoria instrumental por duas razões principais. Primeiro, com $P.B$ quase infinitesimal a decisão passa a depender fundamentalmente de C e D relegando para segundo plano o elemento central do processo democrático, a selecção de um governo. Segundo, este alargamento da base racional implica a incorporação de uma teoria racional para estes novos mecanismos, senão o cálculo é meramente tautológico. Schuessler (2000), recorrendo à teoria social e antropológica, procura alinhar uma teoria que explique o porquê de alguns eleitores votarem como forma de se expressarem. Argumenta que votar é uma forma de “estar” e não de “fazer”. Apenas pela

³ Tradução do autor de Ordeshook e Zeng (1997), pp. 184.

expressão de uma preferência é que o eleitor se identifica com essa preferência, ou seja a acção X não serve o propósito instrumental de gerar um resultado desejado, mas sim identificar o agente como alguém que actuou de forma X , gerando assim ganhos existenciais e não instrumentais. Esta necessidade do indivíduo em se definir, e desta “essência” pessoal ser reconhecida pelos outros, determinam a utilidade expressiva de votar. Por um lado, são importantes as características (sociais, económicas...) dos outros que escolhem a acção X , de forma a definir o que é um agente X . Por outro lado, o número de actores X também é relevante, indiciando uma espécie de *histeresis* no processo; pertencer a uma fatia de 10% da população ou de 50% geram diferentes conteúdos expressivos. Em termos do cálculo do voto parece que D é uma função de B . Este modelo inibe qualquer comportamento de *free riding* (borlista) e põe uma tónica importante na essência expressiva dos candidatos como forma de auxílio à identificação pessoal.

A busca do interesse próprio é o denominador comum destas abordagens. Quer seja a necessidade individual em expressar-se ou colher determinados benefícios de consumo, o que está em causa é uma satisfação pessoal, que pode, erradamente, ser confundida com egocentrismo. As pessoas podem também servir os seus interesses individuais incorporando as necessidades dos outros na tomada de decisão. Assim, para alguns votantes a função utilidade individual pode ser composta por um primeiro conjunto de preferências individualistas e um segundo onde se incluem as percepções sobre a utilidade dos outros ⁴:

$$W_i = U_i + \alpha \sum_{j \neq i} U_j \quad (1.4)$$

onde α representa a importância que se dá à satisfação dos outros ($0 < \alpha < 1$). O julgamento individual sobre o que é bom para os outros faz-nos entrar no domínio da ética. Não é que as preferências eleitorais sobre resultados possíveis satisfaçam um qualquer critério normativo, é sim uma visão da ética ao estilo Kantiano. O eleitor compara os resultados que ocorreriam se todos aqueles que partilham as suas preferências agissem de acordo com a mesma regra (Feddersen, 2004). Mueller (2003) argumenta que o interesse próprio continua a ser o móbil da preocupação que temos com os outros e que o comportamento ético é aprendido, predominantemente, na fase de crescimento do ser humano. Quando cometemos actos que lesam os outros somos castigados, quando é o inverso somos recompensados, logo trata-se de uma resposta condicionada que não é nem mais nem menos do que aquilo que chamamos egoísmo.

Goodin e Roberts (1975) foram os primeiros a introduzir preferências éticas no âmbito eleitoral, defendendo que estas questões sobrepõem-se aos interesses individuais em decisões

⁴ Goodin e Roberts (1975); Mueller (2003).

de baixa importância e/ou quando o indivíduo tem pouca influência no resultado, o que parece adequar-se com a decisão de votar.

Fowler (2005) considera que o acto altruísta está relacionado com a existência de diferentes preferências individuais relativamente aos benefícios de alguns grupos da população. Assim, quando a actividade política é redistributiva pode existir um apoio a determinado partido que se enquadre nos gostos altruístas do eleitor, mas a participação implica sempre a existência de preferências heterogéneas relativamente aos outros, pois aqueles que se preocupam com os outros sem discriminação (altruístas incondicionais) podem não votar motivados por este sentimento.

Esta ideia das pessoas preocuparem-se ou estarem mais ligadas a determinado grupo social abre um leque de explicações alternativas para a participação centradas na satisfação em se identificar ou ser leal ao grupo a que se pertence e às redes sociais do indivíduo.

Os modelos de mobilização assumem que os indivíduos estão inseridos em grupos onde se identificam ideologicamente. Estes grupos (sindicatos, grupos ambientais ou religiosos...) são coordenados por líderes que tentam provir os membros com benefícios extra para votar. Ulhaner (1989) desenvolve um modelo onde os líderes, com promessas de apoio eleitoral, tentam influenciar os candidatos a deslocarem-se, na esfera política, no sentido das preferências do grupo. Neste jogo entre eleitores, líderes e candidatos, o papel dos líderes é fazer pressão sobre os outros dois actores e, neste contexto, os benefícios de consumo que atraem os votantes às urnas podem ser ligados às políticas propostas pelos concorrentes⁵. A maior dificuldade dos modelos de mobilização é explicar como é que os líderes afectam a decisão individual de voto (Feddersen, 2004; 106).

Como os grupos são passíveis de ter benefícios superiores aos individuais na ida às urnas estes podem ser superiores aos custos de votar ao nível de grupo. Este argumento de Grossman e Helpman (2001) é reforçado pela ideia da participação ser estimulada pela imposição de uma norma social ao nível de grupo. Esta norma é tanto mais eficaz quanto maior é a interacção do indivíduo com o grupo (facilidade em ver agir os outros, participar nas actividades de grupo, etc.) pois aumenta possibilidade de recompensa pela actuação desejada e desencoraja o *free riding*.

Outra forma alternativa de perspectivar as redes sociais do indivíduo é considerar que cada eleitor é simultaneamente um produtor e consumidor de pressão social que investe na sua reputação ou capital de confiança dentro do grupo (Bufacchi, 2001). Aqueles que já têm elevada reputação usam-na para recompensar ou sancionar os menos credíveis, enquanto estes últimos são incentivados a seguir os líderes de forma a subirem na “hierarquia reputacional”.

⁵ Ver, por exemplo, Schram (1992) e Lapp (1999) para resultados empíricos distintos sobre a relação entre mobilização e participação eleitoral.

Nelson (1994) confirma a ideia que as pessoas imitam o comportamento daqueles que lhes são importantes e/ou que estão dentro do seu grupo, retirando benefícios individuais desta conduta. Fazendo a ponte com a teoria racional tradicional, nestes modelos de grupos, a probabilidade individual de ser decisivo deixa de estar em equação e parece que o termo D é reestruturado numa lógica de recompensas ao nível das redes sociais do indivíduo e não em termos do puro sentido individual de dever ou benefício, continuando esta variável a ser relevante na decisão de se deslocar às urnas. O termo B continua a reflectir o sentido de voto mas onde outros, para além do indivíduo, participam na sua “construção”, desalojando o eleitor da sua solidão individual, relativamente irrealista, imposta pelo modelo tradicional, para o integrar numa cooperação social, que pode ou não produzir resultados positivos para a sociedade, visto ser comum os interesses de uns colidirem com os de outros.

Estes modelos têm bastante sucesso na explicação da realidade eleitoral. Primeiro, conduzem à expectativa de elevadas taxas de participação. Segundo, o voto pode ser estratégico, caso seja do interesse do grupo. Finalmente, os incentivos à produção de pressão social podem variar com o tipo de eleições, explicando as diferenças de participação entre eleições de primeira e segunda ordem (Geys, 2006).

1.3. O critério do minimax e a teoria dos jogos

Surgem duas formas alternativas de resgatar a teoria racional do problema do paradoxo do voto, uma no contexto da teoria dos jogos outra baseada na redefinição do critério de selecção da decisão eleitoral.

Ferejohn e Fiorina (1974) reconhecendo que o carácter infinitesimal da probabilidade do voto ser decisivo é o grande problema do cálculo instrumental do voto, procuram encontrar um processo de decisão eleitoral que não envolva este parâmetro, partindo do princípio que alguns eleitores não têm vontade ou capacidade para o calcular. Pressupõem que a decisão de voto é feita em ambiente de incerteza e assumem que o eleitor vai minimizar o máximo arrependimento (*minimax-regret*), estratégia esta que não impõe uma probabilidade a cada evento possível. Nesta regra de decisão o eleitor em vez de calcular o ganho para cada escolha possível calcula o arrependimento. O indivíduo calcula a perda associada a ter escolhido uma estratégia em oposição à melhor estratégia ligada a um estado do mundo, que no fim de ter decidido, ocorre. Posteriormente, escolhe a estratégia que minimiza o arrependimento. Desta forma, “Não é surpreendente que votar na nossa segunda escolha é uma estratégia dominada. Assim, a decisão reduz-se a votar na nossa primeira escolha ou abster-se.”⁶. Apesar de prever elevados níveis de participação, este modelo não permite o voto estratégico e em caso de

⁶ Tradução do autor, de Mueller (2003) pp. 307.

indiferença entre os partidos é racional a abstenção. Também a participação é independente do tipo de eleições e da competitividade, factores explicativos estilizados da literatura. A própria aplicação do critério pode ser criticável, pois, como salienta Mueller (2003), se a maioria das pessoas não faz seguros contra cheias ou outros fenómenos naturais de graves consequências, assumindo o risco inerente, porque é que actuarão de forma a minimizar o máximo arrependimento na decisão de voto?

Outra perspectiva do problema da participação eleitoral é-nos oferecida pela teoria dos jogos, proposta por Ledyard (1984) e Palfrey e Rosenthal (1983, 1985), onde a decisão de ir às urnas é vista como um jogo não cooperativo à Nash de n pessoas que depende das expectativas individuais de cada um em relação ao comportamento de voto dos outros. Se cada cidadão racional decidir não votar com a justificação do seu voto ter pouca probabilidade de fazer pender a balança, então ninguém vota. Neste cenário um voto decidiria o resultado da corrida eleitoral, logo seria racional para alguém votar. Como esta lógica está ao alcance de qualquer individuo racional, então é evidente que entramos numa circularidade de raciocínio, uma espécie de jogo do gato e do rato, como lhe chama Mueller (2003). Cada indivíduo forma expectativas em relação à afluência às urnas dos outros, logo na teoria dos jogos o calculo de P é endógeno e distinto entre eleitores. Quanto mais elevada for a minha expectativa sobre a participação eleitoral dos outros menos racional será para mim votar.

A típica base de trabalho desta teoria estratégica é considerar que existem dois candidatos e dois grupos (equipas) de cidadãos com preferências diametralmente opostas entre eles, mas idênticas dentro de cada equipa. Considerando que existem custos de votar, os elementos de cada grupo votam no seu candidato preferido ou abstêm-se e a equipa que ganha é recompensada (os que votam e os que não votam) enquanto os outros nada recebem. A distribuição dos custos e benefícios pelos grupos da população pode determinar a vitória ou derrota dum candidato e respectivos apoiantes, podendo mesmo acontecer que o grupo maioritário perca as eleições devido a uma distribuição de custos e benefícios desfavorável. Nos artigos acima citados, a existência de taxas de participação positivas depende de forma crítica de informação perfeita dos indivíduos em relação aos custos e preferências dos outros, ou seja impõem um grau relativamente baixo de incerteza estratégica que é pouco coincidente com a realidade. Apesar do pouco sucesso da abordagem da teoria dos jogos, Buchanan e Yoon (2006) argumentam que todo o voto é necessariamente estratégico e não paramétrico, dando ênfase às variáveis implícitas na teoria estratégica do voto, e considerando que a estrutura analítica para a decisão eleitoral deve ser encontrada nesta classe de modelos.

1.4. Modelos de informação e aprendizagem

A vida quotidiana do ser humano é um contínuo processo de aquisição, processamento e retenção de informação que começa desde o momento do nosso nascimento e assume um papel determinante nas nossas crenças e acções. No problema de decisão de voto a selecção e volume de informação útil armazenada cognitivamente para este efeito são pilares centrais das mais recentes teorias que procuram explicar a acção democrática.

Dois constrangimentos lógicos emergem aquando da necessidade de tomar decisões: (1) a falta de conhecimento sobre as consequências das nossas acções; (2) as limitações intelectuais de cada um. Implicitamente, estão alguns conceitos aqui envolvidos: incerteza, risco, informação assimétrica e incompleta e racionalidade limitada.

A informação limitada foi incorporada na teoria da participação eleitoral por Matsusaka (1995), defendendo o autor que a propensão a votar aumenta com o nível de informação individual, pois mais conhecimento reforça a confiança do indivíduo na sua escolha. Ghirardato e Katz (2006) estendem as características do eleitor assumindo a existência de uma incerteza subjectiva que o eleitor tem sobre a qualidade da informação, associada à ambiguidade que pode ser sentida em relação aos candidatos. Assim, a abstenção pode ser uma escolha óptima se o indivíduo encontra ambiguidade suficiente.

Feddersen e Pesendorfer (1996, 1999) centralizam-se na assimetria de informação como variável explicativa do comportamento eleitoral. Assumindo que não há custos em votar e que os cidadãos estão interessados na implementação da melhor política, concluem que os eleitores menos informados optam por não votar, delegando essa responsabilidade naqueles que detêm mais informação devido a considerarem estes últimos menos propensos a fazer a escolha errada. Portanto, conclui-se que aumentar a fracção esperada de votantes informados contribui para reduzir a abstenção.

A motivação para estar informado deriva de gostos pessoais não observáveis, no entanto Downs salienta que uma cultura superior tem recompensas sociais que podem estimular alguns cidadãos a adquiri-la. Lohmann (1994) argumenta que alguns indivíduos, através da acção política, podem, voluntariamente, incorrer em custos, de forma a sinalizar a sua informação privada aos outros, o que, potencialmente, pode reduzir a possibilidade de se votar erradamente. Larcinese (2009) procura estabelecer uma teoria da aquisição de informação introduzindo a variável ideologia nos modelos de informação assimétrica. Considera que os cidadãos têm diferentes produtividades na aquisição, processamento e retenção da informação que dependem, primeiramente, das características individuais de cada um (educação, rendimento, idade e outras) e num segundo plano determinadas pela oferta de informação, considerando-se que esta é veiculada pelos órgãos de comunicação social. Distingue no

indivíduo dois níveis de informação; um *stock* de informação recebido durante as campanhas políticas e um *stock* inicial de conhecimento político que é o resultado da vivência de cada cidadão. Conclui que os agentes com fracas crenças ideológicas, devido à relativa indiferença que manifestam entre os candidatos, têm pouco estímulo para adquirir informação. No mesmo sentido, aqueles com crenças mais enraizadas, em virtude de uma forte confiança num dos candidatos, também têm um ganho esperado em obter informação que não cobre os custos de aquisição. Assim uma crença ideológica moderada pode ser mais positiva se o objectivo for melhorar a informação política dos eleitores.

Um problema geral destes modelos baseados na informação é que assumem uma vontade natural dos eleitores em votar sem uma explicação teórica para tal. Para além deste facto, Matsusaka (1995) alerta para o problema de haver uma crença individual subjectiva sobre o nível de informação política satisfatório para votar que pode diferir de medidas objectivas de conhecimento. A informação é um elemento chave no estabelecimento dos parâmetros que tradicionalmente explicam o voto, no entanto Gant e Davies (1984) argumentam que os menos informados também podem ser racionais no seu processo de decisão. A partir da hipótese de “economia mental” dão uma explicação para o facto das pessoas poderem aparentar ser simultaneamente ignorantes e votar com base em preocupações políticas. Assumem que, por vezes, avaliações sumárias dos candidatos podem ser mais eficientes do que saber os componentes que dão origem a essas apreciações, na medida em que o eleitor pode não conseguir, ou pura e simplesmente não querer, guardar mentalmente as justificações para os rótulos que atribui. Frases como “ele é conservador” ou “ele é muito empenhado no combate às desigualdades” servem de ferramenta para uma tomada de decisão de voto apoiada nas questões político-económicas, enveredando o cidadão por uma economia de esforços ao nível da informação necessária para justificar as suas afirmações. Os resultados de Gant e Davies apontam no sentido de eleitores mais ideológicos serem provavelmente aqueles a usarem mais a “economia mental”, salientando que este fenómeno está um pouco às avessas do que é comumente aceite, visto estes eleitores serem considerados na sociedade os mais activos, preocupados e informados em relação à política.

Para Larcinese (2009) a aprendizagem é um processo cumulativo de vida que estrutura no indivíduo crenças influenciadoras do seu comportamento de voto. As teorias que introduzem elementos de aprendizagem psicológica no cálculo de voto baseiam-se num processo um pouco diferente, centrando-se na ideia de que as consequências da decisão de votar (abster) nas eleições anteriores são apreendidas pelos sujeitos e influenciam a decisão corrente. Enquanto o votante downsiano é prospectivo (olha para o futuro) estes modelos assumem que o eleitor tem a capacidade de aprender boas estratégias observando o que resultou no passado, logo é adaptativo e não maximizador de utilidade. Schram e Sonnemans

(1996) apresentam os três tipos gerais de aprendizagem que podem acontecer quando uma decisão tem que ser tomada repetidamente: (1) uma forma extrema onde as escolhas que têm sucesso são repetidas e as que falham são abandonadas (lei do efeito); (2) alternativamente, os indivíduos podem olhar para os outros na procura do melhor comportamento, imitando os casos de sucesso; (3) As experiências numa determinada situação reforçam ou enfraquecem as crenças (expectativas) individuais sobre a questão corrente. Os resultados encontrados, integrados num modelo de grupos onde a identidade de grupo e o papel dos líderes são importantes na justificação da participação, apontam no sentido de comportamentos de aprendizagem adaptativos do tipo (1) e (3) também deverem ser incorporados na explicação deste fenómeno⁷.

Se os eleitores são apontados como retrospectivos, então o cálculo da probabilidade do voto ser decisivo na próxima eleição deixa de ser efectuado. Kanasawa (2000) considera o termo P da equação de voto tradicional como a probabilidade do voto ter estado associado a uma vitória no passado. Defende que a aprendizagem é factor explicativo do termo D da equação o que permite a estruturação de uma teoria válida para explicar o valor intrínseco do voto, sendo esta endogeneização um dos maiores contributos dos modelos de aprendizagem. O eleitor que vota é recompensado (penalizado) se o seu candidato favorito ganha (perde), logo aumenta (diminui) a sua preferência por votar. Seguindo o mesmo raciocínio, se o eleitor se abstém e ganha (perde) o seu candidato, a preferência por se abster vai aumentar (diminuir). Este comportamento sugere que o factor determinante na variação da preferência em votar/abster é o resultado do nosso candidato preferido, despojando o eleitor de qualquer sentido crítico em relação ao desempenho do candidato/partido eleito. Bendor et. al. (2003) partindo da mesma base de aprendizagem adaptativa, sugerem que os indivíduos aprendem a votar ou a abster-se. Assumem que os eleitores tomam a sua decisão em função da propensão que têm em votar. Posteriormente, os resultados dessa acção são avaliados como positivos ou negativos mediante as expectativas (aspirações) formadas e o indivíduo faz os necessários ajustamentos à propensão a votar e às aspirações que vão servir de base à decisão eleitoral seguinte. Os resultados apontam no sentido deste tipo de votantes participar significativamente nas eleições, mesmo considerando eleitorados de grande dimensão e introduzindo custos de votar. Acrescenta-se que, com um ciclo de aprendizagem deste tipo, é possível que aspirações irrealistas induzam o decisor a considerar todos os resultados como insatisfatórios gerando desilusão com a política.

Os resultados de Matsusaka e Palda (1999) sugerem que o comportamento de voto no passado é importante na explicação da conduta presente dos eleitores, indiciando a presença de factores estacionários no tempo, tal como o sentido de dever. Assim o acto de votar/abster

⁷ Para um exemplo da aprendizagem através do comportamento imitativo ver Sieg e Schulz (1995).

pode auto reforçar-se. Certas pessoas têm características morais e de interesse pela política que são duradouras, e a propensão à mobilização através de campanhas eleitorais e do ambiente social é, para alguns, relativamente estável. Baseando-se neste tipo de cidadãos Gerber et. al. (2003) alegam que o comportamento eleitoral pode ser analisado como um hábito, o que resulta no reforço da inclinação em votar para quem vota e de se abster para quem não vota. As experiências efectuadas apoiam esta hipótese pelo menos no curto prazo, logo um declínio nas actividades de mobilização pode não implicar níveis mais elevados de abstenção, como defendem os modelos de mobilização.

Esta nova vaga de modelos tem uma estrutura teórica apelativa com fundações psicológicas e parece ser uma via bastante promissora para futuros estudos, mas, pela sua recente introdução, há ainda pouca confirmação empírica associada, como salienta Geys (2006).

Capítulo 2: O estudo da função de participação

Este capítulo debruça-se sobre o tratamento empírico da função de participação, incluindo algumas dimensões que não são especificamente focadas pela teoria racional e apresentando as diversas formas utilizadas na literatura para operacionalizar os conceitos teóricos.

O objectivo não é descrever aturadamente a variedade de resultados empíricos e seus métodos estatísticos. Tal trabalho seria confrontar o leitor com uma lista infindável de variáveis, metodologias, conclusões, em muitos casos contraditórias, e uma exposição forçosamente muito incompleta. A direcção que se vai tomar é no sentido de analisar os grandes grupos de variáveis de referência utilizadas nos modelos empíricos, enquadrando explicações para possíveis resultados distintos e chamar a atenção para os factos relativamente estilizados na literatura sobre participação eleitoral.

2.1 Alguns aspectos contextuais

Para além de tudo o que foi discutido no capítulo anterior, quando pensamos em razões que levam alguém a não votar, podemos supor que alguns não vão porque o tempo está mau, estão doentes ou mal humorados no dia da eleição, encontram-se de férias ou simplesmente

esqueceram-se⁸. É seguro que estas situações acontecem, mas são perfeitamente aleatórias e não constituem uma base para explicar a comparência eleitoral, pois quem é que, por exemplo, está doente, mal humorado ou de férias permanentemente? Estas pessoas de facto abstêm-se, mas devido a factores imprevisíveis, portanto a teoria tem que recorrer a características ou atributos (não a circunstâncias) dos cidadãos que permitam prever a probabilidade da abstenção ocorrer.

As variáveis de referência e as metodologias utilizadas são definidas em grande medida pelo tipo de dados com que se trabalha. Os mais comuns na literatura são os inquéritos individuais que têm a vantagem de discriminar algumas características individuais como, por exemplo, as chamadas, genericamente, crenças ou valores, a informação política, a identificação partidária e outras, às quais os estudos com dados agregados não têm acesso. No entanto estes últimos, para além de permitirem o estudo de uma eleição específica, proporcionam análises do fenómeno ao longo do tempo. Destacam-se dois tipos de estudos. Aqueles que, com dados mais ou menos agregados, procuram avaliar o comportamento eleitoral num determinado país, e outros que analisam a participação comparativamente, juntando resultados e variáveis de vários países de forma a avaliar o impacto na participação de características legais e institucionais dos sistemas eleitorais. Estes últimos são tipicamente estudos em painel, enquanto que os primeiros, para além de também ser usual a utilização desta estrutura podem ser puramente temporais ou seccionais.

Essencialmente, temos três tipos de variáveis usadas na investigação empírica. Variáveis contínuas, como a idade, a taxa de desemprego e a percentagem de participação. Variáveis discretas binárias que permitem distinguir atributos qualitativos com duas categorias apenas, como saber se o indivíduo é sindicalizado ou não, é homem ou mulher ou se determinado país tem ou não voto obrigatório. Por último, temos variáveis discretas com mais do que dois atributos que estabelecem critérios de ordenação, como é o caso da educação, em que o indivíduo pode ter o ensino primário, o secundário ou o superior, ou, por exemplo, qualquer escala de atitude em relação a gostos e preferências individuais⁹.

Para além das variáveis em si, o nível ao qual são medidas influencia a forma de análise e a inferência respectiva. Temos variáveis agregadas e variáveis individuais, que até podem representar o mesmo conceito mas com medições diferentes. Em estudos macro, por exemplo, utiliza-se a taxa de desemprego do país/região, enquanto que ao nível individual esta variável é binária identificando o cidadão como desempregado ou não. Muitos outros exemplos poderiam ser utilizados, como a percentagem de população católica, em contrapartida ao “ser católico” ou não, mas destacamos a própria variável dependente percentagem de participação

⁸ Knack (1994) conclui que as condições do tempo têm um efeito mínimo na participação nos EUA.

⁹ Para uma lista completa das variáveis mais utilizadas ver Knight e Marsh (2002).

eleitoral usada nos estudos macro e a sua homóloga dos estudos micro que é a típica *dummy* que distingue se o indivíduo votou ou não, o que reforça a ideia de interpretações e metodologias estatísticas distintas.

2.2. Variáveis sócio-demográficas

É ideia generalizada que indivíduos mais interessados na política, com crenças ideológicas mais enraizadas ou com maior envolvimento político têm mais tendência para votar que outros. Sendo assim, porque não utilizar escalas de motivações para explicar a participação em vez das características individuais económicas sociais e demográficas? Esta questão preliminar tem a sua resposta na importância dada à compreensão do comportamento eleitoral e não, particularmente, à sua previsão. Dizer que os cidadãos filiados num partido têm maior probabilidade de comparecer às urnas é mais ou menos o mesmo que dizer que quem usa barba é homem. A explicação da participação recorrendo às motivações dos cidadãos faz recuar o investigador um passo na compreensão do fenómeno levando-o a equacionar respostas para o porquê de algumas pessoas serem filiadas num partido, estarem mais interessadas ou mais envolvidas na política (como chama a atenção Perea, 2002: 647), respostas estas em que as características individuais desempenham um papel primordial. Deste modo, a compreensão do fenómeno passa mais pela introdução nos modelos a estimar do contexto de cada indivíduo, enquanto que as motivações têm uma maior eficácia na previsão da participação.

Educação

A educação tem sido considerada como o indicador mais importante na explicação do comportamento eleitoral ao nível individual (Blais, 2000: 12). Genericamente, os resultados apontam no sentido de uma educação mais elevada estar ligada a uma maior participação¹⁰ por duas razões. Primeiro, um maior nível de escolaridade incute no indivíduo mais sentido de dever e faz com que ele sinta e reconheça as recompensas de seguir as regras e fazer o que é esperado. Segundo, uma educação superior torna o cidadão mais capaz de estabelecer e compreender conversas de âmbito político, estimulando o interesse pela política (Mueller, 2003).

Ao nível dos estudos com dados agregados encontramos algo um pouco diferente. A participação nas democracias ocidentais tem vindo a declinar desde a década de 60 (Freire e

¹⁰ Milligan et. al. (2004) investigam a relação entre escolaridade obrigatória e participação, chegando à conclusão que, para os EUA, existe uma relação forte entre voto e educação, mas que tal já não se verifica para o Reino Unido.

Magalhães, 2002: 46), precisamente o período de expansão da educação secundária e superior. Reforçando o dilema, também os Estados Unidos e a Suíça, sendo países com populações das mais educadas do mundo, apresentam as taxas de participação eleitoral mais baixas. Aqui uma das raízes do problema pode residir na elevada frequência de eleições que estes países apresentam - os eleitores nos Estados Unidos são chamados em média às urnas 2 a 3 vezes ao ano e na Suíça 6 a 7 vezes (Lijphart, 1997).

Franklin (2004), analisando 22 países com eleições contínuas desde o fim da II Guerra Mundial, verificou que a correlação entre a percentagem de população com ensino universitário e a participação é negativa e estatisticamente relevante. Teoricamente, os menos educados podem ser mais propensos à mobilização, à pressão dos líderes de opinião e podem mais facilmente acreditar nos anúncios e discursos que dizem que o voto individual conta para o resultado eleitoral (maior P). Franklin avança um pouco mais pondo em causa a própria relação causal entre as duas variáveis, argumentando que é possível que o interesse na política, sendo uma característica associada a uma mente inquisitiva, mova algumas pessoas a prosseguir os seus estudos.

Idade

Os resultados encontrados na literatura sobre a relação entre esta característica do votante e a participação eleitoral, não surpreendentemente, apontam, na generalidade, para um aumento da propensão a votar à medida que se avança na idade (Blais, 2000; Franklin, 2004). No entanto, a partir da “idade de enfermidade”, existe, por razões óbvias relacionadas com a capacidade do eleitor em dirigir-se às urnas, um aumento da abstenção nas faixas etárias mais idosas. Alguns autores, considerando que este fenómeno tem um peso significativo, propõem uma relação em forma de U para esta relação entre abstenção e idade, em contrapartida à típica estrutura linear.

A explicação teórica para a tendência dos jovens votarem em menor número e para a propensão ir aumentando com a idade relaciona-se fundamentalmente com os custos de votar e com a formação do hábito de participar nas decisões da sociedade (Plutzer, 2002). Esta teoria do desenvolvimento começa no momento em que os jovens cidadãos são confrontados com a primeira eleição em que participam. Cada um tem uma propensão própria a participar que depende de factores familiares e pessoais, fazendo com que uns se tornem votantes habituais, mas uma percentagem considerável junta-se às fileiras dos abstencionistas. Esta ideia tem a sua base nos custos amplificados associados à primeira experiência do jovem na decisão democrática. O novo eleitor tem pela frente o registo nos cadernos eleitorais e a incerteza relativamente ao local das urnas e aos procedimentos de voto. Também esta fatia de votantes

pode ainda não ter desenvolvido um entendimento sobre as diferenças partidárias e sobre os assuntos socio-económicos chave que são debatidos nas campanhas eleitorais e normalmente as suas redes sociais consistem principalmente de outros indivíduos na mesma situação. No entanto, os jovens que votam fazem-no presumivelmente porque suportam custos mais baixos que os outros. Na origem desta diferença estão os recursos familiares do jovem que se manifestam no estatuto socio-económico e no envolvimento político dos pais e familiares próximos, e os recursos individuais associados aos seus próprios êxitos. À medida que o tempo passa a propensão para votar vai aumentando nos não votantes e, eventualmente, grande parte deles acaba por se habituar a ir às urnas. O que realmente é difícil de explicar são as razões que levam a velocidades diferentes de adaptação.

Numa outra perspectiva, Franklin (2004) aborda o papel das variações geracionais na participação ao longo do tempo. Mostra que as novas faixas etárias de eleitores são particularmente responsáveis por alterações nas taxas de abstenção. Assim, para além de confirmar a ideia genérica da propensão a votar aumentar com a idade, chama a atenção para a existência de diferenças entre a taxa de participação dos jovens e as taxas de participação de outras faixas mais idosas quando eram a faixa mais jovem, considerando que cada geração tem características diferentes, logo impacto diferente. Baixar a idade legal de votar, para o autor, pode trazer um grupo de indivíduos ao sistema democrático com participação abaixo da média. Os resultados apontam no sentido dos primeiros 4 anos que se seguem à maioridade, associados ao final do ensino secundário e aos problemas de afirmação do jovem como um adulto, causarem abstenção acima da média para esta faixa etária.

Características sociais

Como já foi dito, sabemos que pessoas mais interessadas e envolvidas na política têm uma propensão mais elevada para votar. A questão é saber porque é que alguns exibem este forte interesse e outros nem por isso. A hipótese teórica explicativa é que quanto maior é o envolvimento do indivíduo na comunidade, maior é a sua exposição a normas sociais de comportamento político e maior volume de informação é disponibilizada que de outro modo seria difícil de obter. A integração social bem sucedida cria um sentimento de identificação com a sociedade que motiva a participação eleitoral, quer na direcção de aumentar o sentido de dever do cidadão quer enquadrada nas recompensas sociais que derivam de fazer o que é esperado. Pelo contrário, a alienação, a desconfiança, a apatia e os preconceitos muitas vezes têm efeitos negativos na socialização do indivíduo¹¹. As variáveis sociais mais utilizadas na explicação da participação directamente, e do envolvimento político que, indirectamente,

¹¹ Ver Leighley e Vedlitz (1999), pp. 1095 para referências bibliográficas sobre este assunto.

sabemos ter um efeito positivo na ida à urnas são: o estado civil, a raça e etnia e todo o conjunto de redes sociais em que o indivíduo pode se envolver, tais como, cultos religiosos, sindicatos e a vivência de bairro.

Os resultados empíricos geralmente apoiam uma maior participação eleitoral entre os indivíduos casados (Evans, 2003). Campbell et. al. (1960) argumentam que os cidadãos casados estão mais integrados na sociedade e aparentemente as famílias são mais afectadas pelas políticas governamentais, logo o incentivo para participar no processo democrático é maior. Também a própria escolha partidária parece ser afectada pelo estado civil, pelo menos nos EUA, onde Weisberg (1987) encontrou um aumento de 10 a 15% no voto republicano dos casados relativamente aos solteiros.

O envolvimento religioso é visto como um sinal de incorporação social do cidadão, que participando activamente em movimentos religiosos vê aumentada a sua informação e as suas capacidades de liderança, bem como a responsabilidade e o sentido de dever. Deste modo, os estudos tradicionais dos anos 60 e 70 nos EUA apontam estes cidadãos como votantes mais activos do que aqueles não integrados em igrejas (ver Cassel, 1999). No entanto, estudos mais recentes são um pouco contraditórios. Strate et. al. (1989) reportam que frequentar a igreja mobiliza os votantes quer directamente quer aumentando o conhecimento e o interesse político. Acrescentam a hipótese de existir uma propensão maior em participar noutras organizações por parte dos elementos de grupos religiosos. Pelo contrário, Peterson (1992) não encontra resultados que apoiem uma maior participação eleitoral dos membros de congregações via um aumento de interesse político e conhecimento. No entanto, os seus resultados revelam que a religiosidade aparenta ter uma relação com a ideologia política, sendo os frequentadores de igrejas tendencialmente conservadores, efeito especialmente sentido entre os brancos, fundamentalistas e mulheres.

Com o mesmo argumento de voluntarismo cívico, *ceteris paribus*, é de esperar que os membros de sindicatos participem mais do que os não sindicalizados (Leighley, 1996; Radcliff, 2001; Radcliff e Davis, 2000). Como, tradicionalmente, os sindicatos estão relativamente ligados a determinados partidos e são assumidamente organizações políticas, é de esperar que o efeito seja tanto maior quanto maior for esta relação de identificação. Um segundo mecanismo que relaciona os sindicatos com um aumento da participação é o efeito causado por estas organizações nas pessoas não sindicalizadas. A mobilização conseguida entre os não membros pode resultar de campanhas mediáticas organizadas e pelo facto dos sindicatos fornecerem informação adicional relativamente ao contexto eleitoral. Numa perspectiva de luta de classes, uma presença forte dos sindicatos na vida política pode direccionar os partidos para uma posição de maior favorecimento das classes mais baixas, contribuindo assim para um aumento da participação nesta faixa de votantes. Por oposição, os grupos cujos interesses

conflituam com os dos sindicatos podem também aumentar a sua participação de forma a combater um candidato pró-sindicalista (Leighley e Nagler, 2005). Apesar dos sindicalizados serem mais propensos a votar que os outros cidadãos, seria de esperar que pessoas com familiares sindicalizados tivessem uma propensão a votar pelo menos ligeiramente superior à daqueles que não têm contacto directo ou indirecto com organizações sindicais. Delaney et. al. (1988) não encontram provas deste raciocínio, adiantando como explicação possível que os familiares de sindicalistas podem não estar expostos às pressões e outros efeitos provocados pelos sindicatos.

A investigação sobre a participação eleitoral dos grupos étnicos tem sido mais activa nos EUA. Os resultados apontam no sentido da comunidade negra participar tanto ou mais que os indivíduos de raça branca, apesar de entre os jovens negros ter-se vindo a verificar um declínio (Leighley e Nagler, 1992). Pelo contrário, a tendência é para baixos níveis de participação entre as comunidades latinas (Highton e Burris, 2002). Quando procuramos explicações nas características socio-económicas dos grupos étnicos os resultados são um pouco contraditórios. Por exemplo, a participação dos afro-americanos só, ocasionalmente, parece estar relacionada com a educação e o rendimento, mas para os mexicanos residentes nos EUA a educação está significativamente associada à afluência às urnas, o que já não acontece nos asiáticos (Leighley e Vedlitz, 1999). As diferenças de participação entre brancos e negros são especialmente explicadas por maiores níveis de consciência de grupo entre estes últimos, com destaque para a mobilização religiosa (Wilcox e Gomez, 1990).

2.3. Condições económicas

A maioria das características sociais, a idade e a educação, que ajudam a compreender o fenómeno da participação eleitoral acabam por se relacionar com as particularidades económicas dos eleitores. Comparativamente à vasta literatura que relaciona as condições económicas com os resultados eleitorais, tem sido dada pouca atenção à questão de como (ou se) a economia afecta a ida às urnas. O assunto é relevante pois, no caso de existir esta relação, torna-se difícil especificar adequadamente a forma como a economia influencia o sentido de voto, e os estudos sobre participação tornam-se incompletos.

Um aspecto preliminar merece ser focado antes de se entrar propriamente na descrição da forma como têm sido conduzidos os estudos nesta área. Existe um contínuo debate sobre se, na decisão de voto, os critérios económicos envolvem predominantemente as características económicas individuais, (visão “egotrópica”) ou a avaliação da macroeconomia (visão “sociotrópica”). Na literatura, o voto em função da economia nacional é geralmente mais consistente do que o voto económico pessoal (Lewis-Beck e Paldam, 2000). Apesar dos

indivíduos sentirem o pulso à economia nacional através das estatísticas apresentadas nos meios de comunicação social, têm, de forma directa, contacto com a economia da sua área geográfica, por exemplo através da observação do número de conhecidos desempregados, do contingente de fábricas e estabelecimentos comerciais que abrem ou fecham ou das obras públicas e privadas que vão sendo efectuadas na sua área de residência. Os próprios meios de comunicação regionais abordam com grande detalhe as condições económicas e sociais locais. Assim, também a economia local pode entrar nas cogitações do cidadão na altura das eleições, surgindo como um ponto intermédio entre condições nacionais e condições individuais. No entanto, há uma variação substancial nas condições económicas entre regiões, originando sinais por vezes contraditórios entre as condições individuais, regionais e nacionais que dificultam a avaliação individual da economia com base nestes três níveis, complicando a captura de efeitos fortes e coerentes da economia sobre o comportamento eleitoral. Se um determinado individuo vê a sua situação financeira melhorar bem como a dos seus conhecidos, assiste ao desenvolvimento da região onde vive e os meios de comunicação fornecem informações positivas relativamente aos indicadores macroeconómicos, com certeza que poucas dúvidas lhe restam relativamente ao estado da economia. No entanto, quando sinais positivos se misturam com sinais negativos, a imagem económica pode turvar-se e, conseqüentemente, a importância desta sobre a decisão de voto. Desta forma, não é de admirar que, na relação entre participação e condições económicas, “o mais espantoso aspecto da literatura pode ser a sua inconsistência.”¹²

A economia afecta claramente a escolha de voto, como veremos em detalhe mais à frente, mas a sua influência - se é que tem alguma - na decisão de comparecer ao acto eleitoral é uma questão muito menos consensual. Desemprego, rendimento e, em abordagens agregadas, também a inflação são os indicadores mais comuns na literatura para retratar a situação económica. Um ponto de vista é que a adversidade económica fomenta a participação (Radcliff 1996). Por um lado, as pessoas que atravessam dificuldades económicas culpam o governo pelo facto, logo são mais propensas a mobilizarem-se, participando em protestos e grupos de pressão e conseqüentemente têm maior probabilidade de votar. Por outro lado, segundo a teoria do voto negativo (Lau 1985), a motivação para punir politicamente o governo é superior à motivação para o recompensar, reforçando o primeiro argumento de responsabilização. Assim, em alturas de depressão económica deve assistir-se a um aumento da afluência às urnas, o mesmo acontecendo em menor grau, devido ao enviesamento do voto negativo, em alturas de expansão¹³.

¹² Tradução do autor, de Radcliff (1992) pp. 444.

¹³ Lewis-Beck e Lockerbie (1989), analisando quatro países europeus, encontram resultados que apontam no sentido das pessoas que vêem a economia a melhorar votarem mais que os outros.

No reverso da medalha desta teoria da mobilização está a hipótese da adversidade económica reduzir a participação eleitoral, num efeito de retirada. Os problemas económicos podem adicionar preocupações pessoais que reduzem o tempo e atenção prestados a questões menos centrais como a política. As inquietações com o bem estar pessoal aumentam à medida que os problemas financeiros se vão acumulando, reduzindo a capacidade de participação política. Os resultados de Rosenstone (1982) apontam neste sentido, quer a nível individual quer agregado. Os pobres, os desempregados e aqueles que se encontram em apertos financeiros têm menor probabilidade de votar. Interessantemente, num contexto de adversidade económica, para além do aumento do custo de oportunidade de dar atenção à política em vez de olhar para os problemas pessoais, o autor destaca como segunda explicação para o fenómeno de retirada do processo político a perturbação das relações sociais. Argumenta que uma pessoa desempregada vê eliminada a interacção com os colegas de trabalho. Dificuldades financeiras e desemprego também são passíveis de produzir problemas conjugais e familiares. Como a família, colegas e amigos são importantes redes de informação política e encorajam a participação, uma quebra nestas relações tem tendência a reduzir a propensão a votar do cidadão.

Considerando que as classes mais baixas estão mais expostas à adversidade económica e que geralmente a esquerda tem maior implementação nestas faixas da população, esta hipótese de retirada tem consequências sobre a teoria do voto, sendo de esperar que os partidos de esquerda sejam mais afectados que os de direita, e o contrário acontecendo se aceitarmos o postulado da mobilização.

Um terceiro ponto de vista é que a adversidade não está relacionada com a participação. Uma razão para esta hipótese de “não efeito” é que as pessoas podem considerar-se elas próprias responsáveis pela adversidade que atravessam, não procurando uma solução política para os seus problemas. Há alguns resultados que apontam para a não existência de relação entre a economia e a participação, tais como Fiorina (1978), Blais (2000) e Kostadinova (2003). Blais (2006) avança com a ideia que, sendo as duas explicações anteriores válidas em termos teóricos, mas factualmente contraditórias, o resultado mais lógico será um efeito geral nulo. Retomamos aqui a ideia dos vários níveis de informação económica (pessoal, local e nacional) poderem apresentar sinais contraditórios o que é passível de originar o consciente afastamento da dimensão económica do raciocínio eleitoral do cidadão, ou, alternativamente, uma avaliação nula. Assim, esta teoria avançada por Blais deixa de ser de facto teoria, sendo apenas um corolário da actuação das forças opostas avançadas pelos defensores da mobilização e da retirada.

Radcliff (1992), numa análise comparativa de um painel de 29 países, encontra resultados que apontam para um efeito de retirada nos países do 1º mundo, enquanto que para

os países em vias de desenvolvimento a adversidade económica faz aumentar a participação. Avança como explicação o facto dos países industrializados estabelecerem programas sociais que servem de almofada às depressões económicas o que implica um impacto menor na população relativamente aos países que não usufruem deste tipo de sistema de segurança. Assim, os indivíduos de países menos desenvolvidos podem ser considerados mais sensíveis a alterações macroeconómicas. Acrescenta-se que, como nos países mais desfavorecidos uma maior fatia da população tem rendimentos baixos, o impacto duma recessão faz-se sentir mais acentuadamente pela simples lógica que uma redução, por exemplo, de 5% no rendimento duma pessoa que sobrevive no limiar da pobreza tem efeitos reais mais graves do que a mesma redução numa família de classe média.

Entre estas três perspectivas há uma dificuldade grande em escolher uma em detrimento das outras, pois os resultados encontrados na literatura são empiricamente débeis e contraditórios nas conclusões e entre países.

2.4. Variáveis institucionais e eleitorais

A generalidade dos estudos que equacionam o ambiente legal e eleitoral específico a cada área geográfica são efectuados num contexto comparativo entre países, logo numa dimensão macro que implica o recurso a dados agregados em painel. O argumento fundamental para esta perspectiva é que para além de factores culturais e individuais a estrutura institucional e as particularidades dos sistemas eleitorais ajudam a explicar as diferenças de participação que se verificam entre países. Duma participação média de 94.6% na Austrália e 92.1% na Áustria até aos 55.8% e 56.6% dos Estados Unidos e Suíça, respectivamente¹⁴ existe grande variedade de valores e outros tantos sistemas legais e eleitorais distintos. Apesar de incorporarem características demográficas, sociais e económicas, como o fazem muitos estudos que recorrem a outros tipos de dados, apenas nos estudos comparativos é possível explorar algumas dimensões contextuais específicas aos países, constituindo estas a principal contribuição da análise comparativa para a compreensão do fenómeno da abstenção/participação.

Os estudos pioneiros de Powell (1986) e Jackman (1987) examinam as diferentes estruturas democráticas entre países procurando estabelecer ligações com a participação eleitoral. Os resultados destes e dos subsequentes estudos apontam para a importância do enquadramento legal e institucional na explicação das variações na participação, estabelecendo um conjunto típico de variáveis explicativas que optámos por agregar em três

¹⁴ Dados de 1945 a 1999 apresentados por Franklin (2004) pp. 11.

grupos: O sistema partidário e os resultados eleitorais; o sistema eleitoral; e outras características institucionais.

O sistema partidário e os resultados eleitorais

O sistema partidário, ou mais exactamente o número de forças políticas em competição, é normalmente apontado como variável explicativa da participação, mas existe pouco consenso na literatura sobre a natureza exacta desta interacção. Alguns apontam a existência de um leque variado de escolhas políticas no espaço ideológico como benéfico, argumentando que, neste contexto, há mais possibilidades do eleitor se identificar politicamente, logo de ser estimulado a ir às urnas. O contra-argumento daqueles que sugerem que o aumento da fragmentação partidária reduz a participação centra-se na ideia que, quanto maior é a probabilidade de se formarem governos de coligação, menor é a percentagem de votos a determinar quem governa. Como é defendido por Jackman (1987), nos sistemas multipartidários que produzem governos de coligação, o eleitor pode não estar a escolher directamente quem o vai governar. Por um lado, em muitos casos, quem vota no partido vencedor não sabe com quem este vai formar governo. Por outro lado, a ambiguidade e o compromisso são introduzidos na decisão política, não permitindo o fiel desenvolvimento das plataformas políticas propostas em campanha aos cidadãos. Como corolário deste raciocínio, é de esperar que as eleições desempenhem um papel menos decisivo em sistemas multipartidários, reduzindo os incentivos para votar.

Partindo do postulado da teoria instrumental que a probabilidade do voto individual ser decisivo é importante nas cogitações do eleitor, é de esperar que quanto maior for a competitividade eleitoral maiores serão os incentivos para votar. Podemos focar duas características fundamentais que afectam a competitividade: o tamanho do eleitorado e a proximidade de resultados entre as forças concorrentes.

Voltando de novo à teoria racional, quanto menos votantes houver, ou se espere que votem, mais importante se torna a contribuição de cada indivíduo para o resultado final. Entra também nesta relação o grau de proporcionalidade do sistema democrático e o número e consequente tamanho dos círculos eleitorais, sendo previsível que quanto menor for o número de eleitores por membro parlamentar, maior é o potencial para que os eleitores mantenham comunicação com aqueles que elegem, o que serve de incentivo à participação. Neste campo, a discrepância entre países é significativa andando a Índia na ordem dos 1,7 milhões de votantes por membro parlamentar, enquanto os números para Cabo Verde e Malta rondam os 5.500 eleitores por mandato¹⁵. Para Portugal este indicador ronda os 43,5 mil. Malta é muitas

¹⁵ Norris (2004) pp.164

vezes citado como um caso particular que corrobora a teoria racional. Com taxas de participação perto dos 90%, este fenómeno de adesão pode ser explicado pelo facto do país ter apenas 200 mil eleitores, sendo as eleições ganhas por diferenças na ordem das centenas de votos, o que inflaciona grandemente a utilidade da participação individual. Também, como é um país muito pequeno, não há governos regionais, nem mesmo presidentes de câmara, concentrando-se toda a política no parlamento, revestindo as eleições duma importância crucial.

No modelo de utilidade esperada proposto por Downs (1957) para explicar o comportamento de voto, uma maior competitividade eleitoral tem um efeito positivo na participação via um aumento da probabilidade do voto ser decisivo. Quanto mais incerto for o desfecho duma eleição mais importante se torna o voto individual, conseqüentemente o incentivo para comparecer ao sufrágio é ampliado. As revisões da literatura efectuadas por Matsusaka e Palda (1993) e Mueller (2003) confirmam que a generalidade dos estudos empíricos encontra resultados que apoiam a relação positiva entre competitividade e participação.

Para além do argumento instrumental esta relação pode ser reforçada por outras razões. Shuessler (2000) chama a atenção para a possibilidade dos eleitores estarem mais propensos a votar em eleições renhidas pelo simples facto de ser mais emocionante participar quando o resultado é menos previsível, incluindo motivações expressivas independentes da probabilidade do voto ser decisivo. Também, a previsão de elevada competitividade pode redobrar os esforços de mobilização e campanha por parte dos partidos, incentivando mais cidadãos a dirigir-se às urnas. Acrescenta-se que a competitividade está relacionada também com alguns factores institucionais já referidos, como o tamanho dos círculos eleitorais, a frequência das eleições, o número de partidos e o grau de proporcionalidade do sistema de transformação de votos em lugares.

Normalmente a competitividade é operacionalizada como a diferença entre os votos recebidos pelo partido vencedor e os do segundo partido mais votado, ou dividindo esta diferença pelo número total de votos. Apesar de ser uma medida *ex post* à eleição é de esperar que não se afaste muito das expectativas formadas pelos eleitores antes do sufrágio. Alternativamente, a competitividade pode ser vista como uma medida relativa, onde o que conta é a diferença de votos como percentagem do total de votos efectivos, o que leva em consideração o tamanho dos círculos eleitorais¹⁶. Assim, considerando os partidos 1 e 2 e o distrito *i*, a formulação da margem de competitividade pode ser:

¹⁶ Matsusaka e Palda (1993) pp. 862.

$$M_i = 100 \times \frac{Votos_i(1) - Votos_i(2)}{Votos_i(1) + Votos_i(2)} \quad (2.1)$$

Outra forma de abordagem é utilizar o número de eleitores registados, visto que num círculo eleitoral, por exemplo, de mil eleitores o voto individual é mais decisivo do que num de 100 mil eleitores. Relacionando competitividade com política, Franklin (2004) considera que o apoio obtido pelo partido mais votado é importante quando se equaciona a questão da implementação das políticas por ele propostas, especialmente em sistemas multipartidários onde estes votos vão representar a força do maior partido dentro duma possível coligação. Como tal utiliza uma medida que apelida de “estatuto de maioria” que representa a divergência da percentagem de votos do partido mais apoiado em relação aos 50%, que é o limiar onde é esperado que este governe sozinho. À medida que um partido se afasta para baixo dos 50% a possibilidade de implementar as políticas que propõe diminui, reduzindo a clareza das medidas a ser aplicadas após as eleições.

O sistema eleitoral

A organização das instituições governativas e do processo eleitoral não é uniforme entre os países, apresentando diferenças que justificam uma análise cuidada do seu impacto sobre a adesão eleitoral. Uma primeira distinção é a opção de alguns países pelo bicameralismo enquanto outros optam pelo unicameralismo. Jackman (1987) e Jackman e Miller (1995) apontam o unicameralismo como benéfico para a participação, argumentando que esta moldura legal é crucial para produzir governos com efectivo poder de decisão. Quando não existe uma segunda câmara, não há necessidade do governo entrar em compromissos com outro órgão legislativo, conseqüentemente as eleições são tão mais decisivas quanto menor for o bicameralismo. No entanto, alguns estudos como Blais e Carty (1990) e Pérez-Liñan (2001) não encontram efeitos associados a estas diferenças organizacionais, mas “É difícil acreditar que a participação não é afectada pela saliência duma instituição. No entanto, a evidência empírica sobre a questão é ambígua. O desafio é encontrar escalas fiáveis que incluam as diferentes dimensões de saliência.”¹⁷.

Uma outra hipótese relativa à estrutura eleitoral de um país é a expectativa de ter maior participação em sistemas de representação proporcional quando comparados com os que utilizam a regra da maioria. Três argumentos podem ser apresentados a favor desta lógica. Primeiro, os sistemas proporcionais são vistos como mais justos porque aumentam a probabilidade do voto marginal ser decisivo. O grau de proporcionalidade na transposição dos

¹⁷ Tradução do autor, de Blais (2006) pp.115.

votos em lugares no parlamento faz com que cada voto conte. Pelo contrário, num sistema maioritário, por exemplo em círculos uninominais, todos os votos do candidato perdedor são efectivamente perdidos ou não têm valor. Segundo, em sistemas maioritários os eleitores são desencorajados a votar nos pequenos partidos em virtude da baixa probabilidade destes obterem assento na câmara legislativa. Assim, alguns podem optar pelo voto estratégico numa segunda escolha ou recolher à abstenção. Nos sistemas proporcionais, pela razão inversa, o incentivo para votar em partidos com menor implementação é superior, permitindo ao eleitor votar de forma expressiva. Terceiro, quando se utiliza a regra da maioria, alguns partidos podem abdicar de fazer campanha eleitoral e esforços de mobilização em distritos considerados como praticamente perdidos, reduzindo-se desta maneira os estímulos externos à participação.

É de salientar que existem diversos graus de proporcionalidade que estão relacionados com o tamanho e número dos círculos eleitorais. Mais círculos de menor dimensão, qualquer que seja o sistema, aumentam a proporcionalidade na transformação de votos em lugares. Os resultados encontrados por Blais e Carty (1990), Jackman e Miller (1995), Radcliff (1996), Norris (2004) e Kostadinova (2003) para os países pós-comunistas, apoiam a ideia de maior proporcionalidade estimular a participação, no entanto os estudos efectuados para a América Latina não encontram traços desta conexão (Pérez-Liñan 2001; Fornos et. al. 2003).

Outro factor que tipicamente influencia os incentivos para votar está relacionado com o poder que a eleição vai atribuir ao vencedor, ou seja a importância da contenda. Eleições que elegem os governantes da nação, independentemente de ser um governo parlamentar ou presidencial, são consideradas de primeira ordem, exactamente por serem as que conferem mais poder, enquanto que todas as outras são consideradas de segunda ordem. A teoria racional postula que o incentivo para votar é superior nas primeiras, pois são mais importantes em termos do poder que conferem. Trata-se dum facto facilmente confirmável na generalidade dos países. Norris (2004) acrescenta que em sistemas presidenciais onde a eleição do corpo legislativo e do presidente são efectuadas em ocasiões distintas, as legislativas têm afluência mais baixa quando comparadas com o mesmo tipo de eleições em sistemas parlamentares, onde são consideradas de primeira ordem.

O modelo racional é sustentado por uma análise custo benefício que instrumentaliza o raciocínio do eleitor. Apesar dos custos de votar serem difíceis de medir não se questiona a sua existência, apenas a sua importância na decisão de votar. A frequência das eleições, pelo aumento de custos que inflige ao eleitor é vista como uma variável que reduz a participação, na medida em que o aumento do número de sufrágios pode produzir fadiga eleitoral (os resultados de Norris (2004) confirmam esta relação). Os casos da Suíça e Estados Unidos são muitas vezes citados como exemplo em virtude do elevado número de eleições e referendos

que são efectuados a nível nacional, regional ou local estar conjugado com taxas de participação excepcionalmente baixas, relativamente aos outros países ocidentais. Nesta óptica, a introdução das eleições para o Parlamento Europeu pode explicar de alguma forma o aumento, nas décadas mais recentes, da abstenção nos países europeus. Também a própria distância temporal que medeia duas eleições pode provocar fadiga eleitoral, como defende Franklin (2004). Se duas eleições realizam-se relativamente perto uma da outra, os votantes podem não sentir a mesma inclinação em fazer ouvir as suas vozes relativamente a eleições mais espaçadas no tempo.

Outras características institucionais

Outras variáveis assumem um papel também importante na análise comparativa, nomeadamente o voto obrigatório, a idade legal para votar e as estruturas que visam facilitar a ida às urnas.

O voto obrigatório aumenta a participação. Este padrão tem sido confirmado por todos os estudos das democracias ocidentais e o impacto esperado anda, na maior parte dos casos, entre 10 e 15 pontos (Blais e Carty, 1990; Blais e Dobrzynska, 1998; Franklin 2004). Para sustentar a obrigatoriedade existem sanções para os prevaricadores, o que levanta a dupla questão do grau de punição necessário para “empurrar” as pessoas às urnas e da sua efectiva aplicação. O Brasil, Egipto e o Luxemburgo adoptaram coimas, apesar de existirem outras punições que incluem a impossibilidade de tirar documentos oficiais (passaporte, bilhete de identidade, carta de condução), também adoptadas pela Itália e Grécia, enquanto que, por exemplo, em Chipre os infractores são ameaçados com pena de prisão até 6 meses. Ao todo existem 23 países que adoptam o voto obrigatório com penalizações pouco uniformes, salientando-se a América Latina, e alguns deles têm forte historial democrático como é o caso da Austrália¹⁸.

A introdução de custos de abstenção reequaciona toda a lógica racional da decisão de voto e levanta a questão filosófica de saber se o voto é um direito ou um dever. A generalidade do “bombardeamento” informativo a que todos estamos sujeitos procura incutir a noção de que votar é as duas coisas, no entanto nos países com sanções o direito de não participar existe, mas o indivíduo tem que acatar com as punições subsequentes, o que faz a abstenção parecer um típico delito comum, logo em vez de aparentar ser um direito e/ou um dever, assemelha-se mais a uma obrigação. Em termos puramente racionais a obrigatoriedade pode levar às urnas indivíduos pouco motivados e desinformados que podem distorcer o esforço primordial da democracia em eleger a melhor alternativa política. No entanto, neste

¹⁸ Fonte: Norris (2004), p.168.

enquadramento a legitimidade democrática é maior, assim como a capacidade de responsabilização dos actores políticos.

Em alternativa ao voto obrigatório podem ser adoptadas medidas mais brandas de estímulo à participação através de processos que facilitem o acesso às urnas. Os idosos, os deficientes, aqueles que têm que percorrer grandes distâncias para votar e os casais com filhos pequenos sentem todas as dificuldades extra em cumprir as funções eleitorais. Norris (2004) analisa o efeito de algumas regras específicas como o voto por carta, a transferência de voto e zonas de voto especiais, não encontrando um efeito significativo. Uma outra forma de estimular a participação é o voto ao fim de semana. Como sábados e domingos são dias em que as pessoas têm mais tempo livre é de esperar que eleições nestes dias tenham participação mais elevada. Os resultados de Franklin (1996) com dados seccionais apontam neste sentido, mas no seu trabalho de 2004, ao efectuar uma análise ao longo do tempo, tal efeito dissipa-se. Argumenta que nos países que não alteram o dia eleitoral as pessoas adaptam-se mais facilmente ao facto do voto ser ao fim de semana ou não, enquanto que nos países onde se altera o dia de voto de forma relativamente frequente elimina-se a possibilidade de aprendizagem por parte dos eleitores. O princípio fundamental que defende é que os eleitores estão mais confortáveis com hábitos do que com perturbações às suas actividades regulares.

Como já foi abordado, a propensão para votar tem tendência a aumentar com a idade, o que implica postular que a redução da idade legal para votar tem um impacto negativo na participação eleitoral. Hoje em dia, apesar da maioria dos países ter como idade de referência os 18 anos, o que explica a não inclusão desta variável em alguns estudos com dados mais recentes, Blais e Dobrzynska (1998) e Franklin (2004) sugerem que a redução da idade legal de 21 para 18 anos levou ao aumento da abstenção em 5 e 3 pontos percentuais, respectivamente. As explicações para este fenómeno já foram focadas anteriormente, no entanto os autores apontam este resultado como um argumento para o declínio, que se tem verificado nas últimas décadas, das taxas de participação na generalidade dos países.

Capítulo 3: Caracterização do Sistema eleitoral e da participação no território Português

Este capítulo faz uma breve caracterização do processo democrático e da evolução da participação em Portugal, servindo de enquadramento para a análise empírica que se pretende efectuar.

A chamada de atenção dos estudos comparativos para a influência dos factores institucionais e legais na compreensão das diferenças de comportamento de voto entre nações torna importante a caracterização do sistema eleitoral Português. As primeiras duas secções, analisam, sumariamente, os grandes grupos de sistemas eleitorais vigentes no mundo e a discussão que se gera em torno das vantagens e desvantagens de cada um, permitindo enquadrar e compreender de maneira mais abrangente a secção que lhes segue descrevendo a realidade nacional. Posteriormente, analisa-se e discute-se, brevemente, a evolução da participação no Portugal democrático.

3.1. Síntese de classificação dos sistemas eleitorais

Genericamente, a aplicação da democracia pode ser dividida em três grandes componentes que estabelecem os pilares legais do funcionamento eleitoral. O contexto

institucional mais lato reporta-se à estrutura constitucional que define se o governo é presidencialista ou parlamentar, se existe unicameralismo ou bicameralismo e se o poder está centralizado num governo ou é distribuído de forma federalista. Num segundo plano de abrangência, encontra-se o sistema eleitoral constituído pelo conjunto de leis que permitem estabelecer a forma de voto, a fórmula de transposição de votos em lugares de representação, o número de lugares por círculo, a existência ou não de um número de votos mínimo para um partido assegurar assento no parlamento, para além de outros regulamentos. Por último, temos os procedimentos eleitorais que são regras mais específicas de âmbito técnico ou prático que podem incluir, por exemplo, as leis que regem a candidatura a candidato, a distribuição dos espaços de voto, que definem quem pode votar, que regulamentam o financiamento e os tempos de antena das campanhas eleitorais e que impõem ou não o voto obrigatório.

Foi a partir dos esforços iniciais de Duverger (1954) e Rae (1967) que se começou a tentar classificar os sistemas eleitorais e a analisar as principais consequências sobre os intervenientes políticos.

Apesar do conjunto de leis orgânicas e de funcionamento definirem o processo democrático, a principal distinção utilizada para categorizar as famílias de sistemas eleitorais tem sido o procedimento empregue na transformação de votos em lugares parlamentares. Assim, temos três grandes grupos que se subdividem em várias sub categorias: os sistemas de fórmula maioritária, os sistemas de fórmula proporcional e os sistemas combinados (ou mistos) que incluem características dos dois anteriores. De 191 países analisados, Norris (2004) enquadrou 91 no primeiro grupo, 64 no segundo e os restantes 26 foram classificados como sistemas combinados.

O objectivo principal da adopção da representação maioritária é gerar governos de partido único, implementando para esse efeito o princípio do tudo para o vencedor e nada para o vencido. Esta categoria pode ser subdividida num cenário de pluralidade em que basta ser o candidato mais votado para ganhar o lugar em disputa, ou num contexto em que é necessário atingir a maioria absoluta de votos para vencer. A pluralidade com círculos uninominais é o sistema mais antigo e caracteriza-se pela eleição do candidato mais votado em cada distrito e pela posterior formação de governo por parte do partido que consegue maior número de assentos no parlamento. Esta e outras alternativas utilizadas em democracias maioritárias são sumariamente apresentadas no quadro 3.1. Chama-se a atenção para o facto de, nalguns casos, haver uma aproximação à lógica proporcional de representação.

A representação proporcional tem como premissa a distribuição dos lugares no parlamento de acordo com a proporção de votos recebida por cada partido, ou seja, nem só o vencedor é recompensado. Subjacente está a noção de que as eleições não servem apenas para decidir quem governa, devem, também, possibilitar a representação dos vários quadrantes da

opinião pública. Dentro do contexto de proporcionalidade o sistema de listas apresenta-se como o mais utilizado, especialmente na Europa, podendo ramificar-se em sistemas de lista aberta e fechada. Nas listas abertas, os partidos especificam os seus candidatos e os votantes podem expressar o seu apoio a um determinado candidato dentro da lista. No outro caso, o eleitor apenas escolhe a força política da sua simpatia, sendo a ordenação dos candidatos dentro da lista incumbência de cada partido.

Quadro 3.1. Descrição de alguns sistemas eleitorais em democracias maioritárias

Sistemas Maioritários	Voto alternativo	É um sistema de voto preferencial em que os eleitores ordenam no boletim de voto os candidatos de acordo com as suas preferências (1,2,3...). Para vencer um candidato precisa obter uma maioria. Contam-se as primeiras preferências e se nenhum candidato atinge os 50%, os votos do candidato menos votado são distribuídos pelos outros. O processo continua até alguém atingir os 50%.
	Eleições a duas voltas	O candidato que obtém a maioria de votos na primeira volta é eleito. Se isso não acontece, os dois mais votados passam a uma segunda volta que decide o vencedor.
Sistema de pluralidade	Eleições de membro único	Em círculos uninominais, cada partido apresenta um candidato e é eleito aquele que obtém maior número de votos.
	Voto único não transferível	Este sistema é quase proporcional. Os círculos não são uninominais e cada partido pode apresentar quantos candidatos entender. O eleitor escolhe o candidato da sua preferência e são eleitos aqueles que obtém mais votos.
	Voto por bloco	Cada eleitor dispõe de um número de votos igual ao número de lugares existentes no seu círculo e pode distribuir esses votos por qualquer candidato independentemente do partido. Os candidatos mais votados são eleitos.

A categoria de sistemas combinados nem sempre é incluída na tipologia dos sistemas eleitorais, pois os sistemas que incluem, simultaneamente, características maioritárias e proporcionais acabam por ser puxados para um ou outro lado. Blais e Massicotte (1999), para além de fazerem uma revisão bibliográfica extensa sobre esta matéria, classificam um sistema eleitoral como misto ou combinado quando "...a sua mecânica envolve a combinação de fórmulas eleitorais diferentes (pluralidade ou proporcionalidade; maioria ou proporcionalidade)..."¹⁹.

Estes sistemas híbridos podem ser dependentes ou independentes. No primeiro caso, as partes proporcional e maioritária/plural estão relacionadas, ou seja, mais especificamente, existem simultaneamente listas partidárias e círculos uninominais. Isto acontece nas eleições parlamentares da Alemanha e Nova Zelândia. Por exemplo, na Alemanha metade da câmara é eleita por círculos uninominais de forma plural e a outra é eleita através de listas fechadas em cada região, mas a distribuição da parte proporcional da câmara acaba por depender dos resultados nos círculos uninominais (método de Niemeyer). Cada eleitor tem direito a dois votos, um para cada metade da câmara. No segundo caso, existem duas fórmulas eleitorais paralelas em funcionamento sendo os votos contados separadamente para os dois tipos de

¹⁹ Blais e Massicotte (1999) pp.345. Tradução livre do autor.

lugares parlamentares e a distribuição de lugares feita de forma independente (utilizado na Ucrânia).

Resta salientar que para os vários tipos de sistemas existe uma grande diversidade de fórmulas de transformação de votos em lugares postas em prática, estando no quadro 3.1 alguns exemplos²⁰. A heterogeneidade é tão elevada que Hermens, em 1941, contabilizou mais de 300 sistemas de representação proporcional inventados.

3.2. O debate sobre os sistemas eleitorais

Cingindo-nos, por imperativos de simplificação, a uma classificação dicotómica e generalista entre sistema maioritário e proporcional, esta secção tenta aflorar os objectivos e consequências da adopção de determinado caminho democrático. Com esta análise, é possível entrar um pouco no espírito dos legisladores que estabeleceram a mecânica democrática em Portugal e fazer comparações com outras realidades.

Começamos no mundo das ideias e dos ideais que subjazem a cada uma das duas concepções. A função do sistema político, para os adeptos da representação maioritária, é gerar governos de partido único, o que promove a responsabilização, a transparência de decisões e a estabilidade governativa. Para os defensores da proporcionalidade o objectivo é fomentar a tomada de decisão consensual, o debate e o compromisso entre as forças políticas em jogo. No que respeita à função do sistema eleitoral, o modelo de maioria deve maximizar a ligação entre os eleitos e o eleitorado, enquanto a sua contraparte assume o objectivo de maximização das escolhas postas à disposição do eleitor de forma a assegurar a representatividade parlamentar de um máximo de núcleos de opinião com algum significado. No que respeita ao papel dos eleitos, o sistema maioritário atribui-lhes a função de representar e defender a comunidade que o elegeu, enquanto num cenário de proporcionalidade a tarefa que lhes é designada é a defesa dos interesses dos apoiantes do partido através da negociação²¹.

Numa primeira apreciação, parece que temos uma democracia mais pluralista de um lado e uma democracia mais pragmática do outro, uma procurando a estabilidade e outra a representatividade. A escolha da mecânica eleitoral a implementar tem raízes históricas profundas e a constitucionalização dos processos eleitorais torna difícil a sua alteração posterior. Tendo o sistema maioritário surgido, historicamente, primeiro, não é de estranhar que as democracias mais antigas o tenham adoptado, apesar de algumas o terem abandonado posteriormente, como é o caso de muitas democracias europeias. Indo para além do

²⁰ Para uma análise detalhada das formulas eleitorais ver Mueller (2003) Cap. 7, 8 e 13.

²¹ Para uma análise detalhada dos objectivos teóricos de cada sistema ver Norris (2004) Cap. 3.

enquadramento histórico, Rokkan (1970) argumenta que as pressões para a representação proporcional aumentam com a heterogeneidade étnica, religiosa e económica e constata que há uma tendência das pequenas economias para a proporcionalidade, que pode ter a sua origem na maior facilidade de governação pelo consenso quando o país é de menor dimensão. Apesar das grandes diferenças de objectivos, Rae (1967) argumenta que todos os sistemas eleitorais têm em comum a tendência de beneficiar os partidos mais votados com um número de mandatos acima dos efectivamente devidos proporcionalmente, e de penalizar os partidos menos votados com menos lugares do que a correspondente percentagem de votos lhes conferiria. Assim, os sistemas eleitorais promovem, ainda que com intensidade diferente, a desfragmentação da representatividade parlamentar. Esta vantagem dos partidos mais fortes relativamente aos mais fracos tende, segundo o autor, a ser maior nos sistemas de maioria relativa e maioritários do que nos sistemas de representação proporcional. Duverger vai mais longe, ao postular a propensão do sistema maioritário a uma volta ao dualismo partidário²², e a tendência do sistema maioritário a duas voltas e da representação proporcional ao multipartidarismo. Como consequência o sistema maioritário empurra claramente para uma ideologia política centrista que força os radicais à clandestinidade, enquanto a representação proporcional, como afirma Hermens (1941), pensando no caso da Alemanha nazi, “...representa um paraíso na Terra para estes grupos quando a situação económica se deteriora.”, tirando partido do descontentamento geral que gera o voto de protesto. O perigo do extremismo poder derrotar as forças democráticas no seu próprio jogo, a par do potencial para alimentar divisionismos internos de carácter regional ou religioso, têm sido dos mais fortes argumentos usados contra a proporcionalidade. No entanto, nos sistemas maioritários, os partidos acabam por se tornar muito semelhantes o que dificulta a sua distinção por parte dos eleitores, com todas as consequências que isso acarreta ao nível da abstenção e do leque de escolhas disponíveis. Duverger acrescenta que o sistema proporcional tem grande sensibilidade a novas correntes de pensamento, sejam elas temporárias ou duradouras, estabelecendo boas condições para que estas tenham representação parlamentar, ao contrário dos sistemas maioritários a uma volta que colocam barreiras quase intransponíveis a novas ideias, em consequência da força dos blocos partidários existentes. Quando o sistema prevê duas voltas um partido pequeno é confrontado com o dilema de manter a sua independência sacrificando a possibilidade de participação na vida política ou coligar-se, renunciando a parte das suas posições políticas.

Sendo o número de partidos uma consequência das leis eleitorais, estas também influenciam a estrutura interna das forças políticas e a dependência entre elas. Os partidos

²² Esta conclusão conhecida na literatura como a primeira lei de Duverger tem a sua excepção na Índia, onde um sistema maioritário com círculos uninominais produz um sistema multipartidário. Acontece que terceiros partidos a nível nacional são continuamente um dos dois maiores partidos na esfera local.

podem formar alianças governamentais ou alianças eleitorais sendo as primeiras forçadas pelas circunstâncias. Com bipartidarismo, qualquer tipo de aliança é impensável sendo os partidos totalmente independentes, enquanto o escrutínio a duas voltas favorece o estabelecimento de coligações, mas a força dos partidos mais pequenos é reduzida. A representação proporcional reduz claramente a possibilidade de alianças eleitorais, pelo menos entre partidos com forte apoio popular, mas como o sistema raramente dá origem a um governo maioritário, obriga a sistemáticas alianças governativas pós sufrágio que assumem um carácter relativamente frágil em virtude dos partidos serem independentes eleitoralmente. Como consequência, este tipo de cenários pode comprometer a estabilidade governativa. No entanto, quando alguns partidos acordam concorrer conjuntamente, os laços de dependência são muito estreitos, devido à necessidade de repartir à partida os lugares disponíveis nas listas pelos elementos da coligação.

A própria estrutura interna dos partidos é influenciada pelo sistema eleitoral, com especial destaque para algumas diferenças existentes aquando da utilização do sistema de listas ou de círculos uninominais, focadas por Hermens (1941). Quando é eleita uma lista não há qualquer discriminação pessoal, na medida em que é o partido e o conjunto de elementos por ele proposto que está em causa, logo nenhum candidato pode dizer que tem um eleitorado que o apoia a ele especificamente, nem nenhum eleitor pode considerar um candidato como o seu representante. Como a escolha de candidatos depende dos comités distritais e do líder do partido, o dirigente nacional tem um poder de controle bastante grande relativamente aos membros do partido, o que implica uma organização do partido menos democrática comparativamente à fórmula de círculos uninominais. Nesta última, o eleitor tem uma relação de grande proximidade com o candidato e os votos ganhos são um capital de força da personalidade eleita, tornando-o, assim, mais independente relativamente às cúpulas do partido que representa. Sartori (1986), nesta linha de pensamento, classifica os sistemas em estruturados e não estruturados. Quando a fidelidade está intimamente relacionada com o partido em detrimento da personalidade, deixando de ser o candidato a eleger o partido para ser o partido a eleger o candidato, está-se em presença dum sistema estruturado. Pelo contrário, quando a cultura democrática está orientada para as personalidades, relegando para segundo plano a importância do partido, o sistema é classificado como não estruturado.

Em suma, o sistema maioritário com círculos uninominais tende a beneficiar a democracia dentro dos partidos, mas à custa de menos proporcionalidade eleitoral. A representação proporcional com listas fechadas assegura a representatividade duma maior diversidade de opiniões, mas pode sufocar a democracia no seio das organizações políticas.

A proporcionalidade foi concebida com o intuito de tornar mais exacta a representação, encontrando o seu expoente máximo de eficácia num cenário em que existe apenas um círculo eleitoral nacional. Todavia, o limiar de votos necessários à eleição de um candidato torna-se

relativamente baixo, o que pode conduzir a uma excessiva fragmentação parlamentar que, tendencialmente, dificulta a governação, acrescentando-se, também, que as próprias questões regionais acabam por ser muito subalternizadas com este processo “purista”. Assim, algumas alterações práticas, como a divisão do país em vários círculos eleitorais ou o estabelecimento de um limite mínimo de votos necessários à obtenção de assento parlamentar, atenuam a exactidão da proporcionalidade, mas os estudos confirmam tratar-se do sistema mais eficaz neste particular (Lijphart 1994). A este respeito, o sistema maioritário tradicional é o exemplo máximo da inexactidão, penalizando fortemente o derrotado em detrimento do vencedor. Em caso de contendidas muito renhidas, é mesmo possível encontrar um cenário em que o partido mais votado não é aquele que consegue o maior número de mandatos, sendo relegado para o lugar de oposição²³.

O método mais simples para medir a exactidão da representação é comparar a percentagem de mandatos com a percentagem de votos obtida por cada partido, ou apenas a percentagem do partido vencedor, se o intuito é analisar capacidade do sistema em gerar maiorias. O índice de proporcionalidade mais utilizado foi introduzido por Mackie e Rose (1991), consistindo na soma da diferença entre a percentagem de votos e a percentagem de lugares obtida por cada partido, dividida posteriormente por 2 e subtraindo 100 ao resultado. Teoricamente, o índice pode variar entre 0 e 100, com 100 a representar a proporcionalidade máxima. Em média, o valor deste indicador é de 85.3 para os sistemas maioritários, 89.6 para os sistemas combinados e 92.6 para os sistemas proporcionais. Nesta lista, Portugal apresenta um índice de proporcionalidade de 93, ligeiramente acima da média do grupo a que pertence, sendo o Reino Unido o país com maior desproporcionalidade (80) e a Suécia, Islândia e Peru os países mais proporcionais, com 98²⁴.

Constata-se, desta sintética incursão no debate científico sobre os sistemas eleitorais, que nenhuma fórmula é isenta de falhas, porquanto a própria democracia representativa também o não é. Já Stuart Mill (1861), lembrando que minoria instruída é uma minoria, argumentava, no seu tom conciso, que “ A tendência do governo representativo, como da civilização moderna, inclina-se para a mediocridade colectiva.”²⁵. No entanto, ele era um defensor da proporcionalidade, considerando como próprio que uma sociedade faça representar as minorias em minoria e as maiorias em maioria. No debate mais actual, por exemplo, Taagepera e Shugart (1989) e Lijphart (1994) procuram reequacionar os sistemas vigentes apresentando propostas de renovação, o que revela a continua busca duma mecânica eleitoral cada vez mais eficaz. A realidade da escolha ou da posição de apoio a este ou aquele processo, no fundo,

²³ Temos o exemplo da eleição de George Bush nos Estados Unidos em 2000. O seu adversário derrotado, Al Gore, obteve menos mandatos mas foi o candidato mais votado.

²⁴ Fonte: Norris (2004) pp. 92.

²⁵ Mill, J. S. (1861) pp. 45.

parece reduzir-se ao grau de importância que a sociedade atribui aos benefícios e às falhas que cada sistema carrega.

3.3. O funcionamento da democracia em Portugal²⁶

Com a revolução dos cravos de 25 de Abril de 1974, Portugal pôs fim a um longo período de autoritarismo, abraçando os ideais democráticos. Forma-se uma Junta de Salvação Nacional, constituída por militares, cujo programa estabelecia como metas básicas a democratização, descolonização e desenvolvimento. Os primeiros dois anos foram um período conturbado de lutas entre esquerda e direita e de nacionalizações, conhecido como PREC (Processo Revolucionário Em Curso). Um ano após o golpe, realizavam-se as primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte, que teria a função de redigir a nova Constituição Portuguesa. No dia da comemoração do segundo aniversário da revolução esta estrutura legal era aprovada e realizavam-se eleições para a Assembleia da República. Pouco depois, era eleito o General Ramalho Eanes como primeiro presidente da terceira república que, imediatamente, investiu no poder um governo minoritário do Partido Socialista (PS) liderado por Mário Soares.

Até 1987, altura em que o Partido Social Democrata (PSD), liderado por Cavaco Silva, conseguiu formar o primeiro governo maioritário de um só partido, o país viveu uma fase de grande instabilidade governativa com 10 governos a não conseguirem levar o mandato até ao fim.

Com a revisão de 1982, que suprimiu o conselho da Revolução, a constituição estabeleceu a formação, a composição, a competência e o funcionamento dos actuais quatro órgãos de soberania da nação: o Presidente da República, a Assembleia da República, o Governo e os Tribunais. Os cidadãos portugueses são convidados a participar em três tipos de eleições para órgãos internos. Seguindo o princípio da representatividade, elegem o Presidente da República, o Parlamento, do qual sai o governo da nação, e os órgãos autárquicos encarregues da governação regional²⁷, sendo as eleições para a Assembleia da República as mais importantes (de primeira ordem), em virtude de vigorar um sistema de democracia parlamentar, que condensa grande parte dos poderes no governo e no parlamento, contrariamente ao que acontece nalguns países com sistemas presidencialistas ou semi-presidencialistas. A constituição estabelece a participação eleitoral como um dever de todos os cidadãos nacionais maiores de 18 anos, instituindo o recenseamento obrigatório, no entanto

²⁶ As fontes utilizadas para o enquadramento legal do sistema eleitoral Português focadas nesta parte foram:

Constituição da República Portuguesa e Miguéis, J. e Mendes, F. (2005 a, b, c).

²⁷ Exclui-se, aqui, o regime específico das regiões autónomas da Madeira e Açores.

não prevê nenhuma sanção para os abstencionistas. Assegurando a liberdade de associação política, de reunião e o acesso igualitário a cargos públicos a qualquer cidadão, a constituição reflecte os ideais de democracia pluralista e participativa presentes no paradigma político e social vigente nas sociedades ocidentais. Acrescenta-se que, desde 2006, as listas de candidaturas para a Assembleia da República, Autarquias e Parlamento Europeu devem respeitar o princípio da paridade, assegurando a representação mínima de 33% de cada um dos sexos.

No seguimento desta análise, passa-se à descrição dos poderes dos órgãos eleitos e da mecânica eleitoral subjacentes ao sistema eleitoral português, que é, fundamentalmente, um sistema de representatividade proporcional.

Eleições Presidenciais

A figura do Presidente da República é desprovida de poder legislativo e executivo, funcionando com poderes restritos, não deixando, todavia, de ter uma importância chave na moldura política do País. Tem como funções gerais as de garantir a independência nacional, e nessa função é o supremo comandante das forças armadas, de zelar pelo funcionamento das instituições democráticas, e de representar Portugal no exterior, sendo, a par do hino e da bandeira, um dos três símbolos da nação. É, também, da sua incumbência a marcação das datas das eleições parlamentares, regionais e europeias em consonância com os partidos políticos, designar o Primeiro Ministro e o Governo por este proposto e presidir ao Conselho de Estado. Todas as leis, decretos-lei e regulamentos têm que ser aprovados pelo chefe de Estado, presidindo-lhe o direito de veto quando a lei é aprovada na câmara legislativa com menos de dois terços dos votos, ou de remeter qualquer lei à consideração do Tribunal Constitucional. Acrescenta-se-lhe o poder de dissolver a assembleia e demitir o governo. É elegível para este cargo qualquer cidadão nacional com mais de 35 anos, não sendo necessário que a candidatura seja feita em nome dum qualquer partido.

O cariz tutelar da primeira figura do Estado impõe, para além dum aconselhável distanciamento partidário, a necessidade de reunir um sólido apoio eleitoral. Como representante da nação e garante da unidade e dos interesses nacionais, torna-se importante receber o apoio da maioria do povo. Nesta lógica, o processo eleitoral português está direccionado para a obtenção desta maioria legitimadora. O país é um grande círculo uninominal ao qual concorrem, numa primeira volta, personalidades afectas aos partidos e independentes. Está prevista uma segunda volta, a disputar entre os dois candidatos mais votados, na eventualidade de nenhum deles conseguir mais de 50% dos votos na primeira ronda. Desta forma, assegura-se que todos os Presidentes são eleitos com o apoio da maioria

dos Portugueses votantes. Cada presidente é eleito por um período de cinco anos, estando impedido de exercer o cargo mais do que dois mandatos consecutivos.

No processo eleitoral, os partidos são relegados para segundo plano sobressaindo os atributos dos candidatos como factores decisivos na escolha individual, constatando-se, pelo quadro 3.2, que, até à data, todos os presidentes foram reeleitos. As funções que lhes são atribuídas não dão grande azo à responsabilização popular pelos problemas políticos e económicos do país e a necessidade duma atitude conciliadora e de unificação faz com que granjeiem a simpatia popular. Veiga e Veiga (2004b) mostram que, para o período entre 1986 e 1999, o índice de popularidade dos Presidentes da República é sistematicamente superior aos dos Governos, primeiros Ministros e Parlamentos e é o que sofre menos flutuações. Com a consciência deste fenómeno de identificação popular, os próprios partidos que não apoiam o presidente em exercício, acabam por apresentar candidatos menos competitivos a eleições de fim de primeiro mandato, acabando estas por ser ainda menos disputadas e participadas.

Quadro 3.2. Presidentes da Terceira República

Datas das eleições	Presidente
27 de Junho de 1976	Ramalho Eanes
10 de Dezembro de 1980	Ramalho Eanes
10 de Dezembro/16 Fevereiro de 1986	Mário Soares
13 de Janeiro de 1991	Mário Soares
14 de Janeiro de 1996	Jorge Sampaio
14 de Janeiro de 2001	Jorge Sampaio
22 de Janeiro de 2006	Cavaco Silva

Fonte: Comissão Nacional de Eleições (CNE).

O processo de eleição do Presidente, pelo seu carácter de órgão unipessoal, é o único que se afasta do preceito constitucional da representatividade proporcional.

Eleições Autárquicas

Aquando das eleições para as autarquias, em Portugal, os cidadãos são chamados a eleger 3 órgãos de gestão local que servem um mandato de quatro anos: a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal e a Junta de Freguesia. A Câmara Municipal, constituída pelo presidente eleito e os seus colaboradores, é o órgão executivo autárquico, à qual se junta a Assembleia Municipal como órgão deliberativo e colegial. A Junta de Freguesia é um órgão colegial com um presidente. No nosso país, existem, actualmente, 4260 freguesias e 308 municípios.

Para efeitos de eleição, o território da autarquia local constitui um único círculo eleitoral, ou seja, a área do círculo para a Assembleia e Câmara Municipal é a do respectivo concelho, enquanto que para a Assembleia de Freguesia se restringe à freguesia. Nalguns casos especiais,

existem municípios com uma única freguesia, tais como S. João da Madeira, S. Brás de Alportel, Alpiarça e Porto Santo.

No que respeita ao processo eleitoral, os candidatos são eleitos por sufrágio universal, directo e secreto e por listas plurinominais fechadas apresentadas para cada órgão individualmente, estando à disposição do eleitor um voto singular de lista. Destaca-se que as listas podem ser propostas por partidos políticos, coligações de partidos e ainda por grupos de cidadãos eleitores. De forma semelhante ao Presidente da República, também os Presidentes de Câmara e de Junta de Freguesia têm um limite ao exercício de mandatos consecutivos, sendo nestes casos a regra alargada para três mandatos²⁸. Apesar de, constitucionalmente, a representatividade proporcional estar consagrada para eleições de órgãos colegiais, não está previsto um processo específico de apuramento de resultados autárquicos, no entanto, similarmente às legislativas nacionais, é adoptado o método da média mais alta de Hondt.

Temos, da parte dos votantes, três escolhas a efectuar numa só eleição, o que aumenta o valor do voto. Como as áreas geográficas são mais pequenas, a personalidade e características dos candidatos têm uma maior preponderância na escolha individual e o contacto directo entre candidatos e eleitores é mais intenso. Dilui-se um pouco, neste tipo de eleições, a importância do enquadramento partidário, sendo prova disso bastantes casos de grupos de cidadãos que se apresentam a sufrágio com apreciável sucesso, e o fenómeno dos candidatos independentes. Tudo isto pode, em certa medida, explicar os níveis de participação eleitoral quase tão elevados como em eleições legislativas e o facto de, comparativamente, apresentarem reduzidas flutuações temporais.

Eleições Legislativas

A constituição da República Portuguesa estabelece a representação proporcional como princípio relativamente a eleições de órgãos colegiais, designando, concretamente, o método da média mais alta de Hondt como fórmula de conversão de votos em lugares no parlamento. As eleições legislativas são consideradas de 1ª ordem, pois têm o duplo papel de eleger o parlamento, órgão legislativo da nação, e o governo, ambos por um período de 4 anos. Sendo a participação dos cidadãos feita por voto singular e secreto, após a eleição do parlamento, o Presidente da República convida o partido mais votado a formar governo. O quadro 3.3 apresenta um historial dos governos da República desde 1974.

No período em consideração houve, em média, um governo por cada 2,6 anos, constatando-se a tendência dos sistemas proporcionais para uma relativa instabilidade. Apenas os governos maioritários de partido único e um executivo de António Guterres que foi

²⁸ Esta regra é recente, o que implica a existência de alguns autarcas em funções há mais de 12 anos.

caracterizado por uma quase maioria, completaram os respectivos mandatos. Nos outros casos, quer seja por insuficiente apoio parlamentar ou por problemas internos das coligações, todos acabaram, mais cedo ou mais tarde, por interromper o mandato. No entanto, as tribulações do pós 25 de Abril geraram uma fase de ajustamento ao novo regime político que durou vários anos criando dificuldades extra aos primeiros governos.

Quadro 3.3. Eleições legislativas em Portugal: 1976-2005

Eleições	Força Vencedora	% no Parlamento	Primeiro Ministro	Tipo de governo
25/04/1976	PS	43	Mário Soares	Minoritário
02/12/1979	AD*	51	Sá Carneiro	Coligação
05/10/1980	AD*	54	Sá Carneiro	Coligação
25/04/1983	PS	40	Mário Soares	Coligação (PS-PSD)
05/10/1985	PSD	34	Cavaco Silva	Minoritário
19/07/1987	PSD	59	Cavaco Silva	Maioritário
06/10/1991	PSD	58	Cavaco Silva	Maioritário
01/10/1995	PS	48	António Guterres	Minoritário
10/10/1999	PS	50	António Guterres	“Minoritário”
17/03/2002	PSD	46	Durão Barroso	Coligação (PDS-CDS/PP)
20/02/2005	PS	52	José Sócrates	Maioritário

* A AD era constituída pelo PSD (Partido Social Democrático), CDS (Centro Democrático e Social) e PPM (Partido Popular Monárquico). PS é a sigla do Partido Socialista.

Fonte: Serviço Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral (STAPE) e CNE.

Todavia, verifica-se que a estrutura política e eleitoral portuguesa consegue produzir um número significativo de maiorias de partido único. A fragmentação partidária em Portugal não é muito elevada, quando comparada, por exemplo, com a Bélgica ou a Holanda que apresentam sistematicamente governos de coligação com vários partidos, existindo, no espectro nacional, duas grandes forças políticas, o PS e o PSD, que alternam entre si a governação do país, e, mesmo quando coligados, assumem um incontestado papel de liderança, o que pode explicar, de alguma forma, a capacidade do sistema em gerar maiorias.

O Parlamento é eleito por sufrágio universal em círculos plurinominais no regime de listas fechadas. Cada partido estabelece internamente um conjunto, mais ou menos vasto, de candidatos a cada distrito, consoante o número de mandatos disponíveis, assumindo um papel monopolizador nesta primeira escolha. Os eleitores são confrontados com um “pacote” de personalidades elegíveis, escolhendo apenas a lista/partido da sua preferência. Como os deputados da Assembleia da República representam todo o país e não os cidadãos do seu círculo eleitoral, não estão vinculados, imperativamente, aos seus apoiantes directos, logo têm liberdade de acção e decisão em relação a estes, mas acabam por estar mais condicionados às directrizes partidárias. Assim, a destituição dum deputado só acontece através duma acção partidária. Este tipo de mandato livre provoca um afastamento entre eleitos e eleitores que só pode ser diminuído com a constituição de círculos uninominais. Como já foi abordado

aquando da discussão das teorias eleitorais, só pode existir maior democracia dentro dos partidos à custa de menor proporcionalidade no sistema.

Para efeitos eleitorais o território nacional divide-se em círculos que coincidem com as áreas dos distritos administrativos do continente mais um círculo eleitoral para a Madeira e outro para os Açores, correspondendo a cada um deles um colégio eleitoral maior ou menor consoante o número de eleitores inscritos. Para os residentes fora do território nacional existem dois círculos, um abrangendo a Europa e outro os demais países, representando estes a excepção à regra da proporcionalidade, pois a lei actual fixa em 2 o número de mandatos de cada um²⁹. No total são eleitos 230 deputados para a Assembleia da República. O quadro 3.4, referente ao número de deputados eleitos no território nacional, por círculo, apresenta um distrito com 3 mandatos e um outro apenas com 2, que conjuntamente com os círculos do estrangeiro, levantam interrogações quanto à proporcionalidade do sistema. O despovoamento que, ao longo do tempo, se tem vindo a verificar nalgumas regiões do país, nomeadamente no interior, e que vem originando uma perda de mandatos nestes distritos, tem vindo a agravar o problema da proporcionalidade, princípio basilar da Constituição. A agregação de alguns círculos ou uma nova organização territorial para efeitos eleitorais pode ser uma necessidade futura, caso esta tendência se mantenha. Não podemos esquecer que, como já foi referido, o número e dimensão dos círculos eleitorais são elementos chave para o grau de proporcionalidade dum sistema.

Quadro 3.4. Deputados por círculo eleitoral

Círculos Eleitorais	Nº Deputados	Círculos Eleitorais	Nº Deputados
Aveiro	15	Lisboa	45
Beja	3	Portalegre	2
Braga	18	Porto	38
Bragança	4	Santarém	10
Castelo Branco	5	Setúbal	17
Coimbra	10	Viana do Castelo	6
Évora	3	Vila Real	5
Faro	8	Viseu	9
Guarda	4	Açores	5
Leiria	10	Madeira	6

Fonte: CNE.

A filosofia pluralista da Constituição Portuguesa impede a imposição duma percentagem de votos nacional mínima como requisito para aceder ao Parlamento, no entanto, como já foi focado, há uma tendência para todos os sistemas eleitorais beneficiarem as forças mais votadas, apesar de nos sistemas maioritários a magnitude ser superior. O caso Português não é excepção, funcionando a metodologia eleitoral como barreira à entrada de novos partidos na

²⁹ Esta nova disposição legal tem a sua lógica fundada na eventual redução de recenseados nestes círculos, o que podia torná-los uninominais.

Assembleia. No quadro 3.5, a comparação entre os resultados oficiais, para as duas últimas eleições, e a aplicação do método de Hondt considerando apenas um círculo nacional (aproximação à proporcionalidade máxima) corrobora este efeito. Em ambos os anos, os partidos mais votados (PS e PSD) são penalizados no cenário ficcional, destacando-se a perda da maioria por parte do PS em 2005. Os outros partidos são beneficiados, verificando-se a entrada do PCTP/MRRP (Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses/Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado) nos dois parlamentos e do PND (Partido da Nova Democracia) com 1 deputado em 2005. Os inconvenientes para a estabilidade governativa seriam maiores, em virtude da maior dificuldade em obter maiorias ou minorias fortes, gerando a necessidade de coligações sistemáticas. Assegurar-se-ia, neste sistema alternativo, uma mais fiel representação das escolhas populares constatável quando se compara a percentagem nacional de votos dos partidos com a respectiva percentagem de deputados nos dois cenários. Em 2005, o PS conseguiu uma maioria parlamentar com 45% dos votos nacionais, mas se o sistema fosse de círculo único só obteria 46.5% da assembleia.

Quadro 3.5. Resultados Eleitorais oficiais e com círculo nacional único³⁰

Partidos	2002					Variação deputados
	Resultados oficiais		Círculo nacional único			
	Votos (em %)	Deputados	Deputados (em %)	Deputados	Deputados (em %)	
B.E.	2.75%	3	1.3%	6	2.3%	+3
CDS-PP	8.8%	14	6.1%	18	6.9%	+4
PCP-PEV	7%	12	5.2%	16	6.2%	+4
PCTP/MRPP	0.7%	0	0%	1	0.4%	+1
PSD	40.1%	105	45.7%	98	37.7%	-7
PS	37.8%	96	41.7%	91	35%	-5
2005						
B.E.	6.4%	8	3.5%	15	6.5%	+8
CDS-PP	7.3%	12	5.2%	17	7.4%	+5
PCP-PEV	7.6%	14	6.1%	17	7.4%	+3
PCTP/MRPP	0.8%	0	0%	2	0.9%	+2
PND	0.7%	0	0%	1	0.4%	+1
PSD	28.7%	75	32.6%	71	30.9%	-4
PS	45%	121	52.6%	107	46.5%	-14

Fonte: CNE.

Notas: B.E. (Bloco de Esquerda); CDS-PP (Centro Democrático e Social – Partido Popular); PCP-PEV (Partido Comunista Português – Partido Ecologista “Os Verdes”).

O nosso sistema é proporcional mas não persegue a máxima proporcionalidade, pois as falhas inerentes a este sistema aumentam à medida que se tenta a aproximação limite, portanto o compromisso entre filosofia eleitoral e pragmatismo é inevitável. Por exemplo, na nossa assembleia fictícia, para eleger um deputado seriam precisos mais ou menos 24000 votos

³⁰ Considerou-se um círculo único para o território nacional, mantendo-se fixos os resultados dos dois círculos externos, o que perfaz, no total, 3 círculos eleitorais.

(0.42%) o que é manifestamente pouco e que, com certeza, estimularia a formação de mais forças políticas aumentando, conseqüentemente, a fragmentação partidária. Mais ainda, com esta fórmula a democracia arriscar-se-ia a dar voz a grupos extremistas de pouca expressão.

O sistema Português apresenta-se enquadrado nas fórmulas adoptadas por grande parte dos países Europeus, sendo, em termos de filosofia eleitoral, um espelho do paradigma dominante que vigorava na altura da sua estruturação. Inscrevendo os princípios base que regem o fenómeno eleitoral na constituição assegurou-se o enraizamento dos processos e dificultou-se a sua alteração³¹.

3.4. A Evolução da participação em Portugal

Portugal apresenta uma democracia relativamente recente, onde o voto como expressão livre da vontade popular surgiu após 1974. Esta secção pretende dar uma contextualização do fenómeno eleitoral e apresentar algumas das contribuições que nos ajudam a compreendê-lo. A abordagem do tema da participação eleitoral num país em particular implica respostas a duas questões de enquadramento e a uma terceira interrogação de índole comportamental: Como evoluiu a participação democrática ao longo do tempo? Como se enquadra com os resultados noutros países? Quais os factores que explicam a participação?

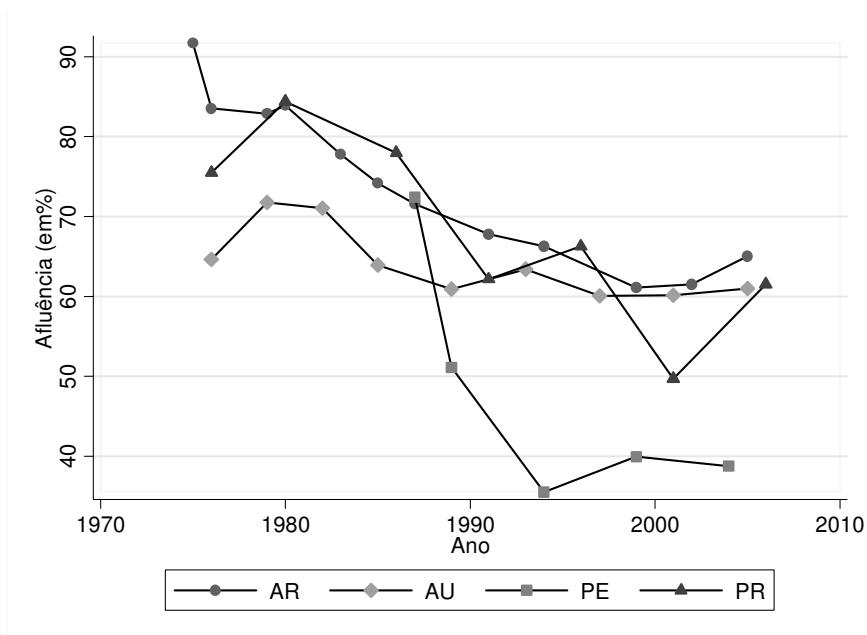
No sistema eleitoral nacional as eleições legislativas, que visam escolher o corpo governativo do país e o Parlamento, assumem-se como as mais importantes visto serem aquelas que, por lei, conferem maior poder aos eleitos. Categorizadas como eleições de 2ª ordem temos as Autárquicas, as Presidenciais e as eleições para o Parlamento Europeu, o que perfaz ao todo quatro tipos distintos de sufrágio, aos quais podemos acrescentar a pontual utilização de referendos como forma de consulta popular em grandes temas.

Como a figura 3.1 mostra, as taxas de participação nos vários tipos de eleições cíclicas realizadas no Portugal do pós 25 de Abril apresentam diferenças entre si e ao longo do tempo.

Podemos destacar algumas particularidades de cada uma das séries. Nas eleições para a Assembleia da Republica (AR) destaca-se a anormalmente elevada taxa de afluência na primeira eleição, fenómeno que podemos alargar até ao princípio da década de 80. Enquadradas num período quente da história nacional revestiram-se dum papel crucial no futuro da democracia em Portugal e, também, desde há muito privados da capacidade de escolha política, estes primeiros passos em eleições livres entusiasmaram os portugueses a participar e criaram muita expectativa. Parece ter havido uma adaptação bastante rápida da sociedade ao novo regime político, o que Jackman e Miller (1995) também confirmam para a Espanha e Grécia, países com um percurso democrático semelhante ao nosso.

³¹ Para uma análise comparada e detalhada do sistema eleitoral Português ver Pasquino (2005).

Figura 3.1. Participação Eleitoral em Portugal: 1975-2006



As Autárquicas (AU), de todas, parecem ser aquelas com menor variação ao longo do tempo, contrastando com as eleições Presidenciais (PR) que exibem flutuações significativas. Como o nosso sistema eleitoral só permite dois mandatos consecutivos a cada Presidente da República, a partir da década de 90, aos picos de participação encontrados na série estão associados os finais de segundo mandato de Mário Soares e Jorge Sampaio, respectivamente. Granjeando a simpatia popular, estes presidentes eram vistos como vencedores antecipados aquando da renovação dos seus mandatos, conseguindo ambos ganhar folgadoamente, constituindo a baixa competitividade inerente a estes sufrágios a mais provável causa da elevada abstenção verificada.

Com a entrada de Portugal na então Comunidade Económica Europeia (C.E.E.), realizaram-se em 1987 as primeiras eleições para o Parlamento Europeu (PE). A elevada participação verificada é um claro *outlier* relativamente às posteriores, e a explicação reside no facto de terem sido realizadas simultaneamente com as legislativas desse ano. Comparativamente, há um claro desfasamento destas eleições em relação às outras, apresentando uma média de participação de 47.5%, enquanto todas as outras se encontram bem acima dos 60%, como pode ser visto no quadro 3.6. O pouco ênfase que é dado às questões europeias e os reduzidos poderes do PE, podem ajudar a explicar o desinteresse dos portugueses nestas contendadas.

Quadro 3.6. Alguns Indicadores relativos à Participação em Portugal: 1975-2006 ³²

Tipo	Nr. Eleições	Média	Desvio		DPE	Coef.		
			Padrão	Trend (b)		Variação	Max	Min
Ass. da Republica	12	73.9	10,01	-0.922	0.138	13.55	91.66	61.09
Autárquicas	9	64	4,46	-0.325	0.117	6.97	71.74	60.1
Parlamento Europeu	5	47.5	15,08	-1.609	0.769	31.75	72.42	35.54
Presidenciais	7	68.22	11,81	-0.874	0.297	17.32	84.39	49.71
Total	33	66.04	13,14	-0.935	0.181	19.91	91.66	35.54

Se tomarmos a participação média como um indicador da importância de cada tipo de eleição, verificamos que se confirmam as legislativas como eleições de 1ª ordem e que, das outras, as presidenciais são ligeiramente mais importantes que as Autárquicas. Em média efectua-se uma eleição por ano, sendo claramente dominantes as legislativas, enquanto as outras exibem o padrão cíclico legalmente estabelecido. Excluindo o desvio padrão associado às eleições para o Parlamento Europeu, que está empolado pelo resultado de 1986 e pelas poucas observações, as Autárquicas confirmam-se como as eleições com menores flutuações na participação, enquanto as outras apresentam desvio padrão e coeficiente de variação bastante mais elevado.

Analisando a evolução da participação ao longo do tempo, os resultados são unânimes em apontar um decréscimo da taxa de participação em Portugal. Quer visualmente, quer através do sinal da variável *trend* confirmamos esta tendência que é significativa, mas em menor escala para as Autárquicas³³. Considerando o período de 4 anos que medeia duas eleições legislativas, *ceteris paribus*, seria de esperar uma redução de 3,69% na afluência da primeira para a segunda. Estes resultados estão em consonância com o que se passa na maioria das democracias ocidentais, sendo este fenómeno amplamente debatido por políticos e cientistas. Verificamos, ao analisar a variável *trend* do quadro 3.7, que a maioria dos países apresenta a mesma característica de declínio encontrada em Portugal, no entanto o declive é substancialmente inferior relativamente às nossas legislativas, o que pode ser explicado um pouco pelas elevadas taxas de participação dos anos 70. O mesmo acontece com o nosso coeficiente de variação. Apenas as Autárquicas se enquadram dentro dos parâmetros normais que encontramos nos outros países, salvaguardando o facto de estarmos a comparar eleições diferentes.

³² O *trend* (tendência) é o declive da recta de regressão da participação em função do tempo, onde o tempo é uma variável contínua que vai de 1975 a 2006. DPE representa o desvio padrão robusto do *trend* estimado. $CV = \frac{\text{Desvio padrão}_E}{\text{Média}_E} \times 100$, com *E* a representar o tipo de eleição.

³³ Em cada eleição o número oficial de cidadãos que participam é calculado a partir da diferença entre o número total de inscritos nos cadernos eleitorais e os inscritos que não votaram. Os dados utilizados reportam-se a esta fórmula. No entanto, Freire e Magalhães (2002) consideram que a participação em Portugal está subavaliada, especialmente nas décadas de 80 e 90, em virtude da não limpeza dos cadernos eleitorais, acabando estes por incluir alguns óbitos não abatidos e/ou duplas inscrições por mudança de residência.

Em termos de taxa média de participação, a Suíça e os Estados Unidos encontram-se na cauda da tabela, enquanto os países com voto obrigatório apresentam os valores mais altos, mas mesmo assim, com excepção da Austrália, também se regista uma tendência para o declínio da participação nestas nações. Neste contexto, Portugal não pode ser considerado um país de participação baixa, antes encontra-se na metade superior do conjunto de países analisados.

Quanto ao enquadramento internacional das taxas de abstenção relativas a eleições Presidenciais e Europeias, Freire e Magalhães (2002) consideram que Portugal, para as primeiras, não pode ser visto como um país de elevada abstenção, relativamente às nações com sistemas semi-presidencialistas.

Quadro 3.7. Afluência em Eleições Parlamentares para 22 Países :1975-2003

País	Eleições	Média	Desv.padrão	Trend (b)	DPE	CV
Áustria **	9	87.16	4,923	-0.445	0.081	5.65
Bélgica *	9	93.05	1,662	-0.153	0.024	1.79
Dinamarca	11	85.94	2,037	-0.030	0.066	2.37
Finlândia	8	71.96	3,340	-0.259	0.084	4.64
França	7	72.01	6,709	-0.438	0.228	9.32
Alemanha	8	83.65	5,171	-0.443	0.081	6.18
Grécia	8	80.97	3,217	-0.189	0.112	3.97
Irlanda	8	70.52	4,917	-0.510	0.017	6.97
Itália ***	8	87.70	4,166	-0.421	0.057	4.75
Luxemburgo	5	87.96	1,033	-0.092	0.031	1.17
Holanda	9	81.43	4,753	-0.356	0.103	5.84
Espanha	8	73.78	4,442	0.006	0.201	6.02
Suécia	9	87.34	4,250	-0.421	0.068	4.87
Reino Unido	6	72.21	6,677	-0.482	0.276	9.25
UE (14)	8.07	81.12	4.093	-0.313	0.086	5.20
Austrália *	11	94.97	0.648	0.028	0.017	0.68
Canada	7	70.49	5,683	-0.408	0.201	8.06
Islândia	8	88.13	1,979	-0.143	0.059	2.25
Japão	10	67.09	5,447	-0.402	0.090	8.12
Nova Zelândia	10	84.51	4,166	-0.204	0.136	4.93
Noruega	7	80.14	3,745	-0.298	0.069	4.67
Suíça	8	46.70	3,261	-0.265	0.084	6.98
Estados Unidos (a)	7	52.14	2,108	-0.091	0.060	4.04
Total	8.22	78.84	3,083	-0.283	0.102	5.11

Fonte: Armingeon et al. (2005).

Notas: * Países com voto obrigatório; ** Abandonou o voto obrigatório em 1990; *** Deixou o sistema de voto "quase obrigatório" em 1993.; (a) presidenciais.

Quanto às eleições Europeias, apesar de Portugal ser dos países onde a participação mais tem diminuído, a fraca aderência a este tipo de sufrágio é um denominador comum aos membros da UE. No entanto, na década de 90 Portugal fez parte dos países com menor participação e os primeiros resultados da década corrente não são nada animadores.

A explicação dos factores individuais que regem o comportamento eleitoral dos portugueses é problemática em virtude dos escassos inquéritos sobre o assunto, acrescida das

sondagens normalmente não incluam variáveis relevantes à análise pretendida. Dois factores são apontados por Freire e Magalhães (2002) como fundamentais para explicar a realidade da abstenção em Portugal: a idade e a identificação com os partidos políticos. Os jovens abstêm-se mais do que os cidadãos mais velhos³⁴, estando este resultado de acordo com o verificado na maior parte dos países e sobre o qual já debatemos algumas das possíveis explicações avançadas pela literatura. Os abstencionistas são tipicamente cidadãos que não se identificam com nenhuma das forças políticas existentes no espectro político nacional, no entanto factores explicativos desta identificação, como a sindicalização e o interesse pela política, estranhamente, não são estatisticamente significativos no modelo proposto pelos autores. O rendimento também se perfilha como importante, sendo as pessoas com menores recursos económicos mais propensas à abstenção.

Viegas e Faria (2004) na análise que efectua aos determinantes da abstenção nas eleições legislativas de 2002, reforçam a ideia da importância crucial da idade como variável explicativa, destronando a educação que se destaca na literatura como o principal determinante da participação, e os seus resultados apontam para uma importância significativa de outras variáveis de integração social como as práticas religiosas e o nível de escolaridade, ambas com impacto positivo na participação. A introdução de variáveis de atitude revela a importância do interesse pela política, da confiança nos partidos e da afinidade com uma força política no aumento da propensão a votar. As variáveis político-económicas (avaliação da performance do governo e avaliação da situação económica) dão uma contribuição modesta para compreensão do fenómeno, no entanto este tipo de julgamentos justifica por si só uma incursão nos factores que os explicam, visto ser de esperar que, pelo menos, o ambiente social e económico do indivíduo e da sua área de residência condicionem estas apreciações.

Destaca-se, nas eleições de 2002, que, de longe, a razão mais invocada para não votar, declarada pelos inquiridos do estudo, foi o desinteresse pela política, com 32.5% dos abstencionistas a referenciar-na. Este é um resultado preocupante que pode ser fruto dum crescente desenraizamento social, ou individualismo, do atenuar das velhas clivagens sociais como referem os sociólogos, da miríade de oportunidades ocupacionais à disposição das pessoas hoje em dia, especialmente dos jovens, que têm como consequência a alienação relativamente à política. Às explicações que se encontram do lado dos eleitores podemos juntar outras situadas na banda da oferta política. A desconfiança ou insatisfação com os partidos políticos surge como argumento abstencionista para 10,8% dos inquiridos, assim como a indiferenciação entre os partidos (8,1%), pondo o ónus também do lado daqueles que pretendem ser eleitos. Como reforço à teoria instrumental, 10,8% dos inquiridos apresentaram como argumento a irrelevância do voto, explicação que pode ser devida a prognósticos

³⁴ Resultado corroborado por Freire (2001).

seguros sobre os resultados, por não fazer diferença quem ganhe ou, alternativamente, gerada exclusivamente pela consciência de ser quase impossível afectar o desfecho das eleições.

Capítulo 4: Análise empírica da Participação em Portugal

Este capítulo pretende ajudar a compreender as razões que levam os cidadãos a votar. Em Portugal, o fenómeno de afluência às urnas tem sido estudado, fundamentalmente, numa perspectiva sociológica e no contexto de eleições legislativas, carecendo de uma análise específica para a realidade Autárquica³⁵ e de uma abordagem mais exaustiva dos seus determinantes económicos. Este capítulo põe a tónica no contexto económico, apesar de não se descurarem outras dimensões explicativas, e, ao examinar simultaneamente eleições Autárquicas e Legislativas, permite evidenciar as suas diferenças e semelhanças. Para além disto, a primeira secção estuda a participação numa dimensão ainda por explorar, recorrendo a dados por freguesia, que têm a vantagem de maximizarem a aproximação entre o nível agregado e o nível individual. Para colmatar a falta de variabilidade temporal deste tipo de dados, na segunda parte deste capítulo, utiliza-se uma extensa base de dados por concelho cobrindo todo o período do pós 25 de Abril. Analisam-se as dimensões económicas nacional e regional da participação, recorrendo a metodologias de estimação para dados em painel mais sofisticadas do que as utilizadas na maioria dos estudos anteriores.

³⁵ Temos, no entanto, um trabalho recente de Amaro de Matos et. al. (2009) que aborda a abstenção às eleições autárquicas de 2001.

4.1. A participação às Autárquicas e Legislativas no período 2001-2002

4.1.1. INTRODUÇÃO

O objectivo genérico desta parte é, recorrendo à análise empírica, melhorar o conhecimento que temos sobre a participação eleitoral em Portugal. O período em análise propicia o estudo desta temática em novos ângulos. A realização de eleições autárquicas e legislativas no espaço de três meses apresenta-se como uma boa oportunidade para avaliar as semelhanças e diferenças de comportamento eleitoral entre elas. Entre uma e a outra, os factores de caracterização social e as condições económicas mantêm-se praticamente inalterados, o que permite salientar mais eficazmente as diferenças estruturais de comportamento. Também, a realização dos censos em 2001 permite maior riqueza de variáveis e uma desagregação de dados até ao nível de freguesia, melhorando assim a informação disponível.

Pretende-se averiguar quais as variáveis que explicam a participação eleitoral em Portugal, comparando os resultados com os encontrados por outros autores que utilizam dados e metodologias diferentes.

Numa dimensão comparativa entre os dois tipos de eleição em análise procura-se dar resposta a duas questões: Será que as variáveis que explicam os resultados das legislativas são válidas para explicar outro tipo de eleições? Será que estas afectam a participação da mesma maneira? Particular destaque é dado à investigação da importância das condições económicas locais e em saber se estas afectam mais eleições locais ou nacionais.

Procurar-se-á, indirectamente, levantar um pouco o véu relativamente à questão de saber se a situação económica regional é imputada ao governo nacional ou local, aos dois simultaneamente, ou a nenhum e de que forma isso afecta a participação, se é que afecta.

Esta parte está organizada da seguinte forma. A próxima secção contextualiza o cenário político e eleitoral português. A seguinte analisa as diferenças de participação nos dois tipos de eleição. No ponto 4 apresenta-se o modelo empírico de base, as variáveis e a metodologia utilizada. Nas secções 5 e 6 procede-se à exposição e análise dos resultados encontrados para as legislativas e autárquicas, respectivamente, e por último apresentam-se as conclusões mais importantes.

4.1.2. O CONTEXTO ELEITORAL EM 2001-2002³⁶

Esta secção aborda o enquadramento político e os resultados eleitorais agregados que caracterizam o período para o qual vai ser efectuado o trabalho empírico.

Em 16 de Dezembro de 2001 realizaram-se as eleições para os órgãos locais, era então Primeiro-Ministro António Guterres que encabeçava um governo do PS, que podemos chamar de minoritário atípico ou maioritário atípico, pois detinha exactamente metade da câmara legislativa desde 1999. Apesar do carácter eminentemente local do sufrágio, este não fugia à regra, e era visto pelos apregoadores de opinião como um teste ao desempenho do executivo, que poderia redundar ou não num “cartão amarelo” popular. Os efeitos foram muito superiores e perfeitamente inesperados. O PS obteve uma derrota retumbante, não especialmente na percentagem de votos que obteve, mas fundamentalmente no número de autarquias que perdeu. A leitura do quadro 4.1 não indica por si só uma derrota do PS. No entanto, ao nível do número de câmaras que conquistou e especialmente ao nível da importância estratégica de algumas localidades a derrota foi clara. Destacam-se entre estas grandes centros urbanos como Lisboa, Porto, Coimbra, Cascais e Sintra, alguns deles bastiões socialistas de longa data. A derrota foi mais qualitativa do que quantitativa, deixando o PS de ser o grande partido dos centros urbanos e dos jovens.

Quadro 4.1. Resultados eleitorais das autárquicas de 2001

Resultados	Percentagem de votos	Mandatos (percentagem)	Nr. câmaras 2001
Participação	60.12	-	-
PS	34 .12	829 (40.56%)	113
Coligações PS	2.97	21 (1.03%)	0
PSD	28 .22	774 (37.87%)	142
Coligações PSD	12.92	138 (6.75%)	17
PCP-PEV	10 .61	199 (9.74%)	28
CDS-PP	3 .72	39 (1.91%)	3
B.E.	1 .18	6 (0.29%)	1
Independentes	1 .60	31 (1.52%)	3

Fonte: CNE.

Factualmente, o PSD foi o único partido a sair vitorioso das Autárquicas o que revelou, adicionalmente, uma maior bipolarização da política local portuguesa. Alguns atenuantes podem explicar a derrapagem eleitoral do PS, como por exemplo o aumento significativo das candidaturas independentes, que, no geral, eram encabeçadas por dissidentes locais dos dois grandes partidos, e pelo facto do PSD, ao contrário do PS, concorrer a bastantes Câmaras coligado com outros partidos. O quadro 4.1 mostra, claramente, tanto a importância dos

³⁶ Para uma análise mais detalhada da caracterização eleitoral deste período ver: Freire et. al. (2004) e Perfil do Autarca 2001, Stape.

movimentos independentes quanto o sucesso das coligações do PSD. No entanto, as estocadas tinham sido dadas em pontos demasiadamente vitais do PS para que estes atenuantes fossem vistos como algo mais do que meras desculpas.

Mesmo sendo claro que as eleições Autárquicas possuem um cariz marcadamente local, nem a sociedade nem os partidos conseguem resistir a uma leitura nacional dos resultados. Assim, da derrocada dos autarcas socialistas facilmente se chegou a uma derrota do governo e de António Guterres em particular, verificando-se, também, o reverso para o PSD e o seu líder Durão Barroso, que, na altura, foram lesto em auto promover-se.

Teoricamente a governabilidade continuava assegurada para o PS, pois nada se tinha alterado ao nível da composição da Assembleia da Republica. No entanto, o golpe tinha sido tão inesperado e forte que levantava questões quanto a uma legitimidade moral para continuar a agir em nome do povo. Aliados a isto, e talvez ainda mais importante, estavam os dois últimos anos de governação, que apresentavam desaires políticos na escolha de alguns ministros, um desgaste cada vez maior da posição minoritária no parlamento e algumas políticas impopulares. Em conjunto, tudo isto acaba por explicar o porquê de António Guterres pedir a demissão ao Presidente Jorge Sampaio, precipitando eleições legislativas antecipadas.

O acto eleitoral de 17 de Março de 2002 é então uma consequência das autárquicas do fim do ano anterior e representa um retorno a enquadramentos do passado em dois pontos. Primeiro, desde 1987, época em que o PRD, liderado Ramalho Eanes, derrubou o então governo minoritário de Cavaco Silva, que não se assistia a eleições antecipadas. Segundo, 2002, marca o fim do período de 15 anos caracterizado por governos mono partidários.

Foi um PS fragilizado e com nova liderança aquele que se apresentou às legislativas. Neste cenário, os dirigentes do PSD alimentavam legítimas esperanças de conseguir uma maioria absoluta no parlamento, o que, no entanto, não se veio a verificar, como mostram os resultados do quadro 4.2.

Quadro 4.2. Resultados eleitorais das legislativas de 2002

Resultados	Percentagem de votos	Lugares no parlamento	Percentagem no parlamento
Participação	61.6	-	-
PS	37.8	96	41.74
PSD	40.2	105	45.65
PCP-PEV	6.9	12	5.22
CDS-PP	8.7	14	6.09
B.E.	2.7	3	1.30

Fonte: CNE.

A vitória dos sociais democratas acabou por ter um ligeiro travo a amargo, pois sujeitos a uma minoria parlamentar foi necessário encontrar uma plataforma de entendimento com o

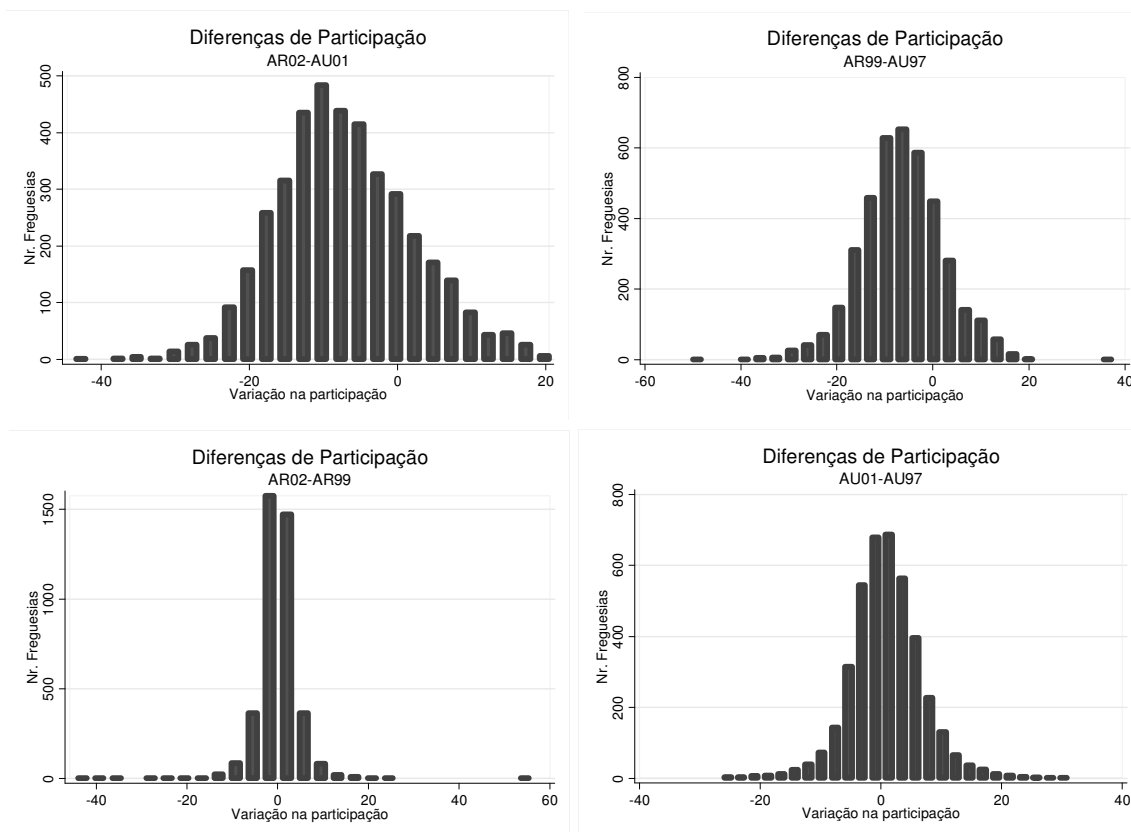
CDS-PP, que se tinha tornado a terceira força política mais votada, por forma a assegurar a governabilidade política. Encontrado o consenso, 19 anos depois, Portugal voltava a ter um governo de coligação, agora do PSD com o CDS-PP.

Quanto à esquerda destaca-se o facto da coligação PCP-PEV ter obtido o pior resultado de sempre em eleições legislativas. O B.E. foi o único partido deste quadrante político a melhorar os seus resultados em relação a 1999, muito devido à grande dimensão dos círculos eleitorais urbanos.

4.1.3. AS DIFERENÇAS NA PARTICIPAÇÃO ENTRE AS DUAS ELEIÇÕES

Olhando para o valor agregado da participação nas autárquicas de 2001 a diferença, relativamente às legislativas de 2002, cifra-se em pouco mais de 1%, podendo levar à ilusão que não houve grandes diferenças de afluência entre elas. No entanto, o votante das Legislativas não é necessariamente o votante das autárquicas, mesmo quando entre as eleições medeia um tão curto espaço de tempo. Numa análise desagregada ao nível de freguesia, a figura 4.1 apresenta os histogramas das diferenças de participação entre as legislativas e as autárquicas para Portugal continental.

Figura 4.1. Diferenças de participação entre legislativas e autárquicas: 2002-1997



Os gráficos apontam para uma diferença na percentagem de votantes muito maior entre legislativas e autárquicas do que entre eleições do mesmo tipo. Quando comparamos as legislativas de 2002 com as autárquicas de 2001, que distam apenas 3 meses, verificamos que, por exemplo, 28,8% das freguesias tiveram entre 5 e 10 por cento de diferença na participação, e esse número não baixa significativamente quando se consideram variações entre 10 e 15%, situando-se nos 23,5%. Diferentemente, quando comparamos as alterações de participação às autárquicas e legislativas com as respectivas eleições anteriores verificamos uma estrutura muito mais compacta, especialmente nas legislativas, o que espelha um processo autorregressivo na participação, pelo menos no que toca ao período em análise. Existe, então, nas freguesias, uma certa regularidade nas percentagens de participação ao mesmo tipo de eleições, indiciando o enraizamento de hábitos de voto dentro das áreas geográficas. Também, se em muitas freguesias votar é um hábito, esse hábito, em algumas delas, é consolidado para cada tipo de eleição e não para o fenómeno eleitoral no seu todo.

Estes gráficos reflectem as próprias disparidades entre eleições de 1ª ordem e de 2ª ordem. Ao contrário do que acontece nas legislativas, nas autárquicas o eleitor vota para três órgãos distintos, o que, teoricamente, aumenta o valor intrínseco do voto. A possibilidade de participação, nestas últimas, de grupos de cidadãos e o facto do território da autarquia constituir um único circulo eleitoral alteram as condições de decisão que o votante enfrenta. Também, eleger o governo local ou o governo nacional são duas coisas distintas e as máquinas partidárias funcionam diferentemente nos dois casos, bem como a própria recolha de informação. À maior proximidade entre o candidato e o eleitor e focalização dos programas de campanha em assuntos mais concretos, visíveis, e mais dentro da esfera de experiência cognitiva do votante, que encontramos nas autárquicas, contrasta a maior importância colectiva e a intensificação de informação política por parte dos média nas legislativas. Em Portugal, os mais importantes órgãos de comunicação social são de cariz nacional, podendo até dizer-se que existe um défice de informação regional quando pensamos no mais importante veículo de informação: a televisão. Assim, ao equacionarmos a questão da recolha de informação, é possível que o eleitor esteja mais documentado sobre a situação económica nacional do que sobre a regional, servindo-se muito mais da experiência pessoal para compilar uma avaliação das condições locais. Da mesma forma, o escândalo político e o rebuliço partidário nacional chegam ao votante geralmente pelos órgãos de informação de massa, enquanto que, para o mesmo tipo de acontecimentos, mas de dimensão local, o papel das redes sociais do indivíduo acaba por ter uma importância acrescida.

Todas estas diferenças justificam uma análise comparativa entre as duas eleições e indiciam a possibilidade de encontrar efeitos distintos nalgumas variáveis explicativas.

4.1.4. METODOLOGIA E MODELO DE BASE

Da revisão de literatura empírica sobre a participação constata-se a utilização de um grande número e variedade de variáveis explicativas. Existem dois critérios genéricos para a selecção das variáveis a introduzir nos modelos. O primeiro relaciona-se com o tipo de dados a utilizar, mais concretamente, com a base de dados disponível. Maior ou menor desagregação dos dados, análises temporais, seccionais ou em painel, cada uma delas permite a utilização de determinadas variáveis e exclui ou torna difícil a introdução doutras. O segundo critério baseia-se na teoria que se pretende testar, estando, então, o investigador preocupado, não com um leque abrangente de variáveis, mas sim com as medidas que permitem avaliar a sua tese. Em virtude da grande complexidade e latitude do comportamento de voto, a estratégia de efectuar abordagens direccionadas a campos específicos é uma prática comum entre os cientistas que estudam o fenómeno.

O destaque neste trabalho é dado à importância das condições económicas na explicação da participação. No entanto, a selecção das variáveis de controle e a sua interpretação é feita com algum cuidado de forma analisar o máximo de dimensões possíveis do fenómeno e verificar os efeitos de cada uma nos dois tipos de eleições em estudo.

O modelo empírico de base é descrito pela equação 4.1., onde a variável dependente utilizada, $VOT_{i,E}$, é definida como o rácio entre o número de votos e o número de votantes inscritos nos cadernos eleitorais³⁷. Como a abstenção é o complementar da participação, os resultados a encontrar são similares, sendo a opção de utilização da participação justificada pelo facto de ser dominante nos estudos empíricos³⁸, facilitando assim comparações. Relativamente às autárquicas, foram utilizados os resultados eleitorais para as Câmaras Municipais.

$$VOT_{i,E} = \alpha_0 + \alpha_1 ECO_{i,E} + \alpha_2 SOCIAL_{i,E} + \alpha_3 POL_{i,E} + \alpha_4 VOT_{i,E-1} + u_{i,E} \quad (4.1)$$

A participação é explicada por um vector de variáveis económicas, $ECO_{i,E}$, por outro de características socio-demográficas das freguesias, $SOCIAL_{i,E}$, por um vector de variáveis políticas, $POL_{i,E}$, e pelo primeiro desfasamento da variável dependente, ou seja, a participação

³⁷ Em países, como por exemplo nos EUA, onde, contrariamente ao nosso, não existe obrigatoriedade de inscrição nos cadernos eleitorais, poderá ser mais apropriado incluir os potenciais eleitores não registados, dividindo o número de votos pela população com idade para votar. Alternativamente, o denominador desta divisão pode também ser o número de pessoas elegíveis, excluindo-se indivíduos que, apesar de terem idade para votar, lhes é revogado o direito, devido a um qualquer delito criminal ou a algum estado de inimputabilidade.

³⁸ Ver Geys (2006).

na eleição anterior análoga. α_1 , α_2 e α_3 são vectores de coeficientes, i denota freguesia, E a eleição e $u_{i,E}$ representa o termo de erro com as propriedades habituais³⁹.

As variáveis económicas de partida utilizadas são: uma medida relativa da taxa de desemprego por freguesia e as remunerações reais por concelho. No caso das autárquicas acrescenta-se ainda a contribuição autárquica em 2000 como uma dimensão de política económica local.

A taxa de desemprego é geralmente aceite como um indicador fiável das condições económicas duma região. A introdução desta variável, pressupondo que cada indivíduo conhece a taxa de desemprego nacional, permite a definição de uma posição relativa em relação ao conjunto do país. No nosso modelo optou-se por incluir o rácio entre o desemprego da freguesia e o desemprego do concelho, a que chamamos desemprego relativo, de forma a centralizar a avaliação da economia especificamente na sua dimensão local.

O bloco de variáveis de caracterização social e demográfica é composto por medidas que abrangem os principais grupos usados tradicionalmente na literatura e, de forma a permitir comparações, não são alteradas das autárquicas para as legislativas. Para a educação incluímos a percentagem da população com o ensino superior e a taxa de analfabetismo. De forma a controlar o factor idade introduzimos a percentagem da população entre 20 e 34 anos e a percentagem de reformados. No que respeita às características sociais foram incluídas a percentagem da população casada e a densidade populacional por milhares de habitantes. Como medida lata de caracterização social incluiu-se uma variável muda definindo áreas urbanas.

No que respeita às variáveis políticas, para as legislativas, foram incluídas a taxa de afluência das autárquicas de 2001 e a percentagem de votos obtida pelo partido do governo nas legislativas de 1999. A introdução desta última variável pode levar a um de dois possíveis resultados, assumindo que os apoiantes do governo que alteram o seu sentido de voto em 2002, são, em particular, aqueles que se encontram mais insatisfeitos e que simultaneamente têm menos fidelidade ideológica ao partido. Se o voto é disperso pelos outros partidos, então, acontece que a variável não tem significância estatística. Alternativamente, se muitos optam pela deserção para o grupo dos abstencionistas, então o efeito da variável na participação é negativo.

Para as autárquicas incluíram-se três *dummies*, uma que se refere às câmaras cujo presidente pertence ao partido do governo, e outras duas que caracterizam o cenário eleitoral em 2001. Uma primeira que define os concelhos aos quais concorreram grupos de cidadãos, e

³⁹ As estatísticas descritivas e as fontes para as variáveis utilizadas são apresentadas no anexo A.1.

uma segunda que representa os concelhos onde houve coligações do PS ou do PSD com outros partidos.

São, também, incluídas no modelo, como representantes dos argumentos downsianos que explicam a afluência às urnas, duas variáveis: a competitividade eleitoral e uma *proxy* dos custos de deslocação. Definimos a competitividade como a diferença da percentagem de votos entre o partido mais votado e o que lhe ficou imediatamente a seguir, por freguesia. Esta medida foi introduzida apenas para as eleições autárquicas visto só nestas serem eleitos órgãos por freguesia. Foi excluída nas legislativas pois, como os deputados são eleitos por distrito, a competitividade por freguesia não parece fazer muito sentido. Alternativamente, a introdução da competitividade por distrito tem o problema de apresentar uma variabilidade muito pequena relativamente à dimensão da amostra.

A *proxy* para os custos de deslocação às urnas foi definida do seguinte modo:

$$Eleitores\ não\ residentes_f = \begin{cases} 0 & \text{se } Eleitores < Pop.Re\ sidente \\ \frac{Eleitores_f - Pop.Re\ sidente_f}{Eleitores_f} \times 100 & \text{se } Eleitores > Pop.Re\ sidente \end{cases}$$

atribuindo-se o valor zero para os casos considerados normais, pois não podemos assumir a certeza de existirem eleitores não residentes em freguesias nestas condições, e representando, para os outros, a percentagem a mais de eleitores registados relativamente à população residente⁴⁰.

Esta variável foi introduzida devido ao facto de, em muitas das freguesias, a população residente ser inferior à população inscrita para votar. O mais provável é isto ser devido, por um lado, a um erro de medição, que a inclusão desta medida no modelo procura controlar, e por outro lado, talvez mais importante, ao facto de muitos dos indivíduos que mudam de residência, não transferirem o seu voto para a nova área onde residem, o que eleva os custos de deslocação às urnas por parte desta fatia da população. De qualquer modo, a interpretação deve ser cautelosa devido à potencial fraqueza da *proxy*.

No que respeita à metodologia adoptada, a existência, no conjunto das variáveis explicativas, de multicolinearidade significa uma violação das hipóteses básicas do modelo linear geral. Avaliou-se o potencial para esta infracção recorrendo-se ao coeficiente de correlação linear, assegurando-se a não existência de problemas graves de multicolinearidade entre as variáveis explicativas utilizadas.

Quando se efectuam estimações com dados seccionais o principal problema econométrico subjacente é a heteroscedasticidade. Por via disto os modelos são estimados com

⁴⁰ Não se utilizou, alternativamente à população residente total, a população residente com mais de 18 anos em virtude dos censos não apresentarem uma separação etária nos 18 anos.

recurso a quatro métodos que abordam a correcção desta infracção de forma diferente. Usa-se o método tradicional dos mínimos quadrados (OLS), comum à maioria da literatura, com desvios padrão robustos (correcção de White) que serve como ponto de partida. Utiliza-se um *Feasible Generalized Least Squares* (FGLS)⁴¹ que estima as equações pressupondo que se desconhece o processo heteroscedástico. Um terceiro método utilizado é um *Weighted Least Squares* (WLS), proposto por Maddala (1983), onde é feita uma transformação logística à variável dependente ($L_Vot_i = \log(Vot_i / (1 - \text{Vot}_i))$) que tem duas implicações: primeiro, impossibilita encontrar valores estimados para a participação acima dos 100%, visto a nova variável admitir valores entre mais e menos infinito⁴²; segundo, o processo heteroscedástico em causa passa a ser conhecido⁴³, permitindo estabelecer ponderadores para corrigir o problema. Com este método as freguesias deixam de ter todas a mesma importância, considerando-se que as mais populosas assumem maior relevância.

Por último, apresenta-se um método que na prática é um FGLS a dois passos (FGLS2) onde se parte do princípio que a correcção proposta no WLS é verdadeira, mas que podem existir ainda outros factores desconhecidos que causem heteroscedasticidade. Portanto, por cima do WLS estima-se um FGLS. Especialmente este método, mas também o WLS, são aqueles que asseguram melhor protecção contra a heteroscedasticidade. Nota-se que, nestes dois casos, os coeficientes associados às variáveis explicativas, ao contrário do que acontece no OLS e FGLS, não representam efeitos médios, variando em função da participação⁴⁴.

Equacionou-se, alternativamente, a estimação de um SUR (*Seemingly Unrelated Regression*) para as duas eleições. No entanto, os testes efectuados rejeitaram a correlação dos termos de erro associados às duas equações, pelo que este método não apresentou vantagens face a um OLS⁴⁵.

⁴¹ O FGLS utilizado segue o sugerido por Wooldridge (2003) pp. 277.

⁴² Todas as estimações com a variável dependente taxa de participação foram analisadas de forma a assegurar que nenhuma apresentava valores estimados acima de 100%.

⁴³ Demonstra-se que o estimador dos mínimos quadrados não é eficiente, pois o termo de erro é heteroscedástico com variância: $\sigma_f = \frac{1}{N_c(Turn_f)(1 - Turn_f)}$ com N_f o tamanho do eleitorado na freguesia f e $Turn_f$ a participação (entre 0 e 1). Para uma aplicação ver Dubin e Kaslow (1996).

⁴⁴ Considerando o modelo simples $Vot_i^* = \alpha_0 + \alpha_1 X_i$ com $Vot_i^* = \log\left(\frac{Vot_i}{1 - \text{Vot}_i}\right)$ então,

$\frac{\partial \text{Vot}_i^*}{\partial X_i} = \frac{\partial \text{Vot}_i^*}{\partial \text{Vot}_i} \times \frac{\partial \text{Vot}_i}{\partial X_i}$. Resolvendo, fica $\frac{\partial \text{Vot}_i^*}{\partial X_i} = \text{Vot}_i(1 - \text{Vot}_i) \times \alpha_1$.

⁴⁵ Também se explorou o método das variáveis instrumentais, que apresentou resultados semelhantes ao OLS. Todos os resultados poderão ser disponibilizados a quem os solicitar.

4.1.5. PARTICIPAÇÃO ÀS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

A tabela 4.1 apresenta as regressões para as eleições legislativas de 2002 usando os diferentes métodos e o conjunto de variáveis descrito. Entre os resultados do OLS e do FGLS não existem diferenças significativas, mas comparando com aos outros dois métodos tal já não se verifica. A interpretação vai centrar-se especialmente nos modelos com transformação logística em virtude das vantagens que lhes estão associadas.

No que concerne às variáveis de cariz social, a tabela mostra que a percentagem de população licenciada tem um efeito positivo, ao contrário da taxa de analfabetismo que deprime a participação, reforçando as conclusões encontradas na literatura, que destacam a importância da educação como factor de melhoramento da intervenção democrática. Adicionalmente, uma maior integração social do indivíduo, medida pela percentagem da população casada e pela densidade populacional, contribuem para reduzir a abstenção, se bem que no caso desta última variável exista uma certa debilidade estatística.

Tabela 4.1. Determinantes da participação às Legislativas de 2002

	(1) OLS	(2) FGLS	(3) WLS	(4) FGLS 2
Remuneração Real 2001	0.0039*** (3.88)	0.0029*** (4.16)	0.00009*** (3.35)	0.00006*** (2.66)
Desemprego Relativo	0.1751 (1.10)	0.1281 (0.91)	-0.00670 (-1.12)	-0.02895*** (-2.66)
Área urbana	0.6528*** (3.49)	0.3933** (2.41)	0.00690 (1.01)	0.00108 (0.13)
Pop. ensino superior	0.0999*** (6.09)	0.0938*** (8.14)	0.00362*** (8.47)	0.00277*** (5.88)
Taxa de analfabetismo	-0.0745*** (-4.61)	-0.0823*** (-4.90)	-0.00289*** (-3.10)	-0.00421*** (-3.48)
Pop. casada	0.1141*** (5.86)	0.0985*** (4.98)	0.00389*** (3.38)	0.00224* (1.73)
Densidade populacional	0.1016** (2.51)	0.1094*** (3.25)	0.00260** (2.57)	0.00091 (1.31)
Pop. entre 20 e 34 anos	0.0235 (0.88)	0.0172 (0.67)	0.00013 (0.091)	-0.00140 (-0.63)
Pop. reformada	-0.0195 (-1.38)	-0.0201 (-1.63)	-0.00107 (-1.47)	-0.00025 (-0.20)
Votantes não residentes	-0.0741*** (-5.96)	-0.0697*** (-5.60)	-0.00106* (-1.72)	0.00051 (0.87)
Participação AU2001	0.1723*** (12.8)	0.1468*** (12.1)	0.00485*** (8.15)	0.00359*** (6.37)
Participação (eleição anterior)	0.6377*** (29.0)	0.6762*** (32.3)	0.03119*** (26.5)	0.03384*** (30.2)
Governo (eleição anterior)	-0.0463*** (-7.77)	-0.0408*** (-6.57)	-0.00207*** (-6.82)	-0.00170*** (-3.72)
Constante	4.4234*** (2.63)	5.3641*** (3.62)	-1.87870*** (-23.7)	-1.80904*** (-16.5)
Observações	4018	4018	4018	4018
R2 ajustado	0.81	0.82	0.84	0.88

t-estatístico entre parêntesis;*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1.

Relativamente ao enquadramento eleitoral, a proximidade das eleições autárquicas parece ter tido um efeito positivo. A agitação política, as campanhas eleitorais e o esforço de mobilização da população, presentes no período que antecedeu as eleições locais, incentivou a afluência às legislativas, contrariando um potencial efeito de fadiga eleitoral que afastaria eleitores duma nova chamada às urnas.

Corroborando a maioria da literatura, é patente um claro processo autorregressivo na participação eleitoral⁴⁶, evidente no valor e significância do coeficiente associado à variável dependente desfasada, o que indicia um grau elevado de formação de hábitos de participação. Passando às variáveis demográficas, contrariamente a muitos estudos e, especificamente, aos estudos já efectuados para Portugal por Freire (2001) e Viegas e Faria (2004), a idade não parece influenciar a participação⁴⁷. Este não resultado talvez se deva à inclusão do voto em eleições anteriores, incorporador dos hábitos de voto, que, em boa medida, são explicados pela idade. Se assim é não podemos afirmar que a idade não é importante para explicar a participação, na medida em que é relevante para explicar os hábitos de voto, estando esta informação, possivelmente, incluída no desfasamento da variável dependente.

Encontrou-se um efeito negativo associado à percentagem de votos obtida pelo partido do governo na eleição anterior que pode ter origem na insatisfação gerada pela actuação governamental. Alguns dos insatisfeitos, apoiantes do governo, com destaque para aqueles menos filiados ideologicamente, não tendo confiança ou afinidade com outra força política concorrente, parecem decidir engrossar o grupo dos abstencionistas. Provavelmente, elevado desagrado para com a actuação do governo conjugado com uma não muito forte identificação partidária, pode induzir alguns dos eleitores directamente responsáveis pela eleição do governo anterior, a afastar-se do processo democrático, subalternizando as opções de voltar a apoiar o mesmo partido ou de votar num concorrente.

Quanto ao coeficiente associado à percentagem de votantes não residentes verificamos que apresenta forte significância estatística no OLS e FGLS, no entanto nos modelos logísticos acaba por perder quase totalmente a sua importância. Esta diferença reside no facto dos modelos logísticos darem mais importância a freguesias com mais habitantes, e as unidades geográficas que apresentam mais votantes do que residentes serem freguesias com baixa população⁴⁸. Vendo esta variável como uma *proxy* dos custos de deslocação, que, teoricamente, são mais elevados quando o eleitor tem que se deslocar a outra freguesia para votar, podemos considerar que, em pequenas freguesias, onde existem mais pessoas para as

⁴⁶ Geys (2006) pp.646.

⁴⁷ Foram introduzidas no modelo várias outras variáveis de divisão etária, apontado os resultados, genericamente, no mesmo sentido.

⁴⁸ Para as 1312 freguesias que se caracterizam por mais votantes do que residentes, a média de habitantes é de 790 pessoas. Este resultado pode estar relacionado com a deslocação das pessoas das áreas rurais para as áreas urbanas em busca de trabalho.

quais o custo de votar está reforçado, a participação sofre um decréscimo, no entanto este efeito não se revela importante ao nível global. Portanto, em certa medida podemos dizer que se reforçam os argumentos downsianos.

Relativamente às condições económicas, verificamos que a remuneração real, que é uma *proxy* do rendimento do concelho, é estatisticamente significativa, indiciando que zonas onde os salários são mais elevados, tendem a ser mais participativas. Por outro lado, o desemprego relativo local só parece influenciar a decisão de participar às legislativas quando consideramos o modelo da coluna (4). Os resultados não permitem afirmar categoricamente a relevância desta variável, no entanto parece que o efeito sobre a participação é negativo. Um aumento de 1% no desemprego relativo implica uma redução na participação de aproximadamente 0.68%⁴⁹. Rosenstone (1982) defende que, em cenários de dificuldades assistimos a um fenómeno de retirada do processo político. Argumenta que o custo de oportunidade em dar atenção à política é mais elevado devido à existência de mais graves problemas pessoais e que algumas relações sociais, nomeadamente as de trabalho, são quebradas com o desemprego, desajustando o indivíduo socialmente.

De forma a avaliar a robustez dos resultados encontrados foram efectuadas as mesmas regressões, substituindo o desemprego relativo, alternativamente, pela taxa de desemprego, pelo emprego e pelo desemprego relativo em função do distrito. Também, mantendo a estrutura inicial, trocou-se a remuneração real por outras medidas de rendimento e condições de vida. Usando os diferentes métodos, os resultados associados às variáveis de interesse são apresentados na tabela 4.2.⁵⁰

As medidas de relação relativa da taxa de desemprego por freguesia com áreas geográficas mais abrangentes que o concelho, especificamente o desemprego ao nível do distrito e ao nível nacional (a própria taxa de desemprego por freguesia), não revelaram qualquer impacto sobre a participação, o mesmo acontecendo com a taxa de emprego por concelho. Se, de facto, o processo de incorporação da dimensão económica do desemprego na decisão de ir ou não às urnas é comparativo, os resultados apontam no sentido desta comparação ser feita ao nível mais desagregado, apoiando em certa medida uma visão mais egotrópica, pelo menos para esta eleição. No entanto, os resultados podem levar a apoiar a possibilidade de não relevância. Duas hipóteses podem explica-la. Ou a participação não é afectada pelas condições económicas agregadas, ou, então, como sugere Blais (2006), a coexistência de efeitos de retirada e de mobilização redundam num efeito nulo. Em termos de efeito final agregado, ambas as hipóteses apresentam o mesmo, no entanto do ponto de vista de cada indivíduo são substancialmente diferentes. Como Veiga e Veiga (2004a,b) mostram

⁴⁹ Valor encontrado considerando a média da participação às legislativas, que será usada sempre que se quantificar os efeitos nos modelos logísticos.

⁵⁰ As regressões completas encontram-se no Anexo B.1.

que o eleitorado português responsabiliza as entidades políticas nacionais pelos resultados económicos, com destaque para o desemprego, a segunda hipótese parece mais razoável.

Tabela 4.2. Legislativas 2002: outras variáveis económicas

	(1) OLS	(2) FGLS	(3) WLS	(4) FGLS 2
Taxa de Desemprego	0.0056 (0.34)	0.0033 (0.20)	-0.00035 (-0.38)	-0.00041 (-0.26)
Taxa de Emprego 2001	0.0161 (1.40)	0.0086 (0.80)	-0.00000 (-0.0015)	-0.00009 (-0.19)
Desemprego Relativo (Distrito)	0.0393 (0.30)	0.0441 (0.35)	0.00035 (0.050)	0.00021 (0.022)
Índice Rendimento 2001	0.0088** (2.31)	0.0067** (2.32)	0.00020* (1.78)	0.00014 (1.40)
Sales Index 2001	0.0119** (2.29)	0.0093** (2.19)	0.00026* (1.82)	0.00018 (1.42)
Taxa cresc. Emprego	-0.0013 (-0.17)	-0.0004 (-0.059)	0.00019 (0.60)	0.00037 (0.86)
Taxa cresc. Índice Rendimento	-0.0301 (-1.36)	-0.0159 (-0.76)	-0.00028 (-0.32)	0.00022 (0.26)
Taxa cresc. Sales Index	-3.9462 (-1.21)	-1.6866 (-0.59)	-0.01212 (-0.11)	0.04334 (0.42)
Taxa cresc. Remuneração Real	0.0253 (0.64)	0.0117 (0.37)	0.00087 (0.66)	0.00122 (0.87)

t-estatístico entre parêntesis;*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Os indicadores utilizados em vez da remuneração real, o índice de rendimento e o Sales Index, apesar de não tão robustos, confirmam a ideia de áreas mais ricas votarem mais. De forma a poder incorporar alguma variação temporal, utilizaram-se algumas das variáveis em taxas de crescimento, mas que provaram não acrescentar mais informação aos modelos⁵¹.

4.1.6. PARTICIPAÇÃO ÀS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

Para as eleições autárquicas usaram-se as mesmas variáveis de caracterização social e económica introduzidas no modelo de participação às legislativas, às quais se acrescentaram algumas de enquadramento específico das eleições locais. A tabela 4.3 apresenta os resultados recorrendo às metodologias econométricas descritas no ponto 4.1.4.

Uma primeira nota vai para o efeito de diminuição da participação encontrado em áreas urbanas, que se diferencia dos resultados encontrados para legislativas, o que indicia disparidades relevantes de comportamento entre os dois actos eleitorais.

No que respeita às características sociais, os resultados, no geral, corroboram os encontrados por Amaro de Matos et. al. (2009). Numa dimensão comparativa, temos alguns determinantes da participação às autárquicas com resultados diferentes dos encontrados para

⁵¹ Foram igualmente introduzidas as variáveis em taxas de crescimento médias dos dois anos de legislatura (1999-2001), não se obtendo qualquer resultado relevante. Também a introdução da taxa de desemprego por concelho não se revelou importante.

as legislativas. Parece que eleições de primeira ordem e segunda ordem implicam motivações diferentes de participação por parte de uma fatia do eleitorado, existindo um conjunto de votantes pendulares que entram e saem do grupo dos abstencionistas em função da importância que atribuem a cada tipo de eleição.

Tabela 4.3. Determinantes da participação às Autárquicas de 2001

	(1) OLS	(2) FGLS	(3) WLS	(4) FGLS 2
Remuneração Real 2001	-0.0036 (-1.29)	-0.0049* (-1.94)	0.0001 (0.68)	0.00005 (0.34)
Desemprego Relativo	-0.3525** (-2.06)	-0.4364** (-2.38)	-0.0365*** (-3.10)	-0.03809*** (-2.88)
Contribuição Autárquica 2000	-0.1696*** (-3.02)	-0.1878*** (-3.80)	-0.0050* (-1.79)	-0.00539** (-2.16)
Área urbana	-1.7267*** (-4.61)	-1.5030*** (-4.41)	-0.0904*** (-5.73)	-0.09312*** (-6.23)
Pop. ensino superior	-0.0920* (-1.94)	-0.1073** (-2.35)	0.0020 (1.22)	0.00254 (1.54)
Taxa de analfabetismo	-0.0014 (-0.051)	-0.0034 (-0.13)	0.0042*** (2.71)	0.00469*** (2.84)
Pop. Casada	-0.0924** (-2.35)	-0.0918** (-2.28)	-0.0122*** (-4.72)	-0.01195*** (-4.34)
Densidade populacional	0.0540 (0.42)	0.0780 (0.47)	-0.0079** (-2.48)	-0.00895*** (-2.99)
Pop. entre 20 e 34 anos	0.0088 (0.18)	-0.0122 (-0.25)	0.0019 (0.56)	0.00070 (0.20)
Pop. Reformada	0.0901*** (4.33)	0.0787*** (3.85)	0.0079*** (3.78)	0.00758*** (3.39)
Votantes não residentes	-0.0844*** (-4.76)	-0.0772*** (-4.11)	-0.0015 (-1.41)	-0.00115 (-0.97)
Competitividade	-0.0663*** (-7.81)	-0.0631*** (-8.49)	-0.0020*** (-4.29)	-0.00190*** (-3.80)
Presidentes Câmara PS	-0.8602** (-2.09)	-0.7305* (-1.80)	-0.0363 (-1.47)	-0.02657 (-1.09)
Coligações	0.7218 (1.30)	0.9829* (1.89)	0.0589** (2.07)	0.07352** (2.47)
Grupos de cidadãos	2.1016*** (3.52)	1.7306*** (3.12)	0.1587*** (3.57)	0.15197*** (3.44)
Participação (eleição anterior)	0.7981*** (39.7)	0.8132*** (45.7)	0.0387*** (28.7)	0.03807*** (27.8)
Constante	23.1527*** (8.02)	23.5212*** (9.01)	-1.4223*** (-7.29)	-1.34419*** (-7.05)
Observações	4009	4009	4009	4009
R2 ajustado	0.69	0.71	0.81	0.81

t-estatístico entre parêntesis;*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Em primeiro lugar, a educação deixa de ter o efeito positivo encontrado para as legislativas. Podemos considerar duas características associadas a pessoas mais educadas que podem ajudar a justificar esta diferença de comportamento. Primeiro, parece legítimo admitir que estas estão melhor habilitadas para distinguir de forma mais clara as diferenças de importância entre os dois actos eleitorais. Segundo, são, no geral, indivíduos que consomem mais informação política. Como os meios de comunicação social dão mais ênfase às eleições nacionais, e a informação sobre as autárquicas é menor e centrada essencialmente nos problemas dos grandes centros urbanos (Lisboa e Porto), o interesse político dos votantes é

mais estimulado nas legislativas do que nas autárquicas, o que pode explicar a perda de significância estatística da percentagem de população com o ensino superior. No entanto, os números parecem indicar que, quanto menos formação existe numa comunidade, mais elevada é a participação, visto encontrarmos um efeito positivo da taxa de analfabetismo. A focalização das autárquicas nos temas locais, pode contribuir para incentivar os indivíduos com menos formação a votar. Existe mais proximidade das pessoas com os temas e com os candidatos, o que pode permitir uma maior compreensão e uma vivência mais intensa relativamente às questões centrais da eleição, estimulando a participação dos menos letrados.

Também na influência da percentagem de população casada encontramos resultados diferentes entre eleições, que, da mesma forma, podem estar relacionados com um acrescido reforço da importância das legislativas e um decréscimo da relevância das autárquicas. Para uma pessoa casada uma eleição tem importância pessoal mas também importa na medida em que afecta o seu agregado familiar. Assim, eleições de primeira ordem podem assumir um carácter ainda mais relevante. Adicionalmente, como as pessoas casadas têm mais responsabilidades, apresentam um custo de oportunidade em recolher informação e votar mais elevado, sendo de esperar que alguns destes optem mais facilmente pela abstenção em eleições de menor importância para eles e para os respectivos agregados familiares.

No que concerne à percentagem de reformados, enquanto a participação às legislativas parece não ser afectada por este grupo etário, a afluência às autárquicas é afectada positivamente. Este último efeito pode derivar de um maior sentimento de ligação e identificação com a localidade e seus problemas por parte dos reformados, gerado, quer por muitos anos de permanência num mesmo local e conseqüente formação de sólidas relações sociais de longa duração, quer pelo facto de muitas pessoas quando se reformam regressarem às localidades a que estão mais ligadas sentimentalmente.

No que se refere a outras variáveis não económicas destacam-se alguns resultados robustos. Confirmando a literatura e as regressões para as legislativas, o voto na eleição anterior apresenta-se como um factor explicativo importante, indiciando, também aqui, a existência de formação de hábitos. A competitividade, outro dos argumentos de base da abordagem downsiana, apresenta sinal negativo e significância estatística, indiciando que um aumento na diferença de votos entre os dois partidos mais votados acarreta uma redução da participação. Também, a opção dos dois grandes partidos nacionais concorrerem coligados com outras forças políticas parece beneficiar a afluência às urnas.

Em áreas onde, a par dos partidos tradicionais, concorrem igualmente grupos de cidadãos, a participação melhora. Nestes concelhos o ganho na participação ronda os 3,6% nas estimações logísticas. Tal pode dever-se à existência de adicionais esforços de mobilização, maior focalização nas questões regionais, e à expectativa e curiosidade que estas forças

concorrentes despertam num eleitorado que, por regra, inclui sempre alguns indivíduos que têm uma postura de desconfiança e incredulidade relativamente aos quadrantes partidários tradicionais optando por se abster frequentemente.

Do conjunto das variáveis económicas, apesar das remunerações reais não serem relevantes na explicação da participação, no que respeita ao desemprego relativo e à contribuição autárquica os resultados são robustos entre métodos.

Os resultados apontam para um impacto negativo da medida de desemprego sobre a participação⁵², estimando-se, com base nos modelos logísticos, que um aumento unitário do desemprego implique uma redução da participação na ordem dos 0.9%. Tanto a magnitude do efeito de retirada como a robustez da variável são superiores aos valores encontrados para as legislativas. Tal poderá ter a sua explicação no facto do governo local poder não ser responsabilizado pelas condições económicas adversas. Neste contexto, o móbil para um efeito positivo na participação via mobilização deixa de existir, restando apenas efeitos de retirada. Muitos daqueles que, quando as condições económicas se apresentam desfavoráveis, são potencialmente mobilizáveis em eleições legislativas, podem acabar por se juntar aos que se retiram do processo democrático em eleições autárquicas pelo simples facto de não responsabilizarem o governo local e simultaneamente se sentirem insatisfeitos com a situação económica. Este argumento parece ser a alternativa mais coerente para explicar simultaneamente os resultados das legislativas e das autárquicas.

A variável de política fiscal das autarquias também reflecte um efeito de retirada, indiciando que áreas com maior contribuição autárquica têm tendência a mobilizar menos votantes.

Foram testadas outras variáveis caracterizadoras da economia local nos modelos tradicionais. A medida de desemprego foi, alternativamente, substituída pela taxa de desemprego, pela taxa de emprego e pelo desemprego relativo medido por distrito, a contribuição autárquica foi trocada pelo investimento das câmaras municipais, enquanto que as remunerações reais foram substituídas por outras medidas de rendimento e condições de vida. Os resultados associados a estas novas variáveis são sumariados na tabela 4.4⁵³.

A utilização das taxas de desemprego e emprego reforçam a tese de retirada originada por condições económicas adversas. No entanto, não foi encontrado um impacto relevante por parte do investimento das Câmaras Municipais. O efeito do desemprego aparece estatisticamente significativo independentemente da forma como se pensa a incorporação da variável. Utilizando, em alternativa às remunerações reais, outras medidas de rendimento, verificamos que, tanto o Sales Index como o índice de rendimento revelam uma resposta

⁵² Ashworth, J. et. al. (2006) encontraram a presença do mesmo efeito nas eleições municipais Belgas de 2000.

⁵³ As regressões completas encontram-se no Anexo B.2.

positiva da participação a aumentos do nível de vida das populações, apresentando-se coerentes com o efeito produzido nas legislativas.

Tabela 4.4. Autárquicas 2001: outras variáveis económicas

	(1) OLS	(2) FGLS	(3) WLS	(4) FGLS 2
Taxa de Desemprego	-0.0482* (-1.68)	-0.0528* (-1.75)	-0.0082*** (-3.12)	-0.0094*** (-3.31)
Taxa de Emprego 2001	0.0882*** (2.95)	0.0849*** (2.80)	0.0058*** (4.81)	0.00549*** (4.09)
Desemprego Relativo (Distrito)	-0.2707 (-1.36)	-0.3152 (-1.51)	-0.0526*** (-3.07)	-0.0614*** (-3.33)
Índice Rendimento 2001	0.0513*** (7.73)	0.0527*** (7.85)	0.0020*** (8.32)	0.00189*** (7.16)
Sales Index 2001	0.0590*** (7.48)	0.0610*** (7.74)	0.0023*** (8.05)	0.00223*** (7.08)
Investimento CM 2000	0.0222 (1.51)	0.0167 (1.18)	0.0016 (1.52)	0.00140 (1.28)
Taxa cresc. Emprego	0.0001 (0.008)	0.0014 (0.099)	0.0001 (0.082)	0.00031 (0.28)
Taxa cresc. Índice Rendimento	-0.0100 (-0.25)	-0.0094 (-0.24)	0.0033 (1.08)	0.00288 (0.91)
Taxa cresc. Sales Index	-1.4652 (-0.26)	-1.1291 (-0.22)	0.4043 (0.98)	0.33817 (0.81)
Taxa cresc. Remuneração Real	0.0511 (0.86)	0.0490 (0.89)	0.0041 (0.73)	0.00396 (0.71)
Taxa cresc. Investimento CM	-0.0110** (-2.36)	-0.0074* (-1.69)	-0.0002 (-0.86)	-0.00016 (-0.65)
Taxa cresc. Cont. Autárquica	-0.0190 (-1.32)	-0.0157 (-1.36)	-0.0004 (-1.03)	-0.00032 (-1.50)

t-estatístico entre parêntesis;*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

A utilização das variáveis em taxas de crescimento, como no caso das legislativas, não apresentou resultados relevantes⁵⁴.

4.1.7. CONCLUSÃO

A estimação das funções de participação às legislativas e autárquicas revela algumas semelhanças entre os dois actos eleitorais, mas fundamentalmente, mostra que se tratam de dimensões diferentes ao nível dos contextos que afectam a ida às urnas. Em ambos os casos, a formação de hábitos de participação parece ter um peso significativo na explicação do fenómeno, existindo uma maior inclinação para elevados níveis de afluência em freguesias que, historicamente, são mais participativas.

A idade, para ambas as eleições, não parece ter a relevância encontrada em grande parte da literatura. No entanto, tal pode dever-se ao facto desta ajudar a explicar a formação de hábitos, logo o seu efeito poder estar incluído no desfasamento da variável dependente. Mesmo assim, uma maior percentagem de reformados reforça a participação às autárquicas,

⁵⁴ Testou-se, também, para o conjunto das variáveis económicas, taxas de crescimento médias que se reportam aos 4 anos de mandato, não tendo sido encontrado qualquer efeito relevante.

um efeito que pode ter a sua origem num maior sentimento de identificação e conhecimento dos problemas locais que é endémico a esta faixa da população. Regista-se, igualmente, uma melhoria na participação em áreas mais ricas, em ambos os casos.

As diferenças de comportamento eleitoral existentes entre eleições de primeira e segunda ordem acabam por ser dominantes, expressando motivações, enquadramentos e julgamentos diferenciados que implicam estímulos específicos à participação. Assim, uma teoria unificada não parece servir para explicar de forma abrangente o fenómeno.

No que respeita à educação e às variáveis de integração social as dissemelhanças encontradas poderão ser devidas, em termos genéricos, a dois factores que se reforçam mutuamente. Primeiro, na mente de muitos eleitores, em termos de importância, as legislativas podem estar ainda mais afastadas das autárquicas do que seria de esperar. Segundo, a intensidade com que actuam as forças tradicionalmente mobilizadoras da participação, nomeadamente, os média, as campanhas eleitorais e a generalidade das redes sociais do indivíduo, pode ser menor nas autárquicas. Não se acrescentando mais nada, estes argumentos parecem colidir com a evidente proximidade entre os valores nacionais da participação às duas eleições. No entanto, para além do efeito negativo que a percentagem de votos no governo tem na afluência às legislativas, a maior participação da população reformada e o incentivo extra dado pelo aparecimento dos grupos de cidadãos e de coligações nas autárquicas, parecem constituir características dos actos eleitorais locais que permitem manter níveis de participação muito semelhantes entre as eleições em causa. Mas os resultados evidenciam que estes estímulos parecem captar um conjunto não negligenciável de participantes que apresentam diferenças relativamente àqueles que, tradicionalmente, votam nos sufrágios de primeira ordem, dificultando uma caracterização abrangente do eleitor nacional apenas com recurso ao comportamento verificado nas legislativas.

Os resultados relativos às medidas utilizadas para captar a influência do desemprego, apontam para a possibilidade de existência de efeitos retirada em ambas as eleições. Na eleição de primeira ordem têm uma importância explicativa estatisticamente débil, no entanto, na de segunda ordem, o agravamento do desemprego parece reforçar a abstenção, independentemente da medida comparativa que se usa. O desemprego por freguesia está na fronteira entre egotropia e sociotropia e, em freguesias com pouca população pode mesmo ser vista mais como uma medida de economia pessoal do que uma medida agregada. Assim, pode-se estar a captar o efeito descrito por Rosenstone (1982) de que os eleitores quando sentem mais dificuldades económicas concentram-se menos na política e mais na resolução dos seus problemas, ignorando as questões de responsabilização. No entanto, não podemos descartar outros cenários pois, não sendo possível avaliar a influência desta variável ao longo do tempo, ficamos sem saber se acréscimos ou decréscimos da taxa de desemprego afectam a

participação. Convém, igualmente, ressaltar que a análise efectuada caracteriza apenas as eleições de 2001 e 2002 que são influenciadas pelo respectivo enquadramento específico. A consistência temporal da generalidade dos resultados é ainda algo a investigar, de forma a se poder inferir se o que foi encontrado neste período é típico ou atípico do eleitorado português.

Como os resultados parecem indicar que não é possível transferir grande parte das conclusões de um tipo de eleição para outra, a tentativa de compreender o comportamento eleitoral em Portugal, apenas com recurso ao tradicional enquadramento de eleições de primeira ordem, parece insuficiente e justifica mais estudos que se debrucem sobre eleições de segunda ordem.

4.2. Participação às autárquicas e legislativas: Análise em painel 1979-2005

4.2.1. INTRODUÇÃO

Com a análise do período eleitoral 2001-2002 tentou-se examinar as fontes explicativas da participação explorando as potencialidades de uma desagregação geográfica máxima, com destaque para a possibilidade de utilização da taxa de desemprego por freguesia. Esta análise permitiu uma maior aproximação ao contexto individual, mas apresentou algumas limitações. A generalização dos resultados é problemática, pois aborda um período específico que manifesta idiosincrasias próprias e limita a incorporação da dimensão temporal das variáveis explicativas, com destaque para as medidas de natureza económica.

Esta parte tenta suprir estas limitações, estudando os determinantes económicos da participação numa perspectiva temporal. Para este efeito, a utilização de dados em painel acaba por ser uma abordagem muito eficiente, expandindo seccionalmente o número de observações e colmatando, assim, alguns problemas de robustez econométrica que derivam da escassez de momentos eleitorais numa abordagem puramente temporal.

A análise está organizada da seguinte maneira. A próxima secção descreve os dados e o modelo de base utilizados, enquanto as duas seguintes apresentam e discutem os resultados em painel para as eleições Legislativas em duas dimensões diferentes: ambiente económico nacional e regional. Seguidamente, mantendo estas duas dimensões, os pontos 5 e 6 analisam os resultados encontrados para as Autárquicas. A última secção apresenta as conclusões mais importantes.

4.2.2. DADOS E MODELO

A base de dados é constituída por um conjunto de variáveis económicas nacionais e regionais e por um outro grupo de variáveis políticas e sociais com desagregação local. Os dados utilizados vão de 1979 até 2005 e cobrem os 278 concelhos de Portugal continental⁵⁵. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e a taxa de crescimento do PIB português foram obtidos nas estatísticas financeiras internacionais do FMI, enquanto que a taxa de desemprego e os salários reais nacionais advêm da OCDE (*Main Economic Indicators*) e da Comissão Europeia (*Statistical Annex of European Economy*), respectivamente. Os dados políticos referentes a datas de eleições e resultados eleitorais foram obtidos junto do Secretariado Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral (STAPE).

Quanto à proveniência dos dados regionais, as remunerações reais e o emprego por município, disponíveis desde 1985, foram recolhidos dos Quadros de Pessoal do MTSS. As variáveis de caracterização social taxa de analfabetismo e população por sector de actividade provêm dos censos do INE. Existiam dados para 1981, 1991 e 2001. Como este tipo de agregados, normalmente, exibe um padrão de relativa estabilidade e tendência, assumiu-se para os anos em falta uma taxa de crescimento constante. Os dados para a população por faixas etárias entre 1979 e 1989 foram obtidos pelo método anterior, utilizando-se para o restante período as estimativas da população disponibilizadas pelo INE. Igualmente provenientes do INE são os dados referentes à população residente, ao Índice de poder de compra concelhio⁵⁶ e ao PIB por NUTS III (1991-2005). O Sales Index e o Índice de rendimento (1992-2005) foram retirados da base de dados *Sales Index* da Marktest.

Na investigação dos determinantes económicos da participação o desemprego assume um papel nuclear, sendo importante, quando se trabalha em painel, ter uma medida de desagregação regional para esta variável. Existem dados por NUTS III, mas que apenas cobrem o período posterior a 1998 e o ano censitário de 1991. Para estimar os anos em falta utilizou-se um método *ad-hoc* tornando, para este período, a variável numa *proxy* da taxa de desemprego⁵⁷.

⁵⁵ Agradece-se aos Professores Francisco Veiga e Linda Veiga a disponibilização de parte da informação contida nesta base de dados.

⁵⁶ O Índice de poder de compra concelhio compreende os anos de 1993, 1995, 1997, 2000, 2002, 2004 e 2005. Para os valores dos anos intermédios em falta optou-se por considerar uma taxa de crescimento constante.

⁵⁷ Para cada NUT, com dados para o ano de 1991, e de 1999 a 2006, foi estimada a taxa de desemprego dos anos em falta a partir da seguinte equação: $U_{NUT,t} = \alpha_0 + \alpha_1 U_{Nac,t} + \alpha_2 U_{Nac,t-1} + \beta X_{NUT,t} + u_t$, onde $U_{Nac,t}$ representa a taxa de desemprego nacional e $X_{NUT,t}$ um conjunto de variáveis socio-económicas específicas a cada NUT. Para assegurar uma maior robustez das estimativas, fizeram-se quatro regressões por cada unidade geográfica, alterando o leque de variáveis socio-económicas utilizadas em X . Por fim, retirou-se o valor médio das taxas de desemprego estimadas.

As estatísticas descritivas de todas as variáveis utilizadas estão disponíveis no Anexo A.2.

O modelo empírico de base que é descrito pela equação 4.2. não se afasta da formulação proposta na análise do período eleitoral de 2001-2002. A variável dependente utilizada, $VOT_{it,E}$, é definida da mesma forma e, no que respeita às Autárquicas, foram, igualmente, utilizados os resultados eleitorais para as Câmaras Municipais.

$$VOT_{it,E} = \alpha_0 + \alpha_1 ECO_{it,E} + \alpha_2 SOCIAL_{it,E} + \alpha_3 POL_{it,E} + \alpha_4 VOT_{it-1,E} + u_{it,E} \quad (4.2)$$

A participação é explicada por um vector de variáveis económicas, $ECO_{it,E}$, por outro de características socio-demográficas das freguesias, $SOCIAL_{it,E}$, por um vector de variáveis políticas, $POL_{it,E}$, e pelo primeiro desfazamento da variável dependente, ou seja, a participação na eleição anterior análoga. α_1 , α_2 e α_3 são vectores de coeficientes, i denota concelho, E a eleição (legislativa ou autárquica) e, t e $u_{it,E}$ representam, respectivamente, o tempo e o termo estocástico com as propriedades habituais. Controlando os factores específicos a cada unidade geográfica, pretende-se analisar a importância e efeito na participação das variáveis económicas acima referidas.

Como variáveis de caracterização socio-demografica incluíram-se a densidade populacional, a percentagem de residentes com mais de 65 anos, a percentagem de população empregada no sector terciário e a taxa de analfabetismo. Relativamente às variáveis que capturam efeitos políticos, utilizou-se a percentagem de votos do governo na eleição anterior, o número efectivo de partidos que concorreram em cada distrito, como proposto por Laakso e Taagepera (1979)⁵⁸ e uma medida de competitividade eleitoral definida como a diferença de percentagem de votos entre os dois partidos mais votados por distrito. Como os deputados são eleitos com base nos resultados agregados ao nível de distrito, a inclusão destas duas medidas desagregadas por concelho não fazia muito sentido. Adicionalmente, incluiu-se uma *dummy* que assume o valor 1 quando os governos nacional e autárquico pertencem ao mesmo partido (Governo simultâneo).

No que concerne ao método de estimação, a introdução da componente autorregressiva nos modelos em painel cria problemas de endogeneidade que tornam as técnicas tradicionais de estimação dos coeficientes desaconselháveis. Igualmente, também se podem manifestar este tipo de problemas devido a erros de medição nas variáveis e a relações de causalidade

⁵⁸ $NEP_i = \sum_{n=1}^N \frac{1}{p_n^2}$, com i a representar a unidade geográfica, n os partidos (sendo N o número total de partidos) e p_n a percentagem de votos obtida pelo partido n na região i . Esta fórmula é a recíproca do conhecido índice de concentração de Herfindahl-Hirschman.

biunívoca entre algumas variáveis explicativas e a variável dependente⁵⁹, especificamente no nosso caso, algumas variáveis políticas. O modelo proposto, pela sua natureza e composição está sujeito a estes problemas, pelo que se optou pela metodologia *system-GMM* proposta por Blundell e Bond (1998) para a sua estimação. Todas as estimações incluem um conjunto completo de *dummies* temporais e desvios-padrão corrigidos. Como o modelo apresenta uma componente autorregressiva as observações referentes às eleições de 1976 são perdidas.

Nas secções seguintes apresentam-se os resultados encontrados. Utilizam-se, para as Legislativas e Autárquicas, dois níveis espaciais para avaliar o efeito das condições económicas sobre a participação: a dimensão económica nacional e a regional, nesta última recorrendo-se a variáveis por NUTS III e concelho.

4.2.3. ELEIÇÕES LEGISLATIVAS E ECONOMIA NACIONAL

A tabela 4.5 apresenta as regressões com a introdução das medidas mais comuns de condições económicas de natureza nacional: taxa de desemprego, taxa de inflação e taxas de crescimento do PIB real e dos salários reais. Exibem-se os resultados do modelo com efeitos fixos como estimações de controle. As diferenças encontradas relativamente ao método GMM confirmam a existência de alguns problemas de endogeneidade, apesar de, genericamente, não haver grandes contradições entre eles.

No campo económico, todas as variáveis utilizadas são estatisticamente significativas revelando que, em Portugal, a economia nacional é um factor importante na decisão de participar. Os resultados apontam para um efeito de mobilização mostrando que a propensão à intervenção democrática dos cidadãos aumenta quando o ambiente económico se deteriora. Aumentos no desemprego e/ou na inflação estimulam os eleitores a participar, enquanto que melhorias nos salários e expansão do crescimento económico têm um efeito dissuasor.

A teoria da mobilização considera que estes aumentos de propensão atingem as pessoas que atravessam dificuldades económicas. No entanto, parece importante salientar que as condições económicas nacionais, com especial destaque para as taxas de desemprego e inflação, para além de serem sentidas pela população são também muito divulgadas pelos meios de comunicação, provocando um potencial efeito nas expectativas de grande parte dos indivíduos. Por exemplo, é legítimo considerar que, para um não desempregado, o crescimento do desemprego nacional aumente a probabilidade de um potencial despedimento num futuro próximo, o que implica assumir uma visão que relaciona as estritas preocupações individuais com as sociais.

⁵⁹ Ver Wooldridge (2002).

Tabela 4.5. Participação às Legislativas e Economia Nacional: Resultados em Painel

	(1)	(2)	(3)	(4)
	FE	FE	GMM	GMM
Taxa Desemprego (-1)	4.435*** (19.66)		5.886*** (22.51)	
Taxa Inflação (-1)	4.735*** (16.98)		6.942*** (23.03)	
PIB Real (-1)		-1.008*** (-13.90)		-1.635*** (-21.78)
Salário Real (-1)		-1.134*** (-9.806)		-0.536*** (-3.783)
Densidade Populacional	0.091 (0.814)	0.091 (0.814)	-0.010 (-0.216)	-0.010 (-0.216)
População mais 65	-0.018 (-0.462)	-0.018 (-0.462)	0.043* (1.717)	0.043* (1.717)
População Sector Terciário	0.005 (0.361)	0.005 (0.361)	0.008 (0.903)	0.008 (0.903)
Taxa de Analfabetismo	-0.026 (-1.153)	-0.026 (-1.153)	-0.066*** (-2.992)	-0.066*** (-2.992)
Competitividade	-0.025*** (-4.263)	-0.025*** (-4.263)	0.001 (0.228)	0.001 (0.228)
Nr. Efectivo de Partidos	-2.200*** (-11.89)	-2.200*** (-11.89)	-0.407* (-1.728)	-0.407* (-1.728)
Governo simultâneo	-0.358*** (-4.249)	-0.358*** (-4.249)	-0.457*** (-4.422)	-0.457*** (-4.422)
Votos Governo (-1)	-0.032*** (-8.032)	-0.032*** (-8.032)	-0.034*** (-7.512)	-0.034*** (-7.512)
Participação (-1)	0.427*** (20.74)	0.427*** (20.74)	0.812*** (41.50)	0.812*** (41.50)
Constante	5.162* (1.741)	47.781*** (27.38)	-39.914*** (-14.20)	18.464*** (12.82)
Observações	2748	2748	2748	2748
Hansen (p-value)	-	-	264.21 (0.179)	264.21 (0.179)
Grupos / instrumentos	-	-	275 / 263	275 / 263
Teste AR1 (p-value)	-	-	-8.89 (0.00)	-8.89 (0.00)
Teste AR2 (p-value)	-	-	-0.53 (0.598)	-0.53 (0.598)
R2 Ajustado	0.945	0.945	-	-

Estadística z entre parêntesis;*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

A intensidade com que os media divulgam a informação económica pode levar a que mais pessoas estejam informadas sobre a economia e ao aumento da sua importância na decisão de voto individual. Assim, o aumento da possibilidade de se vir a sentir graves dificuldades económicas pode por si só mobilizar o indivíduo. As condições económicas nacionais podem funcionar como um alarme geral que mobiliza grande parte da população, ou pelo menos aquela parcela que está minimamente informada sobre a evolução da economia. Em Portugal, no final da década de 1970 e princípios da década de 1980, as más condições económicas agregadas andaram a par com elevadas taxas de participação a nível nacional. Como situações económicas desfavoráveis costumam ser as mais noticiadas e a aversão ao risco é característica dominante na população, é credível que o bem estar económico nacional seja menos relevante do que o mal estar na decisão de voto, provocando um efeito assimétrico. Também é de esperar que à medida que as condições económicas se vão agravando o seu impacto na explicação dos resultados eleitorais se altere. Paldam (2003) considera que a inflação é um caso clássico deste comportamento: as pessoas dão-lhe pouca importância quando esta se encontra em valores baixos, mas quando chega a um determinado nível passa a ser um problema económico chave. Indo nesta direcção, a hipótese que

consideramos para o efeito das condições económicas regionais é que não são captadas de forma linear, exibindo um padrão em forma de U ou U invertido. Assume-se que à medida que o ambiente económico se vai agravando o seu efeito e importância sobre a participação altera-se, podendo mesmo inverter-se se for atingido determinado limiar⁶⁰.

Em virtude da escassez temporal de dados económicos regionais, as estimações com dados nacionais são as que permitem mais graus de liberdade e abrangem um maior número de eleições. Assim, é nestas que centramos a análise e interpretação das variáveis não económicas. Quando controlamos os problemas de endogeneidade encontramos apenas duas variáveis sócio-demográficas estatisticamente relevantes. O coeficiente associado à taxa de analfabetismo exibe um sinal negativo confirmando a generalidade da literatura que associa uma educação menos elevada a uma menor propensão a votar - Mueller (2003). As razões para este comportamento já foram discutidas teoricamente, centrando-se em três argumentos fundamentais: (1) A escolaridade incute mais sentido de dever no indivíduo; (2) pessoas com baixas habilitações estão menos aptas a compreender e estabelecer conversas de natureza política o que reduz o interesse pelo fenómeno; (3) os menos habilitados podem abdicar voluntariamente do direito de participar de forma a que a decisão eleitoral seja tomada por pessoas mais informadas e educadas.

A outra variável relevante, mas apenas a 10%, é a percentagem de população com mais de 65 anos. Os resultados revelam um efeito positivo em concelhos com mais população idosa. Blais (2000) e Franklin (2004) apontam para um aumento da propensão a votar à medida que se avança na idade. A experiência de vida e o facto da maioria destas pessoas se encontrar na reforma, logo com mais tempo disponível para investir no conhecimento político, podem explicar este resultado.

A característica autorregressiva da variável dependente é claramente dominante e a sua exclusão da regressão causaria um *omission variable bias*, reforçando a ideia de formação de hábitos de voto em grande parte do eleitorado.

Quanto à fragmentação política, na literatura não existe consenso teórico sobre o efeito do número de partidos na participação. Uns defendem um efeito positivo argumentando que mais partidos ampliam o leque de escolhas disponíveis elevando a probabilidade dos eleitores se identificarem com um partido- Blais e Carty (1990)- ou que aumenta a competitividade geral do sistema político potenciando a qualidade dos partidos e das políticas propostas o que gera mais benefícios instrumentais -Dittrich e Johansen (1983)⁶¹. Por outro lado, mais partidos significa maior probabilidade de coligações governamentais, diminuindo a influência dos eleitores na escolha do governo, o que, formalmente, se consubstancia na redução da

⁶⁰ Problemas de colinearidade tornaram desaconselhável o teste de efeitos não lineares das condições económicas nacionais.

⁶¹ Citado por Geys e Heyndels (2006), pp. 371.

probabilidade do voto ser decisivo- Jackman (1987) e Blais e Carty (1990). Blais e Dobrzynska (1998) acrescentam que mais partidos pode gerar maior complexidade no sistema político o que aumenta os custos de informação e torna mais complexa a decisão por parte do eleitor. Como a nossa medida de fragmentação política (numero efectivo de partidos) apresenta um sinal negativo parece que, em Portugal, este último cenário é o mais provável⁶².

O efeito encontrado para os votos no governo na eleição anterior confirmam os resultados da *cross section* para as eleições de 2002, corroborando a ideia de que alguns eleitores que apoiaram a eleição do governo que está em fim de mandato, têm tendência para se refugiar na abstenção na eleição corrente. Apesar de poderem existir múltiplas razões para esta decisão, como mudanças de liderança no partido no governo, escândalos políticos, questões de *issue voting* entre outras, a responsabilização por condições económicas desfavoráveis pode, também, despoletar esta decisão, especialmente se o eleitor não vê na oposição uma alternativa credível para resolver os problemas económicos correntes. Trata-se de um efeito retirado parcelar e específico, relacionado com a votação obtida pelo governo na eleição anterior. É parcelar porque só se está a considerar as fugas para a abstenção originárias da função de voto. É específico porque permite incorporar a responsabilização, o que não acontece com o argumento preconizado por Rosenstone (1982) que considera o aumento das preocupações pessoais e conseqüente redução do tempo e atenção prestados às questões políticas a principal justificação para uma redução na participação em cenários de adversidade económica.

Outro efeito do governo nacional que penaliza a participação é a sua presença à frente dos destinos das Autarquias. Em áreas onde o governo local é da mesma cor política do governo nacional a participação sofre uma quebra de aproximadamente meio ponto percentual. Nestes concelhos a imagem do governo pode estar particularmente erodida o que contribui para ampliar sentimentos de descontentamento que podem gerar maior propensão para a abstenção.

4.2.4. ELEIÇÕES LEGISLATIVAS E ECONOMIA REGIONAL

A desagregação regional das medidas económicas permite aprofundar o conhecimento sobre o impacto da economia na participação. O país não é homogéneo nem ao nível seccional nem ao nível da evolução temporal, apresentando esta análise do impacto da economia local uma nova perspectiva que nos aproxima mais das condições económicas individuais. Também, pela primeira vez, podemos analisar o efeito do desemprego regional em

⁶² Existem outras formas alternativas de medir a fragmentação (ver Geys e Heyndels 2006) que não foram utilizadas por se tratar de uma área abrangente que foge um pouco ao objectivo principal deste trabalho.

Portugal, o que se reveste de grande importância em virtude desta variável ser a mais proeminente na literatura de voto. A tabela 4.6 apresenta os resultados com a incorporação da taxa de desemprego e da taxa de crescimento do PIB por NUTS III.

Tabela 4.6. Participação às Legislativas e Economia Regional: Resultados em Painel

	(1) GMM	(2) GMM
Taxa Desemprego Nacional (-1)	0.941*** (11.88)	
PIB Real Nacional (-1)		-4.872*** (-12.71)
Taxa Desemprego (NUTS)	-0.324*** (-3.139)	
Taxa Desemprego (NUTS)^2	0.021*** (2.999)	
PIB Real (NUTS)		0.002 (0.0823)
PIB Real (NUTS)^2		0.001 (1.469)
Densidade Populacional	-0.015 (-0.311)	-0.069 (-1.257)
População mais 65	0.035 (1.236)	0.015 (0.542)
População Sector Terciário	-0.002 (-0.253)	-0.020** (-2.249)
Taxa de Analfabetismo	-0.016 (-0.526)	-0.004 (-0.116)
Competitividade	0.006 (0.907)	0.035*** (3.887)
Nr. Efectivo de Partidos	-0.164 (-0.714)	-0.227 (-0.889)
Governo simultâneo	-0.599*** (-4.292)	-0.415*** (-2.958)
Votos Governo (-1)	0.017*** (2.838)	0.030*** (4.192)
Participação (-1)	0.707*** (26.62)	0.674*** (16.88)
Participação (-3)	0.239*** (9.125)	0.250*** (6.200)
Constante	-1.149 (-0.892)	13.371*** (9.071)
Observações	1375	1100
Hansen (p-value)	261.7 (0.150)	240.4 (0.154)
Grupos / instrumentos	275 / 256	275 / 235
Teste AR1 (p-value)	-6.058 (0.00)	-5.209 (0.00)
Teste AR2 (p-value)	-0.154 (0.878)	-1.196 (0.232)

Estadística z entre parêntesis;*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

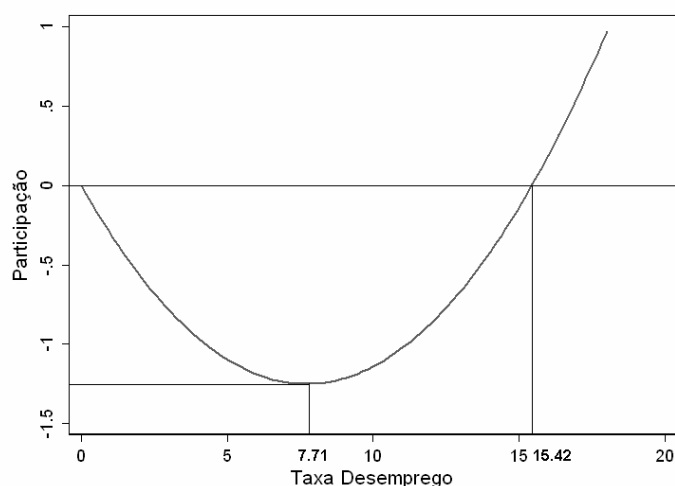
As regressões reportam-se ao período 1991-2005 mantendo-se sempre uma variável económica nacional de referência para controlar efeitos nacionais. No entanto, foi necessário introduzir o terceiro desfasamento da variável dependente de forma a resolver alguns problemas de autocorrelação de segunda ordem.

Uma característica que acompanha todas as estimações regionais que são apresentadas nesta secção é a instabilidade estrutural de alguns dos coeficientes que estão associados às variáveis de controle, quando o número de observações é alterado. A investigação empírica mais cuidada das razões que estão por detrás deste fenómeno levanta novas questões que merecem investigação, mas que saem do âmbito deste estudo. No entanto, sem nos querermos alongar, podemos avançar com algumas possíveis razões para isto. Primeiro, algumas

especificidades de cada eleição podem não estar a ser captadas pelos termos fixos do modelo, visto existir um hiato temporal entre cada eleição. Por exemplo, a evolução da popularidade dos líderes partidários, o acumular de escândalos políticos, temas específicos à legislatura e perturbações sociais e políticas temporalmente identificáveis. Segundo, o nosso período de análise começa no princípio da experiência democrática em Portugal. O próprio processo de ajustamento e adaptação que o eleitorado experimentou pode explicar algumas das alterações encontradas. Por último, como estamos a considerar um espaço temporal bastante significativo o renovamento do eleitorado pode ter levado a formas diferentes de actuação.

O desemprego e o PIB nacionais continuam a manifestar o seu efeito de atracção eleitoral quando o ambiente económico se deteriora. A taxa de crescimento do PIB regional não afecta a participação. No entanto, encontramos efeitos não lineares associados ao desemprego que conjugam a retirada com a mobilização. Baseado nas estimativas obtidas para os coeficientes associados ao desemprego, a figura 4.2 reporta a função de efeitos respectiva.

Figura 4.2. Função de efeitos não lineares estimados do desemprego



Em cenários de baixo desemprego, verificamos que, à medida que este vai aumentando, o efeito negativo de retirada torna-se mais forte até ao ponto de inversão que está estimado nos 7,86%. A partir daqui este efeito retirada continua a existir mas vai decrescendo de importância até que aos 15,7% o desemprego passa a ter um impacto positivo na participação.

Os resultados dizem-nos que em regiões de elevado desemprego existe um efeito de retirada reduzido ou mesmo mobilização, enquanto que regiões que experimentam o cenário contrário apresentam um efeito retirada significativo. Mantendo uma certa cautela quanto a uma explicação baseada no indivíduo, pois não queremos incorrer no risco de fazer inferências individuais a partir de dados agregados, estes resultados parecem apontar para duas linhas de comportamento distintas. O desemprego gera descontentamento que desmobiliza o eleitorado,

mas à medida que o problema se vai agravando a preocupação vai se tornando o sentimento dominante, levando as pessoas a estarem mais atentas à economia e mais propensas a dar o seu contributo democrático. O mecanismo psicológico subjacente é que o descontentamento dá origem à alienação enquanto que a preocupação gera reacção. Assumimos que, à medida que aumenta o desemprego, torna-se mais difícil para os desempregados conseguirem emprego, e mais provável que os outros venham a ficar a ficar nessa situação, eventualmente levando a um domínio da preocupação sobre o descontentamento⁶³. Igualmente, para reforçar este efeito, é normal assistirmos a um aumento do “tempo de antena económico” nos média à medida que se vão agravando os problemas económicos.

Recorrendo às medidas económicas disponíveis procurou-se averiguar se estes efeitos não lineares também estariam presentes ao nível de concelho. Não existindo dados para o desemprego nesta desagregação utilizou-se o emprego como medida de aproximação à situação do mercado de trabalho. Também se incluiu na análise algumas medidas de rendimento. A tabela 4.7 apresenta os resultados encontrados.

As remunerações e o índice de poder de compra são os únicos indicadores económicos que não se apresentam como significativos na explicação da participação. Nos outros, encontramos a presença de efeitos não lineares com uma estrutura em U invertido, estando a sua interpretação em linha com os resultados encontrados para o desemprego.

Tanto a economia nacional como a regional aparecem como factores importantes na explicação da participação em Portugal, no entanto, entre estes dois níveis de economia, existem diferenças na forma de propagação dos efeitos. Apesar de não ter sido possível testar efeitos não lineares ao nível nacional, os resultados demonstram um domínio claro do efeito positivo que a deterioração do ambiente económico provoca na participação. Ao nível regional este efeito mobilização está condicionado pela intensidade ou gravidade das dificuldades económicas, especialmente as sentidas no mercado de trabalho. Com condições económicas regionais normais ou favoráveis é mais provável uma retracção da participação, ou pelo menos uma redução do estímulo à mobilização que as condições nacionais provocam.

⁶³ Os resultados de Blount (2002) apontam no sentido dos indivíduos pensarem no desemprego não só como um problema económico, mas também social.

Tabela 4.7. Participação às Legislativas e Economia Regional (Concelho): Resultados em Painel

	(1) GMM	(2) GMM	(3) GMM	(4) GMM	(5) GMM
Taxa Desemprego Nacional (-1)	0.802*** (11.71)				
PIB Real Nacional (-1)			-4.934*** (-13.27)	-4.932*** (-13.24)	-4.861*** (-12.87)
Salário Real Nacional (-1)		-1.568*** (-13.00)			
Taxa de Emprego	0.054** (2.550)				
Taxa de Emprego^2	-0.001** (-2.309)				
Taxa de Remuneração		0.006 (0.384)			
Taxa de Remuneração^2		0.002 (1.358)			
Sales Index			0.055*** (2.805)		
Sales Índice^2			-0.000** (-2.569)		
Índice Rendimento				0.049*** (2.639)	
Índice Rendimento^2				-0.000** (-2.427)	
Ind. Poder Compra					0.001 (0.120)
Ind. Poder Compra^2					0.000 (0.152)
Densidade Populacional	-0.025 (-0.540)	-0.029 (-0.528)	-0.089 (-1.470)	-0.088 (-1.451)	-0.073 (-1.186)
População mais 65	0.085*** (3.644)	0.092*** (3.556)	0.025 (0.866)	0.024 (0.812)	0.016 (0.539)
População Sector Terciário	-0.011 (-1.502)	-0.020*** (-2.595)	-0.025*** (-2.673)	-0.025*** (-2.660)	-0.020* (-1.749)
Taxa de Analfabetismo	-0.050* (-1.875)	-0.069** (-2.406)	0.027 (0.725)	0.026 (0.696)	0.009 (0.225)
Competitividade	0.009 (1.230)	0.011 (1.544)	0.036*** (4.037)	0.036*** (4.037)	0.036*** (3.935)
Nr. Efectivo de Partidos	-0.839*** (-3.713)	-0.866*** (-3.649)	-0.256 (-0.977)	-0.255 (-0.972)	-0.263 (-1.042)
Governo simultâneo	-0.109 (-0.920)	-0.288** (-2.203)	-0.418*** (-2.946)	-0.419*** (-2.948)	-0.409*** (-2.814)
Votos Governo (-1)	-0.010* (-1.847)	0.001 (0.175)	0.024*** (3.744)	0.024*** (3.741)	0.024*** (3.717)
Participação (-1)	0.676*** (28.40)	0.622*** (20.24)	0.627*** (17.10)	0.629*** (17.23)	0.639*** (18.18)
Participação (-3)	0.246*** (9.392)	0.315*** (9.659)	0.288*** (8.750)	0.288*** (8.751)	0.280*** (8.608)
Constante	2.008 (1.529)	7.587*** (6.041)	13.718*** (8.842)	13.715*** (8.822)	13.593*** (8.740)
Observações	1840	1650	1100	1100	1100
Hansen (p-value)	269.4 (0.179)	267.2 (0.205)	250.9 (0.164)	250.8 (0.165)	250.5 (0.169)
Grupos / instrumentos	275 / 268	275 / 267	275 / 245	275 / 245	275 / 245
Teste AR1 (p-value)	-7.309 (0.00)	-6.656 (0.00)	-5.218 (0.00)	-5.221 (0.00)	-5.212 (0.00)
Teste AR2 (p-value)	0.552 (0.581)	-0.0819 (0.935)	-1.421 (0.155)	-1.424 (0.154)	-1.458 (0.145)

Estadística z entre parêntesis;*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

4.2.5. ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS E ECONOMIA NACIONAL

De forma a permitir o máximo de comparabilidade possível entre a análise autárquica e legislativa, mantém-se a estrutura de variáveis caracterizadoras do ambiente socio-demográfico. Como a eleição dos órgãos locais é definida pelos resultados agregados ao nível

do concelho, a competitividade e a fragmentação partidária passam agora a ser medidas ao nível concelhio. As características específicas das Autárquicas levaram a retirar do modelo os votos no governo na eleição anterior e a acrescentar uma dummy que assume o valor 1 quando concorrem grupos de cidadãos.

A introdução das variáveis económicas nacionais aos pares no modelo de participação autárquica, como tinha sido feito para as legislativas, originou problemas de consistência nos seus coeficientes. Para pares diferentes de variáveis económicas consideradas surgiram alterações de sinal e significância⁶⁴. Estes resultados apontam para problemas de colinearidade, que podem ter sido agravados pelo menor numero de momentos temporais e consequente diminuição de observações disponíveis. Devido a estas circunstâncias optou-se por estimar o modelo com apenas uma variável económica nacional de referência por regressão. Os resultados são apresentados na tabela 4.8. Por uma questão de espaço, as respectivas regressões com efeitos fixos são apresentadas no Anexo B.3.

Tabela 4.8. Participação às Autárquicas e Economia Nacional: Resultados em Painel

	(1)	(2)	(3)	(4)
	GMM	GMM	GMM	GMM
Salário Real (-1)	-0.000 (-0.00285)			
Taxa Desemprego (-1)		0.000 (0.00285)		
Taxa Inflação (-1)			-0.002 (-0.00288)	
PIB Real (-1)				-0.000 (-0.00285)
Densidade Populacional	0.088 (1.300)	0.088 (1.300)	0.088 (1.300)	0.088 (1.300)
População mais 65	0.149*** (4.487)	0.149*** (4.487)	0.149*** (4.487)	0.149*** (4.487)
População Sector Terciário	-0.070*** (-7.266)	-0.070*** (-7.266)	-0.070*** (-7.266)	-0.070*** (-7.266)
Taxa de Analfabetismo	-0.062** (-2.098)	-0.062** (-2.098)	-0.062** (-2.098)	-0.062** (-2.098)
Competitividade	-0.098*** (-7.409)	-0.098*** (-7.409)	-0.098*** (-7.409)	-0.098*** (-7.409)
Nr. Efectivo de Partidos	-2.176*** (-5.434)	-2.176*** (-5.434)	-2.176*** (-5.434)	-2.176*** (-5.434)
Grupos de cidadãos	3.517*** (4.566)	3.517*** (4.566)	3.517*** (4.566)	3.517*** (4.566)
Governo simultâneo	-0.178 (-0.911)	-0.178 (-0.911)	-0.178 (-0.911)	-0.178 (-0.911)
Participação (-1)	0.773*** (47.18)	0.773*** (47.18)	0.773*** (47.18)	0.773*** (47.18)
Constante	23.809*** (11.30)	23.807*** (10.77)	23.813*** (9.357)	23.810*** (11.23)
Observações	2199	2199	2199	2199
Hansen (p-value)	247.5 (0.145)	247.5 (0.145)	247.5 (0.145)	247.5 (0.145)
Grupos / instrumentos	275 / 242	275 / 242	275 / 242	275 / 242
Teste AR1 (p-value)	-9.885 (0.00)	-9.885 (0.00)	-9.885 (0.00)	-9.885 (0.00)
Teste AR2 (p-value)	-0.818 (0.413)	-0.818 (0.413)	-0.818 (0.413)	-0.818 (0.413)

Estatística z entre parêntesis;*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

⁶⁴ Ver Anexo B.3.

Quanto ao impacto da economia nacional na participação, não encontramos resultados que permitam reconhecer-lhe qualquer papel explicativo. Os problemas de consistência dos coeficientes focados acima eram já um indício de que poderia ser este o cenário. Parece que os eleitores não responsabilizam os autarcas pela evolução da economia nacional. Nas campanhas autárquicas, os partidos e os média não centram atenções na economia nacional o que reduz a quantidade de informação económica facilmente disponível para os eleitores, o que, eventualmente, pode atenuar a importância desta dimensão na decisão de participar.

Os resultados em painel da tabela 4.8 confirmam o efeito de mobilização eleitoral em zonas onde concorrem grupos de cidadãos que foi detectado na análise seccional do período 2001-2002. Porém, é necessário notar que o surgimento de movimentos de cidadãos aumenta do número efectivo de partidos cujo impacto na participação é negativo. É provável que este efeito negativo esteja cingido às forças políticas formais, que, para além de concorrerem a todo o tipo de eleições, apresentam uma orientação ideológica definida e duradoura.

As variáveis de controle socio-demográficas revelam, no geral, um maior poder explicativo relativamente às legislativas. O coeficiente associado à taxa de analfabetismo continua a apresentar-se significativo e de sinal negativo, no entanto, nas autárquicas, as percentagens de população no sector terciário e com mais de 65 anos contribuem para explicar a participação, mas assumindo efeitos contrários. Em áreas com maior percentagem de população idosa existe tendência para um maior nível de participação. Estas pessoas, por disporem de mais tempo para investir no conhecimento político e estarem emocionalmente e historicamente mais ligadas à sua área de residência podem desenvolver uma maior propensão a votar. Este resultado está em consonância com o encontrado na análise do período eleitoral 2001-2002.

Diferentemente, um aumento da população empregue no sector terciário parece retrainir a participação. A natureza de segunda ordem das eleições autárquicas pode reduzir a participação deste grupo de pessoas, visto estas terem, tendencialmente, um mais elevado nível de escolaridade que os pode levar a relativizarem a importância deste tipo de eleições.

Na tabela 4.8 continua-se a manifestar a importância da componente autorregressiva que tem caracterizado os modelos de participação apresentados, reforçando a necessidade da sua introdução na análise empírica do fenómeno.

As variáveis políticas de controle utilizadas, com excepção da simultaneidade governativa, apresentam todas significância estatística. A ideia downsiana de menor competitividade eleitoral reduzir a participação tem sido um resultado robusto na literatura, também confirmadas por estas regressões para Portugal⁶⁵. De forma idêntica às legislativas, o aumento da fragmentação política têm consequências negativas na participação. Conjugando

⁶⁵ Para uma revisão da literatura ver: Matsusaka e Palda (1999).

os dois resultados, parece que este efeito não é derivado das características particulares de cada tipo de eleição.

4.2.6. ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS E ECONOMIA REGIONAL

Para uma análise extensiva da influência do ambiente económico na decisão de votar é importante avaliar a dimensão regional, especialmente tratando-se de eleições autárquicas que assumem um cunho eminentemente local. Em virtude das variáveis económicas nacionais não afectarem a participação autárquica não foram incluídas nas estimações e, em grande parte das regressões, foi necessário introduzir o terceiro desfasamento da variável dependente de forma a resolver alguns problemas de autocorrelação dos erros. Estimou-se dois conjuntos de regressões, uma incorporando medidas económicas por NUTS III e outro incluindo variáveis económicas por concelho. A tabela 4.9 reporta os resultados para o primeiro destes conjuntos.

Tabela 4.9. Participação às Autárquicas e Economia Regional: Resultados em Painel

	(1) GMM	(2) GMM
Taxa Desemprego (NUTS)	-0.518*** (-2.923)	
Taxa Desemprego (NUTS)^2	0.036*** (2.751)	
PIB Real (NUTS)		-0.138*** (-3.007)
PIB Real (NUTS)^2		-0.004 (-0.528)
Densidade Populacional	-0.041 (-0.612)	-0.049 (-0.744)
População mais 65	0.096** (2.439)	0.091** (2.470)
População Sector Terciário	-0.037*** (-3.129)	-0.035*** (-3.169)
Taxa de Analfabetismo	0.008 (0.180)	0.010 (0.243)
Competitividade	-0.079*** (-5.473)	-0.095*** (-6.949)
Nr. Efectivo de Partidos	-1.278*** (-2.866)	-1.708*** (-3.778)
Grupos de cidadãos	3.033*** (4.313)	3.459*** (5.002)
Governo simultâneo	-0.794*** (-3.337)	-0.673*** (-3.025)
Participação (-1)	0.823*** (24.76)	0.783*** (22.54)
Participação (-3)	0.120*** (4.010)	0.157*** (4.922)
Constante	10.548*** (4.746)	10.426*** (4.368)
Observações	1098	1098
Hansen (p-value)	215.8 (0.12)	222.1 (0.12)
Grupos / instrumentos	275 / 208	275 / 214
Teste AR1 (p-value)	-7.651 (0.00)	-7.747 (0.00)
Teste AR2 (p-value)	-0.462 (0.644)	0.00233 (0.998)

Estatística z entre parêntesis; *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Os resultados relativos ao desemprego confirmam o mesmo tipo de padrão não linear encontrado nas legislativas. Em cenários de baixo desemprego o efeito retirada é dominante, se bem que, a partir de valores de desemprego na ordem dos 7.19%, o impacto passa a ser decrescente. Estima-se que a inversão deste efeito acontece quando o mercado de trabalho apresenta taxas de desemprego superiores a 14.3%. Estes valores estão muito próximos dos encontrados para as legislativas.

Relativamente ao PIB regional, encontramos efeitos estritamente lineares indicando que mais crescimento económico desincentiva a participação, existindo mobilização eleitoral apenas quando se deterioram as condições económicas. Estes resultados revelam que o desemprego pode estar a afectar de forma particular a participação. Em conjunturas económicas relativamente normais, ficar desempregado, ou a perspectiva de isso acontecer, tem consequências mais gravosas para as finanças do cidadão do que a redução de rendimento via inflação ou baixa de salários. Para além disto, as perturbações que o desemprego provoca nas redes sociais e familiares dos indivíduos acrescenta-lhe uma dimensão social muito vincada. Assim, é possível que a reacção ao desemprego pode diferir da reacção a outras variáveis económicas.

Utilizando um conjunto medidas de rendimento por concelho procurou-se corroborar o efeito mobilização do PIB por NUTS III. Os resultados da tabela 4.10 não confirmam o resultado anterior, revelando que, descendo mais um nível na desagregação regional, não encontramos evidência de qualquer impacto do rendimento na decisão de ir às urnas. Igualmente, quando testamos o efeito do emprego verificamos que, apesar de estatisticamente significativo, revela um padrão contrário ao que os resultados com a taxa de desemprego deixavam antever. Ou estas discrepâncias resultam de diferentes formas de incorporação da informação económica nos vários níveis geográficos ou indiciam que a economia regional pode não afectar a participação. Factores como a personalidade dos candidatos ou as idiossincrasias específicas a cada momento eleitoral e a cada região, que não são capturadas pelos efeitos fixos do modelo, podem estar originar algumas dissonâncias no impacto da economia⁶⁶.

⁶⁶ Foram adicionadas ao modelo algumas variáveis para controlar potenciais efeitos de personalidade (*dummy* de recandidatura do Presidente da Câmara e o número de mandatos consecutivos no poder) que, por não alterarem os resultados gerais, acabaram por ser retiradas.

Tabela 4.10. Participação às Autárquicas e Economia Regional (Concelho):
Resultados em Painel

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
	GMM	GMM	GMM	GMM	GMM
Taxa de Remuneração	-0.003 (-0.164)				
Taxa de Remuneração ²	-0.001 (-0.490)				
Taxa de Emprego		-0.076*** (-3.058)			
Taxa de Emprego ²		0.001***			
Sales Index			-0.004 (-0.156)		
Sales Índice ²			-0.000 (-0.0539)		
Índice Rendimento				-0.012 (-0.420)	
Índice Rendimento ²				0.000 (0.283)	
Ind. Poder Compra					-0.024 (-1.543)
Ind. Poder Compra ²					0.000 (0.978)
Densidade Populacional	-0.020 (-0.356)	-0.002 (-0.0268)	-0.046 (-0.700)	-0.042 (-0.651)	-0.025 (-0.382)
População mais 65	0.144*** (5.613)	0.147*** (4.775)	0.116*** (3.028)	0.115*** (3.000)	0.122*** (2.798)
População Sector Terciário	-0.059*** (-5.335)	-0.073*** (-6.328)	-0.043*** (-3.758)	-0.043*** (-3.725)	-0.027* (-1.896)
Taxa de Analfabetismo	-0.036 (-1.134)	-0.048 (-1.204)	-0.010 (-0.183)	-0.013 (-0.246)	-0.059 (-0.915)
Competitividade	-0.090*** (-6.300)	-0.075*** (-5.559)	-0.093*** (-6.255)	-0.093*** (-6.226)	-0.090*** (-5.969)
Nr. Efectivo de Partidos	-1.316*** (-3.102)	-1.001** (-2.368)	-1.657*** (-3.469)	-1.647*** (-3.494)	-1.421*** (-3.129)
Grupos de cidadãos	3.544*** (5.213)	3.370*** (4.840)	3.262*** (4.767)	3.279*** (4.812)	3.165*** (4.788)
Governo simultâneo	-0.031 (-0.151)	0.084 (0.404)	-0.744*** (-3.261)	-0.742*** (-3.259)	-0.749*** (-3.293)
Participação (-1)	0.883*** (44.32)	0.869*** (42.18)	0.774*** (20.62)	0.774*** (20.65)	0.757*** (19.31)
Participação (-3)			0.152*** (4.725)	0.151*** (4.708)	0.160*** (4.812)
Constante	13.503*** (5.535)	15.381*** (6.383)	11.219*** (4.233)	11.297*** (4.298)	12.167*** (4.504)
Observações	1375	1565	1098	1098	1098
Hansen (p-value)	233.2 (0.163)	254.3 (0.151)	207.0 (0.139)	206.6 (0.143)	206.4 (0.146)
Grupos / instrumentos	275 / 229	275 / 249	275 / 202	275 / 202	275 / 202
Teste AR1 (p-value)	-8.170 (0.00)	-7.448 (0.00)	-7.678 (0.00)	-7.681 (0.00)	-7.600 (0.00)
Teste AR2 (p-value)	-0.709 (0.478)	0.0451 (0.964)	-0.196 (0.845)	-0.205 (0.838)	-0.145 (0.884)

Estadística z entre parêntesis;*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

4.2.7. CONCLUSÃO

O principal objectivo desta parte foi analisar a influência das condições económicas na explicação da decisão de votar em Portugal e a forma como são incorporadas. A economia foi perspectivada de modo multidimensional, desde a sua óptica nacional até a uma desagregação por concelho, incorporando-se nos modelos um conjunto significativo de outras variáveis de forma a controlar fontes alternativas de explicação do fenómeno.

A primeira ilação que podemos retirar da análise é a que as condições económicas afectam mais a decisão de votar nas eleições de primeira ordem do que nas Autárquicas. Nas legislativas a economia assume um papel relevante em qualquer nível de desagregação considerado, enquanto que os resultados Autárquicos não atribuem qualquer poder explicativo às variáveis macroeconómicas nacionais e lançam dúvidas quanto à existência de efeitos económicos sobre a participação ao nível local. O princípio geral da responsabilização do governo central pelas condições económicas parece, indirectamente, confirmado na análise legislativa. Para a economia incentivar ou desmotivar à participação em determinada eleição, o cidadão tem que estabelecer uma relação de causa-efeito com os órgãos que vai eleger, sendo esta ligação mais facilmente estabelecida em eleições de primeira ordem.

Nas eleições para a Assembleia da República encontramos um efeito sistemático de mobilização eleitoral quando se deterioram as condições económicas nacionais. A evolução negativa da economia pode funcionar como um alarme geral que motiva grande parte da população a participar, especialmente aqueles que possuem algum nível de informação económica. Quando passamos para a dimensão regional, a mobilização passa a estar dependente da gravidade das dificuldades económicas locais, num efeito não linear confirmado pela maioria das medidas utilizadas. Situações económicas normais geram descontentamento que desmobiliza o eleitorado, mas à medida que a crise económica se vai instalando a preocupação vai se tornando o sentimento dominante, levando as pessoas a estarem mais propensas a dar o seu contributo democrático e mais atentas à economia, particularmente à evolução do mercado de trabalho. No entanto, não podemos afirmar que a forma de incorporação das condições económicas locais na decisão de votar é diferente do registado para a economia nacional, em virtude de não ter sido possível testar efeitos quadráticos neste último caso.

No caso das eleições autárquicas a impressão geral que fica das regressões é que não existe influência coerente da economia sobre a participação. Ao nível nacional as variáveis económicas não se revelam importantes. Regionalmente, a taxa de desemprego por NUTS apresenta um impacto semelhante ao encontrado para as legislativas, mas que a medida de emprego concelhio utilizada contraria. A taxa de crescimento do PIB por NUTS III é a única outra variável que é estatisticamente significativa, apresentando um efeito linear negativo sobre a participação, o que lança muitas dúvidas quanto à existência de determinantes económicos na explicação da participação autárquica. O carácter de segunda ordem das autárquicas e o menor destaque que é dado à economia pela comunicação social, aliados a uma possível menor responsabilização do governo local pelas condições económicas podem ajudar a explicar estes resultados.

Por último, a instabilidade temporal dos coeficientes associados a algumas variáveis de controle é denominador comum das duas análises, se bem que esta característica esteja mais evidente nas Legislativas. Isto levanta um conjunto de questões que saem um pouco da orientação dada a este trabalho, mas que justificam uma análise futura mais cuidada. Nas estimações mais abrangentes temporalmente, em geral confirma-se a importância chave do comportamento eleitoral passado na explicação da participação, bem como a existência de um canal de efeitos políticos relevante. Quanto às variáveis socio-demográficas, o impacto negativo da taxa de analfabetismo é coerente entre os dois tipos de eleições estudadas e nas autárquicas destaca-se um efeito de contracção da participação em áreas com maior percentagem de população empregue no sector terciário.

Parte II. O COMPORTAMENTO DE VOTO

A compreensão da conduta eleitoral em democracia passa por perceber os motivos que explicam a escolha dos cidadãos em votar num determinado candidato/partido e não noutra. Esta parte centra-se na exploração desta problemática, dando especial ênfase à visão económica do assunto e ao caso específico de Portugal. Os primeiros dois capítulos fazem uma breve resenha da literatura baseada na socialização e dos estudos fundados na racionalidade económica, descrevendo os métodos, conclusões, dificuldades e controvérsias existentes na área e identificando as questões que permanecem em aberto, com o propósito de contextualizar de forma lata o trabalho empírico que se pretende fazer.

A divisão desta tese em duas partes, uma referente à participação e outra ao sentido de voto, reflecte a separação geralmente encontrada na literatura. A complexidade inerente a cada um dos temas justifica esta divisão, no entanto, a ligação e interdependência entre participação e voto é indiscutível, sendo duas faces da mesma moeda. Os capítulos 7 e 8 tentam fazer uma aproximação entre os dois temas. O primeiro apresentando uma visão genérica do circuito eleitoral e o segundo procurando estimar um modelo de voto económico para Portugal que avalie os efeitos da participação.

O capítulo final analisa, empiricamente, os factores explicativos do sucesso ou insucesso eleitoral dos governos locais portugueses e a importância da responsabilização política no impacto das condições económicas.

Capítulo 5: Teorias sociais de voto

Uma parte significativa da literatura procura explicar as decisões eleitorais dos cidadãos focalizando-se na influência do contexto social e psicológico. No mundo moderno, assistimos a mudanças cada vez mais rápidas do paradigma civilizacional e do contexto social, levando a que as teorias baseadas nesta dimensão tenham evoluído de forma a adaptarem-se às novas realidades. Este capítulo é um roteiro histórico dos principais desenvolvimentos nas teorias sociais do voto. Numa primeira secção, expõe-se o modelo sociopsicológico, abordagem precursora de todo o debate em torno do comportamento eleitoral, e, seguidamente, apresentam-se e discutem-se as várias teorias sociológicas que abordam o tema.

5.1. O Modelo Sociopsicológico⁶⁷

A visão sociopsicológica iniciou uma revolução nos estudos sobre comportamento de voto. A estruturação formal, os conceitos e os mecanismos apresentados levaram a que a maioria da literatura posterior emergisse como crítica ou complemento a este modelo. Metodologicamente mostrou ser um marco pelo estabelecimento definitivo dos inquéritos como ferramenta de análise dos comportamentos, atitudes e predisposições dos eleitores, tanto seccionalmente como ao longo do tempo. A grande obra de referência desta corrente é *The American Voter* de Campbell et. al. (1960). Nesta, os autores concluem que o principal

⁶⁷ Também conhecido como modelo de Michigan, em referência ao local geográfico do seu “nascimento”.

determinante do comportamento eleitoral dos americanos é a identificação partidária, que estabelece uma ligação psicológica estável de longo prazo entre o eleitor e o partido. O conceito chave de identificação partidária acaba por servir de base para a explicação das escolhas políticas e como força impulsionadora para subseqüentes teorias de voto. Proporciona, também, uma explicação credível para o fenómeno de persistência no sentido de voto encontrada numa grande fatia dos cidadãos.

A identificação transforma a escolha eleitoral numa questão partidária dicotómica, simplificando a realidade de forma coerente, o que permite ao indivíduo organizar as suas preferências usando processos simples para lidar com um fenómeno bastante complexo e oneroso em termos de recolha e processamento de informação.

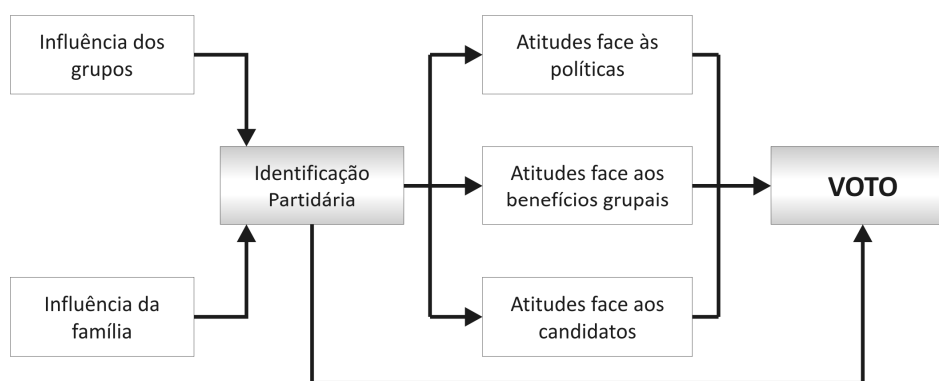
Para evitar que esta explicação seja meramente tautológica é importante encontrar razões para esta ligação emocional e psicológica dos indivíduos aos partidos. Para os defensores deste modelo, o processo de identificação tem a sua raiz nos espaços de convivência do indivíduo, especialmente durante as fases da infância e adolescência. A família, e no geral, toda a herança familiar do passado, transmitem ao indivíduo um conjunto de atitudes e valores, que muitas vezes estão explicitamente ligadas a um partido concreto. Assim, a socialização de base ensina a gostar e a acreditar numa força política. Adicionalmente, os grupos sociais com os quais se relaciona ajudam a criar uma noção sólida de posicionamento político. Diferentemente, as teorias sociológicas optam por não usar como intermediário a ligação psicológica ao partido, preferindo concentrar-se nos efeitos directos entre contexto social e comportamento eleitoral.

Os laços de identificação tendem a intensificar-se ao longo da vida, especialmente se o indivíduo tem o hábito de votar em coerência com essa afectividade. Neste ponto, estamos quase tentados a concluir que as pessoas votam sempre da mesma forma. É evidente que somos contrariados pela realidade e, aliás, se assim não fosse, as eleições deixavam de fazer sentido, portanto a identificação partidária só vai até certo ponto, a partir do qual outras variáveis surgem como relevantes. A figura 5.1 dá-nos uma perspectiva das ligações causais expressas no modelo sociopsicológico com a introdução de outros determinantes do voto.

O sentimento de ligação emocional e psicológico a um qualquer partido depende da acima mencionada influência familiar e de grupo. O indivíduo é ensinado a ser de esquerda ou de direita, portanto trata-se mais de um determinismo social do que de uma escolha que envolve avaliações relativamente independentes de cenários alternativos. Estabelecida a orientação político-partidária do eleitor, tudo o resto lhe vai ser condicional.

O cenário político específico a cada eleição, apesar da identificação partidária condicionar a forma como ele é avaliado, pode afastar o sentido de voto do seu padrão pré estabelecido. Harrop e Miller (1987) agregam estes factores de curto prazo em três dimensões: a política, os benefícios de grupo e os candidatos.

Figura 5.1. Funcionamento básico do Modelo Sociopsicológico⁶⁸



Na primeira, o cidadão toma uma posição valorativa em relação ao programa apresentado pelo partido às eleições, com especial destaque para aqueles pontos que concebe como de definição ideológica. Os assuntos focados e o grau de prioridade que lhes são atribuídos pelo partido são escrutinados pelo votante, podendo levar à discordância e, em última análise à legitimação de uma escolha atípica. Por exemplo, se uma política que o eleitor considera muito relevante não está no topo das prioridades do seu partido e devia estar, ou, então, é altamente valorizada por uma outra força política, o indivíduo pode alterar o seu padrão de voto. Um ramo da literatura, especificamente as teorias de voto direccionais e de proximidade, põem no centro do raciocínio individual os temas políticos de curto prazo. Os eleitores estabelecem as suas prioridades relativamente aos grandes assuntos nacionais (saúde, desemprego segurança, etc.) o mesmo fazendo os partidos, estando o destino do voto de cada um intimamente ligado ao encaixe entre preferências individuais e preferências partidárias manifestadas. As teorias económicas do voto destacam o provimento de bem estar económico ao nível nacional e individual, dando preferência ao crescimento económico, inflação, desemprego e rendimento como variáveis de avaliação do desempenho dos partidos enquanto governo.

As atitudes relativamente aos benefícios de grupo estão ligadas aos efeitos que o partido terá sobre os grupos sociais a que pertence o indivíduo, sejam eles religiosos, sindicais, étnicos ou outros. Se o indivíduo pertence ao grupo dos funcionários públicos e o partido defende uma reforma considerada prejudicial a este conjunto de pessoas, o indivíduo poderá virar costas ao “seu” partido na eleição em que este tema está presente. Existe, então, uma ligação entre a dimensão da política e a dimensão dos benefícios de grupo. A base tradicional da teoria racional é exactamente a análise dos benefícios esperados que o indivíduo retira da eleição de um ou outro partido. No entanto, para além de introduzir os custos de votar no processo decisório, exclui praticamente a identificação partidária como ponto de partida para as avaliações, centrando a análise no indivíduo. Esta mais recente abordagem, contextualizada

⁶⁸ Fonte: Harrop e Miller (1987: 132)

num cenário de aumento do nível educacional da população, assume que o votante tem suficiente autonomia política e conhecimentos para não necessitar da identificação partidária na definição da sua orientação política. Downs (1957) considera que os indivíduos estão principalmente interessados em assuntos e não em ideologias partidárias, mas reconhece que, no cálculo da utilidade esperada, o votante pode orientar-se recorrendo à visão política geral promovida pelos partidos, servindo a ideologia como um atalho informacional conveniente, especialmente para aqueles que não são especialistas na matéria. No entanto, considera que a aplicabilidade deste expediente tem um horizonte temporal reduzido. Se o custo de obtenção de informação fiável é relativamente baixo e se as acções dos partidos enquanto governo conflituam com as bases ideológicas que estes propagandeiam, então o votante pode deixar de utilizar a ideologia como um atalho informacional.

As atitudes face aos candidatos referem-se à percepção que o votante tem em relação ao candidato que se apresenta a votos. O impacto da personalidade, o aspecto físico e, no geral, todas as características captadas no candidato ajudam a formar uma imagem na mente do eleitor. Assim, é possível um votante estar identificado com um partido, mas não com a pessoa que o lidera. Particular aversão ao seu candidato natural, ou particular simpatia pelo líder de outro partido pode induzir a fuga ao padrão de voto esperado.

Com todo este envolvimento de curto prazo o modelo sociopsicológico estabelece a identificação partidária como menos volúvel do que o sentido de voto. Como qualquer relação de afinidade psicológica, seria irracional considerar este particular laço de identificação como inquebrável. Não é de envolvimento pessoal, visto um partido não se qualificar na categoria de ser, e, exceptuando os militantes activos da organização, para todos os outros envolve significativo distanciamento físico e temporal. A relação estabelecida é mantida ou reforçada pelo ambiente ideológico inerente ao convívio familiar e de grupo. Desta forma, a “desidentificação” ocorre, primordialmente, devido a novos enquadramentos sociais de médio ou longo prazo, se bem que descontentamento sucessivo ou excessivo para com candidatos ou políticas que emanam do partido possam, também, causar uma redefinição de orientação no indivíduo. Assim, a redução significativa do contacto com o contexto social de crescimento do indivíduo aliada a um relacionamento intenso e duradouro com grupos ideologicamente diferentes, quer seja no trabalho, ou, genericamente, na esfera afectiva, pode induzir o reequacionamento da posição partidária. Note-se que, se pensarmos no modelo do eleitor mediano apresentado por Downs, também os partidos podem racionalmente alterar a sua posição ideológica se isso significar mais votos, portanto, nesta perspectiva, a identificação partidária do indivíduo pode ser posta em causa por factores que não são de socialização directa, especialmente se existirem mais do que dois partidos.

O modelo de Michigan que, recordemos, caracterizava o perfil do eleitor norte-americano do pós guerra não obteve o mesmo sucesso quando aplicado à realidade europeia e, mesmo internamente, todas as transformações sociais, culturais e políticas posteriores levaram à sua relativa desactualização e ao aparecimento de novas abordagens. O cenário multipartidário característico da Europa e um contexto histórico de luta de classes levou a adaptações ao modelo e a uma maior aproximação à análise sociológica. Relevante neste caso, foi a substituição da identificação partidária pela posição ideológica no espectro esquerda-direita⁶⁹.

No geral, a maioria das teorias que se lhe seguiram concentraram-se no lado direito da figura 5.1 apesar de bastantes estudos ainda incluírem variáveis sociopsicológicas.

Num estudo comparativo, Norris (2004) mostra que, na explicação do comportamento de voto entre os países, a estrutura social e a identificação partidária variam substancialmente de importância relativamente a outros factores de médio ou curto prazo, como assuntos específicos a cada eleição ou personalidades dos candidatos. Apesar de ser evidente um desalinhamento do eleitorado relativamente à identidade social e partidária, algumas sociedades ainda se comportam como enunciado pelas teorias tradicionais.

5.2. Os Modelos Sociológicos

O voto é uma afirmação de identidade social. Este pressuposto é o núcleo aglutinador destes modelos, onde a vivência social determina os padrões de comportamento dos indivíduos. Assim, a participação democrática não é bem um processo de decisão *per se*, mas, fundamentalmente, uma predisposição para votar em determinado partido ou candidato. A explicação da palavra predisposição é o objectivo central das teorias de voto com base na estrutura social.

A sociedade é decisiva na conduta política das pessoas. Como introdução, podemos condensar um conjunto base de motivos que são desenvolvidos pela abordagem sociológica para suportar esta afirmação. Primeiro, as crenças, valores e atitudes, incluindo as de ordem política, derivam do ambiente social em que o ser humano cresce. Segundo, todos os indivíduos exibem determinadas características, como idade, ocupação, educação, género, crença religiosa e outras, que os induz a pertencer a grupos específicos. Estes grupos proporcionam experiências que ajudam a moldar a identidade das pessoas e a reforçar a diferença em relação aos outros. Igualmente, os esforços de mobilização empreendidos pelos partidos são direccionados especialmente aos grupos sociais, facilitando o reconhecimento por parte do eleitor da força política que lhe está mais próxima.

⁶⁹ Para um enquadramento histórico e bibliográfico ver Thomassen (1994).

Estas ligações entre as forças sociais e o indivíduo permitem uma eficaz socialização política, fundamental na definição do local onde se vai colocar a cruz no boletim de voto. No entanto, é importante assegurar a transmissão social das escolhas políticas. Num dos estudos pioneiros, Berelson e McPhee (1954) definem três processos que asseguram uma relação de longo prazo entre grupos e opções políticas: diferenciação, transmissão e contacto. Pela diferenciação, indivíduos com características comuns partilham os mesmos interesses relativamente às políticas e diferenciam-se politicamente dos indivíduos pertencentes a outros grupos. O segundo processo assume que a transmissão de valores e atitudes, especialmente de pais para filhos, permanece sempre com os votantes. Por último, para a interiorização de preferências políticas via socialização, o indivíduo deve estar mais tempo em contacto com os membros do seu grupo social do que com pessoas externas, permitindo uma melhor apreensão dos valores e atitudes do grupo de origem.

Ao modelo sociopsicológico muito enraizado no contexto social e político dos Estados Unidos contrapôs-se o modelo sociológico tradicional, mais ligado à realidade Europeia. Este modelo, posteriormente, evoluiu tentando incorporar as novas realidades políticas, sociais e culturais do fim dos anos 1960 e das décadas de 1970 e 1980 que definiram novas bases para o comportamento eleitoral.

5.2.1. MODELO DAS CLIVAGENS TRADICIONAIS

O estudo de Lipset e Rokkan (1967) estabeleceu as fundações para a explicação do apoio político na Europa Ocidental do pós guerra. Os países europeus caracterizados por divisões sociais antigas evidenciam clivagens sociais que são transportadas para a organização política⁷⁰. Assim, os padrões de voto podem ter a sua origem nos processos de democratização e unificação dos países que colocaram diferentes grupos sociais em conflito, transbordando esta realidade para a estrutura competitiva da política. Deste fenómeno, emergem as duas primeiras grandes clivagens de base: centro-periferia e Igreja-Estado.

A dicotomia centro-periferia expressa a resistência regional à uniformização política, cultural e linguística que o Estado central, especialmente a elite da capital, tenta impor ao resto do território. Em países onde a identidade regional é particularmente forte, por razões linguísticas, históricas ou étnicas, as clivagens territoriais assumem uma expressão politico-partidária de alguma relevância, como são exemplo a Espanha e a Bélgica⁷¹.

Estado e Igreja são duas organizações que concorrem pela posição de definidores da conduta moral e das normas sociais. A laicização do Estado estabeleceu diferenças de objectivos entre as duas instituições, fracturando a sociedade, especialmente nos países onde

⁷⁰ Ver também Rose e Urwin (1969).

⁷¹ Ver Franklin et. al. (1992).

tradicionalmente a igreja exercia mais peso. A condução duma sociedade tem por base princípios económicos, éticos e morais que estão a jusante e justificam a acção dos governantes, logo facilmente a fractura religiosa tem expressão na política.

Nesta abordagem histórica e macro-sociológica, a revolução industrial está na raiz das restantes clivagens de base: urbano-rural e capital-trabalho.

A clivagem urbano-rural está muito ligada à divisão económica entre sector primário e secundário, ou seja, agricultura e indústria. Países onde os interesses rurais foram ameaçados por políticas de crescimento industrial sustentadas por relações fortes entre as elites urbanas industriais e o poder político, assistiram ao desenvolvimento de partidos agrários. Este fenómeno é visível, quase exclusivamente, nos países Escandinavos - Lane e Ersson (1996).

Por último, a distinção entre empregadores e empregados, a clivagem de classe, é a mais conhecida e discutida. É definida pelo princípio marxista de que os objectivos dos assalariados e dos detentores do capital são antagónicos, gerando tensões profundas, irremediáveis num sistema capitalista em virtude da relação estabelecida entre os dois grupos ser forçosamente simbiótica. Este conflito é reportado para a esfera política originando o aparecimento de sindicatos e partidos de esquerda e extrema esquerda que assumem a defesa do proletariado. Desta forma, temos, à direita, a defesa da economia de mercado com intervenção estatal mínima e, à esquerda, um sistema de valores baseado na igualdade social e económica com um Estado intervencionista especialmente vocacionado para estas metas. Pela própria natureza destas ligações é de esperar que operários, assalariados agrícolas e, em geral, trabalhadores manuais com baixas qualificações, votem, preferencialmente, nos partidos de esquerda, enquanto os outros apoiem, mais frequentemente, os partidos de direita.

Das outras três clivagens de base apenas a clivagem religiosa fornece indicações fortes quanto à escolha ideológica. Aqueles mais envolvidos em práticas religiosas direccionam o seu voto mais para partidos de direita⁷². No entanto, a importância de cada uma das quatro clivagens varia de país para país em função do enquadramento histórico específico a cada um⁷³.

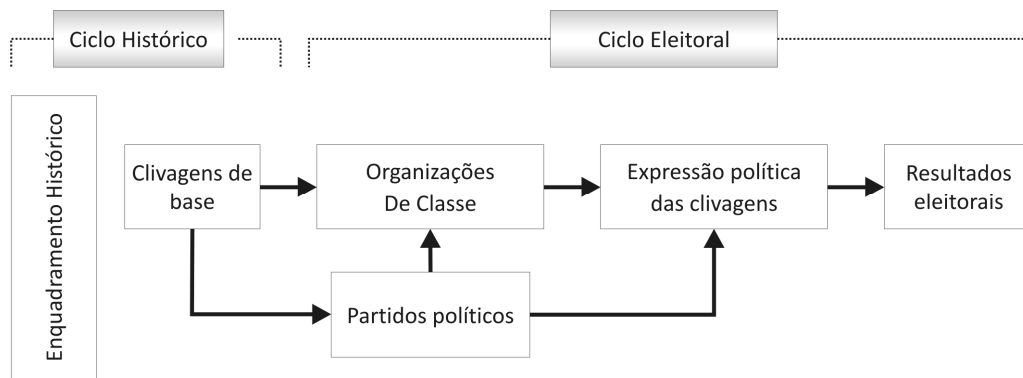
A figura 5.2 representa o conjunto base de relações predominantes que se estabelecem no macrocosmos de um país, considerando apenas a dimensão das clivagens de base.

O enquadramento histórico é introduzido aqui no seu sentido lato e vai definir as divisões sociais de base e respectiva importância dentro do país. Estas divisões acabam por influenciar a estruturação do sistema político-partidário e dar origem a um conjunto de organizações tais como, sindicatos, igrejas, associações agrícolas ou industriais, entre outras, que são o espaço de socialização de indivíduos com as mesmas características.

⁷² Para referências ver Freire (2001) pp. 30-31.

⁷³ Para uma análise dos determinantes históricos das clivagens na Europa Ocidental ver Lipset e Rokkan (1967).

Figura 5.2. Modelo Sociológico de Clivagens



A defesa dos interesses de grupo implica um posicionamento colectivo relativamente à política e partidos. Os partidos procuram apoio direccionando os seus esforços para a transposição das divisões de base em divisões políticas, com especial destaque para o diálogo que estabelecem com as organizações, especialmente através da apresentação de linhas programáticas que vão de encontro aos interesses destas. A clarificação da relação entre escolha partidária e interesses de grupo, define o sentido de voto e consequentemente os resultados eleitorais agregados. Se pensarmos num indivíduo, então, o enquadramento histórico da sua vivência familiar e de grupo define a sua posição social e, naturalmente, as organizações ou grupos de que é membro. A integração social define os seus valores e crenças e ajuda a transpô-los para a esfera política, orientando a escolha eleitoral.

A figura distingue dois ciclos, um primeiro que funda a estrutura social num determinismo histórico e um segundo que explica o processo de transposição das clivagens para a política e eleições. Este segundo ciclo gera resultados eleitorais periodicamente, mas a explicação do sentido de voto é subsidiária das clivagens de base. Numa análise seccional ou quando o período temporal é relativamente curto, é legítimo considerar o primeiro ciclo mais ou menos fixo, mas a evolução cultural, social e económica das sociedades acaba, eventualmente, por afectar as divisões sociais que explicam o padrão de voto. Assim, um modelo que assume um divisionismo social específico corre o risco de ficar gradualmente desactualizado à medida que o ciclo histórico vai redefinindo os paradigmas, relações sociais e o próprio indivíduo. Em grande medida, as explicações avançadas para o declínio do modelo tradicional enquadram-se nesta lógica e impulsionaram uma nova geração de modelos sociológicos que, não fugindo grandemente ao estabelecido no segundo ciclo, procuraram adaptar a relação socialização/voto a mais recentes realidades, reestruturando as clivagens que a determinam. O “emburguesamento” do operariado, as novas formas de diferenciação, o aumento geral do nível de educação das populações e o emergir de novos valores pós materiais, são os mais importantes fenómenos que fundam a nova abordagem sociológica.

No entanto, declínio não significa desaparecimento, e o voto religioso ainda assume um papel importante nas decisões políticas dos eleitores (Knutson, 2004). No que respeita à estrutura de classe tradicional, Evans (2000) argumenta que a diminuição da importância do voto de classe pode ser aparente, residindo o problema nos indicadores usados para separar os indivíduos em grupos. Por um lado, a simples distinção entre, por exemplo, trabalhador manual e não manual obscurece variações na composição destas duas classes, sendo necessárias definições de classe mais detalhadas (Erickson e Goldthorpe, 1992). Por outro lado, existem problemas associados aos índices utilizados como indicadores de classe. O índice de Alford (1962)⁷⁴ regularmente usado na literatura aponta para o declínio do voto de classe (Inglehart, 1990). Mas, muita da nova investigação que usa índices baseados em “odds ratios” e que aproveita a metodologia logística já não é tão concludente relativamente a esta tendência (Heath et al., 1995; Dunleavy, 1987; e Evans et al., 1991).

5.2.2. NOVOS VALORES NOVAS CLIVAGENS

As mudanças no comportamento eleitoral, a partir dos finais da década de 1960, tem a sua base em alterações sociais e de contexto. O *boom* económico europeu melhorou o nível de vida das populações gerando prosperidade e incentivos ao consumo. Como consequências assistiu-se ao crescimento do sector dos serviços, declinando por seu turno, o sector industrial tradicional, e a uma urbanização da população, induzida por maior mobilidade geográfica e crescente oferta de trabalho nas cidades. As sociedades passaram a ser menos estratificadas e a promoção social mais facilitada, tornando as diferenças de classe menos claras e estacionando uma grande fatia da população numa posição social intermédia (classe média) difícil de classificar do ponto de vista marxista. A democratização da educação agiu como factor aglutinador destas mudanças. Cada vez mais jovens iam à escola e por mais tempo, preparando-se para ocupar espaços criados num sector dos serviços em crescimento e adquirindo uma maior capacidade de compreensão dos fenómenos políticos. É, também, neste período que assistimos à definitiva implementação dos meios de comunicação social em todos os quadrantes sociais e ao declínio das práticas religiosas que reduziram a intensidade do conflito moral e cultural dentro das sociedades, consequentemente atenuando o papel das divisões tradicionais.

Esta reestruturação da sociedade manifestou-se, igualmente, na esfera política, originando novos partidos, reorientando ideologicamente os já existentes, introduzindo novos temas políticos e fazendo despontar novos movimentos sociais relevantes.

⁷⁴ Que, no caso da diferenciação entre trabalhadores manuais e não manuais, faz a diferença entre a percentagem de trabalhadores manuais que votaram à esquerda e a percentagem de trabalhadores não manuais que votaram à esquerda.

Por incorporar grande parte das mudanças verificadas a partir dos finais da década de 1960 e por apresentar comprovação empírica relevante, a teoria dos valores pós materialistas de Inglehart (1977) é considerada a mais importante corrente sociológica posterior ao modelo tradicional⁷⁵.

Foi numa sociedade “nova” que as gerações do pós II Guerra Mundial cresceram. O florescimento económico e a paz direccionaram as preocupações das novas gerações para campos que não os da elementar sobrevivência e segurança, valores estes predominantes nas gerações mais antigas que cresceram na incerteza relativamente a eles. Desembaraçados de inquietações quanto às mais básicas necessidades da vida, os mais jovens podiam concentrar-se em valores associados à qualidade de vida, tais como o ambiente, a redução da discriminação de género ou étnica, o pacifismo, e uma generalidade de questões éticas ou morais.

A argumentação em torno deste processo está baseada naquilo que Inglehart chamou de hipótese de escassez. Os indivíduos apresentam uma hierarquia de objectivos constituída na sua base por preocupações com a sobrevivência e segurança, factores de índole materialista, seguidas por propósitos pós materialistas como estima, estética, integração e satisfação intelectual⁷⁶. A relevância destas últimas na hierarquia de valores do indivíduo é condicionada pela satisfação das necessidades de base. Trata-se de um processo dinâmico que obedece à lei da utilidade marginal decrescente. Os indivíduos vão atribuindo menor utilidade a cada acréscimo de paz e prosperidade, gradualmente mudando para valores com utilidade marginal superior. Assim, como função do tempo, podemos decompor a modificação de valores em componente de tendência e de ciclo, a primeira perspectivando o longo prazo e a outra o curto prazo. Se, no global, a paz e a prosperidade⁷⁷ aumentam, proporcionando condições para o florescimento de valores pós materialistas, em períodos cíclicos de conturbação histórica ou económica deve-se assistir ao fenómeno contrário por inerência da primazia hierárquica dos bens materiais. Inglehart (2008) mostra que tem sido esta a dinâmica verificada nas sociedades ocidentais nos últimos 35 anos.

A mudança cultural na sociedade não se faz de um dia para o outro, logo, para explicar o seu processo de implementação e enraizamento, tem que existir uma hipótese de socialização ligada à hipótese de escassez. Numa base idêntica à dos modelos anteriores, Inglehart assume que o conjunto de valores do indivíduo é adquirido pela socialização e

⁷⁵ O seguinte desenvolvimento deste modelo é baseado também em: Abramson e Inglehart (1987); Inglehart (2008); Abramson et al. (1997) e Freire (2001).

⁷⁶ Esta hipótese, apesar de partilhar semelhanças com a conhecida hierarquia das necessidades de Maslow, diferencia-se por incluir valores e preocupações sociais, não se centrando puramente na satisfação de necessidades individuais.

⁷⁷ Apesar da prosperidade ser algo de objectivo e relativamente fácil de quantificar, a paz ou segurança são valores subjectivos muito dependentes da percepção do próprio indivíduo.

desenvolve-se, fundamentalmente, durante a infância e adolescência, dificilmente se alterando durante a vida adulta. Portanto, se o contexto em que cresce uma geração é diferente do de outra, a estrutura de valores associadas a cada uma delas também deve ser diferente.

Ao cruzarmos este resultado com a hipótese de escassez e com o contexto de prosperidade e segurança das últimas três décadas chegamos a três conclusões. Primeiro, os indivíduos com maior preponderância de valores pós materialistas encontram-se nas faixas etárias mais jovens. Portanto, se, pela hipótese de escassez, é de esperar que estes novos valores estejam mais presentes nos países mais ricos e nos estratos sociais mais favorecidos, a inclusão da hipótese de socialização, diz-nos que são os jovens ricos, ou filhos de ricos, os menos materialistas. Segundo, o fosso geracional não é alterado por flutuações de conjuntura (componente cíclica), devendo estas gerar uma variação de valores paralela entre grupos etários, afectando todos na mesma proporção. Por último, quanto maiores forem as diferenças de contexto de socialização na infância e adolescência entre gerações, maiores são as divergências de valores entre elas. Isto significa que a velocidade de crescimento económico duma economia é directamente proporcional às disparidades de valores entre gerações.

Analisando as disparidades inter geracionais, os países ricos e pobres e as tendências actuais, Inglehart (2008) conclui que, no geral, o processo de mudança por ele previsto está em curso, estando as sociedades a caminhar a passos largos para um paradigma dominado por valores não existencialistas. Argumenta, também, que o fosso geracional é, de facto, uma questão cultural e não uma fenómeno natural endémico ao ciclo de vida do ser humano.

A implementação de valores pós materialistas reduz a influência das tradicionais clivagens nas escolhas eleitorais e gera um processo de adaptação por parte da esfera política a estas novas realidades, nomeadamente com o surgimento de novos partidos de esquerda e de direita e a reconversão ideológica dos protagonistas tradicionais. Surgem forças políticas como os partidos ecologistas e outros da nova esquerda, que põem no topo das suas prioridades valores como, por exemplo, o ambiente e os direitos das mulheres e dos imigrantes, e emerge uma nova ala direita que defende os valores não existencialistas numa perspectiva tradicionalista. Virtualmente todos os partidos, hoje em dia, incluem nas suas linhas programáticas este tipo de questões que, nos modelos espaciais e direccionais e na abordagem sociopsicológica, também são indicadores importantes do comportamento eleitoral de curto prazo.

5.2.3. OUTRAS ABORDAGENS SOCIOLÓGICAS

Outras teorias sociológicas procuram isolar mudanças chave verificadas na sociedade e analisar o seu efeito e importância no comportamento de voto, geralmente acabando também por explicar o declínio do voto baseado nas clivagens tradicionais.

A hipótese de emburguesamento da população pode explicar o declínio do voto de classe. Ao longo dos anos, o nível de vida das pessoas das classes mais baixas tem vindo progressivamente a melhorar movimentando-se uma grande parte para uma classe média que tem acesso a bens de consumo não primários e a melhor educação. Desta forma, a adopção dos valores da classe média por um número crescente de pessoas distancia-os dos ideais dos partidos mais radicais de esquerda.

Um dos mais importantes desenvolvimentos estruturais das democracias ocidentais é a expansão dos serviços públicos onde se alberga grande parte desta nova classe média. A distinção entre emprego público e privado atravessa a tradicional clivagem de classe originando uma dimensão de fractura horizontal especialmente na classe média que, hoje em dia pode ser relevante eleitoralmente (Dunleavy, 1980). A importância desta clivagem funcional pode ser explicada por diferentes interesses económicos dos empregados, bem como, por diferentes bases educacionais e de experiências. Os interesses daqueles que trabalham no sector privado estão ligados ao mercado, especialmente à parte dele que concerne à organização ou empresa da qual dependem. Do outro lado, como a expansão do sector público resulta em mais postos de trabalho, melhores condições remuneratórias e de progressão na carreira, é da conveniência dos funcionários estatais orçamentos públicos cada vez maiores, um forte estado de providência e restrições ao mercado. Deste conflito de interesses são de esperar posições partidárias distintas por parte dos dois tipos de trabalhadores. Como os partidos de esquerda são mais a favor de um sector estatal forte, este será o quadrante político de preferência dos empregados do sector público, enquanto os trabalhadores do sector privado têm tendência a apoiar os partidos de direita, tradicionalmente mais adeptos dos mecanismos de mercado como reguladores da economia. Os estudos efectuados por Knutsen (2001, 2005) confirmam a importância desta clivagem funcional no comportamento eleitoral nos países europeus, especialmente naqueles onde existe uma forte presença do Estado na economia.

Uma hipótese mais generalista relaciona consumo público com consumo privado dividindo a classe média entre aqueles que têm salários baixos e baixa segurança no trabalho e aqueles na situação inversa. Quem possui um serviço de saúde privado, casa própria e os seus próprios meios de transporte vota tendencialmente à direita, enquanto aquele que vive em habitação arrendada, usa transportes públicos e depende do sistema de saúde fornecido pelo Estado é mais propenso a votar à esquerda (Dunleavy, 1979).

Talvez a hipótese mais radical avançada para explicar o declínio da importância das estruturas de clivagem seja a de que os eleitores estão a deixar, definitivamente, de se apoiar nos seus laços de grupo para definir o sentido de voto de forma duradoura, fazendo depender as suas escolhas dos assuntos e enquadramentos relevantes em cada eleição, não desenvolvendo ligações estáveis com um qualquer partido (Nie et. al., 1976). O aumento geral dos níveis de educação, o acesso fácil a grandes quantidades de informação política e económica podem tornar o eleitor cada vez mais sofisticado e melhor capacitado para fazer as suas escolhas sem recorrer à simplificação da realidade política oferecida pela socialização directa e pelas organizações sociais a que pertence. Esta abordagem aproxima-se da ideia do votante racional, mas o problema dos custos de informação e a heterogeneidade de níveis de informação política nos votantes podem travar e questionar este processo de individualização da decisão eleitoral. Flanagan e Dalton (1985)⁷⁸ acrescentam que o declínio da importância dos partidos, também está associado a um crescente activismo político extra eleitoral e à maior possibilidade actual de oscultação da sociedade civil sobre temas políticos via sondagens e referendos frequentes. Adicionalmente, a convergência ideológica dos partidos de massas e a dificuldade que estes exibem em integrar os novos temas, têm contribuído para a diminuição do papel dos partidos na orientação das escolhas.

Abordando a temática numa perspectiva diferente, Norris (2004) relaciona o tipo de sistema político de uma nação com a importância explicativa da estrutura social e das identidades partidárias no comportamento de voto. Os seus resultados apontam para uma importância acrescida destes factores nos sistemas combinados ou proporcionais relativamente aos sistemas maioritários. O enquadramento maioritário é mais resistente ao surgimento de novos partidos, portanto a pressão sobre os partidos tradicionais para a reconversão ideológica é menor do que em sistemas onde integração de forças políticas novas com agendas específicas é mais facilitada. O sistema eleitoral têm um efeito directo sobre os incentivos à mudança de valores nos partidos, logo tem um impacto indirecto sobre o comportamento de voto.

⁷⁸ Citados por Freire (2001) pp. 98-101

Capítulo 6. O voto económico

Paralelamente à visão social existe uma vasta literatura concentrada numa perspectiva mais individualista do fenómeno do voto. Esta corrente, liderada por economistas, considera que o homem racional é relativamente imune ao contexto social e capaz de estabelecer as suas preferências através de uma análise custo-benefício da qual deriva uma função de voto que destaca a avaliação do ambiente económico. Numa primeira secção, define-se e discute-se a figura do eleitor do voto económico. A seguinte, aborda as hipóteses de base, formulações e evolução dos estudos sobre funções de voto e de popularidade agregadas. A terceira secção debruça-se sobre a função de voto individual destacando o debate entre sociotropia e egotropia, talvez, a “querela” mais importante da literatura. Por último, revê-se a literatura sobre o voto em Portugal, apontando os principais estudos efectuados e respectivas conclusões.

6.1. Introdução: O votante como economista em *part-time*

Nos modelos sociopsicológico e sociológicos de voto procura-se explicar o comportamento individual através da localização do eleitor na estrutura social, das identidades de grupo e das normas sociais, numa análise indutiva que, para decifrar os fenómenos, primeiro avalia os contextos e inclinações em que estes ocorrem. A existência do ser humano é pautada pelo esforço contínuo de integração social, que define a identidade individual através da identificação social. Este processo reforça atitudes e valores que orientam o indivíduo nas escolhas políticas, gerando um processo cognitivo que, em grande medida, compele o cidadão

a reflectir em si próprio os interesses daqueles que estão na sua esfera social, através dum processo de identificação. Neste contexto, como já foi referido, o sentido de voto está mais próximo de uma predisposição do que de uma escolha.

O voto caracteriza-se por ser, pessoal, intransmissível e secreto. Para a teoria racional, a decisão eleitoral é na sua base uma escolha individual, e como tal deve ser tratada primordialmente do ponto de vista do indivíduo. Apesar de não se negar a influência dos contextos sociais na escolha, a atenção é centrada na busca de princípios básicos de comportamento especificadores de mecanismos de decisão individual que prevalecem qualquer que seja o contexto, o que implica o recurso a um método dedutivo.

É atributo do indivíduo racional ter um mecanismo de decisão próprio e relativamente independente, cujo objectivo é maximizar a utilidade, o que implica assumir um grau de sofisticação mental e informacional que permita a sua utilização. Este indivíduo, idealizado por Downs (1957) para decidir em função de incentivos, está muito próximo do eleitor que se caracteriza por incorporar as condições económicas na decisão eleitoral. Mesmo assim, no voto económico, a decisão de votar e participar deixam de estar juntas, os requerimentos informacionais necessários são menores, focalizando-se especialmente na economia, e a probabilidade do voto ser decisivo acaba por ser relativamente ignorada.

Apesar do carácter dedutivo da teoria, o voto económico acaba por ser uma abordagem muito empirista que, pela disparidade de resultados e modelos, pode confundir e até mesmo aparentar uma certa falta de teoria, ou melhor dizendo, uma indefinição sobre qual o comportamento que se espera dum eleitor que incorpora a dimensão económica na decisão democrática.

Como ponto inicial, convém, então, saber, em traços gerais, como se deve conduzir este indivíduo racional, que, pelo menos periodicamente, veste a pele de economista amador, elaborando avaliações e previsões sobre a economia que vão servir de peça central no seu mecanismo utilitarista de escolha eleitoral.

O cidadão da teoria, que vamos apelidar de Senhor T, aproximando-se o acto eleitoral, vê-se confrontado com difícil tarefa de saber onde colocar a cruz no boletim de voto. De uma coisa ele tem conhecimento logo à partida, o desempenho da economia no decurso da legislatura que está a findar é da responsabilidade do governo em funções, portanto se chegar à conclusão que este desempenho é satisfatório apoiará o governo, e de igual forma, se a avaliação for negativa apoiará a oposição (simetria entre recompensa e punição). Para ele a culpa não pode morrer solteira nem os louros serem para todos.

Pretende dar atenção às opiniões daqueles que lhe são mais próximos, mas sabe que, em última análise, o que interessa é descobrir a solução mais vantajosa para ele. A teoria racional não discorre sobre o que é vantajoso ou útil para o votante, contentando-se, em assumir que

ele actua no seu melhor interesse, evitando, assim, a entrada no campo complexo da filosofia moral.

O Senhor T começa a tarefa de recolher as informações que acha suficientes para avaliar a economia, ou seja alimenta-se de informação até que o custo marginal da sua recolha seja igual ao seu benefício marginal (condição de racionalidade informacional)⁷⁹. No entanto, não se vai contentar em avaliar a situação corrente ou mesmo a evolução no último ano, considerando que é importante ter um horizonte temporal que se estenda pelo menos à duração da legislatura. Como a decisão se baseia na maximização da utilidade própria, a dimensão da economia que, fundamentalmente, lhe vai interessar é a da sua economia pessoal, e conseqüentemente a contribuição desta para o aumento ou diminuição do seu bem estar. Sendo o objectivo central de uma eleição eleger um governo futuro, para o Senhor T faz todo o sentido que as expectativas que ele forma relativamente às consequências da continuação do governo actual na próxima legislatura tenham bastante mais relevância do que a avaliação do desempenho passado dos governantes, mesmo estando consciente que é mais fácil avaliar do que prever.

Quando toma consciência da alternativa que melhor reflecte os seus interesses pessoais todo este processo está concluído. Verifica que, para chegar a este ponto, a economia esteve no centro das suas preocupações, que assumiu perante ela um horizonte temporal alargado onde deu prioridade aos resultados que espera se verifiquem no futuro, e que responsabilizou o governo pelo que se passou de bom e de mau na sua economia pessoal.

Como se verá a seguir, os resultados empíricos apontam algumas diferenças, e até mesmo contradições, entre este homem e o votante real, originado a busca de explicações para esta dissonância entre teoria e prática ou para a reformulação do eleitor de base, como o fazem, por exemplo, as teorias espaciais e direccionais do voto. É claramente exigente ser-se economicamente racional e, partir de agentes racionais e encontrar resultados não racionais é corolário dominante em toda a ciência económica. Para fazer face a isto, uns resolvem moderar ou alterar o conceito, enquanto outros investigam as imperfeições da realidade que limitam uma pura actuação racional.

⁷⁹ Paldam (2003) considera, alternativamente, que o benefício marginal da informação económica deve ser igual ao ganho marginal nos benefícios derivados de se votar melhor.

6.2. A função de voto/popularidade agregada

6.2.1. A APRESENTAÇÃO DA FUNÇÃO VP

Com objectivos, resultados e variáveis explicativas utilizadas muito semelhantes, a função de popularidade e a função de voto são altamente correlacionadas e têm sido tratadas na literatura de uma forma relativamente indiferenciada. Apesar da popularidade ser definida nas sondagens e o voto determinado nas eleições, implicando algumas diferenças que focaremos no ponto seguinte, seguiremos a tradicional e conveniente abordagem que as condensa.

O voto ou popularidade é especificado através duma função de teste empírico que permite uma aproximação à função de bem estar. Desde os primeiros trabalhos de Mueller (1970), Goodhart e Bhansali (1970) e Kramer (1971) que se assume uma estrutura linear ou linearizável nos parâmetros onde se definem duas dimensões explicativas, uma económica e outra política. Tanto o voto absoluto como o voto em primeiras diferenças são utilizados como variável dependente na literatura, apresentando resultados muito semelhantes. Não existe consenso sobre qual a melhor alternativa, estando a escolha entre uma e outra variável normalmente dependente do tipo de dados e método econométrico usados. Nannestad e Paldam (1994) apresentam a típica função VP, nas suas duas versões, da seguinte forma:

Em níveis:

$$VP_t = [\alpha_1 Lp_t + \alpha_2 Lu_t + \dots]_e + [\beta_i G_i + \beta_2 T_t + \{\beta_3 Lv_t + \dots\}]_p + r_t \quad (1)$$

Em primeiras diferenças⁸⁰:

$$\Delta VP_t = [\alpha_1 L\Delta p_t + \alpha_2 L\Delta u_t + \dots]_e + [\beta_i G'_i + \beta_2 T'_t + \{\beta_3 L\Delta v_t + \dots\}]_p + e_t \quad (2)$$

onde VP_t expressa a percentagem de votos ou popularidade, α e β são os parâmetros a estimar, Δ e L representam os operadores, respectivamente, de primeira diferença e de desfasamento, r_t e e_t os termos de erro e as reticências indicam a possibilidade de existirem mais variáveis. Entre parêntesis rectos estão representadas as variáveis relativas às dimensões económica e política. O primeiro inclui as séries económicas, exemplificadas pelas duas variáveis mais comuns, a inflação (p_t) e o desemprego (u_t). O segundo é constituído pela constante (G_i) que é separada de forma a especificar cada governo i , originando na prática várias constantes representativas do stock de popularidade com que cada governo começa o

⁸⁰ Todas as variáveis são as mesmas da equação anterior com excepção da constante e do *trend*.

seu mandato, por um *trend* (T_t), característico de funções de popularidade, que representa o custo de governar⁸¹ e por um conjunto de variáveis políticas entre parêntesis curvos, exemplificadas pela variável (v_t), normalmente uma *dummy* que captura um evento específico. Uma das críticas à literatura do voto económico é a concentração quase exclusivamente na parte económica da função, sendo frequente a inexistência de variáveis políticas na parte da função que está entre parêntesis curvos. Nannestad e Paldam (1994) argumentam que os factores económicos afectam a popularidade do governo enquanto os factores políticos alteram a popularidade da oposição.

As funções de voto/popularidade são a extrapolação da ideia que a decisão de votar não deve ser baseada puramente nas personalidades, filiação partidária ou acaso, procurando encontrar razões económicas para as mudanças no sentido de voto. Desta forma, estão mais ligadas aos votantes pendulares⁸². A parte mais permanente dos resultados eleitorais, constituída por aqueles que são impelidos por uma forte identificação partidária a votarem sempre da mesma forma, (tipicamente 80% do eleitorado⁸³) não é frequentemente controlada na função VP, no entanto, a inclusão da variável dependente desfasada no lado direito da equação é uma das formas de reformular a função VP para este efeito⁸⁴.

A função VP tem sido testada ao longo do tempo e para muitos países com bastante sucesso, mas a instabilidade nestas duas dimensões tem sido a característica mais marcante dos resultados encontrados (Paldam, 1991; Nannestad e Paldam, 1994; Paldam, 2003). A forma de incorporação da economia e os seus efeitos nos resultados eleitorais tem sido difícil de manter, apesar de Lewis-Beck (1988) ter encontrado algum apoio empírico à generalização da função. Tem-se procurado explicações para este fenómeno de inconsistência, salientando-se alguns problemas de ordem técnica. A existência de erros de medição que podem estar a enviesar os resultados, a utilização de metodologias econométricas e modelos distintos, a consideração de diferentes períodos de tempo e, no geral o contexto imperfeito em que se movimentam as ciências sociais, podem originar estimativas diferentes entre o voto e uma qualquer variável económica.

Também se têm dirigido esforços no sentido de reavaliar os pressupostos de base ou de incorporar o efeito dos diferentes enquadramentos eleitorais. Estes potenciais problemas de má especificação da função são objecto de análise nas secções seguintes deste trabalho.

⁸¹ Normalmente é uma única variável que após a eleição começa em 1, 2, 3... até à eleição seguinte, representando o custo médio de governar. Alternativamente, pode ser separada entre governos ou partidos de forma a evidenciar diferenças no custo.

⁸² *Swing voters*.

⁸³ Paldam (2003) pp. 51.

⁸⁴ Nota-se que a versão em primeiras diferenças acaba por tratar apenas com variações no voto.

6.2.2. VOTO E POPULARIDADE: SUBSTITUTOS NÃO PERFEITOS

É consensual a elevada correlação entre funções que utilizam os resultados eleitorais como variável dependente e funções que empregam índices de popularidade resultantes de sondagens. Os objectivos e os resultados em ambos os casos são sensivelmente os mesmos, bem como os modelos e o leque variáveis independentes a que recorrem, justificando o tratamento relativamente indiferenciado de que são alvo na literatura, bem como, a própria noção integrada de função VP (voto/popularidade) pela qual são conhecidas. Pretendem ambas explicar os movimentos de aprovação ou desaprovação política a que estão sujeitos os partidos ou as figuras políticas individuais ao longo do tempo, e as variáveis económicas utilizadas para explicar a popularidade ou os resultados eleitorais são, normalmente, as mesmas.

A aceitação pela generalidade dos autores de uma elevada correlação entre estes dois tipos de função (Swank, 1990), não invalida a existência de algumas diferenças que se deve ter em linha de conta quando se pretende extrapolar resultados de um campo para outro, e que acabam por justificar o facto das funções de popularidade, tradicionalmente, terem melhor capacidade explicativa do que as funções de voto (Lewis-Beck e Paldam, 2000).

Em termos de prática empírica os dados sobre popularidade diferem dos de voto. As sondagens podem ser efectuadas em qualquer momento, apresentando normalmente uma periodicidade mensal, enquanto os resultados eleitorais têm um espaçamento temporal típico de quatro anos. Esta característica das sondagens permite analisar aquilo que Kramer (1971) chamou de *“coattail effect”*. Este efeito ocorre quando a popularidade de um candidato para um determinado lugar afecta positivamente a de candidatos do mesmo partido que procuram ser eleitos para outros cargos.

A variável voto é bastante mais discreta, apresentando um *“buraco”* evolutivo entre eleições que é colmatado por sondagens que são mais sensíveis aos efeitos dos *“micro eventos”* políticos e económicos decorrentes do processo de governação. A função de voto tem a vantagem de permitir a desagregação geográfica até ao nível de freguesia, enquanto a função de popularidade beneficia de maior desagregação temporal permitindo estudos em intervalos de tempo mais curtos onde tudo se mantém mais estável.

A mais óbvia distinção entre elas é que as funções de voto procuram explicar os resultados eleitorais, enquanto as funções de popularidade pretendem explicar os resultados das sondagens. Como os sondados são um subgrupo do total dos eleitores, ao considerar-se que as sondagens são representativas das intenções de voto do conjunto da sociedade, a aproximação entre as duas funções é ainda mais clara, apesar das sondagens serem permeáveis a enviesamentos derivados de quem é entrevistado e em que circunstâncias. No entanto, com um período de maturação da decisão muito maior, o voto é perspectivado como um acto mais consciente e de maior responsabilidade do que um juízo dado para efeitos de sondagem que,

normalmente, é mais impulsivo e funciona predominantemente como sinalizador de opinião. Acresce-se o facto das eleições serem precedidas por campanhas eleitorais que introduzem algum nível de distorção informacional relativamente aos temas que são cruciais na decisão de voto.

Normalmente, as sondagens procuram uma opinião sobre um partido ou indivíduo específico. Pelo contrário, o voto é um acto de comparação entre diversas alternativas. A sondagem nada nos diz sobre a posição relativa do partido/candidato em relação a outras escolhas possíveis, mas apresenta uma lógica mais forte quando se trata, por exemplo, de eleições presidenciais onde as alternativas ao detentor do poder só se apresentam pouco antes do acto eleitoral.

Miller e Mackie (1973) observando que a popularidade do governo era sistematicamente mais baixa no meio da legislatura, evidenciando um padrão cíclico, chamam a atenção para o facto de os eleitores, até pouco antes das eleições, não fazerem um julgamento comparativo entre governo e oposição, avaliando apenas e só a actuação do governo. Deste modo, é razoável dizer que os governos não são tão impopulares no meio do mandato como o deixam transparecer as sondagens. Assim, justifica-se a necessidade de tornar independente o apoio político em relação ao *timing* das eleições antes de se poder utilizar as sondagens como medida de popularidade.

De maior relevância para os partidos são os resultados eleitorais, mas as sondagens são uma forma encontrada para antecipar, com maior ou menor grau de incerteza, esses resultados. Como as funções de popularidade são *ex ante* às eleições, elas permitem o estabelecimento de relações com uma qualquer função de reacção política do governo, que se vai basear na maior ou menor probabilidade de reeleição que lhe é conferida pelas sondagens⁸⁵. Chappell (1990), analisou uma função de voto presidencial e uma função de apoio político presidencial. Os resultados encontrados para as duas equações mostraram ser qualitativamente semelhantes, parecendo existir, de facto, uma correspondência entre sondagens e votação.

No final, o V e o P da função VP acabam por reforçar-se mutuamente, e nas características que os diferenciam está inerente uma complementaridade que beneficia a tarefa de compreender o fenómeno eleitoral.

6.2.3. A RESPONSABILIZAÇÃO ECONÓMICA DOS GOVERNOS

O conceito de democracia tem como premissa o controle popular dos actos realizados pelos representantes eleitos, sendo conceptualmente legítimo e eficiente que uma sociedade responsabilize os governos pelos resultados colectivos. Os teóricos da escolha racional

⁸⁵ Para um exemplo ver Frey e Schneider (1978).

operacionalizaram este argumento partindo da típica relação entre o agente e o principal. Os eleitores são os principais que autorizam eleitoralmente os partidos (agentes) a actuarem em seu nome. As eleições servem o duplo propósito de garantir a continuidade do poder dos cidadãos e de fornecerem incentivos para que os políticos hajam de forma responsável.

Seguindo a tradição económica de focalização nos efeitos das acções e não propriamente nas acções em si, a função VP firma a hipótese de responsabilidade no desempenho económico, especificando uma função procura de resultados⁸⁶. A grande atenção que recai sobre os temas económicos durante as campanhas eleitorais legitima em boa medida a restrição do processo de avaliação da actuação governativa a esta dimensão. Na prática, a primeira dificuldade encontrada pelo votante que quer enraizar a sua escolha em factores económicos surge na própria informação fornecida pelos partidos, especialmente durante as campanhas eleitorais. O eleitor assiste a um jogo de estratégia informacional entre partidos, onde as culpas e os créditos são empurrados de um lado para o outro, o que acaba por confundir e de certa forma desinformar.

A avaliação dos eleitores passa pela constituição de uma opinião sobre a economia intimamente relacionada com a actuação do governo, que posteriormente é incorporada na decisão de voto. O governo é o centro da função VP onde o voto representa o mecanismo de recompensa ou punição através do qual os eleitores podem demonstrar o seu agrado ou desagrado para com os seus representantes eleitos.

Inflação e desemprego são as variáveis mais frequentemente usadas na literatura para representar as condições económicas. Alguns recorrem a variáveis como, por exemplo, o défice e a dívida pública⁸⁷ e, frequentemente, o rendimento substitui o desemprego, confirmando a lei de Okun. A importância das variáveis económicas nos estudos agregados tem sido, em regra, confirmada⁸⁸, em especial a reacção negativa dos votantes a aumentos de desemprego e inflação⁸⁹. A forma como são incluídas estas variáveis na função VP tem sido heterogênea, estando muito ao sabor da eficiência econométrica. Já foram introduzidas em níveis, em primeiras diferenças e segundas diferenças, em taxas de crescimento simples ou médias, com e sem logaritmização, apenas para citar alguns casos e deixando para a secção

⁸⁶ Harrington (1993) discute se a atenção do votante está direccionada para o desempenho económico ou se, pelo contrário, são as políticas implementadas pelo governo que mais importância têm na sua avaliação da incumbente. Conclui que o comportamento de voto está mais ligado aos resultados económicos quando o votante está mais inseguro no que respeita às melhores políticas a prosseguir. Stigler (1973) rejeita o desempenho económico como determinante na escolha do sentido de voto. Como os partidos se comportam de forma semelhante, o votante racional deve focar-se nas diferenças partidárias ligadas a políticas distributivas.

⁸⁷ Para uma análise da influência dos gastos do Estado ver Peltzman (1992) e para um estudo que incorpora a dívida pública ver Swank e Eisinga (1999).

⁸⁸ Paldam (2003).

⁸⁹ Em certos casos pode haver problemas de multicolinearidade entre as variáveis causando o enviesamento dos estimadores. Normalmente a curva de Phillips é suficientemente fraca para permitir a inclusão simultânea do desemprego e da inflação.

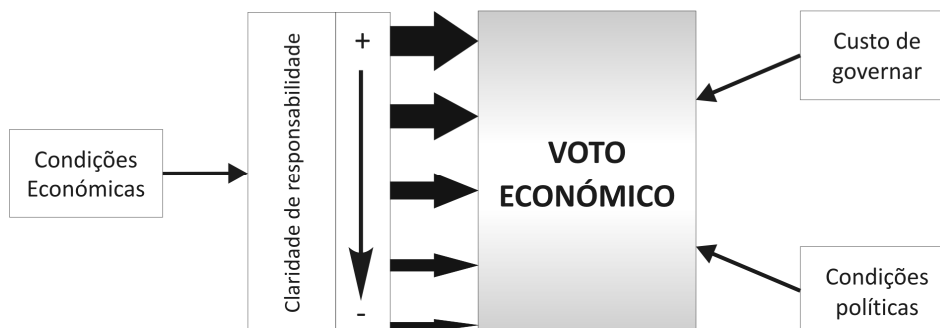
seguinte a abordagem da estrutura altamente diferenciada de desfasamentos assumidos⁹⁰. É claro o problema de instabilidade na formalização da função VP, no entanto Paldam (2003: 51) refere que, normalmente, os coeficientes associados ao desemprego e inflação encontrados andam em torno de -0.6.

Apesar de se confirmar o papel significativo do ambiente económico na decisão de voto, os resultados não têm sido conclusivos relativamente ao princípio da simetria entre punição e recompensa especificado para o eleitor teórico. Significa isto que, para o indivíduo, a economia deslocar-se do ponto A para o ponto B numa linha recta ou através de qualquer outro processo de convergência devia ser indiferente.

Os resultados de Price e Sanders (1994) e Nannestad e Paldam (1997b) apontam para a existência de voto negativo, privilegiando o votante a estabilidade à instabilidade. O efeito negativo encontrado de um aumento no desemprego em um ponto percentual foi o dobro do efeito positivo de baixar no mesmo montante. Como os órgãos de comunicação social são a fonte principal de informação económica do votante e tendem a salientar mais as condições económicas negativas, as percepções dos cidadãos são condicionadas, potenciando visões assimétricas de diferentes cenários (Goidel e Langley, 1995). No entanto, Lewis-Beck (1988) não encontrara apoio empírico relativamente à hipótese de assimetria.

Para punir ou recompensar, o eleitor tem que saber claramente a quem imputar responsabilidades. O problema da instabilidade da função VP tem levado alguns autores a defender a existência de limites à hipótese de responsabilidade. Estas barreiras funcionam como uma cortina que dificulta a identificação dos responsáveis pela saúde económica. A figura 6.1 apresenta o modelo de voto económico incorporando esta dimensão. Quanto mais dificuldades tem o eleitor em identificar responsáveis, mais se desliga do mecanismo de recompensa/punição.

Figura 6.1. O princípio da clareza no modelo de voto económico



Podemos escalar estas contingências em três níveis interligados: institucional, multipartidário e ao nível das alternativas governativas.

⁹⁰ Ver Mueller (2003) pp.430-436.

As diferenças institucionais entre sistemas eleitorais podem causar diferentes percepções nos eleitores, funcionando como barreiras à clareza de responsabilização. Primeiro, sistemas unicameralistas, comparativamente a sistemas bicameralistas, devem facilitar a tarefa de atribuição de culpas, em virtude das decisões estarem centralizadas apenas numa câmara parlamentar. Segundo, se pensarmos num sistema presidencialista, o aparecimento de um terceiro candidato pode ser ignorado pressupondo-se, à partida, que vai retirar sensivelmente o mesmo número de votos a ambos os candidatos mais fortes, o que mesmo assim não deixa de ser uma restrição discutível⁹¹. No entanto, em sistemas onde não são personalidades, mas sim organizações políticas a concorrer pelos vários cargos de poder, a presença de três ou mais partidos é uma realidade que não pode ser ignorada, na medida em que existe sempre a hipótese de haver governos de coligação ou minoritários, o que nos leva ao segundo nível de factores limitativos da hipótese de responsabilidade.

As características institucionais acabam por ser invariantes ao longo do tempo, mas em sistemas multipartidários podem encontrar-se governos em desiguais condições de estabilidade e partidos a governar com diferentes graus de controle sobre as acções de política. A capacidade dos indivíduos em expressar descontentamento com a situação económica varia, ao longo do tempo, com o cenário governativo resultante do processo eleitoral.

A figura 6.2 ordena os vários cenários possíveis quanto à clareza de responsabilização. Governos maioritários de partido único é a solução mais eficaz deste ponto de vista, assumindo uma clareza em tudo semelhante à dos sistemas parlamentares bi-partidários. No outro extremo encontramos os governos minoritários de coligação, onde a complexidade de selecção dos responsáveis cresce com o número de partidos envolvidos na governação⁹². Paldam (1991) mostra que o padrão de responsabilidade emerge quando existem governos estáveis e Swank e Eisinga (1999) propõem o número de ministérios liderados por cada partido como forma de avaliar a responsabilização em governos multipartidários.

Figura 6.2. Clareza em sistemas multipartidários

+	▶ ▶ ▶ ▶ ▶	clareza	▶ ▶ ▶ ▶ ▶	-
Governo Maioritário		Governo Minoritário		
Partido único	Multipartidário	Partido único	Multipartidário	

⁹¹ Ver Fair (1996: 123).

⁹² Existe a ideia, bastante controversa, de que, nos países com tendência para governos de coligação, os ciclos político-económicos são menores em virtude de governos constituídos por mais do que um partido serem mais moderados do que governos de partido único (Drazen, 2000: 294). Grilli et. al. (1991) apresentam um estudo que relaciona o tipo de sistema partidário com as características dos défices orçamentais e dívida pública, encontrando uma associação entre sistemas políticos representativos e a falta de disciplina fiscal.

O terceiro nível a considerar é a estrutura da oposição, ou seja a claridade de alternativas disponíveis. Anderson (2000) e Bengtsson (2004) mostram que, quando existe um partido claramente identificável como alternativa ao governo, os eleitores estão mais dispostos a julgar o executivo. Basicamente, quanto mais seguro estiver o eleitor relativamente ao partido que vai substituir o governo, mais exacerbado é o estímulo à punição/recompensa. Se existe um grande número de potenciais soluções governativas o princípio de aversão ao risco retrai o eleitor prejudicando, não propriamente a determinação de responsabilidades relativamente ao governo em funções, mas sim a claridade quanto ao governo futuro.

No geral, os resultados encontrados na literatura comparativa confirmam a existência de enquadramentos que restringem a capacidade de responsabilização do eleitor. Utilizando um índice centrado no nível institucional, que classifica os sistemas políticos quanto à responsabilidade, Powell e Whitten (1993) e Whitten e Palmer (1999), mostram que países com maiores níveis de claridade manifestam maior propensão para o voto económico. Outros como Anderson (1995) e Dorussen e Taylor (2001) focalizando a atenção na força governativa e nas coligações evidenciam a importância desta dimensão de claridade, enquanto Anderson (2000) mostra que a capacidade do eleitor expressar no voto o seu descontentamento relativamente ao desempenho económico do governo melhora quando os mecanismos de responsabilização se simplificam.

Considerando o conjunto de argumentos focados, o cenário que, teoricamente, maximiza o voto económico acaba por ser parlamentar, de câmara única e com dois partidos, o que assegura governos maioritários de partido único e uma única alternativa governativa. Do lado oposto, temos um sistema de duas câmaras, multipartidário com grande fragmentação partidária, onde governa uma coligação minoritária de vários partidos.

A hipótese simples de responsabilização é, igualmente, objecto de algumas reformulações conceptuais associadas à forma como os votantes entendem os partidos. Por um lado, pode-se questionar a capacidade do eleitor em efectuar avaliações puramente cognitivas da performance económica sem qualquer grau de afectividade. Nortoph (2001) e Rudolph (2003) concluíram que existe uma tendência para as pessoas atribuírem os méritos de uma boa situação económica ao partido que apoiam e culparem os partidos que não gostam pelas alturas de crise. Se, num eleitor, conjugarmos este comportamento com a propensão para o voto negativo, então, um excelente desempenho governativo por parte dum partido com o qual o indivíduo não se identifica, muito provavelmente não o induz a alterar o seu voto. Neste cenário, mesmo tomando em consideração a economia, não existe, nem responsabilização nem voto económico no sentido formal dos termos.

Por outro lado, os votantes podem descortinar diferenças entre os partidos no que respeita à competência para resolver determinados problemas económicos. Assim, as pessoas

apoiam o partido que acham estar melhor preparado para resolver os problemas económicos mais graves. Tradicionalmente considera-se que os partidos de esquerda tendem a preocupar-se relativamente mais com o desemprego enquanto os partidos de direita com a inflação (Hibbs, 1977). Rattinger (1981, 1991) chama a este princípio a hipótese de clientela e mostra que elevado desemprego pode não prejudicar um governo de esquerda, podendo mesmo beneficia-lo⁹³. Este resultado acaba por nos confrontar com a possibilidade de comportamentos estratégicos perversos como, por exemplo, um governo de esquerda, propositadamente, aumentar o desemprego antes das eleições com o intuito de maximizar o apoio político. Na política moderna, apesar de ainda subsistir posicionamento ideológico e os partidos insistirem nesta diferenciação, não são propriamente os princípios ideológicos, mas sim os programas eleitorais que assumem o papel principal na definição e propaganda das prioridades de cada um. No entanto, Powell e Whitten (1993) e Withen e Palmer (1999) encontram resultados que indicam que os governos de esquerda podem mesmo ser punidos por reduzir a inflação.

Não só os enquadramentos institucionais, mas também as limitações cognitivas e informacionais dos próprios indivíduos, podem condicionar a aplicação do mecanismo de recompensa/punição. Para que o voto económico seja uma realidade, a economia tem que ser perceptível e estas percepções transformadas em avaliações incorporáveis na escolha eleitoral. A secção seguinte debruça-se sobre estas questões que não deixam de fixar algumas barreiras à concretização da responsabilização.

6.2.4. A INCORPORAÇÃO DA INFORMAÇÃO ECONÓMICA NA FUNÇÃO VP

Como faz o votante para formar uma opinião sobre o desempenho económico do governo? Na prática trata-se de saber como devem as variáveis económicas ser introduzidas na função VP de teste empírico. Podemos considerar três dimensões fundamentais aquando da incorporação da informação económica na decisão eleitoral. Primeiro, temos a dimensão ligada à memória dos eleitores, ou seja até que ponto do passado vai o eleitor buscar as informações económicas. Paralelamente a esta existe a questão de saber como se reflectem os acontecimentos à medida que estes estão mais longe do presente. Em segundo, surge a questão de saber se os votantes primordialmente formam expectativas quanto ao futuro ou se, pelo contrário, avaliam o desempenho passado dos governos. Em terceiro, temos a discussão ligada propriamente à informação disponível e às capacidades cognitivas de recolha, processamento e extrapolação de conclusões que acaba por trazer à tona alguns limites e desvios ao voto económico.

⁹³ Ver também Swank (1990).

Teoricamente, seria de esperar que o eleitor se manifestasse altamente prospectivo e que recolhesse a informação suficiente para formar uma opinião que não estaria longe daquela que os números e os especialistas em economia têm, o que se resume na assumpção de que o indivíduo é um economista relativamente competente. No entanto, a realidade empírica mostra que o eleitor real apresenta deficiências relativamente ao idealizado pela teoria.

Nas considerações do ser humano, é natural que o presente seja mais importante do que o passado, e que quanto mais recuado no tempo esteja um acontecimento menos relevante ele seja. Na área do comportamento eleitoral, esta hipótese é confirmada na maioria dos estudos, mas o eleitor parece possuir um horizonte temporal de captação de informação exageradamente limitado, ao ponto de ser classificado como míope relativamente ao votante da teoria. Os eventos com mais de um ano, quase sempre contribuem muito pouco para explicar o voto⁹⁴, o que significa que o efeito de um determinado cenário económico na popularidade do governo é relativamente efémero, abrindo brechas para a exploração eleitoral das condições económicas.

Talvez o atributo mais procurado num governo seja a sua competência para gerar condições económicas favoráveis, estando o acto de punir ou recompensar eleitoralmente um executivo intimamente ligado a esta percepção. Explorando a hipótese de informação imperfeita sobre os governos, Rogoff e Sibert (1988) tentam explicar como governos oportunistas usam a política orçamental para sinalizar a competência. A competência supõe-se que é observada indirectamente, essencialmente através dos impostos cobrados, serviços prestados pelo governo, e através dos resultados económicos, apresentando-se como duradoura, ou seja, os políticos que geram resultados favoráveis hoje, também o poderão fazer amanhã.

Este último aspecto vem reforçar a importância da retrospectividade no voto, mas, tecnicamente, a formação de expectativas quanto ao futuro deve ser dominante no raciocínio do eleitor económico. No mecanismo decisório, as combinações possíveis entre futuro e passado são bastantes. O quadro 6.1 sumaria, de forma simplificada, alguns dos mais importantes casos. Considera-se que cada legislatura dura um período e que no momento T há um acto eleitoral ao qual participam apenas duas forças políticas, o partido A que governou em $T-1$ e o partido B que esteve na oposição. RE representa a avaliação feita pelo votante dos resultados económicos, que, para este caso, é irrelevante se foi positiva, negativa ou nula, e o operador E denota expectativa.

⁹⁴ Lewis-Beck e Paldam (2000). Apesar desta constatação, Fair (1978, 1996) defende que os eleitores recuam mais no passado do que é sugerido tradicionalmente na literatura.

Quadro 6.1. Retrospectividade e prospectividade nos eleitores

Eleitor	T-1 (passado)	T	T+1 (futuro)
1.	RE_{t-1}^A		
2.	RE_{t-1}^A		$E(RE_{t+1}^A RE_{t-1}^A)$, com $RE_{t-1}^A = E(RE_{t+1}^A RE_{t-1}^A)$
3.	RE_{t-1}^A		$E(RE_{t+1}^A RE_{t-1}^A)$, com $RE_{t-1}^A \neq E(RE_{t+1}^A RE_{t-1}^A)$
4.	$RE_{t-1}^A ; RE_{t-j}^B$		$E(RE_{t+1}^A RE_{t-1}^A) ; E(RE_{t+1}^B RE_{t-j}^B)$
5.	RE_{t-1}^A		$E(RE_{t+1}^A RE_{t-1}^A) ; E(RE_{t+1}^B)$
6.			$E(RE_{t+1}^A) ; E(RE_{t+1}^B)$
7.			$E(U_{t+1}^B) ; E(U_{t+1}^A)$

No caso do indivíduo 1 temos a pura retrospectividade formalizada por Key (1966), que está associada à estratégia de olhar exclusivamente para o desempenho passado do governo e recompensa-lo com o voto quando a sua *performance* excede um dado padrão de desempenho⁹⁵. Para os segundo e terceiro votantes o desempenho económico passado do governo serve para formar expectativas quanto ao seu futuro desempenho (Kramer, 1971), mas enquanto o primeiro destes dois usa exclusivamente esta informação, o que o torna um puro retrospectivo, o outro pode estar a recorrer a outras fontes, algumas de carácter prospectivo⁹⁶. Paldam (2003) considera que o facto de alguns estudos centrados na prospectividade apresentarem resultados parecidos com outros baseados na retrospectividade é razão para não descartar a hipótese de estaticidade na formação de expectativas. Igualmente, os resultados encontrados para a Dinamarca por Nannestad e Paldam (2000) apontam neste sentido, portanto se as avaliações retrospectivas e prospectivas são idênticas, então é indiferente o uso de uma ou outra forma de raciocínio (Lewis-Beck, 1988).

Sobre estes eleitores retrospectivos há ainda dois pontos a destacar. Primeiro, devido às dificuldades em encontrar medidas para as expectativas futuras, os investigadores que recorrem a dados agregados centram a análise no padrão de retrospectividade, havendo um domínio

⁹⁵ A definição do padrão que serve de *benchmark* para a avaliação do governo é bastante debatida. Será que existe um desempenho habitual ou esperado e portanto desvios correntes é que servem de indicador de performance? Será que a situação herdada pelo governo também é importante? Ver Hibbs e Vasilatos (1981) para uma discussão formal desta problemática.

⁹⁶ Mesmo que se utilize exclusivamente o passado, não é líquido que a avaliação passada seja igual à expectativa futura de desempenho. Basta apenas que o mecanismo de formação de expectativas seja adaptativo para que a igualdade só se verifique quando os valores das variáveis económicas se mantêm constantes dentro do horizonte temporal do indivíduo.

claro da prospectividade nos dos estudos que usam *survey data*⁹⁷. Segundo, para estes cidadãos a qualidade, competência, programa eleitoral e campanha do partido da oposição não tem qualquer relevância na decisão de voto, o que interessa é saber se o governo é bom ou mau economicamente.

Ao considerarmos os eleitores 4 e 5 tal já não é verdade. O quarto eleitor, investigado por Fair (1978, 1996), avalia o desempenho de ambos os partidos no ultimo período em que estes foram governo (período j para B) e incorpora estas avaliações nas expectativas que forma quanto ao futuro⁹⁸. A memória do eleitor 5 não vai até ao momento j , deixando-o com avaliações prospectivas do partido B (por exemplo o programa eleitoral) ou considerações sobre o seu comportamento enquanto oposição ao governo. Ambos os indivíduos escolhem votar no partido que oferece melhores garantias de uma economia saudável no futuro.

Os eleitores 3 e 4 são sempre retrospectivos e simultaneamente prospectivos se não basearem a sua futurologia unicamente no passado, restrição esta que não é necessária para o cidadão 5. Para todos os três é possível votar no partido do governo, mesmo pensando que este teve um desempenho fraco, desde que sintam a oposição como uma alternativa pior. Este raciocínio de entre dois males escolher o menor, também é válido no cenário inverso em que entre duas boas escolhas se opta pela melhor. Este comportamento abre espaço para a hipótese de clientela, que assume existir nos indivíduos a percepção de que os partidos têm competências diferentes no que respeita às várias variáveis económicas.

A dimensão do eleitor 6 é exclusivamente prospectiva formando expectativas sobre o futuro desempenho dos candidatos/partidos a partir, por exemplo, do perfil do líder, do programa eleitoral e da campanha, o que o leva a escolher a opção que lhe é mais favorável na legislatura vindoura estritamente concentrado no futuro. Para este eleitor tem pouca lógica o princípio de punição/recompensa, visto não se preocupar com o que o Partido A fez ou deixou de fazer no período $T-1$. A hipótese de responsabilização é bastante mais coerente com eleitores fortemente retrospectivos, mas parece existir aqui um conflito entre esta constatação e a noção teórica de que o eleitor deve ser fortemente prospectivo. Talvez o eleitor 3 seja aquele que melhor se enquadra na teoria, partindo do princípio que a parte prospectiva domina a retrospectiva e considerando que, para ele, um governo que se mostrou competente (incompetente) vai continuar a sê-lo no futuro, o que não deixa de ser discutível quando pensamos na eventualidade de mudança na liderança e de ministros.

⁹⁷ Normalmente pergunta-se aos inquiridos para avaliar a experiência passada “Como é que X evoluiu nestes últimos Z períodos?” e para captar as expectativas “Como espera que X evolua nos próximos Z períodos?” - Paldam (2003). Alternativamente, pode-se perguntar “Com qual partido vai ficar melhor no futuro?” (Lockerbie, 1992).

⁹⁸ Fair considera que o votante incorpora os cenários das duas últimas legislaturas em que cada partido esteve no poder.

O último eleitor apresentado não está propriamente enquadrado nesta problemática, aliás, deixa-se de usar os resultados económicos como referência substituindo-os pela noção abrangente de utilidade. Este eleitor caracteriza-se por votar por assuntos (*issue voter*) e não especialmente instigado por preocupações económicas. É uma visão simplificada do votante das novas clivagens sociais e dos modelos espaciais e direccionais⁹⁹, que perante as ideias programáticas dos partidos na área social, ecológica, dos direitos e liberdades e outras, acaba por dar apoio à força política que mais defende os assuntos que lhe são mais queridos.

A literatura ainda não deu uma resposta conclusiva sobre o tipo de mecanismo de incorporação da economia presente no raciocínio de voto. No eleitor, a retrospectividade e a prospectividade não são dimensões mutuamente exclusivas, aliás é expectável que ambas estejam presentes no processo decisório, deslocando a base da controvérsia para a importância relativa de cada uma¹⁰⁰. Os resultados encontrados por Paldam (2003) na literatura apontam para uma preponderância marginal da componente retrospectiva, enquanto Reed e Cho (1996) argumentam o contrário.

A maioria da literatura sobre funções VP assume implicitamente que o indivíduo avalia e forma expectativas com algum grau de correcção e sem grande esforço, ou pelo menos suficientemente motivado para suportar os custos inerentes à tarefa, e que o mercado da informação política e económica é perfeito. O mundo real impõe algumas contingências a estes pressupostos, quer por apresentar um cenário de informação limitada quer pelo facto da economia ser um fenómeno intrinsecamente complexo.

É incontestável que a prospectividade exige mais esforço e sofisticação por parte do cidadão, do que a avaliação do desempenho passado. É da mesma forma claro, que ainda ninguém conseguiu argumentar convincentemente que os benefícios de recolher informação são muito diferentes de zero, mantendo-se pendente o paradoxo do voto. Às capacidades cognitivas limitadas do eleitor real ainda se juntam as emoções e os afectos, características irrefutáveis da condição humana, mas que são atributos pouco razoáveis para o homem económico. Muitos atribuem a estes limites e enviesamentos ao voto económico um papel importante na explicação da inconsistência de resultados que a literatura sobre funções VP tem produzido (Anderson, 2007).

O baixo conhecimento por parte dos eleitores, especialmente na área económica é uma realidade demonstrada em vários estudos¹⁰¹. Os cidadãos não têm informação detalhada sobre

⁹⁹ Para uma abordagem exaustiva destes modelos espaciais e direccionais ver Merrill e Grofman (1999).

¹⁰⁰ A distinção retrospectivo/prospectivo está, na literatura sobre ciclos políticos, ligada ao horizonte temporal das políticas governamentais. Considera-se que um eleitor retrospectivo e míope tem mais probabilidade de ser enganado por estratégias económicas oportunistas de curto prazo do que um votante prospectivo que, à partida, é mais propenso a recompensar a implementação de políticas que geram benefícios mais duradouros (Nordhaus, 1975; Mackuen et. al., 1992).

¹⁰¹ Por exemplo Kirchgassner (1991).

a economia nem o necessário incentivo e capacidade para fazer uso dela, mesmo quando está disponível (Aidt, 2000; Bartels, 1996; Hardin, 2002). Nannestad e Paldam (2000) referem que duas em cada três pessoas inquiridas sobre a taxa de inflação erram o seu valor por uma margem de 2%, mas no período eleitoral o conhecimento económico dos entrevistados aumenta significativamente. Esta constatação acaba por ter como consequência um reforço da miopia nos votantes. Sanders e Gavin (2004), mostram que, na tarefa de avaliar a economia, o eleitor apoia-se especialmente na apresentação que é feita pelos órgãos de comunicação social¹⁰². Assim, os estudos agregados que utilizam as séries económicas têm o problema de estar a assumir que os votantes têm uma visão da economia que iguala a realidade.

Por aquilo que foi dito, parece pertinente ressuscitar a sugestão avançada por Lockerbie (1992) de estudar mais a fundo o efeito das campanhas eleitorais na decisão de voto, especialmente na dimensão prospectiva que pode ser bastante influenciada pelas promessas e programas dos partidos.

A individualidade do ser humano e a especificidade de enquadramentos socio-económicos que cada um experimenta, imprimem um carácter subjectivo e heterogéneo às percepções sobre as condições económicas. O facto de nem todos verem a economia da mesma maneira dificulta a captura do efeito da economia no voto. Pattie e Johnston (1995, 2001) avaliam o efeito no voto de diferenças entre a conjuntura regional e as condições económicas nacionais, enquanto Weatherford (1978)¹⁰³ sugere que em períodos de recessão os votantes pertencentes às classes de rendimentos mais baixos são mais atingidos do que os outros. No geral, os estudos seccionais regionais tentam fazer a ponte entre a economia nacional e a economia pessoal, encontrando-se no ponto intermédio da discussão entre egotropia e sociotropia (nível micro ou macro), que vai ocupar a secção seguinte. Também, os estudos que analisam a forma como as pessoas vêem o estado da macroeconomia, e o que sabem sobre ela, contribuem para aproximar estas duas visões.

6.3. Economia nacional ou pessoal? A função VP micro

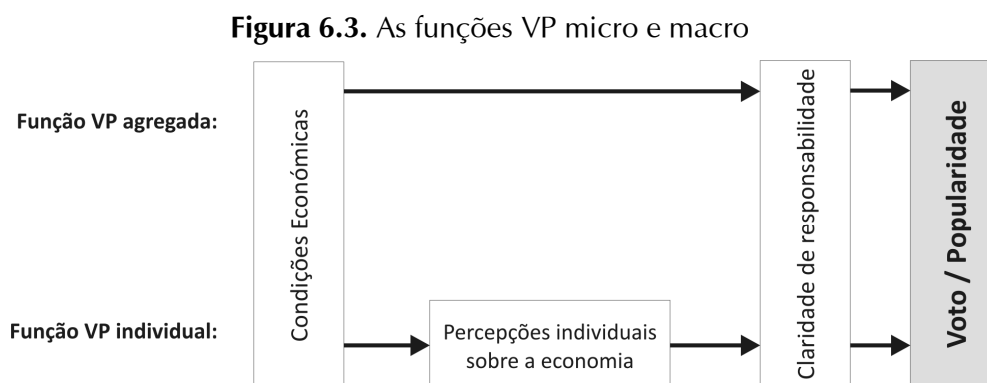
A especificação de uma função VP individual pode abranger a generalidade dos quadrantes estudados no voto económico agregado, mas perde um pouco na dimensão temporal. Na questão do horizonte temporal dos eleitores e, especialmente, na discussão sobre o tipo de referência económica que o eleitor possui, os estudos que recorrem a inquéritos

¹⁰² Erikson et al. (2000) e Sanders (2000) argumentam que os *media* permitem aos eleitores reterem uma impressão genérica sobre o estado da economia quase sem custos, e que esta percepção acaba por ser o fundamental para o voto económico.

¹⁰³ Citado por Lewis-Beck (1988; 75).

permitem introduzir um novo e importante interveniente no voto económico: as percepções dos indivíduos sobre a economia.

A figura 6.3 apresenta a diferenciação que existe entre os dois tipos de funções, no que concerne à temática do voto económico. Acaba-se por incluir também a questão da clareza como forma de integrar de forma mais global a problemática das barreiras existentes à transformação de avaliações económicas em voto¹⁰⁴.



A função VP individual pode incluir simultaneamente indicadores agregados e percepções individuais, mas em muitos casos, o voto económico é avaliado partindo apenas das percepções, eliminando assim da função micro empírica o primeiro rectângulo da figura. Nestes casos, só há aproximação entre as duas funções se as percepções foram muito próximas da realidade, o que nos reporta para o debate da secção anterior, onde se fez uma breve análise e revisão do espectro temporal de recolha de informação inerente ao votante que empreende a tarefa de avaliar a economia. Mas, independentemente de olhar para o passado, futuro, ou utilizar uma qualquer combinação dos dois, este eleitor olha para o quê? Para a economia nacional/regional, ou seja, as taxas de desemprego e inflação ou qualquer outro indicador agregado ou, pelo contrário, centra a sua atenção na sua situação económica específica?

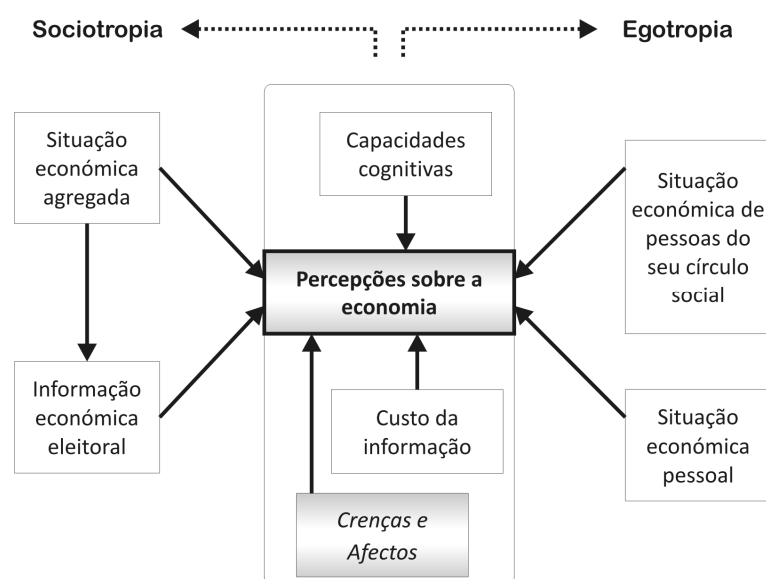
Esta é uma questão que tem ocupado bastante os estudiosos do voto económico e a literatura empírica tem encontrado resultados para todos os gostos. Kinder e Kiewiet (1979) caracterizam o votante norte-americano como sociotrópico, e Lewis-Beck (1988) confirma esta hipótese noutros países. A Dinamarca destaca-se pela força da parte egotrópica (Nannestad e Paldam, 1997a), enquanto outros estudos que usam dados de painel, como Markus (1988) e Price e Sanders (1994) apontam para uma simultaneidade de factores egotrópicos e sociotrópicos.

¹⁰⁴ A desagregação das pessoas em grupos socio-económicos proposta por Hibbs (1982) é uma forma de reduzir do fosso que separa as duas abordagens. Também os estudos que usam dados regionais procuram apresentar uma dimensão intermédia, como por exemplo, Rattinger (1981, 1991).

O homem económico da teoria possui uma racionalidade individual, logo é suposto ser egotrópico, ou seja, estar concentrado no seu próprio bolso. Esta motivação egoísta dá origem a dois problemas, um enfrentado pelos cientistas e outro pelos votantes. Para o cientista que analisa empiricamente o voto, a medida egotrópica pode ser a carteira do cidadão, da sua família ou mesmo de um conjunto de indivíduos mais lato¹⁰⁵. Para o votante egotrópico existe o problema das políticas económicas não serem dirigidas especificamente para ele, mas sim para todos. Desta forma, não deixa de ser racional avaliar toda a economia. Julgar um governo nacional, levando o individualismo às últimas consequências, ou seja à sua definição teórica, despoja o cidadão de toda a culpa pessoal, aproximando-o da inimputabilidade. A teoria do voto económico relaxa um pouco esta hipótese de individualismo defendendo apenas uma forte dominância da componente egotrópica. Por outro lado, ao assumir preocupações exclusivas com o colectivo (sociotropia pura) está-se a negar um instinto básico do ser humano, ou, então, a alegar santidade. O debate actual sobre a motivação dos votantes não se centra nestes dois extremos, pois parece que ambos os factores têm importância (Paldam, 2003), estando sim focado na preponderância de uma ou de outra forma de avaliação económica.

A figura 6.4 expõe o mecanismo de elaboração das percepções individuais na dimensão em questão, mas é conveniente não esquecer que a retrospectividade e/ou prospectividade é outra dimensão fundamental na construção destas percepções.

Figura 6.4. Os determinantes das percepções sobre a economia



¹⁰⁵ Nannestad e Paldam (1997b) consideram a família como a melhor divisão.

No centro está o indivíduo que tem à sua disposição dois campos de avaliação económica. De um lado, a economia agregada e o conjunto de informações económicas veiculadas nas campanhas eleitorais a que o eleitor tem acesso, predominantemente, através dos órgãos de comunicação social (Sanders e Gavin, 2004).

Do outro lado, temos a experiência pessoal, ou de uma forma mais genérica o efeito das políticas económicas no bolso do cidadão ou da sua família. Incorporando uma forma mais lata de egotropia inclui-se, também, a situação económica dentro do círculo social do indivíduo. Mutz e Mondak (1997) descobrem que, para avaliar a economia, as pessoas incorporam como referência o bem estar dos indivíduos em similar situação.

No entanto, as percepções e, conseqüentemente, a penetração e processamento da informação externa dependem das características individuais. Na secção anterior chamou-se a atenção para duas delas em especial: as capacidades cognitivas dos indivíduos para compreender a complexidade dos fenómenos económicos e os estímulos para suportar os custos de recolha de informação.

A avaliação egotrópica resulta da média das percepções ou experiências de cada um, enquanto que a apreciação sociotrópica, por exemplo do desemprego, resulta das percepções que cada um tem relativamente ao desemprego médio, portanto temos de um lado a média das percepções e do outro a percepção da média. A informação associada às experiências pessoais é adquirida espontaneamente quase sem custos, ou mesmo a custo nulo se excluirmos a informação sobre pessoas estranhas ao agregado familiar. A tarefa de avaliar a economia nacional é mais exigente. O cidadão tem que recolher informação externa e processá-la cognitivamente de forma a chegar à percepção. Assim, um votante económico que queira minimizar o esforço opta, provavelmente, por ser retrospectivo e egotrópico. No entanto, minimizar o esforço não é sinónimo de maximizar a eficiência do voto económico e, não deixa de ser verdade que os *media* facilitam o acesso e a compreensão da informação económica agregada.

A última característica individual incluída na figura, a que chamamos de crenças e afectos, inclui a identificação partidária e a empatia com os líderes partidários. O raciocínio instrumental do homem económico não se coaduna com estas interferências e o campo do voto económico é, frequentemente, criticado por dar pouca importância aos aspectos emocionais do votante real. Evans e Anderson (2006), Anderson et. al. (2004) chamam a atenção para o facto de pessoas com forte filiação ideológica formarem avaliações económicas consistentes com as suas crenças. Também, Nortoph (2001) e Rudolph (2003) mostram que existe uma relação entre a afectividade partidária e a avaliação dos méritos ou deméritos dos partidos na esfera económica.

A individualidade de cada um implica heterogeneidade de características e predisposições que têm consequências na forma como cada cidadão vê a economia, na abordagem mais sociotrópica ou egotrópica que utiliza e na maior ou menor importância que atribui ao ambiente económico na sua decisão eleitoral. O grande problema que a ciência económica enfrenta ao estudar os comportamentos é exactamente a singularidade de cada indivíduo. Um modelo para cada pessoa seria o ideal, mas tal é impraticável e, assim, a economia, e especificamente, a economia do voto, procura encontrar as bases comuns ao maior número possível de indivíduos.

6.4. Os estudos sobre o comportamento de voto em Portugal

Os estudos efectuados sobre o comportamento de voto têm sido direccionados especialmente para os campos sociológico e económico.

Gunther e Montero (2001) mostram que os resultados eleitorais em Portugal apresentam uma grande volatilidade. Jalali (2004) considera que esta característica se deve fundamentalmente a oscilações de voto entre o PS e PSD e entre cada um destes partidos e a abstenção. Isto significa que existe um grande eleitorado de centro que pouco transborda para os extremos e que é caracterizado por bastante permeabilidade a factores de curto prazo.

Em Portugal, as clivagens tradicionais são mais fortes à esquerda do PS e os dois partidos de centro são vistos pelo eleitorado como muito semelhantes (Jalali, 2004).

Com o recurso a dados agregados referentes ao período 1983-1999, Freire (2001, 2002), conclui que o impacto eleitoral das clivagens estruturais, como a classe e religião, tem declinado, com especial redução do efeito explicativo sobre os resultados do CDS e do PCP. A clivagem esquerda/direita não parece ter sido muito afectada, mas Costa Lobo (2004) assinala uma diminuição do impacto da identificação partidária em todos os partidos e uma diferença de peso dos factores sociológicos entre partidos.

No que respeita aos valores pós-materialistas, no inquérito do EENP (Estudo Eleitoral Nacional de Portugal)¹⁰⁶ de 2002 apenas 4,3% dos inquiridos manifestaram preferência por estes. O estudo de Freire (2003) confirma a pouca importância relativa destes assuntos para o eleitorado português. A partir do mesmo inquérito, Costa Lobo (2004) constata que a avaliação dos líderes partidários tem bastante importância nas escolhas de voto em Portugal.

Freire (2001, 2002) mostra que apesar do voto económico ter um impacto importante nas escolhas eleitorais dos portugueses nas legislativas, as clivagens sociais dominam a explicação do voto. No entanto, os resultados de Freire e Costa lobo (2005) apontam para uma importância maior das percepções económicas relativamente à clivagem de classe. Ainda no

¹⁰⁶ Inquérito pós eleitoral às legislativas de Março de 2002.

âmbito do voto económico, não encontram apoio empírico para a hipótese de claridade de responsabilidade e reportam como factor mais determinante nas escolhas de voto a ideologia.

De que tenha conhecimento, o único estudo centrado no voto económico utilizando os resultados eleitorais é efectuado por Veiga e Veiga (2008) e procura analisar o efeito das condições económicas locais e nacionais nos resultados eleitorais do governo. Mostram que, tanto as condições económicas locais como as nacionais, influenciam a sorte eleitoral dos governos, o que corrobora a hipótese de responsabilização em ambos os níveis da economia.

No que concerne às funções de popularidade, Veiga (1998), relativamente à inflação encontrou resultados inconclusivos, mas detectou efeitos significativos do desemprego sobre a popularidade do Primeiro Ministro, do Governo, do Parlamento e do Presidente da República, relacionando cargos de maior poder económico com uma responsabilização popular maior.

Outros estudos recorrendo a funções de popularidade para Portugal validam a hipótese de responsabilização (Veiga e Veiga, 2004a, 2004b). As intenções de voto no governo aumentam em períodos de bom desempenho económico, enquanto a popularidade da oposição é incrementada em períodos de recessão económica. Veiga e Veiga (2004a) captam igualmente um efeito penalizador da inflação na popularidade do PSD, e um maior impacto negativo do desemprego na popularidade do PS. As condições económicas afectam de forma diferente os partidos de direita e os de esquerda. É de registar, também, uma forte tendência retrospectiva dos eleitores nacionais relativamente à avaliação económica.

Ao nível autárquico, um dos estudos mais relevantes foi efectuado por Veiga e Veiga (2007b). Os autores concluem que o aumento do investimento local e alterações na composição dos gastos que beneficiam componentes mais visíveis aos cidadãos, estão associados a ganhos eleitorais para os partidos que governam os municípios, indiciando que, comportamentos oportunistas por parte do poder local, são recompensados nas urnas. Veiga e Veiga (2007a) encontram evidência de que este eleitoralismo compensa.

No geral, em Portugal parecem coexistir as explicações económica e sociológica do sentido de voto, pelo menos no que se refere à análise das eleições legislativas. Desta forma, o eleitorado português parece servir-se de uma heterogeneidade de mecanismos de decisão de voto.

Capítulo 7. Participação e voto: uma visão agregada

7.1. Introdução: O modelo instrumental revisitado

Ao analisarmos o processo democrático, verificamos que o eleitor é chamado a tomar duas decisões intimamente ligadas; participar ao acto eleitoral e escolher o local do boletim de voto onde colocar a cruz. Entre as duas decisões, a primeira relação causal que nos ocorre é considerar que a segunda é subsidiária da primeira, considerando que votar em branco faz parte do leque de opções de voto. O cidadão antes de incorrer nos custos de recolha e processamento da informação que lhe permitem decidir em quem votar toma a decisão de querer ou não participar. Este processo minimiza os custos genéricos do envolvimento democrático e foi testado por Levernier (1992). No entanto, o eleitor pode considerar um raciocínio diferente e assumir que só deve votar se valer a pena. Desta forma, para definir se participa ou não, primeiro tem que internalizar os custos que lhe permitem decidir quem apoiar e qual a importância eleitoral desse apoio. Quando considera que é do seu interesse participar já sabe em quem vai votar.

Na literatura empírica domina a separação entre estas duas decisões¹⁰⁷, mas a nível teórico o modelo Downsiano é aquele que mais explicitamente agrega as duas deliberações. De forma a ilustrar a questão da causalidade, vamos recuperar a equação individual de voto:

¹⁰⁷ Ver, por exemplo, Rotemberg (2008), para um modelo integrado das duas decisões.

$$R = P.B - C + D \quad (7.1)$$

onde a recompensa de votar (R) é determinada pelo valor do voto ($P.B$), pelos custos de votar (C) e pela satisfação intrínseca que o cidadão retira do acto (D).

Note-se que o valor total dos custos só é conhecido depois de determinados P e B , portanto o modelo explicitamente assume que o cidadão racional vai empenhar-se no seu papel de eleitor, mesmo que chegue à conclusão que não vale a pena votar. Isto significa que, para se estar em condições de decidir votar ou não, é necessário primeiro saber o sentido de voto. A variável D é conhecida de antemão, logo, no momento de votar, temos eleitores que apresentam $R > 0$ e eleitores que, suportando os custos na mesma, reconheceram que não valia a pena votar. Podem-se fazer dois comentários com base nestes casos. Primeiro, o eleitor racional é um maximizador de utilidade, mas não um minimizador de custos. Segundo, será que aquele eleitor que não votou estará na mesma disposto a usar o mecanismo racional na eleição seguinte? Esta questão de aprendizagem enquadra-se numa problemática mais ampla que resulta do tipo de racionalidade assumida.

Para admitir que alguns eleitores têm como primeira fase a decisão de participar ou não, é necessário, no mínimo, que o eleitor forme expectativas quanto ao custo de votar, ou, então, reconheça como fixa uma parcela. Como o cidadão é chamado a votar muitas vezes ao longo da sua vida é legítimo considerar que mesmo não sabendo antecipadamente os custos de determinar P e B ($C_{P,B}$), pelo menos conhece os custos de deslocação às urnas (C_d), o que nos permite redefinir a equação 7.1.

$$R = P.B - C_{P,B} - C_d + D \quad (7.2)$$

Dentre os cidadãos que apresentam $D < C_d$ podem existir alguns cuja diferença entre D e C_d seja dissuasora do resto do processo decisório, remetendo o eleitor à alienação. Isto pode acontecer, por exemplo nos casos em que D é muito pequeno. Também, pessoas que morem longe do local de voto, podem exibir um valor de C_d suficientemente grande para admitir este comportamento. Para aqueles em que D domina claramente C_d o investimento no resto do processo é perfeitamente racional.

Independentemente deste exemplo teórico, a realidade demonstra que existem votantes e abstencionistas habituais, assim como eleitores pendulares, logo é provável que para alguns a causalidade seja num sentido e para outros se apresente invertida. A principal explicação pode residir no valor intrínseco do voto que cada pessoa manifesta e que justifica a maior ou menor “tolerância” aos custos, ou seja C pode eventualmente ser função de D .

7.2. O Modelo do circuito eleitoral

As relações entre abstenção e voto podem ser vistas numa perspectiva agregada. É possível apresentar os principais fluxos que explicam as diferenças nos resultados entre duas eleições contíguas, através daquilo que podemos chamar de circuito eleitoral.

Para uma visão unificada dos dois processos com algum grau de simplicidade, vamos considerar num determinado espaço geográfico apenas dois partidos, G (governo) e O (oposição) e dois actos eleitorais, um em t e outro em $t-1$. Todas as variáveis apresentadas vão representar o numero de eleitores que as compõem. A equação de definição do modelo desagrega os eleitores pelos grupos que representam os comportamentos possíveis dos eleitores, ou seja:

$$Pvot_t = V_t^G + V_t^O + ABS_t + \theta \quad (7.3)$$

onde a população votante no momento t é igual ao numero de eleitores que votam nos dois partidos (V_t^G e V_t^O) mais aqueles que não votam (ABS_t) acrescida dos que votam em branco ou nulo (θ). Do acto eleitoral ocorrido em $t-1$ para o seguinte todas os agregados sofreram alterações, estabelecendo-se um conjunto de movimentações entre eles. Relativamente ao partido G , o numero de votantes em t aumenta com os eleitores vindos da abstenção, da população votante e do partido O e diminui com os votantes que apoiaram o partido em $t-1$ mas que saem para a abstenção, para o partido O ou da população votante. O partido O vai apresentar fluxos semelhantes.

A abstenção, para além dos fluxos que estabelece com os partidos, também é influenciada pelos eleitores que tendo sido abstencionistas em $t-1$ saem da população votante e pelos novos eleitores que escolhem não votar.

Como as eleições são normalmente intervaladas por quatro anos existem alterações não negligenciáveis na população votante. Temos os jovens que entram na idade adulta, os eleitores que falecem e todos aqueles que entram e saem devido a mudanças de residência. No modelo, $E_{k,t}^i$ vai representar o fluxo de entrada no agregado i vindo de k , $D_{k,t}^i$ o fluxo de saída do agregado i para k , enquanto $M_{OG,t}$ ($M_{GO,t}$) simboliza o número de eleitores que se movimenta do partido O (G) para o partido G (O).

Apenas por uma questão de simplificação do modelo vamos considerar que as pessoas que votam em branco e nulo são as mesmas de uma eleição para outra. As equações seguintes apresentam, formalmente, os fluxos de votantes que explicam as diferenças nos agregados de um período eleitoral para o outro.

$$V_t^G = V_{t-1}^G + (E_{ABS,t}^G - D_{ABS,t}^G) + (E_{Pvot,t}^G - D_{Pvot,t}^G) + (M_{OG,t} - M_{GO,t}) \quad (7.4)$$

$$V_t^O = V_{t-1}^O + (E_{ABS,t}^O - D_{ABS,t}^O) + (E_{Pvot,t}^O - D_{Pvot,t}^O) + (M_{GO,t} - M_{OG,t}) \quad (7.5)$$

$$ABS_t = ABS_{t-1} + (D_{ABS,t}^G - E_{ABS,t}^G) + (D_{ABS,t}^O - E_{ABS,t}^O) + (E_{Pvot,t}^{ABS} - D_{Pvot,t}^{ABS}) - \theta \quad (7.6)$$

$$Pvot_t = Pvot_{t-1} + (E_{Pvot,t}^G - D_{Pvot,t}^G) + (E_{Pvot,t}^O - D_{Pvot,t}^O) + (E_{Pvot,t}^{ABS} - D_{Pvot,t}^{ABS}) \quad (7.7)$$

Cada fluxo representa o conjunto de pessoas que exibiram a mesma alteração de comportamento de uma eleição para a outra.

Podemos estabelecer três dimensões de caracterização dos votantes deste circuito a dois tempos: uma de experiência eleitoral, outra de comportamento eleitoral e, finalmente, uma classificação quanto às razões desse comportamento.

A experiência eleitoral relaciona-se com os movimentos populacionais. Temos eleitores que entram na população votante e eleitores que se mantêm:

$$Votantes\ novos_t = E_{Pvot,t}^G + E_{Pvot,t}^O + E_{Pvot,t}^{ABS} \quad (7.8)$$

$$Votantes\ permanentes_t = Pvot_{t-1} - E_{Pvot,t}^G - E_{Pvot,t}^O - E_{Pvot,t}^{ABS} - D_{Pvot,t}^G - D_{Pvot,t}^O - D_{Pvot,t}^{ABS} \quad (7.9)$$

Os que chegam ao circuito eleitoral são constituídos, fundamentalmente, por jovens que chegam à idade adulta e pela imigração que afecta os cadernos eleitorais. Os que saem fazem-no devido a falecimento ou à emigração com consequências eleitorais. Temos, então, um efeito de renovação eleitoral e um efeito migratório sobre a estrutura de comportamento¹⁰⁸. Inglehart (2008) chama a atenção para as mudanças de comportamento eleitoral que estes efeitos produzem no longo prazo, especialmente o fenómeno de renovamento que estabelece alterações nos valores dominantes, afectando o sentido de voto. Quando pensamos em estudos que abrangem várias décadas, as alterações populacionais acabam por ter alguma relevância. O ideal seria ter um efeito migratório o mais reduzido possível, especialmente se a análise é efectuada em painel regional.

A segunda dimensão é encontrada no conjunto de cidadãos que compõem a parte permanente. Existem dois tipos identificáveis de eleitores quanto ao comportamento: aqueles que tomaram a mesma decisão em ambas as eleições e aqueles que mudaram o padrão de

¹⁰⁸ O efeito migratório representa, em grande parte, transferências de comportamento eleitoral entre áreas geográficas. Se pensarmos em duas regiões (1 e 2) de um país, a mudança de residência de 1 para 2 por parte de muitos tradicionais abstencionistas implica que a abstenção é incrementada na zona 2 e reduzida na zona 1.

conduta eleitoral, portanto votantes pendulares e votantes habituais, neste espaço temporal considerado.

$$Votantes\ Pendulares_t = E_{ABS,t}^G + E_{ABS,t}^O + D_{ABS,t}^G + D_{ABS,t}^G + M_{OG,t} + M_{GO,t} \quad (7.10)$$

$$Votantes\ Habituais_t = Votantes\ Permanentes_t - Votantes\ Pendulares_t^{109} \quad (7.11)$$

As funções VP concentram-se mais na explicação do comportamento dos votantes pendulares, enquanto que as teorias sociológicas e sociopsicológica tentam, predominantemente, compreender o que leva as pessoas a posicionarem-se de forma relativamente estável num determinado quadrante de intervenção democrática.

As características sociais, as condições económicas, os factores políticos e os assuntos de particular destaque em cada eleição, constituem o conjunto genérico de factores que explicam o comportamento dos votantes pendulares. O nosso modelo está a montante desta dimensão, mas quando consideramos, por exemplo, a equação 7.4, que descreve as movimentações de votos do governo, é quase certo que as motivações de um indivíduo que sai da abstenção para apoiar o partido G não são as mesmas que levam outro indivíduo a deixar de apoiar G e a mover-se para a abstenção. Os eleitores pertencentes a $E_{ABS,t}^G$, $E_{Pvot,t}^G$ e $M_{OG,t}$ poderão ter algumas razões comuns, mas muito diferentes ou contrárias às que justificam a pendularidade dos incluídos em $D_{ABS,t}^G$ e $M_{GO,t}$. Estes dois últimos agregados representam os descontentes com a actuação governativa, portanto estão correlacionados, mas como diferem na estratégia adoptada para manifestar esse descontentamento existem, igualmente, móbeis específicos a cada um.

Para cada fluxo do modelo podem existir muitas eventuais razões para o seu aparecimento, e a correlação teórica entre eles é tão mais elevada quantas mais razões partilhem. Na prática, o que mais interessa é saber o grau de domínio de um fluxo relativamente à sua contraparte. Se, por exemplo, $M_{OG,t}$ e $E_{ABS,t}^G$ são substancialmente menores do que $M_{GO,t}$ e $D_{ABS,t}^G$, respectivamente, então o efeito dominante é de apreciação negativa da actuação do governo. Podemos apresentar o modelo, de forma mais simples, incorporando apenas os saldos entre fluxos que partilham a mesma origem e destino:

$$V_t^G = V_{t-1}^G + S_{ABS,t}^G + S_{Pvot,t}^G + S_{Part,t}^G \quad (7.12)$$

¹⁰⁹ Os votantes habituais representam a diferença entre $Pvot_{t-1}$ e todos os fluxos considerados no circuito.

$$V_t^O = V_{t-1}^O + S_{ABS,t}^O + S_{Pvot,t}^O - S_{Part,t}^G \quad (7.13)$$

$$ABS_t = ABS_{t-1} - S_{ABS,t}^G - S_{ABS,t}^O + S_{Pvot,t}^{ABS} - \theta \quad (7.14)$$

$$Pvot_t = Pvot_{t-1} + S_{Pvot,t}^G + S_{Pvot,t}^O + S_{Pvot,t}^{ABS} \quad (7.15)$$

onde $S_{k,t}^i$ representa a diferença entre as entradas e saídas no agregado i relativamente ao agregado k e $S_{Part,t}^G$ simboliza o saldo das movimentações de eleitores entre partidos com referência a G .

Cada equação depende das outras três, mas, apesar das alterações na população votante terem consequências nos resultados eleitorais, não expressam decisões eleitorais directas. A taxa de mortalidade, a estrutura etária e os movimentos migratórios é que geralmente explicam as variações deste agregado. Significa isto, que a decisão de estar ou não estar na população votante nada tem a ver com as razões para participar ou para apoiar G ou O . Aos outros três agregados podemos chamar de equações eleitorais. A abstenção, a população e o outro partido são os três canais que geram variações no número de votantes num partido, enquanto a abstenção é afectada pela população votante e por movimentações de e para os partidos.

As equações são determinadas simultaneamente, mas não é possível encontrar uma solução para o modelo que nos permita saber o efeito de cada agregado nos votos de G e O . No entanto, o modelo permite discutir as consequências empíricas de utilizar diferentes formas de medir o voto e o papel das condições económicas na explicação da dimensão de cada fluxo.

7.3. As diferentes formas de medir o voto: O caso Português

Quando se efectua uma análise temporal da evolução da votação nos partidos políticos, quer seja graficamente ou através de metodologias estatísticas, a utilização do número de votos apresenta vários inconvenientes devido, por exemplo, à evolução populacional, às dificuldades comparativas entre populações de dimensão diferente e, no caso da análise empírica, ao facto de grande parte das variáveis explicativas serem percentagens ou taxas. As formas mais correntes de expressar os resultados eleitorais são a taxa de crescimento e a divisão dos votos de cada partido pelo número de participantes ou pela população votante¹¹⁰. Se a pretensão é captar e explicar as variações no número de

¹¹⁰ Outra alternativa é utilizar índices.

votos é importante estar alerta para as diferenças entre os indicadores e para as consequências de utilizar um em detrimento dos outros. Para avaliar o que cada medida incorpora recorreremos ao modelo do circuito eleitoral na sua versão em saldos, analisando as diferenças no que respeita aos votos no partido do governo.

Considerando α_t^G como a taxa de crescimento dos votos e β_t^G e γ_t^G as percentagens de votos relativamente aos que participaram e à população votante, respectivamente, para o partido G de $t-1$ para t , temos:

$$\alpha_t^G = \frac{V_t^G - V_{t-1}^G}{V_{t-1}^G} = \frac{S_{ABS,t}^G + S_{pvot,t}^G + S_{part,t}^G}{V_{t-1}^G} \quad (7.16)$$

$$\beta_t^G = \frac{V_t^G}{V_t^G + V_t^O + \theta} = \frac{V_{t-1}^G + S_{ABS,t}^G + S_{pvot,t}^G + S_{part,t}^G}{(V_{t-1}^G + V_{t-1}^O + \theta) + (S_{ABS,t}^G + S_{ABS,t}^O) + (S_{pvot,t}^G + S_{pvot,t}^O)} \quad (7.17)$$

$$\gamma_t^G = \frac{V_t^G}{V_t^G + V_t^O + \theta + ABS_t} = \frac{V_{t-1}^G + S_{ABS,t}^G + S_{pvot,t}^G + S_{part,t}^G}{(V_{t-1}^G + V_{t-1}^O + \theta + ABS_{t-1}) + (S_{pvot,t}^G + S_{pvot,t}^O + S_{pvot,t}^{ABS})} \quad (7.18)$$

As diferenças entre as três medidas não são de negligenciar. α_t^G captura apenas os fluxos referentes ao partido G , o que já não acontece com os outros indicadores. β_t^G , a forma mais tradicional de exposição dos resultados, apresenta $S_{ABS,t}^G$ e $S_{pvot,t}^G$ simultaneamente no numerador e denominador, amortecendo o efeito destes, o que acaba por evidenciar mais as transferências de votos entre os partidos. É igualmente afectado pelas movimentações de eleitores do partido da oposição. Desta forma, se, por exemplo, o número de votantes de G permanecer o mesmo, um recrutamento de votos bem sucedido por parte da oposição na abstenção ou nos novos eleitores reduz β_t^G . Não se assiste a uma perda absoluta de apoio político por parte de G , mas o indicador reflecte uma perda relativa. Empiricamente, isto significa que poderá não ser aconselhável a estimação de uma função de voto para G sem levar em linha de conta a função de voto de O e até mesmo a população, se esta revelar um nível significativo de volatilidade.

As alterações na população votante são a fonte extra de diferença entre α_t^G e γ_t^G . Em γ_t^G , a interacção com os fluxos do outro partido apenas se faz através $S_{pvot,t}^O$, deixando de figurar os fluxos abstencionistas de G no denominador, o que implica uma tendência para dominar, nas variações do indicador, para além das transferências de eleitores entre partidos, o efeito da abstenção nos votos de G .

É de salientar que apenas α_t^G é imune a variações no número de votos em branco e nulos. Para efeitos do modelo considerámos esta parcela de eleitores como constante, o que na realidade não acontece. Quando este agregado não é muito estável ao longo do tempo, pode criar um efeito de distorção indesejável¹¹¹. No caso de β_t^G podem-se retirar estes eleitores sem perigar muito a noção teórica de participação eleitoral. Na perspectiva do sentido de voto, os que votam em branco, acabam por ser os verdadeiros abstencionistas, enquanto que, aos não votantes, na realidade, assenta melhor o rótulo de absentistas. Quando equacionamos a decisão de participar já podemos, de forma mais legítima, considerar os que não votam como abstencionistas.

Como forma de fazer uma análise preliminar ao comportamento eleitoral dos portugueses e ilustrar as diferenças entre as várias formas de medir os resultados, apresenta-se a evolução dos principais números agregados relativos às eleições nacionais desde 1983. Optou-se por começar o quadro 7.1 a partir desse momento, devido à existência de uma natural fase de ajustamento dos cidadãos à participação em democracia. Também, após o 25 de Abril, existiram, em termos eleitorais e políticos, convulsões que se fizeram sentir durante vários anos e que estabilizaram irreversivelmente a partir de 1983, com a consolidação definitiva do PS e do PSD como as forças políticas mais importantes.

Quadro 7.1. Resultados eleitorais absolutos para Portugal: 1983-2005

Ano	Gov (2)	Inscritos	Votos	Votos2 (1)	Abstenção	Branco + Nulos	PS	PPD/PSD	PCP/PEV (3)	CDS/PP
1983	AD	7 337 064	5 707 695	5 560 925	1 629 369	146 770	2 061 309	1 554 804	1 031 609	716 705
1985	PS	7 818 981	5 798 929	5 653 610	2 020 052	145 319	1 204 321	1 732 288	898 281	577 580
1987	PSD	7 930 668	5 676 358	5 552 690	2 254 310	123 668	1 262 506	2 850 784	689 137	251 987
1991	PSD	8 462 357	5 735 431	5 624 759	2 726 926	110 672	1 670 758	2 902 351	504 583	254 317
1995	PSD	8 906 608	5 904 854	5 791 761	3 001 754	113 093	2 583 755	2 014 589	506 157	534 470
1999	PS	8 864 604	5 415 102	5 306 908	3 449 502	108 194	2 385 922	1 750 158	487 058	451 643
2002	PS	8 902 713	5 473 655	5 365 881	3 429 058	107 774	2 068 584	2 200 765	379 870	477 350
2005	PSD	8 944 508	5 747 834	5 578 782	3 196 674	169 052	2 588 312	1 653 425	433 369	416 415
CV (4)	-	7.415	2.867	2.793	25.063	17.903	27.858	25.518	38.202	34.182

Fonte: CNE.

(1) votos retirando-se os brancos e nulos; (2) Partido no governo aquando das eleições; (3) referente a todas as coligações lideradas pelo PCP. (4) Coeficiente de Variação.

Seguindo a lógica do circuito eleitoral apresenta-se o valor absoluto de cada agregado. No que respeita à decisão de votar, verifica-se uma tendência para o aumento do número de abstencionistas, contrariada de forma clara em 2005, e ligeiramente em 2002, apresentando

¹¹¹ Este efeito pode aparecer com especial proeminência quando utilizamos dados agregados ao nível de freguesia ou concelho. Em freguesias ou concelhos pequenos, ligeiras alterações no número de eleitores que votam nulo ou branco podem significar mudanças significativas nas percentagens de votos.

esta série um coeficiente de variação (CV) substancialmente superior ao do número de votos. Isto parece indiciar que o aumento populacional se canaliza mais para a abstenção¹¹².

O CV do número de votos em branco e nulos também apresenta uma variabilidade relativa significativa, Apesar de representarem 1 a 2% dos eleitores a instabilidade do agregado pode gerar um certo ruído desnecessário, o que é confirmado quando comparamos os coeficientes de variação dos votos com e sem brancos e nulos.

Ao longo do período assistiu-se a uma crescente bipolarização dos resultados no PS e PSD, algo que nos últimos actos eleitorais parece ter estabilizado. Em média 71,5% dos votantes opta por um destes dois partidos. O PCP e o CDS apresentam coeficientes de variação superiores aos dos outros partidos, muito em virtude das elevadas votações obtidas em 1983 e 1985. Para a tendência de decrescimento do apoio político verificada ao longo do tempo para estes partidos, também contribuíram o aparecimento do PRD e do Bloco de Esquerda, mais recentemente.

Em termos numéricos não é possível fazer a comparação entre α_t^i , β_t^i e γ_t^i , pois α_t^i tem uma ordem de grandeza diferente. Assim, optou-se por calcular no quadro 7.2 as taxas de crescimento $\dot{\beta}_t^i$ e $\dot{\gamma}_t^i$, com i a representar os partidos. A sigla p representa a taxa de crescimento dos eleitores e v a taxa de crescimento do numero de votantes. As relações que se estabelecem entre as várias taxas são:

$$\dot{\beta}_t^i = \frac{1 + \alpha_t^i}{1 + v_t} - 1 ; \quad \dot{\gamma}_t^i = \frac{1 + \alpha_t^i}{1 + p_t} - 1 \quad (7.19)$$

α_t^i representa de facto as variações no apoio político dos partidos, que podem surgir da abstenção, da população votante e dos outros partidos. No entanto, no caso de $\dot{\beta}_t^i$, se, por exemplo, α_t^i descer ligeiramente, mas a taxa de afluência às urnas diminuir significativamente, então a taxa de crescimento da “share” de votos ($\dot{\beta}_t^i$) aumenta. Isto acontece em 1999 para o PS, tendo os votos diminuído 7.66%, enquanto a “share” aumentou 0.69%, e também para o PCP/PEV. Neste ano, $\dot{\beta}_t^i$ subavalia as percas de todos os partidos e da participação. Duas razões explicam esta discrepância. Primeiro, a limpeza dos cadernos eleitorais em 1998, que gerou o único período da amostra em que a população votante não aumentou. Isto significa que para trás temos erros de medição significativos na população votante, aos quais apenas α_t^i é imune. Segundo, para agravar, assistiu-se a uma

¹¹² É indiferente usar o rácio entre os votantes e o total de eleitores (taxa de participação) ou o rácio entre o número de abstencionistas e o total de eleitores (taxa de abstenção). No entanto, tal já não se verifica com o uso alternativo das taxas de crescimento do número votos e do número de abstencionistas.

diminuição significativa da participação. Torna-se importante num estudo de painel ou temporal atender às características especiais deste ano e aos potenciais problemas de estabilidade dos coeficientes nesta partição.

Quadro 7.2. Taxas de crescimento dos indicadores de voto

Ano	p_t	v_t	α_t^{PS}	$\dot{\beta}_t^{PS}$	$\dot{\gamma}_t^{PS}$	α_t^{PSD}	$\dot{\beta}_t^{PSD}$	$\dot{\gamma}_t^{PSD}$
1983	-	-	-	-	-	-	-	-
1985	6.57	1.60	-41.57	-42.49	-45.18	11.42	9.66	4.55
1987	1.43	-2.11	4.83	7.10	3.36	64.57	68.12	62.25
1991	6.70	1.04	32.34	30.97	24.02	1.81	0.76	-4.59
1995	5.25	2.95	54.65	50.21	46.93	-30.59	-32.58	-34.05
1999	-0.47	-8.29	-7.66	0.69	-7.22	-13.13	-5.27	-12.71
2002	0.43	1.08	-13.30	-14.23	-13.67	25.75	24.40	25.21
2005	0.47	5.01	25.12	19.16	24.54	-24.87	-28.45	-25.22

Ano	α_t^{PCP}	$\dot{\beta}_t^{PCP}$	$\dot{\gamma}_t^{PCP}$	α_t^{CDS}	$\dot{\beta}_t^{CDS}$	$\dot{\gamma}_t^{CDS}$
1983	-	-	-	-	-	-
1985	-12.92	-14.29	-18.29	-19.41	-20.68	-24.38
1987	-23.28	-21.63	-24.36	-56.37	-55.43	-56.99
1991	-26.78	-27.53	-31.38	0.92	-0.11	-5.42
1995	0.31	-2.57	-4.69	110.16	104.13	99.68
1999	-3.77	4.93	-3.32	-15.50	-7.85	-15.10
2002	-22.01	-22.84	-22.34	5.69	4.56	5.24
2005	14.08	8.64	13.55	-12.77	-16.93	-13.17

Em situações em que α_t^i cresce muito pouco, como é o caso para o PSD e CDS em 1991, verifica-se que o significativo aumento populacional do período implica um $\dot{\gamma}_t^i$ com alguma força negativa.

No geral os números mostram-nos que, na maioria dos momentos, a escolha do indicador de sentido de voto agregado não é inócua, especialmente em períodos de maior instabilidade de p_t e/ou v_t , que dão origem a algumas diferenças entre a taxa de crescimento dos votos e $\dot{\beta}_t^i$ e $\dot{\gamma}_t^i$. Não existe uma coerência de ordenação das várias medidas, não se podendo dizer que uma das taxas apresenta, sistematicamente, valores superiores relativamente às outras.

São conhecidos, e visíveis no modelo do circuito eleitoral, os problemas de endogeneidade em painel associados à utilização da variável dependente desfasada no lado direito da equação de voto, qualquer que seja a forma utilizada para medir o apoio político. No entanto, ao estimar a “share” de votos como função da participação agudizamos este problema, o mesmo acontecendo quando incluímos a população votante, ou até mesmo a população residente, no caso da variável explicada ser $\dot{\gamma}_t^i$. A ligação entre α_t^i e a participação ou a população, também existe mas é mais indirecta e restringe-se aos fluxos referentes ao próprio partido.

Para a distribuição dos lugares no parlamento a “share” é de facto o que interessa, implicando a análise de variações relativas no apoio político conseguido por um partido. Mas, quando queremos, por exemplo avaliar o impacto das condições económicas no voto do governo, as variações no número de votantes tendem a ter uma importância acrescida pois, teoricamente pretende-se saber se o estado da economia afecta o apoio político efectivo (número de votos obtidos) e não tanto a percentagem relativamente aos outros partidos.

7.4. O impacto das condições económicas

O efeito da abstenção sobre os votos obtidos pelos partidos é tão mais relevante quanto maior for a desigualdade entre os agregados $S_{ABS,t}^G$ e $S_{ABS,t}^O$ do circuito eleitoral, sendo nulo na eventualidade dos saldos serem idênticos. A sabedoria política popular sugere que um aumento na participação beneficia os partidos de esquerda. Esta noção é particularmente forte nos Estados Unidos e baseia-se no pressuposto de que a base de apoio dos partidos de esquerda é constituída, maioritariamente pelos mais desfavorecidos e menos educados e que estes têm uma propensão mais baixa para participar. Assim, os abstencionistas são uma fonte latente de apoio para a esquerda. Radcliff (1994) confirma esta hipótese e Pacek e Radcliff (1995) mostram que a força desta relação varia entre países, sendo mais pronunciada em nações com maior ligação entre partidos e classes sociais. Alternativamente, Denardo (1980) argumenta que os não votantes têm fraca identificação partidária e como tal são susceptíveis a movimentações eleitorais de curto prazo. Um aumento na participação beneficia o partido que consegue atrair mais abstencionistas. Texeira (1992) mostra que os abstencionistas tendencialmente voltam-se para o partido que parece estar a ganhar.

Por último, a participação pode variar devido aquilo que Grofman, Collet e Griffin (1995) chamam de efeito competição. A crescente falta de popularidade de um governo pode levar ao aumento do número de votantes que não pretendem a sua continuação, gerando maior competitividade, o que por sua vez incentiva alguns abstencionistas a votarem contra o governo. Isto implica que o aumento da participação é desvantajoso para o governo (Bernhagen e Marsh, 2007).

O efeito positivo sobre os partidos de esquerda, o efeito de atracção de curto prazo e o efeito competitividade podem estar presentes simultaneamente (Grofman, Collet e Griffin, 1999), mas apenas o último tem uma ligação directa com uma explicação económica do voto baseada na responsabilização.

Radcliff (1996) considera que os cidadãos respondem à adversidade económica participando. Como a mobilização tem o objectivo de penalizar o governo, a sua

consequência no sentido de voto está ligada ao efeito competitividade. Levernier (1992) argumentando que o voto é um processo em duas fases, onde o indivíduo decide primeiro se vota ou não, e, em seguida, caso decida votar, escolhe em quem o fazer, testa a influência das condições económicas na taxa de afluência às urnas e nos resultados dos partidos. O quadro 7.3 resume as relações esperadas entre a economia e cada uma das fases.

Quadro 7.3. Relações entre as condições económicas e o voto

Condições Económicas	Participação ao voto	Função de voto
Condições favoráveis	↗ taxa de participação	↗ apoio ao governo
Condições normais	↘ taxa de participação	?
Condições desfavoráveis	↗ taxa de participação	↘ apoio ao governo

Quando as condições económicas são fora do vulgar, gera-se uma maior participação eleitoral. Se o desempenho económico do governo é positivo aumenta o número apoiantes, pois interessa manter o mesmo governo para a legislatura seguinte. Se as condições económicas estão abaixo das desejadas, o fluxo de votantes é maior, mas de forma a assegurar um governo diferente para o futuro. Fazendo a estimação simultânea das duas equações, Levernier só encontrou apoio para as relações apresentadas no quadro para a variável rendimento per-capita.

Contrária à teoria da mobilização está a hipótese da adversidade económica reduzir a participação eleitoral, num efeito de retirada. As inquietações com o bem estar pessoal aumentam numa conjuntura económica má, reduzindo a capacidade de participação política. Os resultados de Rosenstone (1982) mostram que os mais afectados são os pobres, os desempregados e aqueles que se encontram em apertos financeiros. Como estes estão, tradicionalmente, mais identificados com os partidos de esquerda, esta hipótese está muito ligada à ideia dos apoiantes da esquerda participarem menos. Assim, com condições económicas favoráveis, um aumento na participação tem reflexos positivos na votação da esquerda, mas muito devido à hipótese da abstenção albergar mais pessoas da esquerda.

Se de facto o eleitorado abstencionista é predominantemente de esquerda, então, quando equacionamos a dominância da mobilização ou da retirada em cenários de adversidade económica com responsabilização, a cor política do partido no governo torna-se igualmente relevante. A revelação da estrutura ideológica dos abstencionistas pode ser dificultada pelo enquadramento político e económico que envolve as eleições. Para ilustrar esta hipótese vamos simplificar o modelo do circuito económico considerando que a população votante é fixa e que não existem votos brancos e nulos, nem movimentações de votantes entre partidos. O modelo apresenta-se, então, da seguinte forma:

$$V_t^G = V_{t-1}^G + (E_{ABS,t}^G - D_{ABS,t}^G) \quad (7.20)$$

$$V_t^O = V_{t-1}^O + (E_{ABS,t}^O - D_{ABS,t}^O) \quad (7.21)$$

$$ABS_t = ABS_{t-1} + (D_{ABS,t}^G - E_{ABS,t}^G) + (D_{ABS,t}^O - E_{ABS,t}^O) \quad (7.22)$$

Considera-se que todos os cidadãos vão ter como única base de decisão eleitoral as condições económicas geradas pelo governo. Se num cenário de adversidade económica a abstenção diminui assiste-se a um efeito dominante de mobilização, que tem por objectivo a mudança de governo. Quando interagimos a hipótese de mobilização com a estrutura ideológica dos abstencionistas e com o tipo de governo encontramos as potenciais relações de grandeza entre os fluxos de entrada, expressas no quadro 7.4.

Quadro 7.4. Interacções entre mobilização e ideologia

	Gov. Esquerda	Gov. Direita
Hip: Estrutura ideológica da abstenção	$E_{ABS,t}^G > E_{ABS,t}^O$	$E_{ABS,t}^G < E_{ABS,t}^O$
Hip: Mobilização	$E_{ABS,t}^G < E_{ABS,t}^O$	$E_{ABS,t}^G < E_{ABS,t}^O$

Relativamente aos fluxos que entram nos partidos vindos da abstenção, com governos de esquerda, os argumentos de ambas as teorias implicam efeitos esperados contrários. Neste cenário em que o governo apresenta um desempenho económico insuficiente, o efeito de mobilização no grupo de abstencionistas potencialmente de esquerda é teoricamente menor do que nos abstencionistas de direita. Significa isto que, mesmo que a estrutura ideológica dos não votantes beneficie a esquerda, o efeito mobilização é assimétrico, potenciando mais a participação dos abstencionistas de direita. Com governos de direita ambas as hipóteses apontam no mesmo sentido, logo a estrutura ideológica fortemente de esquerda da abstenção reflecte-se muito mais nos resultados eleitorais. O partido da esquerda é beneficiado pelo efeito de mobilização contra o governo e pelo facto da abstenção ser uma reserva da esquerda.

Se considerarmos que a adversidade económica teve como consequência a redução da participação, o efeito dominante de retirada subjacente nunca beneficia o partido de esquerda. Teoricamente aqueles que têm maior probabilidade de sair para a abstenção são os mais desfavorecidos, que tradicionalmente são considerados apoiantes da esquerda. Assim, com governos de esquerda $D_{ABS,t}^G > D_{ABS,t}^O$ e com governos de direita $D_{ABS,t}^G < D_{ABS,t}^O$. Só considerando que aqueles que votaram no governo na eleição anterior têm maior propensão para a abstenção quando a economia está em recessão (efeito competitividade - Grofman, Collet e Griffin (1995)) é que esta tendência de penalização da esquerda pode ser

revertida. Esta hipótese foi corroborada nos resultados por nós encontrados para as eleições legislativas e autárquicas portuguesas de 2002 e 2001, respectivamente. Uma parte significativa da população nacional pode não ter um vínculo forte de cariz ideológico, perspectivando, alternativamente, os partidos em termos do posicionamento que cada um ocupa na legislatura: oposição ou governo.

Considerando o que foi dito, a avaliação empírica da influência da estrutura ideológica da abstenção e a verificação, se de facto a abstenção é uma reserva da esquerda, deve ser afinada de forma a incorporar as dificuldades de revelação que alguns cenários apresentam e que são geradores de dificuldades na claridade de resposta dos que têm propensão para entrar e sair da abstenção frequentemente.

Capítulo 8. Participação e condições económicas na explicação da função de voto

8.1. Introdução

O núcleo central de estudos sobre a função VP tem procurado explicar o resultado eleitoral dos partidos e dos governos recorrendo a variáveis socio-económicas e políticas. Esta focalização tem deixado um pouco à margem o problema que se pretende analisar para o caso português: a possibilidade da percentagem de votos no governo não ser independente do número e características daqueles que decidem votar. Do ponto de vista económico isto acarreta um novo ângulo de análise quando esta dimensão explica simultaneamente a opção de votar ou não e a escolha em quem votar.

Analisar esta dimensão eleitoral na função de voto e aplicar um modelo diferente daqueles previamente utilizados na exploração da função VP para Portugal é o objectivo principal desta parte. Isto significa que o objecto de análise é a função de voto e não propriamente a participação. O facto de, numa parte anterior deste trabalho, terem sido encontrados efeitos económicos relevantes na explicação da participação, acaba por justificar e motivar o desenvolvimento de uma abordagem que ligue as duas decisões democráticas.

A próxima secção aborda as relações existentes entre participação e voto num contexto económico; a seguinte apresenta o modelo e a metodologia; de seguida, as secções 4 e 5 apresentam e discutem os resultados encontrados considerando a dimensão económica nacional e regional, respectivamente, e a última secção conclui.

8.2. A participação, os votos no governo e a economia

Desde os trabalhos de Goodhart e Bhansali (1970), Mueller (1970) e Kramer (1971), que o efeito das condições económicas na sorte eleitoral dos governos tem vindo a ser estudado. No entanto, no dia das eleições os votantes têm três alternativas: votar no governo, votar noutro partido ou absterem-se. Tradicionalmente, esta última opção é tratada separadamente pela literatura, estando a generalidade dos estudos sobre o voto económico pouco preocupados em controlar potenciais efeitos da participação.

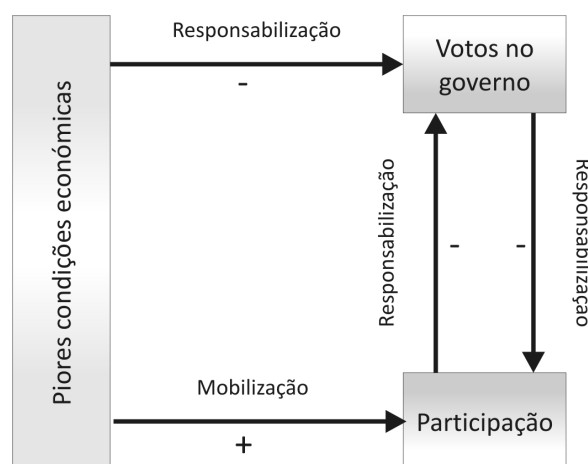
Como já foi discutido anteriormente, a relação entre participação e voto tem sido geralmente analisada a partir de dois resultados encontrados na literatura. De um lado, a menor afluência eleitoral manifestada pelos indivíduos mais desfavorecidos e menos educados, e do outro, a maior propensão para votar em partidos de esquerda que esta faixa da população exhibe. Considerando esta relação entre classes sociais e partidos políticos¹¹³, as variações na participação devem afectar especialmente os partidos de esquerda e de forma directa. Alguns estudos têm explorado esta relação, mas sem resultados consensuais - Denardo (1980), Pacek e Radcliff (1995), Nagel e McNulty (1996), Fauvell-Aymar et. al. (2000) e Fisher (2007).

Para além desta dimensão ideológica, a responsabilização pode também ser vista como elo de ligação entre as duas decisões, neste caso entre a decisão de participar e a de votar contra ou a favor do governo. Quando assumimos que o mecanismo de punição/recompensa tem um papel preponderante nas escolhas eleitorais estamos a centrar a escolha eleitoral no apoio ou não ao governo. Este princípio, no seu sentido lato, pode abranger todas as áreas de actuação governativa, no entanto, numa abordagem económica dos dois temas, a existência, simultaneamente, duma relação relevante entre a economia e participação e entre a economia e a sorte eleitoral dos governos, torna o princípio da responsabilização comum às duas dimensões, implicando que o efeito económico na função de voto dos governos pode não ser totalmente contabilizado numa análise unidimensional.

A figura 8.1 sumaria, num cenário de condições económicas desfavoráveis, as relações fundamentais expectáveis no caso em que prevalece, simultaneamente, o princípio da responsabilização e o efeito mobilização sobre a participação.

¹¹³ Pacek e Radcliff (1995) mostram que o efeito da participação no voto dos partidos de esquerda é mais forte em países com forte ligação entre classes e partidos.

Figura 8.1. Relações entre função de voto, participação e condições económicas



Por simplificação consideram-se apenas as relações entre participação e votos no governo. É geralmente aceite na literatura a relevância da dimensão económica na explicação da função de voto do governo. No caso da participação os resultados são bastante mais débeis e menos consensuais. A análise da participação em Portugal, indicou que, pelo menos no que respeita às variáveis macroeconómicas, prevalece um efeito mobilização.

A deterioração das condições económicas tem um efeito directo expectável sobre cada uma das funções. Através do mecanismo da responsabilização o governo sofre uma perda de apoio eleitoral e através de um processo de mobilização, é de esperar que a participação seja estimulada. Adicionalmente, estabelecem-se relações de causa efeito entre as duas funções. Pelo princípio da responsabilização é expectável que a mobilização eleitoral não seja favorável ao governo, implicando um efeito negativo da participação sobre a função de voto.¹¹⁴

Grofman et al. (1995) defendem a existência de um efeito competição. Argumentam que decréscimos na popularidade dos governos geram maior competitividade eleitoral, o que incentiva alguns abstencionistas a votar contra o governo. Este argumento implica que as expectativas formadas relativamente ao resultado eleitoral do governo podem afectar negativamente a participação. Este argumento estabelece uma ligação com a explicação económica do voto, na medida em que menor apoio popular, num cenário de más condições económicas, pode ser sinónimo de responsabilização do governo.

8.3. Modelo e Metodologia

Para testar a relação entre votos no governo e participação utilizam-se os dados por concelho referentes a Portugal para o período 1979-2005, previamente descritos.

¹¹⁴ Bernhagen e Marsh (2007) reportam que a participação é desvantajosa para o partido no poder.

A introdução, na função de voto, da participação como variável explicativa gera problemas de endogeneidade, visto esta ser o denominador da variável dependente percentagem de votos no governo. Este problema poderia ser controlado estimado o modelo pelo método das variáveis instrumentais (tal como o *Two-Stage Least Squares* – 2SLS), no entanto, não seria possível abordar a questão dos efeitos indirectos de forma eficaz, na medida em que estes só são legítimos se a economia for um factor importante na explicação da ida às urnas. Como tal, optou-se por estabelecer um sistema de equações simultâneas da forma:

$$VG_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 ECO_{it} + \alpha_2 PART_{it} + \alpha_3 X_{it} + \varepsilon_{it} \quad (8.1)$$

$$PART_{it} = \beta_0 + \beta_1 ECO_{it} + \beta_2 VG_{i,t} + \beta_3 Y_{it} + \mu_{it} \quad (8.2)$$

onde *VG* e *PART* são, respectivamente a percentagem de votos no governo e a taxa de participação; *ECO* é um vector de variáveis económicas, *X* e *Y* são vectores de variáveis específicas a cada equação, com *t* a representar os anos eleitorais e *i* a unidade geográfica concelho, e ε e μ são termos de erro.

Testam-se variáveis económicas ao nível nacional e regional de forma a abranger estas duas dimensões económicas. As primeiras são variáveis de carácter sociotrópico, enquanto as segundas, apesar de manterem a sua característica macroeconómica, permitem uma aproximação à dimensão egotrópica da decisão de votar. Os vectores de variáveis de controle *X* e *Y* incluem ambos uma variável categórica para o tamanho da população residente¹¹⁵ e uma *dummy* que assume o valor 1 quando o governo nacional é da mesma cor partidária do governo autárquico. Como variáveis de controle específicas, relativamente a *VG*, foram incluídos os dois primeiros desfasamentos da variável dependente e, no que respeita à participação, incluíram-se o primeiro desfasamento da variável dependente e a competitividade, que tem sido a variável mais coerente e importante nos estudos sobre participação. Considerou-se como medida de competitividade a diferença de percentagem de votos entre os dois partidos mais votados, por distrito. No anexo A.3 apresenta-se as estatísticas descritivas para o conjunto de variáveis utilizadas.

As equações são estimadas através de do método 3SLS (*Three Stage Least Squares*), introduzindo-se *dummies* distritais, de forma a controlar a heterogeneidade, e os concelhos são ponderados pelo tamanho do seu eleitorado, o que permite uma melhor representatividade da realidade e ajuda a resolver potenciais problemas de heteroscedasticidade. Todas as estimações incluem, igualmente, um conjunto de *dummies* eleitorais. Ao modelo acrescenta-se uma

¹¹⁵ Categorias de população: 1- Lisboa e Porto; 2- Outros municípios com população acima dos 40000 habitantes; 3- Municípios com população entre 10000 e 40000; 4- Os restantes municípios. Apesar de o concelho do Porto já não ser o segundo mais populoso do país, continua a ser política e economicamente o segundo mais importante.

equação extra para o primeiro desfasamento da participação de forma a controlar problemas de endogeneidade na equação da participação.

Devido ao carácter multipartidário da realidade eleitoral portuguesa, a introdução de uma equação para a oposição não é aconselhável, no entanto, como a responsabilização está fundamentalmente relacionada com as duas equações utilizadas, o sistema permite testar eficazmente as relações que se estabelecem nesta perspectiva.

8.4. Resultados: Economia Nacional

Neste primeiro conjunto de estimações analisa-se o efeito das variáveis económicas agregadas e inclui-se, conjuntamente com resultados do sistema de equações simultâneas, as respectivas regressões com efeitos fixos como estimações de controle. Apresentam-se em tabelas separadas os resultados para a participação e função de voto, mas a interpretação de ambas vai ser feita de forma integrada e centrada nos resultados do sistema de equações simultâneas.

As tabelas 8.1 e 8.2 apresentam os resultados das estimações para a função de voto e participação, respectivamente. Salvo alguns casos pontuais, os resultados com efeitos fixos não apresentam diferenças muito relevantes relativamente aos encontrados pelo método das equações simultâneas.

Tabela 8.1. Resultados para a função de voto: Economia Nacional

	F E (1)	3SLS (2)	F E (3)	3SLS (4)
Participação	-0.311*** (-3.86)	-0.448*** (-7.31)	-0.311*** (-3.86)	-0.448*** (-7.31)
Taxa Desemprego (-1)	-5.536*** (-21.3)	-5.634*** (-25.9)		
Taxa Inflação (-1)	-9.257*** (-11.6)	-6.431*** (-12.0)		
PIB Real (-1)			5.104*** (14.5)	4.079*** (17.4)
Salário Real (-1)			-0.155 (-0.26)	2.718*** (5.57)
População	-3.373*** (-3.51)	0.449* (1.67)	-3.373*** (-3.51)	0.449* (1.67)
Governo Simultâneo	6.455*** (15.7)	5.380*** (16.4)	6.455*** (15.7)	5.380*** (16.4)
Votos Governo (-1)	0.069*** (3.13)	0.215*** (13.0)	0.069*** (3.13)	0.215*** (13.0)
Votos Governo (-2)	-0.458*** (-20.7)	-0.330*** (-19.6)	-0.458*** (-20.7)	-0.330*** (-19.6)
Observações	2477	2477	2477	2477
R2 Ajustado	0.69	0.71	0.69	0.71

t/z estatísticas entre parênteses; *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Como é tradicional nos estudos da função de voto macroeconómica, assume-se que os eleitores levam em consideração a situação económica do período anterior. Corroborando os estudos já feitos para Portugal¹¹⁶, os resultados evidenciam que piores condições económicas afectam negativamente a percentagem de votos do governo, concluindo-se pela presença de responsabilização do governo pelo desempenho da economia nacional. Mais desemprego, mais inflação, menores salários e menor crescimento causam perda de apoio eleitoral por parte do governo. Destaca-se na função de voto a significância da participação, exibindo o coeficiente associado o sinal esperado. Um aumento na participação afecta negativamente o governo, implicando que os novos votantes, tendencialmente, apoiam outros partidos. Como a tabela 8.2 reporta um efeito positivo e estatisticamente significativo da maioria das variáveis económicas na participação, é plausível considerar que, pelo menos uma parte desta mobilização tenha a sua origem na responsabilização do governo central pelas condições económicas, o que acrescenta uma diferente dimensão da interacção entre economia e função de voto. Do conjunto de variáveis de controle destaca-se a diferença de sinal entre os dois desfasamentos da variável dependente, que parece expressar efeitos de alternância democrática. Também, o efeito positivo do governo simultâneo captura efeitos partidários. Em zonas onde o governo local é da mesma cor do governo nacional é de esperar que o partido no poder tenha uma base de apoio mais sólida.

Tabela 8.2. Resultados para a Participação: Economia Nacional

	F E (1)	3SLS (2)	F E (3)	3SLS (4)
Votos Governo	-0.048*** (-10.8)	-0.153*** (-18.0)	-0.048*** (-10.8)	-0.153*** (-18.0)
Taxa Desemprego (-1)	1.293*** (20.5)	1.636*** (23.6)		
Taxa Inflação (-1)	1.336*** (9.85)	2.788*** (23.6)		
PIB Real (-1)			-0.884*** (-13.6)	-1.528*** (-27.4)
Salário Real (-1)			-0.758*** (-7.77)	0.096 (0.79)
População	0.041 (0.19)	0.042 (0.66)	0.041 (0.19)	0.042 (0.66)
Governo Simultâneo	0.013 (0.15)	0.906*** (9.74)	0.013 (0.15)	0.906*** (9.74)
Competitividade	0.035*** (8.99)	0.026*** (6.60)	0.035*** (8.99)	0.026*** (6.60)
Participação (-1)	0.471*** (21.7)	0.878*** (67.4)	0.471*** (21.7)	0.878*** (67.4)
Observações	2755	2477	2755	2477
R2 Ajustado	0.96	0.95	0.96	0.95

t/z estatísticas entre parênteses; *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

¹¹⁶ Veiga e Veiga (2004a, 2004b, 2008)

Na função de participação os votos no governo apresentam um coeficiente associado negativo e estatisticamente significativo, o que indicia a existência do efeito competitividade descrito por Grofman et al. (1995), partindo do pressuposto que os eleitores conseguem formar expectativas bastante aproximadas da realidade sobre o resultado a obter pelo governo.

No geral, os resultados para as variáveis económicas não se afastam dos encontrados anteriormente, onde se recorreu à metodologia *GMM*. Tirando o salário real, as outras variáveis confirmam a existência de um efeito mobilização. Comparativamente, a função de participação apresenta um melhor ajustamento do que a função de voto, que parece ter origem na significativa importância explicativa da componente autorregressiva, expressando uma clara formação de hábitos presente na decisão de participar.

A presença simultânea de efeitos económicos nas duas funções aponta para a existência de um potencial efeito parcial na sorte eleitoral do governo. O impacto da participação na função de voto captura, fundamentalmente, efeitos de variações na abstenção, especialmente efeitos de entrada. O efeito directo é contabilizado através do impacto das variáveis económicas na função de voto (α_1) e evidencia, especialmente, as movimentações de apoiantes do governo para outros partidos e respectivo fluxo contrário, e as saídas para a abstenção.

Via participação, o efeito parcial de curto prazo das variáveis económicas na função de voto pode ser medido através do produto entre o coeficiente da variável económica na participação e o coeficiente desta última na função de voto ($\alpha_2 \beta_1$). Para fazer a inferência estatística dos parâmetros não lineares, recorre-se ao método *Deltha* que é baseado numa aproximação assintótica que utiliza uma expansão de Taylor de forma a obter os intervalos de confiança para os parâmetros¹¹⁷. Os resultados são apresentados na tabela 8.3, sendo α_1 , α_2 e β_1 coeficientes respeitantes às equações 8.1 e 8.2.

Tabela 8.3. Efeitos económicos nacionais via participação

Variáveis	Efeito directo α_1	Efeito parcial $\alpha_2 \cdot \beta_1$
Taxa Desemprego (-1)	-5.634*** (-25.9)	-0.73*** (-7.17)
Taxa Inflação (-1)	-6.431*** (-12.0)	-1.24*** (-7.36)
PIB Real (-1)	4.079*** (17.4)	0.68*** (7.39)
Salário Real (-1)	2.718*** (5.57)	-0.429 (-0.79)

z estatísticas entre parênteses; *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Com excepção do salário real, os resultados encontrados apontam para a existência de efeitos parciais das variáveis económicas na função de voto. Estes efeitos reflectem a responsabilização do governo pelo cenário económico, por parte de eleitores alojados na

¹¹⁷ Ver Davidson e MacKinnon (2004), pp. 202-209.

abstenção. Tudo o resto constante, um aumento unitário do desemprego aumenta a participação em 1.6% e reduz os votos no governo por esta via em 0.73%.

8.5. Resultados: Economia regional

Apesar dos artigos que avaliam a importância das condições económicas locais serem substancialmente menos do que aqueles que se debruçam sobre a dimensão nacional, a maioria confirma a importância do ambiente económico regional na função VP¹¹⁸.

Utilizando um leque de variáveis económicas de desagregação regional procura-se avaliar a importância das condições económicas locais nos resultados eleitorais dos governos em Portugal. A metodologia e modelo são análogos aos utilizados na secção anterior bem como as variáveis de controle utilizadas, mantendo-se, no entanto, uma variável económica nacional de referência em todas as estimações. Por uma questão de espaço apresentam-se apenas os resultados do modelo de equações simultâneas, remetendo-se para o anexo B.4 as estimações com efeitos fixos. A tabela 8.4 reporta os resultados encontrados para a funções de voto, enquanto a tabela 8.5 apresenta as estimações para a participação.

Tabela 8.4. Resultados para a função de voto: Economia Regional

	3SLS (1)	3SLS (2)	3SLS (3)	3SLS (4)	3SLS (5)	3SLS (6)
Participação	-0.145* (-1.93)	-0.204*** (-2.62)	-0.206** (-2.54)	-0.208** (-2.57)	-0.202** (-2.49)	-0.365*** (-5.00)
Taxa Desemprego (NAC) (-1)	-5.825*** (-10.8)					
PIB Real (NAC) (-1)		3.560*** (15.3)	3.661*** (15.6)	3.657*** (15.6)	3.672*** (15.6)	4.839*** (23.0)
Taxa Desemprego (NUTS) (-1)	-1.460*** (-10.4)					
PIB Real (NUTS) (-1)		0.260*** (2.84)				
Índice Rendimento (-1)			0.003 (0.42)			
Sales Index (-1)				0.002 (0.32)		
Indicador Fiscalidade (-1)					0.004 (0.77)	
Remunerações reais (-1)						-0.067 (-1.21)
População	0.802** (2.34)	0.969*** (2.72)	1.064** (2.48)	1.041** (2.41)	1.141*** (2.68)	0.719** (2.17)
Governo Simultâneo	4.287*** (10.3)	4.434*** (10.3)	4.568*** (10.6)	4.568*** (10.6)	4.569*** (10.6)	5.589*** (14.1)
Votos Governo (-1)	0.352*** (11.8)	0.374*** (12.1)	0.375*** (12.1)	0.375*** (12.1)	0.375*** (12.1)	0.181*** (7.82)
Votos Governo (-2)	-0.507*** (-16.7)	-0.486*** (-15.4)	-0.476*** (-15.1)	-0.475*** (-15.1)	-0.476*** (-15.1)	-0.131*** (-5.95)
Observações	1103	1103	1103	1103	1103	1653
R2 Ajustado	0.62	0.59	0.59	0.59	0.59	0.64

z estatísticas entre parênteses; *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

¹¹⁸ Ver, por exemplo, Strumpf e Phillipe (1999), Johnston e Pattie (2001) Eisenberg e Ketcham (2004), Augerger e Dubois (2005) e Veiga e Veiga (2008).

Do conjunto de variáveis económicas utilizadas na função de voto apenas a taxa de desemprego e o PIB real apresentam significância estatística¹¹⁹. Ambas corroboram o princípio da responsabilização estando em conformidade com as suas homólogas de carácter nacional. É de notar que estes dois indicadores, pelo facto de serem medidos por NUTS, estão mais próximos do nível macro nacional do que as restantes variáveis, o que pode indicar uma preponderância da dimensão mais estrita de sociotropia. A economia regional é um nível intermédio entre as condições macroeconómicas e a situação pessoal do indivíduo. Em períodos eleitorais, a economia nacional é um tema de destaque nos órgãos de comunicação social, levando os cidadãos a obter este tipo de informações detalhadamente e com custos mínimos. A informação económica pessoal é uma percepção que os eleitores formam igualmente sem custos, mas a economia que está no meio é mais difícil de perceber e mais exigente em termos de obtenção de informação e, talvez por isso, seja mais difícil de ligar com os resultados eleitorais.

Tabela 8.5. Resultados para a função de participação: Economia Regional

	3SLS (1)	3SLS (2)	3SLS (3)	3SLS (4)	3SLS (5)	3SLS (6)
Votos Governo	-0.122*** (-10.9)	-0.120*** (-11.1)	-0.120*** (-11.1)	-0.120*** (-11.1)	-0.120*** (-11.1)	-0.136*** (-11.7)
Taxa Desemprego (NAC) (-1)	1.875*** (20.3)					
PIB Real (NAC) (-1)		-0.813*** (-20.4)	-0.812*** (-20.5)	-0.812*** (-20.5)	-0.814*** (-20.6)	-1.477*** (-19.4)
Taxa Desemprego (NUTS) (-1)	-0.048 (-1.51)					
PIB Real (NUTS) (-1)		0.009 (0.48)				
Índice Rendimento (-1)			-0.002 (-1.41)			
Sales Index (-1)				-0.002 (-1.47)		
Indicador Fiscalidade (-1)					-0.003** (-2.32)	
Remunerações reais (-1)						-0.000 (-0.035)
População	-0.048 (-0.65)	-0.042 (-0.58)	-0.108 (-1.24)	-0.112 (-1.28)	-0.146* (-1.70)	0.075 (1.01)
Governo Simultâneo	0.377*** (3.54)	0.371*** (3.48)	0.375*** (3.52)	0.375*** (3.52)	0.376*** (3.54)	0.583*** (5.23)
Competitividade	-0.044*** (-4.82)	-0.044*** (-4.83)	-0.044*** (-4.81)	-0.044*** (-4.81)	-0.044*** (-4.82)	0.051*** (10.1)
Participação (-1)	0.886*** (62.3)	0.884*** (62.2)	0.879*** (59.9)	0.879*** (60.0)	0.877*** (59.8)	0.833*** (56.4)
Observações	1103	1103	1103	1103	1103	1653
R2 Ajustado	0.92	0.92	0.92	0.92	0.92	0.90

z estatísticas entre parênteses; *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

¹¹⁹ O PIB real por NUTS e as remunerações estão expressas em taxas de crescimento.

Na função de participação o desemprego e o PIB deixam de ser estatisticamente significativos, sendo o indicador de fiscalidade¹²⁰ a única variável relevante na explicação da variável dependente. Mais carga fiscal reduz a participação, o que revela a existência de efeitos de retirada associados a esta dimensão, no entanto não existem efeitos directos na função de voto. Quando analisamos a possibilidade de existência de efeitos parciais, os resultados da tabela 8.6 rejeitam a sua presença no resto das variáveis analisadas e um efeito pouco significativo da carga fiscal.

Tabela 8.6. Efeitos económicos regionais via participação

Variáveis	Efeito directo α_1	Efeito parcial $\alpha_2\beta_1$
Taxa Desemprego (NUTS) (-1)	-1.460*** (-10.4)	0.006 (1.19)
PIB Real (NUTS) (-1)	0.260*** (2.84)	-0.018 (-0.47)
Índice Rendimento (-1)	0.003 (0.42)	0.0003 (1.23)
Sales Index (-1)	0.002 (0.32)	0.0004 (1.27)
Indicador Fiscalidade (-1)	0.004 (0.77)	0.0005* (1.69)
Remunerações reais (-1)	-0.067 (-1.21)	0.00015 (0.04)

z estatísticas entre parênteses; *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Existem alguns efeitos directos de responsabilização por condições económicas regionais nas variáveis mais relevantes (desemprego e PIB), no entanto os resultados não revelam a importância e consistência encontradas para a generalidade das medidas nacionais.

8.6. Conclusão

Nesta parte pôs-se o problema da interdependência entre os votos no governo e a participação. A hipótese fundamental de partida foi que a economia seria um veículo privilegiado para explicar esta relação, via o princípio de responsabilização. Neste contexto, a escolha eleitoral deixa de ser partidária no seu sentido formal, passando a ser uma decisão que tem por base o apoio ou não ao governo.

O modelo estimado com recurso a dados para Portugal apresentou um conjunto de resultados que não permitem rejeitar a interdependência entre as dimensões de participação e voto. Ambas explicam-se mutuamente e as relações que se estabelecem estão de acordo com o esperado. Aumentos na participação são prejudiciais para o partido no governo, enquanto que a participação é afectada negativamente pelas expectativas formadas relativamente aos votos do governo, num efeito de competitividade. Esta última relação pressupõe que os eleitores formam expectativas muito próximas da realidade. A crescente importância dos órgãos de

¹²⁰ Índice que mede a carga fiscal (permilagem). Fonte: Sales Index, Markttest.

comunicação social e o intensivo e sistemático uso que estes fazem das sondagens em período pré-eleitoral dá credibilidade a esta assumpção.

Na explicação de ambas as funções, a economia nacional parece dominar relativamente à economia regional. São encontrados efeitos directos sobre os votos no governo que confirmam a hipótese de responsabilização e efeitos de mobilização sobre a participação. Piores condições económicas afectam negativamente o governo e positivamente a afluência às urnas, o que põe em evidência a possibilidade de existência de efeitos parciais da economia sobre a função de voto. O governo acaba por ser duplamente penalizado: vê apoiantes saírem para a abstenção e para os outros partidos e assiste ao surgimento de “novos” eleitores que, tendencialmente, se alojam nas fileiras dos seus opositores. Quanto à economia regional, o desemprego e o PIB destacam-se como importantes na explicação dos votos no governo, no entanto, no que toca à participação, a economia não parece ser relevante.

Capítulo 9. A importância da dupla governação na responsabilização dos governos locais pelas condições económicas nacionais e regionais

9.1. Introdução

A generalidade da literatura sobre o voto económico tem demonstrado, consistentemente, que os governos centrais são responsabilizados eleitoralmente pela situação económica nacional: condições económicas desfavoráveis (favoráveis) beneficiam (prejudicam) a sorte eleitoral dos governos. Neste aspecto, Portugal não foge à regra como mostram Veiga e Veiga (2004a, 2004b, 2008). Um avanço importante nesta área mostrou que a “clareza da responsabilidade” tem influência significativa na força da relação entre economia e os votos no governo central. Em situações de maior facilidade de atribuição de responsabilidade, como governos maioritários ou de partido único, os efeitos económicos na função de voto são mais relevantes¹²¹.

¹²¹ Powell e Whitten (1983) foram os primeiros a publicar um artigo de destaque sobre este tópico. Para uma revisão da literatura sobre o voto económico ver Paldam (2003).

Esta parte analisa as dimensões de claridade e partidárias no contexto de eleições locais recorrendo ao conceito de responsabilidade política, de forma a avaliar a influência do ambiente económico na percentagem de votos dos governos regionais. Os estudos existentes sobre esta matéria estão muito centrados na realidade americana e a questão da responsabilização ao nível dos indicadores macroeconómicos nacionais e regionais permanece em aberto para as eleições autárquicas portuguesas. Usando dados por concelho que cobrem o período 1979-2005 mostra-se que a dupla governação é um aspecto relevante na explicação do impacto das condições económicas na função de voto autárquica.

Esta parte está organizada da seguinte maneira. A próxima secção faz a revisão geral do tema. A seguinte descreve o método e o modelo de base utilizados. As duas secções subsequentes apresentam e discutem os resultados para a economia nacional e regional, respectivamente, e a seguinte analisa o impacto do desemprego local no voto recorrendo a um conjunto de dados diferente. Por último apresentam-se as conclusões.

9.2. Voto Económico e dupla governação

A literatura sobre o voto económico é mais exígua para eleições locais do que para eleições nacionais e tem produzido resultados menos consensuais. Estudos relativos a Espanha (Diaz e Riba, 1999) e aos EUA (Atkeson e Partin, 1995; Hansen, 1999; Squire e Fastnow, 1994) apontam para a importância da economia regional, enquanto estudos para a Argentina (Remmer e Gelineau, 2003), Canadá (Belanger e Gelineau, 2004) e para os EUA (Peltzman, 1987; Kone e Winters, 1993) apresentam resultados que destacam a relevância da economia nacional na explicação dos resultados eleitorais dos governos locais. A sensibilidade relativa das eleições locais a condições económicas nacionais ou regionais é um assunto empírico importante, pois teoricamente, os governos devem ser avaliados com base nos resultados económicos produzidos ao nível da agregação para a qual têm jurisdição. Ao contrário do governo central, o governo regional não pode, razoavelmente, ser responsabilizado pelo sucesso ou insucesso das políticas nacionais. O foco da sua avaliação deve fazer na dimensão local. Só assim é que estes governantes são incentivados a melhorar as políticas locais, e no geral, a esforçarem-se por atender aos interesses dos seus constituintes em termos de provisão de bens e serviços.

A realidade acaba por ser mais complexa e a relação entre jurisdição e responsabilização está condicionada. Nem os dois níveis de governação são estanques politicamente, nem as respectivas dimensões económicas são independentes. Existem decisões centrais que afectam as regiões e estabelecem-se relações entre o governo central e local, que vão desde a transferência de fundos e a influência das políticas nacionais no desenvolvimento regional, até

à dimensão política de controle ou não dos dois níveis de governação pelo mesmo partido. Este último aspecto alarga o princípio de punição/recompensa a uma responsabilização política resultante da governação dupla, que pode originar relações económicas específicas na função de voto autárquica. No geral, este efeito representa a prática corrente de atribuir às eleições autárquicas um papel de referendo ao desempenho do governo nacional, onde a economia assume uma posição relevante. Niemi et. al. (1995) e Carsey e Wright (1998) destacam a importância, na sorte eleitoral dos governos locais, do contexto em que o mesmo partido está no poder em ambos os níveis de governo. Quando introduzirmos a dimensão da claridade de responsabilidade nesta temática, emerge a questão de saber se o facto dos governos locais e nacionais serem ambos maioritários (minoritários) fortalece (fragiliza) este mecanismo.

A responsabilização política existe se condições económicas nacionais adversas reduzem o apoio político do governo local quando este pertence ao partido que está à frente dos destinos da nação e/ou melhoram as hipóteses de reeleição de governos locais não associados ao governo nacional (Anderson, 2006). No entanto, esta última assumpção descarta o facto da economia nacional ser um reflexo agregado da realidade local e servir, algumas vezes, de referência para a condução da política regional. É possível que governos locais que não se encontram em dupla governação sejam penalizados pelo mau desempenho económico ao nível nacional quando este condiciona a actuação na esfera regional. A política orçamental e a inflação nacionais, por exemplo, podem afectar as decisões do poder autárquico, independentemente do partido no governo, tornando mais complicada a tarefa de imputação de responsabilidades aos eleitores. Como consequência, podem existir efeitos regionais diferentes para variáveis económicas nacionais distintas, originando mecanismos de punição/recompensa específicos.

A tendência actual é para os governos locais assumirem cada vez mais responsabilidades na área da política económica e na provisão de bens públicos. A hipótese de partida é que a descentralização, ou regionalização, permite gerar maior eficiência na alocação de recursos. No entanto, se as eleições autárquicas forem determinadas por factores não locais, os incentivos à eficiência na governação local podem não ser tão grandes como se desejaria.

O presente trabalho também inclui, neste contexto de governação simultânea, uma vertente partidária que está por explorar para Portugal. Pretende-se averiguar se os governos regionais são vistos de forma homogénea no que respeita à competência ou preocupação relativamente aos vários indicadores económicos nacionais e regionais, ou se, pelo contrário, governos locais de esquerda ou direita são afectados pela economia diferentemente. Dois cenários são possíveis: ou os governos locais são relativamente mais responsabilizados pelos resultados referentes às variáveis com que o seu eleitorado se preocupa mais, ou, como

argumenta Swank (1993), aumentos de desemprego aumentam a procura por políticos de esquerda, enquanto acréscimos de inflação aumentam a procura por políticos de direita. Analisando as eleições legislativas portuguesas, os resultados de Veiga e Veiga (2004a) confirmam a primeira hipótese: o PS perde mais que o PSD quando o desemprego sobe e o PSD perde mais que o PS quando a inflação aumenta.

9.3. Modelo e Método

Para testar o fenómeno de responsabilização dos governos regionais pelas condições económicas nacionais e locais, recorre-se a uma base de dados em painel que cobre os 278 concelhos de Portugal continental para o período 1979-2005, previamente caracterizada.

Tendo em vista os objectivos definidos, o modelo de base utilizado, descrito pela equação 9.1, incorpora os elementos básicos encontrados na literatura sobre o voto económico e, simultaneamente, controla para um conjunto de variáveis de potencial relevância para eleições locais.

$$VG_{i,E} = \alpha_0 + \alpha_1 ECO_{i,E} + \alpha_2 ECO_{i,E} \times Dum(r)_{i,E} + \alpha_3 POP_{i,E} + \alpha_4 NEP_{i,E} + \alpha_5 TG_{i,E} + \alpha_6 REC_{i,E} + \alpha_7 VG_{i,E-1} + u_{i,E} \quad (9.1)$$

A variável dependente usada ($VG_{i,E}$) é a percentagem de votos do governo local. $ECO_{i,E}$ caracteriza o vector de variáveis económicas e $Dum(r)_{i,E}$ representa o conjunto de variáveis dicotómicas que interagem com os indicadores económicos de forma a capturar potenciais efeitos de dupla governação. Recorre-se a três variáveis de interacção. Uma primeira distingue governos pertencentes a partidos que estão no poder em ambos os níveis de governação ($r = GS$). Uma outra refina esta simultaneidade a situações em que ambos os governos são maioritários, tentando capturar efeitos de claridade na responsabilização ($r = GSM$). Por último, distingue-se a governação dupla do PS da do PSD visando evidenciar potenciais diferenças ideológicas do eleitorado na incorporação da informação económica ($r = PS$; $r = PSD$).

No grupo de variáveis de controlo incluiu-se uma medida que caracteriza a dimensão populacional ($POP_{i,E}$)¹²² com o objectivo de abranger a generalidade da diferenciação social entre concelhos. O número efectivo de partidos ($NEP_{i,E}$)¹²³ controla efeitos de fragmentação partidária e competitividade, e introduziu-se o número de mandatos consecutivos de um

¹²² Categorias de população: 1- Lisboa e Porto; 2- Outros municípios com população acima dos 40000 habitantes; 3- Municípios com população entre 10000 e 40000; 4- Os restantes municípios.

¹²³ Utiliza-se o índice proposto por Laakso e Taagepera (1979).

mesmo partido ($TG_{i,E}$) que captura o custo de governar. Acrescentou-se uma *dummy* para efeitos de personalidade que assume o valor 1 quando o Presidente da Câmara se recandidata ($REC_{i,E}$). i denota concelho, E a eleição e, t e $u_{it,E}$ representam, respectivamente, o tempo e o termo estocástico com as propriedades habituais. Como o modelo apresenta uma componente autorregressiva as observações referentes às eleições de 1976 são perdidas. As estatísticas descritivas relativas às variáveis utilizadas são apresentadas no Anexo A.4.

A estratégia mais comum nos estudos empíricos que procuram capturar diferenças ideológicas e de claridade é efectuar estimações separadas para as características que tentam evidenciar. O modelo proposto utiliza *dummies* de interacção em vez de separar a amostra. Formalmente, os dois métodos são semelhantes, mas como se pretende controlar os potenciais problemas de endogeneidade entre variáveis¹²⁴, utilizando para o efeito a metodologia *system-GMM* proposta por Blundell e Bond (1998) para dados em painel, a unificação da amostra apresenta vantagens econométricas, nomeadamente, ao nível dos instrumentos disponíveis e no controle da autocorrelação. Todas as regressões incluem constante, um conjunto completo de *dummies* temporais e desvios-padrão corrigidos.

9.4. Dupla governação e condições económicas nacionais

O primeiro conjunto de estimações analisa os efeitos da dupla governação e da claridade na governação simultânea. Os indicadores económicos nacionais utilizados são a taxa de desemprego e a taxa de inflação, tradicionalmente considerados como os mais importantes na caracterização da evolução da economia. Seguindo a generalidade da literatura, são introduzidos desfasados um período, referindo-se ao ano anterior às eleições. Testam-se igualmente as respectivas variações percentuais ao longo do mandato autárquico. Os resultados são apresentados na tabela 9.1.

No geral, a economia nacional tem importância explicativa na função de voto dos governos locais. Os resultados da coluna (1) evidenciam a forma mais fraca de responsabilização política. Encontramos um efeito negativo do desemprego associado os governos locais pertencentes ao partido que governa a nação, mas os governos de outros partidos não parecem ser afectados.

O impacto da inflação nos votos já não se restringe exclusivamente aos governos em dupla governação. Os resultados só são coerentes com a hipótese de responsabilização na medida em que autarcas na posição de dupla governação são mais afectados que os outros. O facto dos autarcas não ligados ao partido no poder partilharem a culpa por aumentos da

¹²⁴ As variáveis endógenas consideradas foram a variável dependente desfasada e o número efectivo de partidos.

inflação não é consistente com as expectativas teóricas. As particularidades da inflação podem estar a levar os eleitores a confundir as responsabilidades económicas. As variações de preços reflectem-se de forma relativamente homogénea entre regiões, especialmente em bens de provisão local, como transportes públicos e bilhetes para espectáculos, taxas e serviços, entre outros. O preço destes acaba por variar em resultado da inflação nacional. Como muitas das variações de preços estão associadas a bens e serviços que caem na esfera de decisão dos autarcas é possível que estes estejam a ser responsabilizados, apesar destas variações terem uma origem nacional.

Tabela 9.1. Economia nacional e dupla governação

	Ano Anterior		Variação Mandato	
	(1)	(2)	(3)	(4)
Taxa Desemprego	0.252 (1.40)		0.027 (0.90)	
Taxa Desemprego * Dum(GS)	-0.213*** (-3.33)		0.039 (0.94)	
Taxa Desemprego * Dum(GSM)	-0.321** (-2.35)		0.082 (0.98)	
Taxa de Inflação		-1.517** (-2.08)		0.006 (0.35)
Taxa de Inflação * Dum(GS)		-0.146*** (-4.78)		-0.038* (-1.66)
Taxa de Inflação * Dum(GSM)		-0.081 (-1.31)		0.045 (0.54)
Número Efectivo de Partidos	-15.076*** (-7.87)	-14.542*** (-7.59)	-14.348*** (-7.07)	-13.828*** (-6.68)
Categoria da População	-0.996** (-2.52)	-0.891** (-2.24)	-0.930** (-2.22)	-0.806* (-1.86)
Tempo no Governo	-1.101*** (-5.93)	-1.108*** (-6.19)	-0.855*** (-4.79)	-0.830*** (-4.62)
Recandidatura	3.260*** (5.37)	3.310*** (5.43)	3.798*** (5.95)	3.929*** (6.08)
Votos Governo (-1)	0.170*** (3.76)	0.152*** (3.31)	0.103** (2.33)	0.101** (2.31)
Observações	2091	2091	1849	1849
Grupos / Instrumentos	275 / 46	275 / 46	275 / 45	275 / 45
Teste Hansen	35.90 (0.290)	33.43 (0.398)	33.81 (0.38)	37.85 (0.22)
Teste AR(1)	-7.01 (0.00)	-7.05 (0.00)	-6.96 (0.00)	-7.02 (0.00)
Teste AR(2)	1.11 (0.265)	1.05 (0.293)	0.51 (0.611)	0.49 (0.625)

z estatísticas entre parênteses; *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Nas colunas (3) e (4) só encontramos efeitos económicos relevantes restritos a autarcas em dupla governação e apenas para variações da inflação ao longo do mandato. O respectivo coeficiente associado tem menor magnitude que o seu homólogo da coluna (2) e apresenta maior debilidade estatística. Isto parece indicar que, no que respeita ao horizonte temporal dos votantes, o eleitorado português centraliza a sua atenção no passado próximo. Para as legislativas, Veiga e Veiga (2008) mostram que os portugueses não são exclusivamente centrados no passado recente, mas que esta forma de incorporação da informação económica é dominante. Os resultados para as autárquicas confirmam este cenário, evidenciando mesmo uma tendência para o reforço da miopia em eleições de 2ª ordem.

A claridade na dupla governação parece ser um factor relevante na intensidade do efeito associado ao desemprego. Os resultados da coluna (1) sugerem que esta variável afecta mais fortemente governos maioritários. Quando há controle maioritário dos dois níveis de governação, o impacto de uma variação unitária do desemprego na percentagem de votos é de 0.53%, baixando para 0.21% quando tal não acontece. Foram testadas outras alternativas da claridade, introduzindo-se no modelo *dummies* estritamente para governos locais maioritários com e sem dupla governação. Os resultados não se mostraram relevantes em ambos dos casos, reforçando a importância da ligação entre os dois níveis de governo na análise do voto económico autárquico.

Para testar potenciais efeitos partidários da responsabilização efectuou-se um segundo conjunto de regressões reportadas na tabela 9.2. Na definição das dimensões esquerda direita, apenas se consideraram governos simultâneos do PS e PSD. Estes são os dois únicos partidos que encabeçaram governos nacionais e, como estamos a analisar indicadores económicos nacionais num contexto de responsabilização política, a ligação entre governos locais e centrais é mantida.

Tabela 9.2. Economia nacional e efeitos partidários da dupla governação

	Ano Anterior		Variação Mandato	
	(1)	(2)	(3)	(4)
Taxa Desemprego	0.257 (1.42)		0.019 (0.65)	
Taxa Desemprego * Dum(PSD)	-0.206*** (-2.76)		0.066 (1.56)	
Taxa Desemprego * Dum(PS)	-0.407*** (-4.65)		0.042 (0.82)	
Taxa de Inflação		-1.616** (-2.22)		0.004 (0.22)
Taxa de Inflação * Dum(PSD)		-0.184*** (-4.32)		-0.055 (-1.42)
Taxa de Inflação * Dum(PS)		-0.160*** (-4.41)		-0.028 (-1.17)
Número Efectivo de Partidos	-15.046*** (-8.40)	-14.594*** (-7.62)	-14.216*** (-6.94)	-14.047*** (-6.63)
Categoria da População	-0.988** (-2.54)	-0.883** (-2.22)	-0.905** (-2.16)	-0.872** (-2.00)
Tempo no Governo	-1.103*** (-5.91)	-1.066*** (-6.03)	-0.825*** (-4.63)	-0.845*** (-4.55)
Recandidatura	3.294*** (5.53)	3.296*** (5.43)	3.831*** (5.99)	3.876*** (5.96)
Votos Governo (-1)	0.142*** (3.29)	0.135*** (3.10)	0.087** (2.00)	0.093** (2.11)
Observações	2091	2091	1849	1849
Grupos / Instrumentos	275 / 46	275 / 46	275 / 45	275 / 45
Teste Hansen	33.78 (0.382)	33.30 (0.404)	33.60 (0.390)	38.16 (0.210)
Teste AR(1)	-7.16 (0.00)	-7.17 (0.00)	-7.01 (0.00)	-7.03 (0.00)
Teste AR(2)	0.97 (0.332)	0.99 (0.324)	0.41 (0.681)	0.671 (0.671)

z estatísticas entre parênteses; *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Os efeitos partidários encontrados restringem-se ao desempenho económico de curto prazo, confirmando a miopia do eleitorado previamente identificada. Convém salientar que

estes efeitos são parcelares, pois referem-se apenas a diferenciações entre o centro-esquerda e o centro-direita e são específicos às situações de dupla governação. O desemprego parece ter efeitos diferenciados quando a governação dupla é do PS ou do PSD. Os governos locais do PS são mais penalizados do que os do PSD por aumentos no desemprego, confirmando para as autárquicas o que Veiga e Veiga (2004a) reportam para as legislativas. Um acréscimo unitário do desemprego, em períodos de governação simultânea, reduz a percentagem de votos dos autarcas do PSD em 0.206%. Quando se trata de governos simultâneos do PS este efeito negativo é, aproximadamente, o dobro¹²⁵. Este resultado fortalece a hipótese de responsabilização, pois os votantes, em vez de reagirem a mais desemprego procurando governos de esquerda, que são ideologicamente mais propensos a combater o problema, optam por penalizar a governação da esquerda mais fortemente.

Na inflação, apesar dos coeficientes associados à interacção partidária parecem confirmar a teoria apresentando uma ligeira diferença que aponta os governos simultâneos do PSD como mais responsabilizados que os do PS, o teste Wald não confirmou a significância estatística desta desigualdade.

O conjunto de resultados apresentados regista a importância da dimensão macroeconómica na função de voto dos governos locais através de um mecanismo de responsabilização indirecto relacionado com a dupla governação. A ideia teórica da responsabilização é, por um lado, posta em causa pelo facto da economia nacional afectar os governos locais eleitoralmente e, por outro, reforçada se extendermos esta noção a uma responsabilização política. No entanto, os factores não económicos parecem dominar a explicação da função de voto. Encontramos um efeito personalidade significativo, com governos locais a beneficiarem eleitoralmente da recandidatura do Presidente da Câmara e confirma-se a existência de custos de governar. Uma legislatura adicional à frente dos destinos das autarquias acarreta uma redução estimada na percentagem de votos que ronda 1.1%. A maior fragmentação política também parece prejudicar o governo local. Um aumento do número de partidos põe à disposição do eleitor mais alternativas, dispersando os votos. Para além disto, a variável pode estar a expressar algumas características específicas de competitividade autárquica, especialmente a influência das estratégias dos próprios partidos na escolha de candidatos, na alocação de recursos de campanha, e no caso dos partidos mais pequenos na resolução de concorrer ou não. Estas decisões podem estar subordinadas à percepção que os partidos têm sobre as hipótese de vitória ou de obtenção de um resultado positivo, condicionando o grau de empenhamento em cada concelho. Aumentos no número de partidos podem ser sintoma de uma fragilidade eleitoral pré existente no governo local, que pode derivar por exemplo, da deterioração da sua popularidade ou da não recandidatura do

¹²⁵ Efectuou-se um teste *Wald* que confirmou a significância estatística desta diferença.

presidente em funções. No entanto, ainda não existe comprovação empírica destes argumentos para a realidade portuguesa.

9.5. Dupla governação e condições económicas regionais

Na análise do impacto da economia regional na função de voto autárquica, manteve-se como referência a dupla governação. Como é admissível que tanto o governo nacional como o governo local possam ser responsabilizados pelas condições económicas regionais, situações de governação simultânea minimizam as questões de claridade na atribuição de culpas. Assim, se existir um qualquer outro tipo de efeitos, é expectável que este inclua situações de dupla governação e, se não se confirmarem efeitos de governação simultânea, é pouco provável que outros permaneçam.

Aborda-se a dimensão regional mantendo-se as mesmas variáveis não económicas, às quais se acrescenta a taxa de desemprego nacional como controle para a moldura macroeconómica.

Para a maioria das variáveis económicas regionais testadas, só existem dados a partir de 1991 o que implica uma insuficiência econométrica de momentos eleitorais que inviabiliza a análise da questão do horizonte temporal dos eleitores. A tabela 9.3 apresenta os resultados para as variáveis económicas referentes ao ano anterior a cada eleição.

Tabela 9.3. Economia regional e dupla governação

	Ano Anterior				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Tx Desemprego(NAC)	0.470* (1.79)	0.523** (2.18)	0.688*** (2.80)	0.580** (2.36)	0.685*** (2.94)
Tx Desemprego(NUTS)	0.207 (1.63)				
Tx Desemprego(NUTS)* Dum(GS)	0.026 (0.27)				
Tx Desemprego(NUTS)* Dum(GSM)	0.012 (0.048)				
PIB pc (NUTS)		0.294** (2.44)			
PIB pc (NUTS)* Dum(GS)		-0.031 (-0.46)			
PIB pc (NUTS)* Dum(GSM)		0.017 (0.10)			
Tx Remunerações			0.003 (0.070)		
Tx Remunerações * Dum(GS)			-0.105 (-1.19)		
Tx Remunerações * Dum(GSM)			0.199** (2.25)		
Tx Emprego				0.044 (1.03)	
Tx Emprego * Dum(GS)				0.004 (0.16)	
Tx Emprego * Dum(GSM)				-0.060 (-0.88)	
Ind. Rendimento					0.041 (1.06)
Ind. Rendimento * Dum(GS)					-0.036 (-0.82)
Ind. Rendimento * Dum(GSM)					0.333* (1.91)
Número Efectivo de Partidos	-15.85*** (-19.1)	-16.11*** (-20.4)	-15.46*** (-21.2)	-15.76*** (-20.5)	-15.71*** (-19.4)
Categoria da População	-1.310*** (-3.52)	-1.029*** (-2.63)	-1.121*** (-3.15)	-0.878* (-1.90)	-0.723* (-1.73)
Tempo no Governo	-0.677*** (-4.95)	-0.676*** (-5.19)	-0.430* (-1.95)	-0.573 (-1.60)	-0.289 (-1.20)
Recandidatura	4.105*** (6.42)	4.229*** (6.58)	4.061*** (6.96)	3.892*** (6.91)	3.953*** (5.82)
Votos Governo (-1)	0.113*** (3.65)	0.126*** (4.02)	-0.040 (-0.53)	0.006 (0.051)	-0.077 (-0.78)
Observações	1091	1091	1363	1363	1091
Grupos / Instrumentos	275 / 54	275 / 50	275 / 57	275 / 46	275 / 44
Teste Hansen	49.97 (0.186)	45.30 (0.194)	55.24 (0.12)	34.29 (0.406)	38.37 (0.203)
Teste AR (1)	-5.82 (0.00)	-5.88 (0.00)	-4.86 (0.00)	-4.01 (0.00)	-3.91 (0.00)
Teste AR (2)	1.34 (0.182)	1.49 (0.136)	-0.08 (0.937)	0.31 (0.756)	-0.09 (0.93)

z estatísticas entre parênteses; *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1.

A desagregação por NUTS apresenta uma visão intermédia entre a economia nacional e a economia que cai directamente na esfera de influência dos governos autárquicos. Apesar do desemprego por NUTS não apresentar valor explicativo, o PIB per-capita exhibe o tipo de efeitos que estão associados à responsabilização tradicional, com a percentagem de votos dos governos locais a beneficiar em 0.29% com um aumento unitário do PIB per-capita.

Quando analisamos as variáveis por concelho encontramos indícios de responsabilização, mas restritos a situações de maior claridade. Ao que parece os governos nacional e autárquico partilham as culpas pelo desempenho económico regional. Para as remunerações e para o índice de rendimento, o princípio de punição/recompensa só funciona na presença de dupla governação maioritária nos dois níveis de governo. Nestas situações, é mais fácil os eleitores identificarem os responsáveis pela situação económica, o que pode aumentar a relevância destas questões na decisão de voto. Estes resultados são coerentes com os encontrados por Veiga e Veiga (2007a) demonstrando que, eleitoralmente, os autarcas que se recandidatam saem beneficiados se manobram oportunamente os gastos de investimento.

A interacção dos indicadores económicos com a cor partidária dos governos não evidenciou efeitos partidários da dupla governação em qualquer das equações da tabela 9.4.

Tabela 9.4. Economia nacional e efeitos partidários da dupla governação

	Ano Anterior				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Tx Desemprego(NAC)	0.416 (1.34)	0.289 (0.91)	0.682*** (2.75)	0.400 (1.34)	0.627*** (2.67)
Tx Desemprego(NUTS)	0.197 (1.53)				
Tx Desemprego(NUTS)* Dum(PSD)	0.060 (0.53)				
Tx Desemprego(NUTS)* Dum(PS)	-0.007 (-0.056)				
PIB pc (NUTS)		0.263** (2.08)			
PIB pc (NUTS)* Dum(PSD)		0.088 (1.18)			
PIB pc (NUTS)* Dum(PS)		-0.100 (-0.99)			
Tx Remunerações			0.005 (0.12)		
Tx Remunerações * Dum(PSD)			0.060 (1.11)		
Tx Remunerações * Dum(PS)			-0.079 (-0.65)		
Tx Emprego				0.046 (1.08)	
Tx Emprego * Dum(PSD)				0.022 (0.75)	
Tx Emprego * Dum(PS)				-0.035 (-0.83)	
Ind. Rendimento					0.030 (0.73)
Ind. Rendimento * Dum(PSD)					0.033 (0.68)
Ind. Rendimento * Dum(PS)					-0.048 (-1.01)
Número Efectivo de Partidos	-15.937*** (-19.5)	-16.177*** (-19.5)	-15.445*** (-21.0)	-15.859*** (-20.8)	-15.713*** (-19.2)
Categoria da População	-1.295*** (-3.45)	-1.012** (-2.56)	-1.083*** (-3.03)	-0.886* (-1.92)	-0.732* (-1.77)
Tempo no Governo	-0.666*** (-4.89)	-0.670*** (-5.00)	-0.430* (-1.91)	-0.596 (-1.60)	-0.272 (-1.13)
Recandidatura	4.147*** (6.52)	4.094*** (6.49)	4.076*** (6.90)	3.876*** (6.93)	4.022*** (5.93)
Votos Governo (-1)	0.114*** (3.70)	0.115*** (3.76)	-0.036 (-0.47)	0.005 (0.035)	-0.079 (-0.82)
Observações	1091	1091	1363	1363	1091
Grupos / Instrumentos	275 / 53	275 / 53	275 / 57	275 / 46	275 / 44
Teste Hansen	48.62 (48.62)	49.12 (0.180)	55.28 (0.118)	34.19 (0.411)	37.75 (0.223)
Teste AR (1)	-5.83 (0.00)	-5.83 (0.00)	-4.85 (0.00)	-3.96 (0.00)	-3.92 (0.00)
Teste AR (2)	1.39 (0.164)	1.43 (0.153)	-0.01 (0.993)	0.28 (0.778)	-0.09 (0.929)

z estatísticas entre parênteses; *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1.

Na dimensão económica regional, não parece haver associação entre o perfil ideológico do autarca e a competência governativa, apesar da análise estar condicionada pelo facto de não existir nenhuma medida regional de inflação. Como encontramos um efeito positivo e importante de recandidatura é possível que a competência esteja mais ligada à personalidade individual do presidente da câmara do que à sua afiliação partidária.

9.6. O impacto do desemprego local nas eleições Autárquicas de 2001

O desemprego, para além do impacto que tem na economia, exhibe um efeito social não negligenciável, afectando, por exemplo, os índices de criminalidade, os movimentos migratórios e o próprio estado psicológico dos indivíduos - Blount (2002). Estas características fazem desta variável uma medida muito relevante na função de voto. Dada a inexistência de dados em painel para o desemprego concelhio, a análise anterior incluiu uma medida por NUTS cujo problema é não estar posicionada nem na realidade económica nacional nem no nível geográfico sob controle directo dos governos regionais.

Para colmatar esta deficiência na análise do desemprego recorre-se à base de dados por freguesia referente às Autárquicas de 2001, que foi utilizada no estudo da participação. Apesar da perda de variabilidade temporal daí resultante, centrando a investigação numa única eleição, o recurso a este conjunto de dados permite ter uma medida de desemprego por concelho e outra por freguesia, fazendo a aproximação máxima entre sociotropia e egotropia.

Ao modelo utilizado nas secções anteriores foram feitas duas alterações. A categoria da população, por ser uma medida por concelho, foi substituída na sua função por uma *dummy* por freguesia identificando áreas predominantemente urbanas (APU) e o número efectivo de partidos, por gerar potenciais problemas de endogeneidade, foi trocado por uma *dummy* para concelhos onde concorreram grupos de cidadãos¹²⁶ (Cidadãos). As estatísticas descritivas para as variáveis utilizadas são apresentadas no anexo A.4.

Os métodos de estimação utilizados foram os mesmos da secção 4.1.. Estimou-se o modelo recorrendo ao método dos mínimos quadrados com desvios-padrão robustos (OLS), a um *Feasible Generalized Least Squares* (FGLS), a um *Weighted Least Squares* (WLS) com transformação logística e através de um FGLS a dois tempos (FGLS 2)¹²⁷. As tabelas 9.5 e 9.6 apresentam os resultados para as taxas de desemprego por freguesia e concelho, respectivamente.

¹²⁶ Estimou-se o modelo original sem alterações. As diferenças encontradas não foram relevantes.

¹²⁷ Ver a secção 4.1 para mais detalhes. Como estamos a utilizar uma variável dependente que é o rácio entre os votos no governo e o número de votos, a correcção da heteroscedasticidade no modelo logístico tem como referência o número de votantes e não a população votante, como acontecia no caso da participação. Também foi efectuado um teste de Hausman que rejeitou a presença de endogeneidade no modelo, excluindo a necessidade de estimação com variáveis instrumentais.

A utilização de uma única *cross section* não permite distinguir efeitos partidários de efeitos de responsabilização. Igualmente, a falta de variabilidade temporal gerou multicolinearidade elevada entre as variáveis mudas de interacção $Dum(r)_{i,E}$ impedindo uma distinção eficaz de claridade levando que só sejam testadas as relações referentes à simultaneidade governativa do PS sem equacionar posições maioritárias.

Tabela 9.5. Autárquicas 2001: Resultados para o Desemprego por Freguesia ¹²⁸

	OLS (1)	FGLS (2)	WLS (3)	FGLS 2 (4)
Taxa Desemprego (freg)	0.1909*** (3.67)	0.2032*** (4.41)	0.0045 (1.47)	0.00032 (0.084)
Taxa Desemprego * Dum(GS)	-0.6180*** (-11.9)	-0.5079*** (-10.8)	-0.0371*** (-12.0)	-0.03446*** (-9.49)
APU	-3.5610*** (-7.42)	-2.5053*** (-6.05)	-0.1572*** (-7.50)	-0.15302*** (-6.97)
Recandidatura	5.5224*** (9.47)	4.0301*** (7.24)	0.1910*** (5.73)	0.16166*** (4.02)
Tempo no Governo	-0.5848*** (-6.17)	-0.2291*** (-2.63)	-0.0341*** (-6.86)	-0.02080*** (-3.35)
Cidadãos	-6.4143*** (-6.67)	-9.5558*** (-10.4)	-0.2949*** (-6.88)	-0.40502*** (-7.78)
Votos Governo (-1)	0.3002*** (15.4)	0.4646*** (27.1)	0.0135*** (12.6)	0.02099*** (17.0)
Observações	3996	3996	3996	3996
R2 Ajustado	0.16	0.27	0.24	0.33

t estatísticas entre parênteses; *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1.

Tabela 9.6. Autárquicas 2001: Resultados para o Desemprego por Concelho

	OLS (1)	FGLS (2)	WLS (3)	FGLS 2 (4)
Taxa Desemprego (conc)	-0.3928*** (-3.89)	-0.2563*** (-2.94)	-0.0210*** (-3.88)	-0.0243*** (-3.81)
Taxa Desemprego * Dum(GS)	-0.8239*** (-13.8)	-0.7107*** (-13.4)	-0.0427*** (-12.9)	-0.0392*** (-10.1)
APU	-3.8924*** (-8.24)	-2.6122*** (-6.41)	-0.1536*** (-7.49)	-0.1511*** (-7.02)
Recandidatura	5.3960*** (9.34)	3.8104*** (6.92)	0.1937*** (5.84)	0.1674*** (4.04)
Tempo no Governo	-0.6770*** (-7.13)	-0.3006*** (-3.46)	-0.0366*** (-7.36)	-0.0226*** (-3.57)
Cidadãos	-7.1182*** (-7.60)	-10.2561*** (-11.3)	-0.3306*** (-8.36)	-0.4488*** (-9.04)
Votos Governo (-1)	0.3034*** (15.7)	0.4761*** (28.5)	0.0135*** (12.7)	0.0208*** (16.6)
Observações	3996	3996	3996	3996
R2 Ajustado	0.18	0.30	0.26	0.36

t estatísticas entre parênteses; *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1.

As variáveis de controle mantêm a coerência com os resultados em painel. O desemprego afecta a sorte eleitoral dos governos locais, confirmando-se, em ambos os níveis

¹²⁸ Todas as estimações incluem termo constante. O número de observações utilizado é ligeiramente menor do que o número de freguesias existentes, pois, nalguns casos, não tínhamos os votos do governo no período anterior, em virtude do partido que governava não ter apresentado listas.

de análise, que a simultaneidade governativa é eleitoralmente prejudicial para os autarcas. Relativamente aos governos regionais não associados ao partido no poder, encontramos diferenças no impacto dos dois níveis geográficos de desemprego. Por freguesia, parece não ser relevante, olhando para os resultados das colunas (3) e (4) que são os menos sujeitos a problemas de heteroscedasticidade. No entanto, a tabela 9.6 reporta um efeito negativo do desemprego concelhio nos governos não simultâneos. Esta diferença pode estar relacionada com o facto de uma parte significativa do eleitorado poder não votar e trabalhar na mesma freguesia, enquanto que no caso do desemprego concelhio, este problema é muito menor, pois uma grande percentagem dos eleitores trabalha e reside no mesmo concelho.

No geral, os resultados parecem confirmar, tanto a hipótese de responsabilização tradicional como o caso da responsabilização política. O eleitorado tem dificuldade em definir os culpados quando se trata de incorporar na função de voto a evolução do desemprego regional. Tanto os governos regionais como os nacionais podem, legitimamente, ser apontados pelo eleitorado como responsáveis, mas a atribuição de culpas é mais clara quando existe simultaneidade governativa. Os resultados mostram que, apesar de todos os governos locais serem penalizados por aumentos do desemprego, os autarcas de partidos em governação dupla são mais prejudicados.

9.7. Conclusão

Esta parte pretendeu analisar os efeitos da dupla governação na função de voto económico em Portugal. Ao nível macroeconómico, a governação simultânea captura, fundamentalmente, efeitos de responsabilização política, enquanto, regionalmente, assume o papel extra de clarificar responsabilidades, em virtude de ser admissível atribuir culpas às autoridades nacionais pelo desempenho económico local. Os resultados empíricos mostram que a dupla governação é importante na modelação do voto económico autárquico em Portugal. A economia é um aspecto importante na decisão de voto. No entanto, também encontramos uma forte componente explicativa associada a factores não económicos que são específicos a eleições autárquicas.

A economia nacional parece exercer um papel mais importante na explicação do comportamento de voto do que a economia local. Um dos argumentos a favor da descentralização é que o conhecimento privilegiado que os governos autárquicos têm da realidade local torna-os a melhor escolha para decidir sobre políticas e alocação de recursos ao nível regional. Nos resultados apresentados dominam factores económicos não locais na explicação da sorte eleitoral dos governos, o que pode condicionar os estímulos à eficiência na

governacão local, levando a que estes incentivos possam não ser tão grandes como seria de esperar.

Regionalmente, a claridade parece ter um papel fundamental, só sendo visíveis efeitos de responsabilização em situações de dupla governacão simultaneamente maioritária. As medidas de rendimento utilizadas têm relevância na decisão de voto quando os responsáveis são mais fáceis de identificar. Para a economia nacional os resultados apresentam restrições menores. O desemprego prejudica qualquer tipo de governo simultâneo, mas exerce um impacto mais forte quando este é maioritário, revelando efeitos de claridade na dupla governacão. As autoridades locais sem ligacões ao poder central não são afectadas pelo desemprego, mas parecem ser penalizadas por aumentos da inflacão. Apesar dos autarcas expostos à responsabilização política serem mais prejudicados que os outros, este resultado contraria as expectativas teóricas. O carácter particular do impacto da inflacão nacional na economia regional pode ajudar a explicar o facto de governos locais sem laços partidários às autoridades nacionais e sem controle sobre a inflacão estarem a ser afectados pela sua evoluçao.

No que concerne à dimensao partidária, só foram encontrados efeitos relevantes para a taxa de desemprego nacional, indiciando que a competência no desempenho tem precedência relativamente à maior aptidao potencial dos partidos de esquerda em gerir o problema do desemprego, confirmando estudos anteriores para Portugal.

A extensao da análise ao nível de freguesia, com o objectivo de analisar o impacto do desemprego local, confirmou a importância desta variável económica na decisao de voto autárquico e a relevância da dupla governacão. De todas as medidas de desemprego testadas, apenas a que se refere às NUTS não exibiu significância estatística. Provavelmente, as dificuldades de identificacão dos responsáveis pela evoluçao desta medida intermédia, e o facto de ser menos perceptível e conhecida do eleitorado estão na origem desta falta de importância explicativa.

CONCLUSÃO

Este trabalho foi direccionado para a investigação da importância do ambiente económico nas decisões eleitorais, legislativas e autárquicas, em Portugal. Para tal, recolheu-se um conjunto significativo de dados eleitorais, políticos, socio-demográficos e económicos, divididos em duas bases de dados, que permitiram testar empiricamente algumas hipóteses, nomeadamente, se níveis alternativos de desagregação económica tinham efeitos distintos e, se o facto das eleições legislativas e autárquicas exibirem ordem de importância diferente implicava divergências significativas no comportamento de voto. Igualmente, procurou-se verificar a hipótese de existência de uma interdependência entre função de voto governamental e função de participação e, também, se a responsabilização era o principal mecanismo catalizador da relação entre ambiente económico e decisão eleitoral.

A organização da tese seguiu o formato tradicional de separar a decisão de participar da escolha do sentido de voto, se bem que, na realidade, é muito difícil estabelecer fronteiras entre as duas, e algumas das teorias apresentadas são unificadoras na forma como abordam o processo de participação democrática. Apesar desta divisão do trabalho em duas partes, o capítulo 7 tenta realçar, numa perspectiva particular, a íntima ligação entre as duas escolhas, e o capítulo seguinte procura avaliar empiricamente algumas das interdependências que se podem estabelecer entre o voto no governo e a participação.

Nesta tese são apresentados os elementos teóricos fundamentais relacionados com o comportamento de voto, conjuntamente com as suas características metodológicas e trajectória geral de desenvolvimento. Deu-se especial destaque à teoria racional e aos modelos sociais por

constituírem os elementos mais relevantes para a abordagem económica do tema, optando-se por não detalhar algumas áreas como, por exemplo, o impacto das campanhas eleitorais, os modelos direccionais e espaciais e o lado da oferta política (ciclos políticos). Dedicou-se, no entanto, alguma atenção às regras do jogo eleitoral, pois os aspectos institucionais, para além de contextualizarem a teoria racional, são determinantes para as percepções individuais sobre o comportamento dos governos.

Na primeira parte da tese, a análise efectuada relativamente aos determinantes da participação eleitoral em Portugal possibilita várias leituras comparativas, permitindo confrontar eleições legislativas com eleições autárquicas, economia nacional com economia local e, finalmente, possibilitando a avaliação da importância da dimensão económica relativamente a outros canais explicativos.

O estudo empírico da participação começa pela análise do período eleitoral 2001-2002. Os resultados revelam que as diferenças de comportamento eleitoral entre sufrágios de primeira e segunda ordem são dominantes, especialmente no que toca aos factores socio-demográficos, expressando motivações, enquadramentos e julgamentos diferenciados que implicam estímulos específicos à participação. Assim, uma teoria unificada não parece servir para explicar de forma abrangente o fenómeno neste período. Na análise em painel, apesar da comparabilidade ser difícil, em virtude da alteração do nível de agregação dos dados e da inclusão de outras eleições, não se encontram estas diferenças de forma tão pronunciada, deixando antever uma convergência temporal. Apesar de existir um conjunto de idiosincrasias específicas aos anos de 2001 e 2002, e de não ter sido possível testar com dados em painel algumas das variáveis utilizadas na *cross section*, no geral, os resultados encontrados parecem ser coerentes entre as duas abordagens.

Um denominador comum a todos os modelos testados é a importância significativa da componente autorregressiva, indiciando que pode haver alguns problemas de omissão de variáveis relevantes em modelos deste tipo que não incorporem a variável dependente desfasada. Este resultado revela, também, que a formação de hábitos de participação pode ter um peso significativo na explicação do fenómeno, existindo uma tendência para maiores níveis de afluência em unidades geográficas que, historicamente, são mais participativas. Igualmente, pode contribuir para explicar o facto de não se ter encontrado qualquer impacto na participação por parte da variável idade, o factor que melhor tem explicado a decisão de votar em Portugal. Como a estrutura etária ajuda a compreender a formação de hábitos o seu efeito pode estar a ser captado pelo desfasamento da variável dependente. Para além do carácter autorregressivo dos modelos, numa análise comparativa entre os vários canais explicativos da participação que foram considerados, verifica-se que, genericamente, coexistem

simultaneamente factores explicativos de ordem económica, socio-demográfica e de ordem política, com algum destaque para os determinantes políticos e eleitorais.

O principal objectivo da primeira parte é examinar a influência das condições económicas e a forma como estas são incorporadas na decisão de votar em Portugal. A economia é perspectivada de modo multidimensional, analisando-se diferentes níveis agregados de economia, especificamente, medidas por freguesia e concelho na análise seccional e medidas por concelho, NUTS III e nacionais na investigação em painel. Testa-se um conjunto variado de indicadores económicos, no entanto a interpretação geral dos resultados encontrados vai ser direccionada para a variável desemprego, por três razões. Primeiro, a maioria dos indicadores utilizados não contrariam os efeitos encontrados para o desemprego. Segundo, trata-se da única medida económica para a qual temos, simultaneamente, desagregação máxima e mínima. Finalmente, tem sido a variável mais importante na literatura, tanto a nível teórico como empiricamente. A tabela C1 resume os resultados encontrados.

Tabela C1. Resumo dos efeitos do desemprego na participação

Tipo de dados	Medida de desemprego	Eleições legislativas	Eleições Autárquicas
Seccional	Desemprego relativo por freguesia	EFEITO RETIRADA (pouco robusta)	EFEITO RETIRADA (seja com a medida relativa seja com a taxa de desemprego)
Painel	Taxa desemprego por NUTS III (efeitos não Lineares)	EFEITO RETIRADA (estimando-se que passe a efeito mobilização a partir de uma taxa de desemprego de 15,7%)	EFEITO RETIRADA (estimando-se que passe a efeito mobilização a partir de uma taxa de desemprego de 14,7%)
	Taxa desemprego nacional	EFEITO MOBILIZAÇÃO	NÃO SIGNIFICATIVA

Os modelos analisados apresentam formas alternativas de integração da variável na função de participação, indiciando que o modo com se incorpora a informação económica pode variar consoante o nível de agregação considerado. Estas diferenças podem ocorrer porque o desemprego por freguesia está na fronteira entre egotropia e sociotropia e, em freguesias com pouca população pode mesmo ser vista mais como uma medida de economia pessoal do que uma medida agregada, enquanto o desemprego por NUTS III está no limiar entre economia regional e nacional. No entanto, esta é uma hipótese que carece de confirmação, em virtude de não ter sido possível testar efeitos não lineares para o desemprego nacional, nem existirem dados em painel para esta variável ao nível concelhio.

O desemprego por freguesia parece ser mais relevante em eleições autárquicas do que legislativas, talvez porque período considerado tem características específicas ou, então, devido à aproximação que esta medida tem à economia pessoal. Seria importante, para clarificar algumas diferenças que encontramos entre os vários níveis de economia

considerados, estudar com dados individuais a relação entre participação e a situação laboral do eleitor. Na investigação em painel, a análise dos vários indicadores económicos utilizados revela uma tendência para a economia afectar mais a decisão de voto nas eleições de primeira ordem do que nas de segunda ordem. Nas legislativas a economia assume um papel relevante em qualquer nível de desagregação considerado, enquanto que os modelos autárquicos não atribuem qualquer poder explicativo às variáveis macroeconómicas nacionais e lançam algumas dúvidas quanto à existência de efeitos económicos locais quando introduzimos algumas medidas que não o desemprego. Encontramos um efeito de mobilização eleitoral quando se deterioram as condições económicas nacionais. A evolução negativa da economia pode estar a funcionar como um alarme geral que motiva uma parte da população a participar, provavelmente incentivando mais os votantes que possuem algum nível de informação económica. Nas eleições autárquicas este contexto económico deixa de ser relevante, sugerindo que, ou os governos locais não são responsabilizados pela evolução da economia nacional ou, alternativamente, existem simultaneamente efeitos de retirada e mobilização que se anulam¹²⁹. Como os resultados do capítulo 9 apontam para uma responsabilização dos governos locais por condições económicas nacionais, a última alternativa parece mais plausível. Quando consideramos a dimensão regional, o efeito retirada é dominante, passando a mobilização a estar restrita aos modelos em painel e dependente da gravidade das dificuldades económicas locais. Situações económicas normais podem estar a gerar apenas um descontentamento que desmobiliza o eleitorado e, à medida que os problemas económicos se vão agravando, a preocupação pode começar a substituir o descontentamento, levando a que as pessoas estejam mais propensas a dar o seu contributo democrático e mais atentas à economia, particularmente à evolução do mercado de trabalho.

Na segunda parte desta tese apresentam-se dois estudos que se focam na função de voto dos governos. No primeiro, analisa-se a interdependência entre os votos no governo nacional e a participação. Neste contexto, a escolha eleitoral deixa de ser partidária no seu sentido formal, passando a ser uma decisão que tem por base o apoio ou não ao governo. Recorreu-se a um sistema de equações simultâneas que apresentou um conjunto de resultados que não permitem rejeitar a interdependência entre as dimensões de participação e de voto. Ambas explicam-se mutuamente e as relações que se estabelecem estão de acordo com o teoricamente esperado. Aumentos na participação são prejudiciais ao partido no governo, enquanto que a participação é afectada negativamente pelas expectativas formadas relativamente aos votos do governo, num efeito de competitividade. Esta última relação pressupõe que os eleitores formam expectativas muito próximas da realidade. A crescente importância dos órgãos de comunicação

¹²⁹ Talvez o pouco destaque que é dado à economia nacional, por parte dos média, durante as campanhas autárquicas, possa estar, também, a contribuir para este resultado.

social e o intensivo e sistemático uso que estes fazem das sondagens em período pré-eleitoral dá credibilidade a esta assumpção.

Na explicação de ambas as funções, a economia nacional parece dominar relativamente à economia regional. São encontrados efeitos directos sobre os votos no governo que confirmam a hipótese de responsabilização e efeitos de mobilização sobre a participação. Piores condições económicas afectam negativamente o governo e positivamente a afluência às urnas, o que põe em evidência a possibilidade de existirem efeitos parciais da economia sobre a função de voto. Parece que o governo acaba por ser duplamente penalizado: vê apoiantes saírem para a abstenção e para os outros partidos e assiste ao surgimento de “novos” eleitores que, tendencialmente, vão apoiar os seus opositores.

O segundo estudo centrou-se na função de voto dos governos locais, em particular nos efeitos da dupla governação no voto económico em Portugal. Ao nível macroeconómico, a governação simultânea captura, fundamentalmente, efeitos de responsabilização política, enquanto, regionalmente, assume o papel extra de clarificar responsabilidades, em virtude de ser admissível atribuir culpas às autoridades nacionais pelo desempenho económico local. Os resultados empíricos mostram que a dupla governação é importante na modelação do voto económico autárquico em Portugal, conclusão que é apoiada também quando se recorre aos dados seccionais para avaliar o efeito do desemprego por concelho e freguesia.

Relativamente à economia regional, a claridade parece ter um papel fundamental, só se encontrando efeitos de culpabilização em situações em que os responsáveis são mais fáceis de identificar (dupla governação simultaneamente maioritária). Para a economia nacional os resultados apresentam-se menos restritivos. O desemprego prejudica qualquer tipo de governo simultâneo, mas exerce um impacto mais forte quando este é maioritário, revelando, também aqui, efeitos de claridade na dupla governação. As autoridades locais sem ligações ao poder central não são afectadas pelo desemprego, mas parecem ser penalizadas por aumentos da inflação. Apesar dos autarcas expostos à responsabilização política serem mais prejudicados que os outros, este resultado contraria as expectativas teóricas. Como muitas variações de preços têm uma origem nacional, caso dos transportes públicos, bilhetes para espectáculos, taxas e serviços, entre outros e muitos destes bens e serviços são de provisão local, é possível que os autarcas estejam a ser responsabilizados pela inflação nacional, apesar de se tratar mais de um efeito contaminação do que propriamente de uma política regional. No geral, o estudo revela que a introdução das variáveis económicas na função de voto autárquica deve ser feita levando em linha de conta as particulares relações que se estabelecem entre o poder nacional e o poder local e que o próprio princípio de responsabilização deve ser alargado de forma a acomodar estas especificidades.

Com uma vocação empírica, o trabalho desenvolvido nesta tese procurou contribuir para uma melhor compreensão do comportamento eleitoral em Portugal. Centrando-se especialmente na perspectiva económica do tema, esta investigação confirmou que a economia é um canal relevante para a compreensão da participação e dos votos no governo em Portugal, mas que coexiste com outras dimensões explicativas.

ANEXOS

ANEXO A.1. Estatísticas descritivas: Secção 4.1.

Estatísticas Descritivas (*Cross section*): Participação

Variáveis (Fontes)	Tipo	Obs.	Média	Desv. Padrão	Mínimo	Máximo
Participação AR2002 (1)	Freguesia	4037	61.372	7.718	20.41	88.62
Participação AU2001 (1)	Freguesia	4035	68.583	9.713	32.45	95.84
Participação AR1999 (1)	Freguesia	4020	61.323	8.243	11.99	98.44
Votos no governo AR1999 (1)	Freguesia	4020	42.050	12.908	2.94	88.39
Participação AU1997 (1)	Freguesia	4010	67.723	9.116	34.81	95.07
Taxa de desemprego (2)	Freguesia	4037	7.007	4.831	0	38.3
Desemprego relativo (2)	Freguesia	4037	1.018	0.573	0	10.60
Desemprego relativo (Distrito) (2)	Freguesia	4037	1.012	0.638	0	5.67
Área Urbana (4)	Freguesia	4037	0.239	0.426	0	1
Votantes não residentes (1)	Freguesia	4037	4.555	8.729	0	55.55
População com o Ensino Superior (2)	Freguesia	4037	5.501	4.856	0	47.61
Taxa Analfabetismo (2)	Freguesia	4037	14.97	7.946	1.3	53.6
População Casada (2)	Freguesia	4037	54.622	4.283	31.8	78.3
Densidade Populacional (2)	Freguesia	4036	0.5218	1.872	0.001	35.54
População entre 20 e 34 anos (2)	Freguesia	4037	19.625	5.048	0	32.30
Reformados (2)	Freguesia	4037	25.095	10.545	0	85.6
Competitividade (1)	Freguesia	4035	25.422	18.287	0	93.62
Investimento CM (6)	Concelho	4037	24.624	12.582	6.12	91.85
Presidentes Câmara do Governo (1)	Concelho	4012	0.471	0.499	0	1
Coligações (1)	Concelho	4035	0.209	0.407	0	1
Movimentos de Cidadãos (1)	Concelho	4035	0.109	0.311	0	1
Sales Index (5)	Concelho	4015	5.972	17.775	.19	151.85
Taxa de Emprego (3)	Concelho	4037	21.274	10.661	3.98	67.33
Remunerações reais (5)	Concelho	4037	584.098	106.128	446.69	1196.98
Índice de rendimento (5)	Concelho	4015	6.093	20.476	0.2	176.18
Contribuição Autárquica (6)	Concelho	4037	3.135	2.493	0.41	25.34

FONTES: (1) STAPE ; (2) INE, Censos 2001 ; (3) Quadros de Pessoal do MTSS ; (4) INE, Tipologia das Áreas Urbanas 1999; (5) Markttest, (6) INE.

ANEXO A.2. Estatísticas descritivas: Secção 4.2.

Estatísticas Descritivas (Painel): Participação às Legislativas

Variável	Tipo	Obs.	Média	Desv.Padrão	Mínimo	Máximo
Participação	Concelho	3033	71.964	10.123	48.069	94.15
Taxa Desemprego Nacional	Nacional	2780	6.693	1.518	4.07	8.86
Taxa Inflação Nacional	Nacional	2780	13.791	9.477	2.3642	28.881
PIB Real Nacional	Nacional	2780	2.615	2.074	1.879	5.638
Salário Real Nacional	Nacional	2780	0.35	2.310	2.9	5.4
Taxa Desemprego (NUTS)	NUTS III	1390	6.051	2.603	1.57	14.3
PIB Real (NUTS)	NUTS III	1112	4.799	7.986	8.313	44.416
Taxa de Emprego	Concelho	1934	16.038	10.027	1.029	87.614
Taxa de Remuneração	Concelho	1656	1.759	4.826	26.967	26.07
Sales Index	Concelho	1103	3.626	10.249	0.2	160.14
Índice Rendimento	Concelho	1103	3.626	11.525	0.2	183.96
Ind. Poder Compra	Concelho	1106	68.248	29.480	22.765	314.09
Densidade Polulacional	Concelho	2758	2.409	2.606	0.010	17.188
População mais 65	Concelho	2757	17.388	5.961	5.326	42.024
População Sector Terciário	Concelho	2750	41.910	15.613	9.155	85.567
Taxa de Analfabetismo	Concelho	2750	19.055	8.725	3.728	54.983
Competitividade	Distrito	2758	16.997	11.81	0.047	45.818
Nr. Efectivo de Partidos	Distrito	2759	3.156	0.639	2.035	5.0802
Governo simultâneo	Concelho	2755	0.408	0.491	0	1
Votos Governo	Concelho	3033	37.018	15.55	5.453	85.452

Estatísticas Descritivas (Painel): Participação às Autárquicas

Variável	Tipo	Obs.	Média	Desv.Padrão	Mínimo	Máximo
Participação	Concelho	2206	67.456	7.122	45.396	92.640
Taxa Desemprego Nacional	Nacional	2224	6.450	1.522	4.08	8.86
Taxa Inflação Nacional	Nacional	2224	12.372	9.547	2.3642	28.881
PIB Real Nacional	Nacional	2224	2.523	2.530	1.879	7.4891
Salário Real Nacional	Nacional	2224	1.325	2.687	2.9	4.4
Taxa Desemprego (NUTS)	NUTS III	1112	6.163	2.609	0.839	12.905
PIB Real (NUTS)	NUTS III	1112	1.577	3.444	-6.420	14.614
Taxa de Remuneração	Concelho	1381	0.463	5.166	41.110	21.242
Taxa de Emprego	Concelho	1656	16.266	10.054	1.0297	90.176
Sales Index	Concelho	1103	3.626	10.149	0.19	151.85
Índice Rendimento	Concelho	1103	3.626	11.38	0.2	176.18
Ind. Poder Compra	Concelho	1103	67.531	29.970	18.88	314.2
Densidade Populacional	Concelho	2205	2.428	2.633	0.0103	17.188
População mais 65	Concelho	2205	17.627	6.012	5.3533	42.024
População Sector Terciário	Concelho	2203	42.823	15.499	9.1550	84.919
Taxa de Analfabetismo	Concelho	2203	18.521	8.560	3.7288	54.983
Competitividade	Concelho	2206	19.860	14.667	0.0181	87.925
Nr. Efectivo de Partidos	Concelho	2206	2.654	0.512	1.1862	4.687
Grupos Cidadãos	Concelho	2221	0.021	0.145	0	1
Governo simultâneo	Concelho	2223	0.421	0.493	0	1

ANEXO A.3. Estatísticas descritivas: Capítulo 8.

Estatísticas Descritivas (Painel): Votos no Governo

Variável	Tipo	Obs.	Média	Desv.Padrão	Mínimo	Máximo
Participação	Concelho	3033	71.964	10.123	48.069	94.155
Votos no Governo	Concelho	3033	38.237	15.872	6.5080	85.452
Taxa Desemprego Nacional	Nacional	2780	6.6935	1.5182	4.07	8.86
Taxa Inflação Nacional	Nacional	2780	13.791	9.4778	2.3642	28.881
PIB Real Nacional	Nacional	2780	2.6150	2.0746	-1.879	5.6389
Salário Real Nacional	Nacional	2780	0.35	2.3109	-2.9	5.4
Taxa Desemprego (NUTS)	NUTS III	1112	5.8140	2.5382	1.67	14.212
PIB Real (NUTS)	NUTS III	1112	3.2779	3.2631	-5.4580	25.351
Taxa de Remuneração	Concelho	1656	3.0298	5.1711	-24.799	59.535
Indicador de Fiscalidade	Concelho	1103	3.6264	14.139	0.04	252.27
Sales Index	Concelho	1103	3.6265	10.402	0.19	168.79
Índice Rendimento	Concelho	1103	3.6264	11.708	0.19	193.29
Governo simultâneo	Concelho	2755	0.4083	0.49161	0	1
Competitividade	Distrito	2758	16.997	11.810	0.0478	45.818
População	Concelho	2780	3.0521	0.74137	1	4

ANEXO A.4. Estatísticas descritivas: Capítulo 9.

Estatísticas Descritivas (Painel): Autárquicas

Variável	Tipo	Obs.	Média	Desv.Padrão	Mínimo	Máximo
Votos Governo	Concelho	2462	47.940	11.683	2.924	91.736
Taxa Desemprego Nacional	Nacional	2224	6.4509	1.5227	4.08	8.86
Taxa Desemprego Nacional VAR	Nacional	1946	1.2950	10.028	-13.143	17.008
Taxa Inflação Nacional	Nacional	2224	12.372	9.5472	2.364	28.881
Taxa Inflação Nacional VAR	Nacional	1946	-5.572	12.812	-23.270	19.588
Taxa Desemprego (NUTS)	NUTS III	1112	5.800	2.5639	0.4792	12.860
PIB Real pc (NUTS)	NUTS III	1112	8.652	2.7036	4.2840	19.985
Taxa de Remunerações	Concelho	1381	2.6043	6.0014	-26.033	74.579
Taxa de Emprego	Concelho	1381	16.306	9.7089	1.1319	87.229
Índice Rendimento	Concelho	1103	3.6264	11.819	0.19	190.79
Dum(GS)	Concelho	2223	0.4215	0.493	0	1
Dum(GSM)	Concelho	2223	0.1187	0.323	0	1
Dum(PS)	Concelho	2221	0.2395	0.426	0	1
Dum(PSD)	Concelho	2221	0.2854	0.451	0	1
Nr. Efectivo de Partidos	Concelho	2206	2.6549	0.512	1.1862	4.687
Categoria da População	Concelho	2224	3.0566	0.744	1	4
Tempo no Governo	Concelho	2203	2.801634	1.918209	1	8
Recandidatura	Concelho	2115	0.801891	0.398669	0	1

Estatísticas Descritivas (Cross Section): Autárquicas 2001

Variável	Tipo	Obs.	Média	Desv.Padrão	Mínimo	Máximo
Votos Governo	Freguesia	4000	51.913	15.074	1.71	96.55
Taxa Desemprego	Freguesia	4037	7.007	4.8313	0	38.3
Taxa Desemprego	Concelho	4037	6.836	2.1945	2.5	22.1
Dum(GS)	Concelho	4037	0.482	0.4997	0	1
APU	Freguesia	4037	0.239	0.4265	0	1
Recandidatura	Concelho	4015	0.853	0.3538	0	1
Tempo no Governo	Concelho	4015	3.818	2.283	1	7
Cidadãos	Concelho	4035	0.109	0.3117	0	1
Votos Governo (-1)	Freguesia	4010	50.826	14.789	0.4	98.75

ANEXO B.1. Estimacões auxiliares: Secção 4.1.5

Participação às Legislativas de 2002: Estimacões auxiliares

	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)
	OLS	FGLS	WLS	FGLS 2	OLS	FGLS	WLS	FGLS 2	OLS	FGLS	WLS	FGLS 2
Taxa cresc. Índice Rendimento	-0.0301 (-1.36)	-0.0159 (-0.76)	-0.00028 (-0.32)	0.00022 (0.26)								
Desemprego Relativo	0.1575 (0.98)	0.0886 (0.60)	-0.00874 (-1.48)	-0.02752*** (-2.76)	0.1572 (0.98)	0.0905 (0.62)	-0.00869 (-1.47)	-0.02715*** (-2.75)	0.1608 (1.01)	0.0928 (0.65)	-0.00884 (-1.49)	-0.02908*** (-2.91)
Área urbana	0.6437*** (3.44)	0.4478*** (2.69)	0.00843 (1.14)	0.00299 (0.33)	0.6478*** (3.45)	0.4539*** (2.71)	0.00837 (1.12)	0.00268 (0.30)	0.6579*** (3.40)	0.4385** (2.59)	0.00815 (1.12)	0.00320 (0.37)
Pop. ensino superior	0.1264*** (8.47)	0.1151*** (9.76)	0.00428*** (9.99)	0.00348*** (7.29)	0.1260*** (8.42)	0.1154*** (9.84)	0.00428*** (10.1)	0.00348*** (7.24)	0.1280*** (8.66)	0.1131*** (10.2)	0.00428*** (10.1)	0.00338*** (7.11)
Taxa de analfabetismo	-0.0767*** (-4.71)	-0.0865*** (-5.00)	-0.00313*** (-3.34)	-0.00397*** (-3.58)	-0.0768*** (-4.72)	-0.0863*** (-5.03)	-0.00313*** (-3.34)	-0.00395*** (-3.53)	-0.0775*** (-4.79)	-0.0872*** (-5.03)	-0.00314*** (-3.36)	-0.00408*** (-3.71)
Pop. casada	0.1196*** (5.84)	0.1002*** (4.80)	0.00346*** (3.19)	0.00197* (1.81)	0.1195*** (5.81)	0.0999*** (4.77)	0.00351*** (3.25)	0.00205* (1.89)	0.1231*** (6.07)	0.1014*** (4.82)	0.00360*** (3.19)	0.00197* (1.68)
Densidade populacional	0.1867*** (5.66)	0.1444*** (5.39)	0.00352*** (3.16)	0.00145* (1.75)	0.1876*** (5.69)	0.1422*** (5.46)	0.00353*** (3.17)	0.00151* (1.76)	0.1838*** (5.43)	0.1452*** (5.48)	0.00351*** (3.25)	0.00141* (1.79)
Pop. entre 20 e 34 anos	0.0194 (0.72)	0.0120 (0.45)	-0.00009 (-0.064)	-0.00141 (-0.66)	0.0204 (0.76)	0.0126 (0.47)	-0.00010 (-0.067)	-0.00141 (-0.67)	0.0193 (0.72)	0.0100 (0.37)	-0.00007 (-0.051)	-0.00141 (-0.68)
Pop. reformada	-0.0179 (-1.25)	-0.0153 (-1.16)	-0.00069 (-0.82)	-0.00007 (-0.055)	-0.0179 (-1.26)	-0.0152 (-1.15)	-0.00071 (-0.85)	-0.00009 (-0.071)	-0.0169 (-1.19)	-0.0152 (-1.18)	-0.00069 (-0.84)	0.00002 (0.020)
Votantes não residentes	-0.0767*** (-6.20)	-0.0747*** (-5.76)	-0.00116* (-1.93)	0.00019 (0.32)	-0.0767*** (-6.19)	-0.0751*** (-5.74)	-0.00117* (-1.93)	0.00016 (0.28)	-0.0772*** (-6.13)	-0.0739*** (-5.81)	-0.00117* (-1.93)	0.00028 (0.49)
Participação AU2001	0.1660*** (12.1)	0.1401*** (11.2)	0.00460*** (7.44)	0.00345*** (5.73)	0.1658*** (12.1)	0.1397*** (11.2)	0.00459*** (7.45)	0.00342*** (5.77)	0.1645*** (12.0)	0.1367*** (11.5)	0.00452*** (7.68)	0.00337*** (6.15)
Participação (eleição anterior)	0.6368*** (28.8)	0.6731*** (32.4)	0.03108*** (25.9)	0.03339*** (29.2)	0.6370*** (28.8)	0.6736*** (32.4)	0.03110*** (25.9)	0.03344*** (29.5)	0.6379*** (28.7)	0.6775*** (34.1)	0.03109*** (26.6)	0.03347*** (31.2)
Governo (eleição anterior)	-0.0446*** (-7.24)	-0.0400*** (-6.19)	-0.00200*** (-6.29)	-0.00162*** (-3.57)	-0.0445*** (-7.23)	-0.0400*** (-6.24)	-0.00201*** (-6.30)	-0.00164*** (-3.62)	-0.0451*** (-7.34)	-0.0407*** (-6.31)	-0.00203*** (-6.45)	-0.00165*** (-3.73)
Taxa cresc. Sales Index					-3.9462 (-1.21)	-1.6866 (-0.59)	-0.01212 (-0.11)	0.04334 (0.42)				
Taxa cresc. Remuneração Real									0.0253 (0.64)	0.0117 (0.37)	0.00087 (0.66)	0.00122 (0.87)
Constante	6.7551*** (4.21)	7.5664*** (5.15)	-1.78701*** (-24.4)	-1.73918*** (-18.9)	6.7419*** (4.20)	7.5555*** (5.13)	-1.78934*** (-24.5)	-1.74371*** (-19.1)	6.5645*** (4.12)	7.5313*** (5.10)	-1.79035*** (-24.1)	-1.73754*** (-18.1)
Observações	3996	3996	3996	3996	3996	3996	3996	3996	4018	4018	4018	4018
R2 ajustado	0.81	0.82	0.84	0.87	0.81	0.82	0.84	0.87	0.81	0.82	0.84	0.87

t-estatístico entre parêntesis;*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Participação às Legislativas de 2002: Estimções auxiliares

	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)
	OLS	FGLS	WLS	FGLS 2	OLS	FGLS	WLS	FGLS 2	OLS	FGLS	WLS	FGLS 2
Sales Index 2001	0.0119** (2.29)	0.0093** (2.19)	0.00026* (1.82)	0.00018 (1.42)								
Desemprego Relativo	0.1700 (1.06)	0.1230 (0.84)	-0.00730 (-1.21)	-0.02929*** (-2.67)	0.1682 (1.05)	0.1188 (0.82)	-0.00745 (-1.24)	-0.02876*** (-2.65)				
Área urbana	0.6504*** (3.35)	0.4086** (2.40)	0.00558 (0.78)	0.00120 (0.13)	0.6575*** (3.38)	0.4180** (2.44)	0.00583 (0.82)	0.00096 (0.10)	0.6529*** (3.52)	0.3936** (2.43)	0.00691 (1.01)	0.00091 (0.11)
Pop. ensino superior	0.1185*** (7.67)	0.1058*** (8.75)	0.00399*** (9.16)	0.00319*** (6.99)	0.1194*** (7.73)	0.1057*** (8.80)	0.00401*** (9.22)	0.00322*** (7.10)	0.0995*** (6.07)	0.0924*** (8.12)	0.00367*** (8.77)	0.00300*** (7.03)
Taxa de analfabetismo	-0.0774*** (-4.77)	-0.0856*** (-4.91)	-0.00301*** (-3.15)	-0.00377*** (-3.51)	-0.0774*** (-4.77)	-0.0863*** (-4.91)	-0.00302*** (-3.16)	-0.00377*** (-3.46)	-0.0746*** (-4.62)	-0.0835*** (-4.95)	-0.00291*** (-3.13)	-0.00416*** (-3.44)
Pop. casada	0.1276*** (6.24)	0.1158*** (5.52)	0.00413*** (3.41)	0.00209 (1.63)	0.1270*** (6.20)	0.1141*** (5.43)	0.00407*** (3.37)	0.00213* (1.67)	0.1135*** (5.85)	0.0958*** (4.86)	0.00396*** (3.48)	0.00260** (2.04)
Densidade populacional	0.1195*** (3.83)	0.1259*** (3.95)	0.00270*** (2.67)	0.00076 (1.03)	0.1288*** (3.98)	0.1336*** (4.03)	0.00280*** (2.72)	0.00085 (1.13)	0.1035** (2.53)	0.1108*** (3.28)	0.00254** (2.49)	0.00081 (1.15)
Pop. entre 20 e 34 anos	0.0188 (0.70)	0.0077 (0.29)	-0.00018 (-0.12)	-0.00165 (-0.74)	0.0194 (0.72)	0.0073 (0.27)	-0.00016 (-0.11)	-0.00162 (-0.74)	0.0242 (0.90)	0.0149 (0.58)	0.00017 (0.12)	-0.00141 (-0.62)
Pop. reformada	-0.0191 (-1.34)	-0.0208 (-1.61)	-0.00105 (-1.27)	-0.00023 (-0.19)	-0.0189 (-1.33)	-0.0207 (-1.60)	-0.00103 (-1.23)	-0.00027 (-0.22)	-0.0181 (-1.30)	-0.0196 (-1.59)	-0.00111 (-1.51)	-0.00045 (-0.35)
Votantes não residentes	-0.0780*** (-6.19)	-0.0784*** (-6.00)	-0.00123* (-1.90)	0.00011 (0.17)	-0.0777*** (-6.17)	-0.0776*** (-5.90)	-0.00122* (-1.90)	0.00010 (0.16)	-0.0741*** (-5.88)	-0.0686*** (-5.51)	-0.00104* (-1.67)	0.00064 (1.02)
Participação AU2001	0.1640*** (11.9)	0.1392*** (11.0)	0.00443*** (7.29)	0.00310*** (5.25)	0.1640*** (11.9)	0.1387*** (11.0)	0.00444*** (7.28)	0.00313*** (5.26)	0.1721*** (12.7)	0.1455*** (12.1)	0.00487*** (8.32)	0.00370*** (6.66)
Participação (eleição anterior)	0.6394*** (28.8)	0.6757*** (31.9)	0.03132*** (26.3)	0.03396*** (30.9)	0.6396*** (28.8)	0.6767*** (32.1)	0.03132*** (26.2)	0.03390*** (30.5)	0.6374*** (28.8)	0.6782*** (32.7)	0.03121*** (26.5)	0.03393*** (31.2)
Governo (eleição anterior)	-0.0448*** (-7.26)	-0.0407*** (-6.29)	-0.00205*** (-6.46)	-0.00164*** (-3.66)	-0.0448*** (-7.25)	-0.0405*** (-6.27)	-0.00204*** (-6.43)	-0.00165*** (-3.66)	-0.0464*** (-7.75)	-0.0405*** (-6.49)	-0.00209*** (-6.91)	-0.00179*** (-3.98)
Índice Rendimento 2001					0.0088** (2.31)	0.0067** (2.32)	0.00020* (1.78)	0.00014 (1.40)				
Remuneração Real 2001									0.0039*** (3.84)	0.0028*** (4.15)	0.00009*** (3.38)	0.00006*** (2.69)
Taxa cresc. Emprego									-0.0013 (-0.17)	-0.0004 (-0.059)	0.00019 (0.60)	0.00037 (0.86)
Constante	6.3487*** (3.98)	6.8458*** (4.75)	-1.81687*** (-23.2)	-1.74868*** (-18.1)	6.3673*** (3.99)	6.9278*** (4.79)	-1.81467*** (-23.2)	-1.74866*** (-18.2)	4.6567*** (2.75)	5.7037*** (3.91)	-1.89402*** (-24.2)	-1.86888*** (-17.6)
Observações	3996	3996	3996	3996	3996	3996	3996	3996	4018	4018	4018	4018
R2 ajustado	0.81	0.81	0.84	0.88	0.81	0.81	0.84	0.88	0.81	0.82	0.84	0.88

t-estatístico entre parêntesis;*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Participação às Legislativas de 2002: Estimções auxiliares

	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)
	OLS	FGLS	WLS	FGLS 2	OLS	FGLS	WLS	FGLS 2	OLS	FGLS	WLS	FGLS 2
Remunerao Real 2001	0.0039*** (3.85)	0.0029*** (4.17)	0.00009*** (3.34)	0.00006*** (2.64)	0.0031** (2.53)	0.0024** (2.36)	0.00009** (2.22)	0.00007* (1.75)	0.0039*** (3.84)	0.0029*** (4.17)	0.00009*** (3.37)	0.00006*** (2.71)
Taxa de Desemprego	0.0056 (0.34)	0.0033 (0.20)	-0.00035 (-0.38)	-0.00041 (-0.26)								
rea urbana	0.6568*** (3.52)	0.4021** (2.47)	0.00675 (0.99)	0.00051 (0.060)	0.6102*** (3.41)	0.3821** (2.35)	0.00674 (0.97)	0.00097 (0.10)	0.6562*** (3.52)	0.3964** (2.41)	0.00673 (0.98)	0.00046 (0.054)
Pop. ensino superior	0.0993*** (6.04)	0.0922*** (8.12)	0.00365*** (8.67)	0.00299*** (6.85)	0.1049*** (6.07)	0.0932*** (7.61)	0.00366*** (8.38)	0.00300*** (6.69)	0.0994*** (6.06)	0.0925*** (8.05)	0.00366*** (8.60)	0.00302*** (6.71)
Taxa de analfabetismo	-0.0751*** (-4.64)	-0.0836*** (-4.90)	-0.00286*** (-3.05)	-0.00407*** (-3.27)	-0.0730*** (-4.54)	-0.0834*** (-4.78)	-0.00288*** (-3.04)	-0.00409*** (-3.17)	-0.0748*** (-4.62)	-0.0834*** (-4.89)	-0.00288*** (-3.08)	-0.00407*** (-3.25)
Pop. casada	0.1140*** (5.89)	0.0961*** (4.87)	0.00391*** (3.43)	0.00259** (2.05)	0.1146*** (5.86)	0.0991*** (4.97)	0.00395*** (3.64)	0.00256** (2.26)	0.1140*** (5.87)	0.0979*** (4.94)	0.00395*** (3.50)	0.00267** (2.18)
Densidade populacional	0.1028** (2.52)	0.1093*** (3.25)	0.00260** (2.53)	0.00094 (1.25)	0.0943** (2.33)	0.1122*** (3.17)	0.00257** (2.50)	0.00092 (1.23)	0.1027** (2.51)	0.1092*** (3.26)	0.00256** (2.52)	0.00094 (1.27)
Pop. entre 20 e 34 anos	0.0244 (0.91)	0.0149 (0.58)	0.00010 (0.071)	-0.00164 (-0.73)	0.0168 (0.63)	0.0083 (0.32)	0.00011 (0.080)	-0.00155 (-0.68)	0.0243 (0.91)	0.0158 (0.61)	0.00012 (0.082)	-0.00157 (-0.70)
Pop. reformada	-0.0184 (-1.31)	-0.0198 (-1.62)	-0.00109 (-1.50)	-0.00051 (-0.40)	-0.0177 (-1.26)	-0.0201 (-1.64)	-0.00112 (-1.51)	-0.00053 (-0.39)	-0.0184 (-1.31)	-0.0202 (-1.65)	-0.00112 (-1.54)	-0.00055 (-0.43)
Votantes no residentes	-0.0740*** (-5.92)	-0.0687*** (-5.54)	-0.00107* (-1.73)	0.00056 (0.91)	-0.0739*** (-5.96)	-0.0692*** (-5.67)	-0.00107* (-1.69)	0.00058 (0.85)	-0.0740*** (-5.90)	-0.0688*** (-5.54)	-0.00107* (-1.72)	0.00055 (0.89)
Participao AU2001	0.1721*** (12.7)	0.1456*** (12.1)	0.00485*** (8.30)	0.00366*** (6.33)	0.1717*** (12.7)	0.1448*** (11.9)	0.00488*** (8.07)	0.00379*** (5.44)	0.1721*** (12.7)	0.1465*** (12.1)	0.00488*** (8.35)	0.00373*** (6.63)
Participao (eleio anterior)	0.6378*** (28.9)	0.6779*** (32.9)	0.03118*** (26.6)	0.03384*** (30.5)	0.6336*** (27.9)	0.6760*** (32.5)	0.03118*** (26.6)	0.03377*** (30.1)	0.6377*** (29.0)	0.6765*** (32.2)	0.03118*** (26.6)	0.03378*** (30.3)
Governo (eleio anterior)	-0.0464*** (-7.77)	-0.0405*** (-6.48)	-0.00207*** (-6.95)	-0.00177*** (-3.96)	-0.0464*** (-7.75)	-0.0410*** (-6.57)	-0.00209*** (-6.91)	-0.00180*** (-4.08)	-0.0464*** (-7.76)	-0.0408*** (-6.50)	-0.00209*** (-7.03)	-0.00180*** (-4.08)
Taxa de Emprego 2001					0.0161 (1.40)	0.0086 (0.80)	-0.00000 (-0.0015)	-0.00009 (-0.19)				
Desemprego Relativo (Distrito)									0.0393 (0.30)	0.0441 (0.35)	0.00035 (0.050)	0.00021 (0.022)
Constante	4.5575*** (2.74)	5.6698*** (3.89)	-1.88344*** (-24.0)	-1.85062*** (-17.7)	5.0862*** (3.05)	5.9637*** (4.03)	-1.88923*** (-23.7)	-1.85767*** (-17.5)	4.5595*** (2.72)	5.5707*** (3.79)	-1.89005*** (-24.3)	-1.85907*** (-18.2)
Observaoes	4018	4018	4018	4018	4018	4018	4018	4018	4018	4018	4018	4018
R2 ajustado	0.81	0.82	0.84	0.88	0.81	0.82	0.84	0.88	0.81	0.82	0.84	0.88

t-estatístico entre parêntesis;*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

ANEXO B.2. Estimacões auxiliares: Secção 4.1.6

Participação às Autárquicas 2001: Estimacões auxiliares

	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)	(1)	(2)	(3)	(4)
	OLS	FGLS	WLS	FGLS 2	OLS	FGLS	WLS	FGLS 2	OLS	FGLS	WLS	FGLS 2
Remuneração Real 2001	-0.0035 (-1.25)	-0.0048* (-1.95)	0.0001 (0.68)	0.00004 (0.33)	-0.0070*** (-3.16)	-0.0077*** (-4.05)	-0.0002* (-1.90)	-0.00022** (-2.36)	-0.0036 (-1.28)	-0.0048* (-1.93)	0.0001 (0.66)	0.00005 (0.35)
Taxa de Desemprego	-0.0482* (-1.68)	-0.0528* (-1.75)	-0.0082*** (-3.12)	-0.00941*** (-3.31)								
Contribuição Autárquica 2000	-0.1763*** (-3.14)	-0.1940*** (-3.81)	-0.0054** (-2.05)	-0.00594** (-2.57)	-0.2766*** (-4.04)	-0.2748*** (-4.29)	-0.0126*** (-4.49)	-0.01126*** (-3.84)	-0.1709*** (-3.04)	-0.1896*** (-3.78)	-0.0049* (-1.85)	-0.00545** (-2.33)
Área urbana	-1.7422*** (-4.65)	-1.5222*** (-4.44)	-0.0881*** (-5.73)	-0.09007*** (-6.12)	-1.9656*** (-5.21)	-1.7178*** (-5.02)	-0.1018*** (-7.21)	-0.09755*** (-6.70)	-1.7377*** (-4.63)	-1.5120*** (-4.41)	-0.0888*** (-5.69)	-0.09076*** (-6.12)
Pop. ensino superior	-0.0902* (-1.91)	-0.1056** (-2.31)	0.0019 (1.19)	0.00227 (1.48)	-0.0645 (-1.40)	-0.0749* (-1.71)	0.0028* (1.74)	0.00267** (1.97)	-0.0908* (-1.91)	-0.1079** (-2.38)	0.0019 (1.18)	0.00220 (1.39)
Taxa de analfabetismo	0.0021 (0.078)	0.0000 (0.00045)	0.0047*** (3.15)	0.00543*** (3.34)	0.0109 (0.40)	0.0123 (0.47)	0.0047*** (3.06)	0.00468*** (2.78)	-0.0002 (-0.0087)	-0.0028 (-0.11)	0.0043*** (2.83)	0.00484*** (2.95)
Pop. casada	-0.0945** (-2.40)	-0.0952** (-2.35)	-0.0124*** (-5.13)	-0.01215*** (-4.70)	-0.0885** (-2.45)	-0.0992*** (-2.60)	-0.0079*** (-3.58)	-0.00698*** (-2.95)	-0.0938** (-2.37)	-0.0930** (-2.31)	-0.0125*** (-5.06)	-0.01233*** (-4.64)
Densidade populacional	0.0554 (0.43)	0.0823 (0.50)	-0.0073** (-2.27)	-0.00781*** (-2.62)	-0.0025 (-0.022)	-0.0064 (-0.053)	-0.0069** (-2.40)	-0.00701*** (-2.61)	0.0552 (0.43)	0.0796 (0.48)	-0.0075** (-2.36)	-0.00812*** (-2.70)
Pop. entre 20 e 34 anos	0.0072 (0.15)	-0.0105 (-0.21)	0.0015 (0.45)	0.00033 (0.097)	-0.0373 (-0.79)	-0.0574 (-1.23)	-0.0005 (-0.16)	-0.00029 (-0.096)	0.0076 (0.16)	-0.0080 (-0.16)	0.0016 (0.46)	0.00044 (0.13)
Pop. reformada	0.0895*** (4.29)	0.0790*** (3.81)	0.0080*** (3.92)	0.00787*** (3.58)	0.0836*** (4.03)	0.0756*** (3.68)	0.0063*** (4.07)	0.00738*** (4.43)	0.0897*** (4.27)	0.0798*** (3.81)	0.0081*** (3.90)	0.00786*** (3.58)
Votantes não residentes	-0.0841*** (-4.77)	-0.0750*** (-4.01)	-0.0017* (-1.65)	-0.00132 (-1.19)	-0.0797*** (-4.48)	-0.0677*** (-3.56)	-0.0019* (-1.93)	-0.00158 (-1.45)	-0.0849*** (-4.83)	-0.0771*** (-4.16)	-0.0017 (-1.65)	-0.00143 (-1.26)
Competitividade	-0.0670*** (-7.87)	-0.0635*** (-8.50)	-0.0021*** (-4.38)	-0.00193*** (-3.88)	-0.0672*** (-7.83)	-0.0618*** (-8.22)	-0.0019*** (-4.67)	-0.00176*** (-3.79)	-0.0667*** (-7.84)	-0.0634*** (-8.48)	-0.0021*** (-4.39)	-0.00192*** (-3.90)
Presidentes Câmara PS	-0.8494** (-2.08)	-0.7267* (-1.81)	-0.0354 (-1.51)	-0.02597 (-1.12)	-0.8441** (-2.22)	-0.7594** (-2.06)	-0.0249 (-1.42)	-0.01956 (-1.06)	-0.8506** (-2.07)	-0.7287* (-1.80)	-0.0338 (-1.42)	-0.02302 (-0.98)
Coligações	0.7152 (1.29)	0.9709* (1.86)	0.0626** (2.28)	0.07735*** (2.68)	0.6330 (1.17)	0.9274* (1.94)	0.0498** (2.33)	0.06117*** (2.67)	0.7171 (1.28)	0.9636* (1.83)	0.0613** (2.21)	0.07427*** (2.60)
Grupos de cidadãos	2.0700*** (3.48)	1.6773*** (3.02)	0.1528*** (3.20)	0.14736*** (3.03)	1.8626*** (3.19)	1.5146*** (2.82)	0.1344*** (2.64)	0.15319*** (2.69)	2.1053*** (3.53)	1.7202*** (3.09)	0.1574*** (3.53)	0.15097*** (3.40)
Participação (eleição anterior)	0.7971*** (40.1)	0.8120*** (46.5)	0.0381*** (30.1)	0.03734*** (29.3)	0.7883*** (43.0)	0.8117*** (50.9)	0.0367*** (31.1)	0.03586*** (28.8)	0.7976*** (39.9)	0.8125*** (46.0)	0.0384*** (29.1)	0.03784*** (28.1)
Taxa de emprego 2001					0.0882*** (2.95)	0.0849*** (2.80)	0.0058*** (4.81)	0.00549*** (4.09)				
Desemprego Relativo (Distrito)									-0.2707 (-1.36)	-0.3152 (-1.51)	-0.0526*** (-3.07)	-0.06140*** (-3.33)
Constante	23.2743*** (8.06)	23.5999*** (9.05)	-1.3458*** (-7.49)	-1.26250*** (-7.18)	24.5298*** (8.66)	24.3144*** (9.34)	-1.4303*** (-7.61)	-1.43614*** (-7.37)	23.1970*** (8.02)	23.3924*** (8.97)	-1.3632*** (-7.31)	-1.28704*** (-7.00)
Observações	4009	4009	4009	4009	4009	4009	4009	4009	4009	4009	4009	4009
R2 Ajustado	0.69	0.71	0.81	0.81	0.70	0.73	0.82	0.83	0.69	0.71	0.81	0.81

t-estatístico entre parêntesis;*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Participação às Autárquicas 2001: Estimções auxiliares

	(1) OLS	(2) FGLS	(3) WLS	(4) FGLS 2	(1) OLS	(2) FGLS	(3) WLS	(4) FGLS 2	(1) OLS	(2) FGLS	(3) WLS	(4) FGLS 2
Índice de Rendimento 2001	0.0513*** (7.73)	0.0527*** (7.85)	0.0020*** (8.32)	0.00189*** (7.16)								
Desemprego Relativo	-0.3143* (-1.88)	-0.3902** (-2.16)	-0.0261** (-2.40)	-0.03329** (-2.48)	-0.3124* (-1.88)	-0.3881** (-2.15)	-0.0262** (-2.41)	-0.03446** (-2.54)	-0.3321* (-1.94)	-0.3843** (-2.11)	-0.0368*** (-3.10)	-0.03778*** (-2.88)
Contribuição Autárquica 2000	-0.3062*** (-4.88)	-0.3005*** (-5.45)	-0.0102*** (-4.32)	-0.00959*** (-3.78)	-0.3072*** (-4.87)	-0.3000*** (-5.43)	-0.0101*** (-4.21)	-0.00948*** (-3.75)				
Área urbana	-1.6358*** (-4.57)	-1.4790*** (-4.55)	-0.0892*** (-5.94)	-0.08657*** (-5.33)	-1.6648*** (-4.65)	-1.5040*** (-4.64)	-0.0897*** (-5.95)	-0.08321*** (-4.88)	-1.7812*** (-4.84)	-1.6471*** (-4.81)	-0.0937*** (-5.70)	-0.09505*** (-6.15)
Pop. ensino superior	-0.1404*** (-3.40)	-0.1400*** (-3.63)	0.0014 (0.78)	0.00188 (1.18)	-0.1389*** (-3.38)	-0.1392*** (-3.64)	0.0014 (0.81)	0.00171 (1.04)	-0.1014** (-2.18)	-0.1009** (-2.16)	0.0018 (1.01)	0.00208 (1.25)
Taxa de analfabetismo	-0.0026 (-0.098)	0.0017 (0.063)	0.0038** (2.45)	0.00436** (2.26)	-0.0021 (-0.080)	0.0021 (0.081)	0.0039** (2.51)	0.00468** (2.47)	-0.0010 (-0.037)	-0.0002 (-0.0090)	0.0041** (2.49)	0.00440** (2.58)
Pop. casada	-0.0680** (-2.01)	-0.0791** (-2.32)	-0.0070*** (-3.29)	-0.00609** (-2.43)	-0.0688** (-2.04)	-0.0804** (-2.36)	-0.0072*** (-3.36)	-0.00638** (-2.54)	-0.0974** (-2.52)	-0.1026*** (-2.60)	-0.0115*** (-4.37)	-0.01126*** (-4.08)
Densidade populacional	-0.2815*** (-2.63)	-0.2224** (-2.45)	-0.0102*** (-2.98)	-0.00813*** (-2.62)	-0.2815*** (-2.60)	-0.2243** (-2.46)	-0.0103*** (-3.02)	-0.00812** (-2.59)	0.0388 (0.32)	0.0730 (0.50)	-0.0073** (-2.41)	-0.00824*** (-2.83)
Pop. entre 20 e 34 anos	0.0049 (0.10)	-0.0163 (-0.34)	0.0005 (0.16)	0.00076 (0.21)	0.0022 (0.046)	-0.0193 (-0.40)	0.0004 (0.12)	0.00053 (0.14)	0.0224 (0.46)	-0.0011 (-0.023)	0.0032 (0.93)	0.00184 (0.55)
Pop. reformada	0.0781*** (3.71)	0.0683*** (3.35)	0.0052*** (3.45)	0.00657*** (3.21)	0.0786*** (3.74)	0.0694*** (3.41)	0.0053*** (3.53)	0.00659*** (3.40)	0.0903*** (4.42)	0.0829*** (4.07)	0.0078*** (4.10)	0.00772*** (3.75)
Votantes não residentes	-0.0871*** (-5.39)	-0.0745*** (-4.35)	-0.0023** (-2.06)	-0.00107 (-0.83)	-0.0874*** (-5.42)	-0.0749*** (-4.39)	-0.0023** (-2.08)	-0.00140 (-1.07)	-0.0857*** (-4.81)	-0.0752*** (-4.00)	-0.0018* (-1.75)	-0.00146 (-1.33)
Competitividade	-0.0638*** (-7.56)	-0.0603*** (-7.97)	-0.0015*** (-3.34)	-0.00114** (-2.33)	-0.0638*** (-7.56)	-0.0603*** (-7.97)	-0.0015*** (-3.32)	-0.00121** (-2.38)	-0.0657*** (-7.71)	-0.0619*** (-8.13)	-0.0020*** (-4.32)	-0.00189*** (-3.80)
Presidentes Câmara PS	-0.5991 (-1.56)	-0.5222 (-1.38)	0.0116 (0.73)	0.02173 (1.26)	-0.6030 (-1.58)	-0.5271 (-1.40)	0.0111 (0.69)	0.02069 (1.17)	-0.8421** (-2.03)	-0.7483* (-1.82)	-0.0346 (-1.49)	-0.02692 (-1.17)
Coligações	0.3166 (0.57)	0.4644 (0.92)	0.0107 (0.48)	0.01014 (0.41)	0.3047 (0.55)	0.4505 (0.89)	0.0097 (0.43)	0.00674 (0.27)	0.6946 (1.24)	0.9562* (1.81)	0.0580** (2.05)	0.07251** (2.45)
Grupos de cidadãos	2.0701*** (3.45)	1.7729*** (3.08)	0.1555*** (3.30)	0.16539*** (3.14)	2.0629*** (3.44)	1.7680*** (3.07)	0.1560*** (3.29)	0.16677*** (3.11)	2.1649*** (3.64)	1.8645*** (3.35)	0.1662*** (3.81)	0.16250*** (3.75)
Participação (eleição anterior)	0.8095*** (42.1)	0.8341*** (47.0)	0.0387*** (31.8)	0.03833*** (30.2)	0.8094*** (42.2)	0.8339*** (47.1)	0.0387*** (31.6)	0.03842*** (29.6)	0.7967*** (39.2)	0.8121*** (44.4)	0.0384*** (29.1)	0.03786*** (28.3)
Sales Index 2001					0.0590*** (7.48)	0.0610*** (7.74)	0.0023*** (8.05)	0.00223*** (7.08)				
Remuneração Real 2001									-0.0053* (-1.91)	-0.0061** (-2.48)	0.0000 (0.13)	-0.00003 (-0.27)
Investimento CM 2000									0.0222 (1.51)	0.0167 (1.18)	0.0016 (1.52)	0.00140 (1.28)
Constante	19.7407*** (7.89)	19.0725*** (7.80)	-1.5738*** (-10.2)	-1.66097*** (-8.90)	19.7847*** (7.90)	19.1462*** (7.83)	-1.5683*** (-10.0)	-1.64911*** (-8.68)	23.1803*** (7.93)	23.4574*** (8.96)	-1.4686*** (-7.38)	-1.39484*** (-7.29)
Observações	4009	4009	4009	4009	4009	4009	4009	4009	4009	4009	4009	4009
R2 Ajustado	0.70	0.73	0.82	0.82	0.70	0.73	0.82	0.83	0.69	0.71	0.81	0.81

t-estatístico entre parêntesis;*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Participação às Autárquicas 2001: Estimções auxiliares

	(1) OLS	(2) FGLS	(3) WLS	(4) FGLS 2	(1) OLS	(2) FGLS	(3) WLS	(4) FGLS 2	(1) OLS	(2) FGLS	(3) WLS	(4) FGLS 2
Remunerao Real 2001	-0.0036 (-1.27)	-0.0048* (-1.91)	0.0001 (0.72)	0.00005 (0.37)								
Taxa cresc. Emprego	0.0001 (0.0082)	0.0014 (0.099)	0.0001 (0.082)	0.00031 (0.28)								
Contribuio Autárquica 2000	-0.1658*** (-2.97)	-0.1837*** (-3.69)	-0.0049* (-1.78)	-0.00539** (-2.18)	-0.2161*** (-3.34)	-0.2410*** (-4.34)	-0.0047* (-1.68)	-0.00581** (-2.21)	-0.2154*** (-3.33)	-0.2405*** (-4.34)	-0.0048* (-1.72)	-0.00585** (-2.23)
Área urbana	-1.7357*** (-4.68)	-1.5119*** (-4.46)	-0.0919*** (-5.80)	-0.09485*** (-6.34)	-1.7215*** (-4.59)	-1.4273*** (-4.16)	-0.0905*** (-5.62)	-0.08880*** (-5.74)	-1.7214*** (-4.59)	-1.4215*** (-4.15)	-0.0907*** (-5.64)	-0.08831*** (-5.70)
Pop. ensino superior	-0.0913* (-1.91)	-0.1066** (-2.32)	0.0023 (1.40)	0.00294* (1.81)	-0.1121** (-2.16)	-0.1424*** (-3.04)	0.0026* (1.69)	0.00256 (1.50)	-0.1123** (-2.16)	-0.1432*** (-3.07)	0.0027* (1.73)	0.00258 (1.51)
Taxa de analfabetismo	-0.0010 (-0.035)	-0.0032 (-0.12)	0.0042*** (2.73)	0.00476*** (2.83)	0.0006 (0.021)	-0.0012 (-0.043)	0.0038** (2.31)	0.00427** (2.43)	0.0006 (0.022)	-0.0012 (-0.043)	0.0038** (2.35)	0.00436** (2.48)
Pop. casada	-0.0917** (-2.33)	-0.0906** (-2.24)	-0.0119*** (-4.68)	-0.01172*** (-4.32)	-0.1003*** (-2.79)	-0.1011*** (-2.79)	-0.0114*** (-4.30)	-0.01113*** (-4.04)	-0.1005*** (-2.81)	-0.1012*** (-2.81)	-0.0114*** (-4.31)	-0.01113*** (-4.02)
Densidade populacional	0.0501 (0.39)	0.0717 (0.43)	-0.0081** (-2.55)	-0.00938*** (-3.13)	-0.0065 (-0.044)	-0.0420 (-0.23)	-0.0067* (-1.88)	-0.00781** (-2.28)	-0.0063 (-0.042)	-0.0467 (-0.26)	-0.0067* (-1.89)	-0.00784** (-2.27)
Pop. entre 20 e 34 anos	0.0072 (0.15)	-0.0144 (-0.29)	0.0018 (0.54)	0.00065 (0.19)	0.0099 (0.20)	-0.0001 (-0.0013)	0.0017 (0.49)	0.00103 (0.29)	0.0102 (0.21)	0.0012 (0.025)	0.0016 (0.47)	0.00111 (0.31)
Pop. reformada	0.0874*** (4.23)	0.0748*** (3.69)	0.0076*** (3.70)	0.00739*** (3.29)	0.0875*** (4.11)	0.0768*** (3.67)	0.0079*** (3.78)	0.00788*** (3.46)	0.0874*** (4.10)	0.0771*** (3.69)	0.0080*** (3.77)	0.00799*** (3.48)
Votantes não residentes	-0.0849*** (-4.82)	-0.0774*** (-4.12)	-0.0015 (-1.34)	-0.00114 (-0.92)	-0.0818*** (-4.84)	-0.0749*** (-4.22)	-0.0019** (-2.04)	-0.00147 (-1.36)	-0.0818*** (-4.85)	-0.0751*** (-4.23)	-0.0019** (-2.06)	-0.00144 (-1.34)
Competitividade	-0.0663*** (-7.78)	-0.0630*** (-8.45)	-0.0020*** (-4.28)	-0.00189*** (-3.81)	-0.0655*** (-7.68)	-0.0628*** (-8.28)	-0.0020*** (-4.42)	-0.00185*** (-3.82)	-0.0655*** (-7.67)	-0.0629*** (-8.27)	-0.0020*** (-4.44)	-0.00187*** (-3.83)
Presidentes Câmara PS	-0.8494** (-2.06)	-0.7143* (-1.75)	-0.0363 (-1.48)	-0.02730 (-1.13)	-0.8382** (-2.08)	-0.6982* (-1.76)	-0.0402 (-1.51)	-0.02511 (-0.96)	-0.8381** (-2.08)	-0.6987* (-1.76)	-0.0403 (-1.52)	-0.02511 (-0.96)
Coligaes	0.7243 (1.26)	0.9907* (1.85)	0.0593** (2.05)	0.07537** (2.49)	0.6536 (1.18)	0.8100 (1.58)	0.0672** (2.41)	0.07327** (2.42)	0.6541 (1.18)	0.8106 (1.58)	0.0665** (2.40)	0.07263** (2.40)
Grupos de cidadãos	2.0951*** (3.52)	1.7205*** (3.10)	0.1585*** (3.55)	0.15014*** (3.34)	2.1266*** (3.51)	1.7368*** (3.03)	0.1603*** (3.57)	0.15533*** (3.39)	2.1268*** (3.51)	1.7360*** (3.03)	0.1607*** (3.57)	0.15649*** (3.38)
Participao (eleio anterior)	0.7982*** (39.9)	0.8136*** (45.8)	0.0388*** (28.4)	0.03824*** (27.9)	0.8051*** (43.2)	0.8202*** (49.7)	0.0381*** (32.5)	0.03794*** (31.7)	0.8051*** (43.2)	0.8196*** (49.6)	0.0381*** (32.5)	0.03793*** (31.7)
Taxa cresc. Índice Rendimento					-0.0100 (-0.25)	-0.0094 (-0.24)	0.0033 (1.08)	0.00288 (0.91)				
Desemprego Relativo					-0.3498** (-2.04)	-0.3954** (-2.19)	-0.0370*** (-3.10)	-0.03876*** (-2.82)	-0.3499** (-2.04)	-0.3923** (-2.17)	-0.0369*** (-3.10)	-0.03921*** (-2.83)
Taxa cresc. Sales Index					-1.4652 (-0.26)	-1.1291 (-0.22)	0.4043 (0.98)	0.33817 (0.81)				
Constante	22.8149*** (7.99)	23.0613*** (8.82)	-1.4823*** (-7.64)	-1.40785*** (-7.40)	21.2605*** (8.78)	20.8548*** (8.79)	-1.3666*** (-7.91)	-1.36005*** (-7.58)	21.2636*** (8.80)	20.8732*** (8.84)	-1.3642*** (-7.88)	-1.36420*** (-7.51)
Observaes	4009	4009	4009	4009	4009	4009	4009	4009	4009	4009	4009	4009
R2 Ajustado	0.69	0.71	0.81	0.81	0.69	0.70	0.81	0.81	0.69	0.70	0.81	0.81

t-estatístico entre parêntesis;*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Participação às Autárquicas 2001: Estimções auxiliares

	(1) OLS	(2) FGLS	(3) WLS	(4) FGLS 2	(1) OLS	(2) FGLS	(3) WLS	(4) FGLS 2	(1) OLS	(2) FGLS	(3) WLS	(4) FGLS 2
Taxa cresc. Remunerao Real	0.0511 (0.86)	0.0490 (0.89)	0.0041 (0.73)	0.00396 (0.71)								
Desemprego Relativo	-0.3462** (-2.03)	-0.3875** (-2.11)	-0.0383*** (-3.11)	-0.04066*** (-2.95)	-0.3428** (-2.01)	-0.4404** (-2.41)	-0.0363*** (-3.11)	-0.03720*** (-2.87)	-0.3194* (-1.89)	-0.3480* (-1.88)	-0.0362*** (-3.10)	-0.03787*** (-2.95)
Contribuio Autarquia 2000	-0.2147*** (-3.34)	-0.2374*** (-4.39)	-0.0034 (-1.08)	-0.00438 (-1.51)								
rea urbana	-1.7220*** (-4.57)	-1.4509*** (-4.20)	-0.0918*** (-5.83)	-0.09304*** (-6.10)	-1.9258*** (-5.24)	-1.6677*** (-4.80)	-0.0955*** (-5.80)	-0.09684*** (-6.34)	-1.8982*** (-5.08)	-1.6849*** (-4.79)	-0.0955*** (-5.76)	-0.09795*** (-6.28)
Pop. ensino superior	-0.1109** (-2.16)	-0.1361*** (-2.81)	0.0025 (1.55)	0.00270 (1.63)	-0.0841* (-1.84)	-0.0829* (-1.76)	0.0019 (1.18)	0.00242 (1.46)	-0.0939** (-2.00)	-0.1000** (-2.11)	0.0020 (1.18)	0.00225 (1.35)
Taxa de analfabetismo	0.0005 (0.017)	-0.0015 (-0.055)	0.0040*** (2.63)	0.00452*** (2.76)	0.0006 (0.023)	0.0049 (0.19)	0.0046*** (2.90)	0.00491*** (2.93)	0.0010 (0.039)	0.0026 (0.097)	0.0046*** (2.90)	0.00505*** (3.01)
Pop. casada	-0.0990*** (-2.73)	-0.1017*** (-2.75)	-0.0121*** (-4.48)	-0.01177*** (-4.21)	-0.1005*** (-2.63)	-0.1040*** (-2.63)	-0.0118*** (-4.32)	-0.01145*** (-4.06)	-0.0967** (-2.49)	-0.0969** (-2.48)	-0.0118*** (-4.47)	-0.01136*** (-4.10)
Densidade populacional	-0.0114 (-0.076)	-0.0324 (-0.18)	-0.0075** (-2.07)	-0.00868*** (-2.60)	0.0399 (0.32)	0.0610 (0.39)	-0.0075** (-2.58)	-0.00899*** (-3.09)	0.0377 (0.30)	0.0540 (0.34)	-0.0078** (-2.53)	-0.00840*** (-2.86)
Pop. entre 20 e 34 anos	0.0066 (0.14)	-0.0061 (-0.12)	0.0019 (0.55)	0.00119 (0.34)	0.0056 (0.12)	-0.0194 (-0.40)	0.0025 (0.74)	0.00125 (0.38)	-0.0016 (-0.034)	-0.0195 (-0.41)	0.0025 (0.76)	0.00136 (0.39)
Pop. reformada	0.0875*** (4.14)	0.0754*** (3.64)	0.0082*** (3.67)	0.00803*** (3.35)	0.0936*** (4.57)	0.0808*** (3.98)	0.0081*** (4.09)	0.00773*** (3.67)	0.0909*** (4.40)	0.0786*** (3.95)	0.0081*** (4.06)	0.00771*** (3.61)
Votantes no residentes	-0.0816*** (-4.82)	-0.0728*** (-4.09)	-0.0016 (-1.60)	-0.00099 (-0.89)	-0.0854*** (-4.90)	-0.0757*** (-4.03)	-0.0016 (-1.53)	-0.00135 (-1.16)	-0.0829*** (-4.67)	-0.0731*** (-3.88)	-0.0016 (-1.43)	-0.00115 (-0.96)
Competitividade	-0.0655*** (-7.73)	-0.0630*** (-8.43)	-0.0021*** (-4.57)	-0.00201*** (-4.04)	-0.0634*** (-8.76)	-0.0607*** (-8.51)	-0.0019*** (-4.21)	-0.00175*** (-3.56)	-0.0649*** (-8.45)	-0.0639*** (-8.26)	-0.0020*** (-4.24)	-0.00187*** (-3.74)
Presidentes Cmara PS	-0.8495** (-2.06)	-0.7257* (-1.81)	-0.0406 (-1.42)	-0.02958 (-1.07)	-0.8805** (-2.15)	-0.7965* (-1.95)	-0.0365 (-1.49)	-0.02641 (-1.10)	-0.8857** (-2.18)	-0.7807* (-1.96)	-0.0372 (-1.53)	-0.02793 (-1.16)
Coligaes	0.6627 (1.22)	0.8584* (1.71)	0.0632** (2.19)	0.07290** (2.36)	0.8283* (1.67)	1.0288** (2.09)	0.0614** (2.20)	0.07454*** (2.61)	0.8265 (1.62)	0.9857* (1.91)	0.0581** (2.05)	0.07189** (2.39)
Grupos de cidadaes	2.0851*** (3.49)	1.7169*** (3.03)	0.1597*** (3.54)	0.15333*** (3.39)	2.1072*** (3.99)	1.9043*** (3.64)	0.1634*** (3.53)	0.16068*** (3.44)	2.1220*** (3.61)	1.8267*** (3.27)	0.1630*** (3.54)	0.15654*** (3.39)
Participao (eleio anterior)	0.8051*** (43.3)	0.8203*** (49.8)	0.0381*** (33.3)	0.03782*** (32.6)	0.7964*** (40.5)	0.8122*** (44.5)	0.0388*** (28.6)	0.03810*** (28.3)	0.7954*** (41.3)	0.8103*** (46.9)	0.0387*** (29.1)	0.03816*** (28.2)
Remunerao Real 2001					-0.0060** (-2.20)	-0.0067*** (-2.63)	0.0000 (0.33)	-0.00001 (-0.058)	-0.0058** (-2.17)	-0.0064*** (-2.64)	0.0001 (0.38)	0.00000 (0.021)
Taxa cresc. Cont. Autarquia									-0.0190 (-1.32)	-0.0157 (-1.36)	-0.0004 (-1.03)	-0.00032 (-1.50)
Taxa cresc. Investimento CM					-0.0110** (-2.36)	-0.0074* (-1.69)	-0.0002 (-0.86)	-0.00016 (-0.65)				
Constante	21.1797*** (8.74)	20.9155*** (8.82)	-1.3448*** (-8.00)	-1.33332*** (-7.77)	24.7822*** (9.65)	24.7990*** (10.0)	-1.4501*** (-7.13)	-1.37781*** (-7.28)	24.6645*** (9.53)	24.5031*** (9.67)	-1.4535*** (-7.50)	-1.39154*** (-7.29)
Observaes	4009	4009	4009	4009	4009	4009	4009	4009	4009	4009	4009	4009
R2 Ajustado	0.69	0.71	0.81	0.81	0.70	0.71	0.81	0.80	0.69	0.71	0.81	0.81

t-estatístico entre parêntesis; *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

ANEXO B.3. Estimações auxiliares: Secção 4.2.

Estimações com duas variáveis económicas nacionais por regressão: Autárquicas

	(1)	(2)	(3)	(4)
	GMM	GMM	GMM	GMM
Densidade Populacional	0.088 (1.300)	0.088 (1.300)	0.088 (1.300)	0.088 (1.300)
População mais 65	0.149*** (4.487)	0.149*** (4.487)	0.149*** (4.487)	0.149*** (4.487)
População Sector Terciário	-0.070*** (-7.266)	-0.070*** (-7.266)	-0.070*** (-7.266)	-0.070*** (-7.266)
Taxa de Analfabetismo	-0.062** (-2.098)	-0.062** (-2.098)	-0.062** (-2.098)	-0.062** (-2.098)
Taxa Desemprego (-1)		-0.551*** (-6.486)	-0.403*** (-4.960)	
Taxa Inflação (-1)	-7.731*** (-6.486)		-2.086*** (-5.445)	
PIB Real (-1)				5.708*** (6.486)
Salário Real (-1)	1.181*** (4.960)	-0.436*** (-5.445)		-4.167*** (-6.900)
Competitividade	-0.098*** (-7.409)	-0.098*** (-7.409)	-0.098*** (-7.409)	-0.098*** (-7.409)
Nr. Efectivo de Partidos	-2.176*** (-5.435)	-2.176*** (-5.434)	-2.176*** (-5.434)	-2.176*** (-5.434)
Grupos de cidadãos	3.517*** (4.566)	3.517*** (4.566)	3.517*** (4.566)	3.517*** (4.566)
Governo simultâneo	-0.178 (-0.911)	-0.178 (-0.911)	-0.178 (-0.911)	-0.178 (-0.911)
Participação (-1)	0.773*** (47.18)	0.773*** (47.18)	0.773*** (47.18)	0.773*** (47.18)
Constante	41.851*** (12.09)	27.585*** (12.67)	31.434*** (13.31)	15.992*** (6.542)
Observações	2199	2199	2199	2199
Hansen (p-value)	247.5 (0.145)	247.5 (0.145)	247.5 (0.145)	247.5 (0.145)
Grupos / instrumentos	275 / 242	275 / 242	275 / 242	275 / 242
Teste AR1 (p-value)	-9.885 (0.00)	-9.885 (0.00)	-9.885 (0.00)	-9.885 (0.00)
Teste AR2 (p-value)	-0.818 (0.413)	-0.818 (0.413)	-0.818 (0.413)	-0.818 (0.413)

t-estatístico entre parêntesis; *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Efeitos fixos com variáveis económicas nacionais: Autárquicas

	(1)	(2)	(3)	(4)
	FE	FE	FE	FE
Densidade Populacional	0.538** (2.223)	0.538** (2.223)	0.538** (2.223)	0.538** (2.223)
População mais 65	0.038 (0.524)	0.038 (0.524)	0.038 (0.524)	0.038 (0.524)
População Sector Terciário	-0.005 (-0.200)	-0.005 (-0.200)	-0.005 (-0.200)	-0.005 (-0.200)
Taxa de Analfabetismo	-0.111** (-2.168)	-0.111** (-2.168)	-0.111** (-2.168)	-0.111** (-2.168)
Competitividade	-0.080*** (-11.46)	-0.080*** (-11.46)	-0.080*** (-11.46)	-0.080*** (-11.46)
Nr. Efectivo de Partidos	-1.954*** (-9.189)	-1.954*** (-9.189)	-1.954*** (-9.189)	-1.954*** (-9.189)
Grupos de cidadãos	3.030*** (6.656)	3.030*** (6.656)	3.030*** (6.656)	3.030*** (6.656)
Governo simultâneo	-0.126 (-0.848)	-0.126 (-0.848)	-0.126 (-0.848)	-0.126 (-0.848)
Participação (-1)	0.546*** (28.12)	0.546*** (28.12)	0.546*** (28.12)	0.546*** (28.12)
Taxa Desemprego (-1)	-0.021 (-0.220)			
Taxa Inflação (-1)		0.109 (0.220)		
PIB Real (-1)			0.023 (0.220)	
Salário Real (-1)				0.017 (0.220)
Constante	35.978*** (15.46)	35.578*** (11.95)	35.802*** (14.47)	35.833*** (14.75)
Observações	2199	2199	2199	2199
R2 Ajustado	0.641	0.641	0.641	0.641
Grupos	275	275	275	275

t-estatístico entre parêntesis; *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

ANEXO B.4. Estimacões auxiliares: Capitulo 8.

Resultados para a funcao de voto: Economia Regional (Efeitos fixos)

	FE (1)	FE (2)	FE (3)	FE (4)	FE (5)	FE (6)
Participação	-2.072*** (-10.8)	-2.192*** (-11.4)	-2.174*** (-11.1)	-2.176*** (-11.1)	-2.173*** (-11.1)	-0.919*** (-6.26)
Taxa Desemprego (NAC) (-1)	-0.712 (-0.68)					
PIB Real (NAC) (-1)		0.758* (1.67)	0.783* (1.70)	0.781* (1.70)	0.785* (1.70)	4.075*** (14.7)
Taxa Desemprego (NUTS) (-1)	-1.162*** (-4.65)					
PIB Real (NUTS) (-1)		-0.056 (-0.42)				
Índice Rendimento (-1)			0.072 (0.42)			
Sales Index (-1)				0.037 (0.21)		
Indicador Fiscalidade (-1)					0.049 (0.56)	
Remunerações reais (-1)						-0.082 (-1.49)
População	-2.406 (-1.08)	-2.590 (-1.25)	-2.422 (-1.19)	-2.427 (-1.20)	-2.417 (-1.19)	-4.291** (-2.22)
Governo Simultâneo	4.803*** (9.36)	4.974*** (9.68)	4.955*** (9.62)	4.953*** (9.62)	4.960*** (9.62)	7.611*** (13.9)
Votos Governo (-1)	0.321*** (8.16)	0.311*** (7.76)	0.311*** (7.78)	0.311*** (7.78)	0.311*** (7.78)	0.083*** (2.61)
Votos Governo (-2)	-0.623*** (-21.2)	-0.615*** (-20.4)	-0.618*** (-20.9)	-0.618*** (-20.9)	-0.618*** (-20.9)	-0.228*** (-7.96)
Observações	1103	1103	1103	1103	1103	1653
R2 Ajustado	0.63	0.62	0.62	0.62	0.62	0.56

t-estatístico entre parêntesis;*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Resultados para a participação: Economia Regional (Efeitos fixos)

	FE (1)	FE (2)	FE (3)	FE (4)	FE (5)	FE (6)
Votos Governo	-0.083*** (-14.6)	-0.084*** (-15.3)	-0.084*** (-15.0)	-0.084*** (-15.0)	-0.084*** (-15.0)	-0.049*** (-9.65)
Taxa Desemprego (NAC) (-1)	2.290*** (21.6)					
PIB Real (NAC) (-1)		-1.067*** (-27.4)	-1.065*** (-26.9)	-1.065*** (-26.9)	-1.065*** (-26.9)	-0.862*** (-14.9)
Taxa Desemprego (NUTS) (-1)	0.076* (1.67)					
PIB Real (NUTS) (-1)		-0.072*** (-3.97)				
Índice Rendimento (-1)			-0.075* (-1.81)			
Sales Index (-1)				-0.088** (-2.12)		
Indicador Fiscalidade (-1)					-0.041*** (-2.68)	
Remunerações reais (-1)						-0.002 (-0.16)
População	-0.449 (-1.22)	-0.656* (-1.85)	-0.465 (-1.24)	-0.468 (-1.24)	-0.467 (-1.24)	-0.095 (-0.23)
Governo Simultâneo	0.201* (1.86)	0.220** (2.07)	0.198* (1.82)	0.199* (1.83)	0.194* (1.78)	-0.028 (-0.27)
Competitividade	0.004 (0.49)	0.006 (0.79)	0.003 (0.42)	0.003 (0.42)	0.003 (0.42)	0.029*** (6.26)
Participação (-1)	0.187*** (4.57)	0.173*** (4.29)	0.187*** (4.55)	0.187*** (4.54)	0.188*** (4.57)	0.243*** (9.37)
Observações	1103	1103	1103	1103	1103	1656
R2 Ajustado	0.75	0.76	0.75	0.75	0.75	0.85

t-estatístico entre parêntesis;*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

BIBLIOGRAFIA

- Abramson, P. and R. Inglehart. 1987. "Generalist Replacement and post-Materialist Values." *The Journal of Politics*, 48, 231-41.
- Abramson, P., S. Elis, and R. Inglehart. 1997. "Research in Context: Measuring Value Change." *Political Behavior*, 1, 41-59.
- Aidt, T. 2000. "Economic Voting and Information." *Electoral Studies*, 19:2, 349-62.
- Aldrich, J. 1993. "Rational Choice and Turnout." *American Journal of Political Science*, 37:1, 246-78.
- Alford, R. 1962. "A suggested Index of the Association of Social Class and Voting." *Public Opinion Quarterly*, 26, 417-25.
- Amaro de Matos, J., P. Pita Barros, and I. Pereira. 2009. "The Voting Paradox and Social Networks: An Empirical Analysis." Apresentado no 2009 Far East and South Asia Meeting of the Econometric Society, Tóquio, Japão.
- Anderson, C. 1995. *Blaming the Government: Citizens and the Economy in Five European Democracies*. Armonk, NY: ME Sharpe.
- Anderson, C. 2000. "Economic Voting and Political Context: A Comparative Perspective." *Electoral Studies*, 19, 151-70.
- Anderson, C. 2006. "Economic Voting and Multilevel Governance: A comparative Individual-Level Analysis." *American Journal of Political Science*, 50:2, 449-63.
- Anderson, C. 2007. "The End of Economic Voting? Contingency Dilemmas and the Limits of Democratic Accountability." *Annual Review of Political Science*, 10, 271-96.
- Anderson, C., S. Mendes, and Y Tverdova. 2004. "Endogenous Economic Voting: Evidence from the 1997 British Election." *Electoral Studies*, 23, 683-708.
- Armingeon, K., Philipp Leimgruber, Michelle Beyeler and Sarah Menegale (2005). *Comparative political data set 1960-2003*. Institute of Political Science, University of Berne.
- Ashworth, J, B. Geys, and B. Heyndels. 2006. "Everyone Likes a Winner: an Empirical Test of the Effect of Electoral Closeness on Turnout in a Context of Expressive Voting." *Public Choice*, 128:3-4, 383-405.
- Atkeson, L. and R. Partin. 1995. "Economic and Referendum Voting: A Comparison and Gubernatorial and Senatorial Elections." *American Political Science Review*, 89:1, 99-107.
- Auberger, A. and E. Dubois. 2005. "The Influence of Local and National Economic Conditions

- on French Legislative Elections." *Public Choice*, 125, 363-83.
- Bartels, L. 1996. "Uninformed Votes: Information Effects in Presidential Elections." *American Journal of Political Science*, 40, 194-230.
- Belanger, E. and F. G lineau. 2004. "Electoral Accountability in a Federal State: National and Provincial Economic Voting in Canada." Apresentado no *Annual Meetings of the Canadian Political Science Association*- 2004.
- Bendor, J., D. Diermeier, and M. Ting. 2003. "A Behavioral Model of Turnout." *American Political Science Review*, 93:2, 261-80.
- Bengtsson, A. 2004. "Economic Voting: The Effect of Political Context, Volatility and Turnout on Voters Assignment of Responsibility." *European Journal of Political Research*, 43, 749-67.
- Berelson, B. and W. McPhee. 1954. *Voting: A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign*. Chicago: Chicago University Press.
- Bernhagen, P. and M. Marsh. 2007. "The Partisan Effects of Low Turnout: Analyzing Vote Abstention as a Missing Data Problem." *Electoral Studies*, 26, 548-60.
- Black, J. 1978. "The Multicandidate Calculus of Voting: Application to Canadian Federal Elections." *American Journal of Political Science*, 22:3, 261-80.
- Blais, A. 2000. *To Vote or Not to Vote: The merits and Limits of Rational Choice Theory*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- Blais, A. 2006. "What Affects Voter Turnout?" *Annual Review of Political Science*, 9, 111-25.
- Blais, A. and A. Dobrzynska. 1998. "Turnout in Electoral Democracies." *European Journal of Political Research*, 33, 239-61.
- Blais, A. and K. Carty. 1990. "Does Proportional Representation Foster Voter Turnout?" *European Journal of Political Research*, 18, 167-81.
- Blais, A. and L. Massicotte. 1999. "Mixed Electoral Systems: A Conceptual and Empirical Survey." *Electoral Studies*, 18, 341-66.
- Blount, S. 2002. "Unemployment and Economic Voting." *Electoral Studies*, 21, 91-100.
- Blundel, R. and S. Bond. 1998. "Initial Conditions and Moments Restrictions in Dynamic Panel Data Models." *Journal of Econometrics*, 87, 11-143.
- Buchanan, J. and Y. Yoon. 2006. "All Voting is Strategic." *Public Choice*, 129, 159-67.
- Bufacchi, V. 2001. "Voting, Rationality and Reputation." *Political Studies*, 49, 714-29.
- Cain, B. 1978. "Strategic Voting in Britain." *American Journal of Political Science*, 22, 714-29.
- Campbell, A., P. Converse, W. Miller, and D. Stokes. 1960. *The American Voter*. New York: Wiley.
- Carsey, T. and G. Wright. 1998. "State and National Factors in Gubernatorial and Senatorial Elections." *American Journal of Political Science*, 42:3, 994-1002.

- Cassel, C. 1999. "Voluntary Associations, Churches, and Social Participation Theories of Turnout." *Social Science Quarterly*, 80:3, 504-17.
- Chappell, H. 1990. "Economic Performance, Voting, and Political Support: A Unified Approach." *The Review of Economics and Statistics*, 72:2, 313-20.
- Converse, P. 2000. "Assessing the Capacity of Mass Electorates." *Annual Review of Political Science*, 3, 331-53.
- Costa Lobo, M. 2004. "O Impacto dos Líderes Partidários: Uma Escolha entre Candidatos Pouco Populares," in *Portugal a Votos: As Eleições Legislativas de 2002*. A. Freire, M. Costa Lobo e P Magalhães, eds. Lisboa: ICS, 87-124.
- Davidson, R. and J. MacKinnon. 2004. *Econometric Theory and Methods*. New York: Oxford University Press.
- Delaney, J., M. Masters, and S. Schwochau. 1988. "Unionism and Voter Turnout." *Journal of Labor Research*, IX:3, 221-36.
- DeNardo, J. 1980. "Turnout and the Vote: The Joke is on the Democrats." *American Political Science Review*, 83, 406-20.
- Diamond, L. 1999. *Developing Democracy: Toward Consolidation*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Diaz, A. and C. Riba. 1999. "Catalan Government Popularity: An Example of Economic Effects on Sub-National Government Support." Department of Economics and Business, Universitat Pompeu Fabra, Economics Working Papers, nº 406.
- Dorussen, H. and M. Taylor. 2001. "The Political Context of Issue-priority Voting: Coalitions and Economic Voting in the Netherlands, 1970-1999." *Electoral Studies*, 20, 399-426.
- Downs, A. 1957. *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper Collins Publishers.
- Drazen, A. 2000. *Political Economy in Macroeconomics*. New Jersey: Princeton University Press.
- Dittrich, M. and L. Johansen. 1983. "Voting Turnout in Europe, 1945–1978: Myths and Realities," in *Western European Party Systems*. H. Daalder and P. Mair, eds. London: Sage, 95–114.
- Dubin, J. and G. Kaslow. 1996. "Comparing Absentee and Precinct Voters: A View Over Time." *Political Behavior*, 18:4, 369-92.
- Dunleavy, P. 1979. "The Urban Basis of political Alignment." *British Journal of Political Science*, 9, 409-43.
- Dunleavy, P. 1980. "The Political Implications of Sectional Cleavages and the Growth of State Employment." *Political Studies*, 28, 364-83.
- Dunleavy, P. 1987. "Class Dealignment Revisited: Why Odds Ratios give odd results." *West European Politics*, 10, 400-19.
- Duverger, Maurice. 1954. *Political Parties, their Organization and Activity in the Modern State*.

- London and New York: Wiley.
- Erickson, R. and J. Goldthorpe. 1992. *The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies*. Oxford: Clarendon.
- Eisenberg, D. and J. Ketcham. 2004. "Economic Voting in U.S. Presidential Elections: Who Blames Whom for What." *Topics in Economic Analysis & Policy*, 4:1, 1-23.
- Erikson, R., M. Mackuen, and J. Stimson. 2000. "Bankers or Peasants Revisited: Economic Expectations and Presidential Approval." *Electoral Studies*, 19, 243-53.
- Evans, G. 2000. "The Continued Significance of Class Voting." *Annual Review of Political Science*, 3, 401-17.
- Evans, G. and R. Anderson. 2006. "The Political Conditioning of Economic Perceptions." *Journal of Politics*, 68, 194-207.
- Evans, G., A. Heath, and C. Payne. 1991. "Modelling Trends in the Class/Party Relationship." *Electoral Studies*, 10, 99-117.
- Evans, J. 2003. *Voters and Voting*. London: Sage Publications.
- Fair, R. 1978. "The Effect of Economic Events on Votes for President." *The Review of Economics and Statistics*, LX:2, 159-73.
- Fair, R. 1996. "The Effect of Economic Events on Votes for President: 1992 Update." Yale University, Cowles Foundation Discussion Papers, 1084.
- Fauvelle-Aimar, C., J. Lafay, and M. Servais. 2000. "The Impact of Turnout on Electoral Choices: an Econometric Analysis of the French Case." *Electoral Studies*, 19, 393-12.
- Feddersen, T. 2004. "Rational Choice Theory and the Paradox of Not Voting." *Journal of Economic Perspectives*, 18:1, 99-112.
- Feddersen, T. and W. Pesendorfer. 1996. "The Swing Voters Curse." *The American Economic Review*, 86:3, 408—24.
- Feddersen, T. and W. Pesendorfer. 1999. "Abstention in Elections with Asymmetric Information and Diverse preferences." *American Political Science Review*, 93:2, 381-98.
- Ferejohn, J. and M. Fiorina. 1974. "The Paradox of Not Voting: A decision-theoretic Analysis." *American Political Science Review*, 68, 525-36.
- Fiorina, M. 1978. "Economic Retrospective Voting in American National Elections: A Micro-Analysis." *American Journal of Political Science*, 22:2, 426-43.
- Fischer, A. 1999. "The Probability of Being Decisive." *Public Choice*, 101, 267–83.
- Fisher, S. 2007. "(Change in) Turnout and (Change in) the Left Share of the Vote." *Electoral Studies*, 26, 598-611.
- Flanagan, S. and R. Dalton. 1990. "Models of Change," in *The West European Party System*. P. Mair ed. New York: Oxford University Press, 232-46.
- Fornos, C., T. Power, and J. Garand. 2004. "Explaining Voter Turnout in Latin America, 1980 to

- 2000." *Comparative Political Studies*, 37:8, 909-40.
- Fowler, J. 2005. "Altruism and Political Participation.", *Paper apresentado na annual meeting of the The Midwest Political Science Association, Palmer House Hilton, Chicago, Illinois, 2005.*
- Franklin, M. 1996. "Electoral Participation," in *Elections and Voting in Global Perspective*. L. Leduc, R. Niemi and P. Norris, eds: Thousand Oaks CA: Sage, 214-33.
- Franklin, M. 2004. *Voter Turnout and the Dynamics of Electoral Competition in Established Democracies Since 1945*. NY: Cambridge University Press.
- Franklin, M., T. Mackie, and H. Valen, eds. 1992. *Electoral Change: Responses to Evolving Social and Attitudinal Structures in Western Countries*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Freire, A. 2001. *Mudança Eleitoral em Portugal: Clivagens, Economia e Voto em Eleições Legislativas, 1983-1999*. Oeiras: Celta Editora.
- Freire, A. 2002. "Realinhamentos eleitorais, 1983-1999: estruturas sociais, economia e voto partidário." *Análise Social*, 162, 121-50.
- Freire, A. 2003. *Pós-materialismo e Comportamentos Políticos: O caso Português em Perspectiva Comparada*. Lisboa: ICS.
- Freire, A. e M. Costa Lobo. 2005. "Economics, ideology and vote: Southern Europe, 1985-2000." *European Journal of Political Research*,:44, 493-518.
- Freire, A. e P. Magalhães. 2002. *A Abstenção Eleitoral em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, A., Lobo M., and P. Magalhães eds. 2004. *Portugal a Votos: As eleições Legislativas de 2002*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Frey, B. S. and F. Schneider. 1978. "An Empirical Study of Politico-Economic Interaction in the United States." *The Review of Economics and Statistics*, 60, 174-84.
- Gant, M. and D. Davies. 1984. "Mental Economy and Voter Rationality: The Informed Citizen Problem in Voting Research." *The Journal of Politics*, 46, 132-53.
- Gerber, A., D. Green, and R. Shachar. 2003. "Voting May Be Habit-Forming: Evidence from a Randomized Field Experiment." *American Journal of Political Science*, 47:3, 540-50.
- Geys, B. 2006. ""Rational" Theories of Voter Turnout: A Review." *Political Studies*, 4, 16-35.
- Geys, B. and B. Heyndels. 2006. "Disentangling the Effects of Political Fragmentation on Voter Turnout: The Flemish Municipal Elections." *Economics and Politics*, 18:3, 367-87.
- Ghirardato, P. and J. Katz. 2006. "Weight of Evidence and Voting Behavior " , *Journal of Public Economic Theory*, 8, 379-99
- Goidel, R. and R. Langley. 1995. "Media Coverage of the Economy and Aggregate Economic Evaluations: Uncovering Evidence of Indirect Media Effects." *Politica Research*

Quarterly, 48, 313-28.

Goodhart, C. and R. Bhansali. 1970. "Political Economy." *Political Studies*, 18, 43-106.

Goodin, R. and K. Roberts. 1975. "The Ethical Voter." *American Political Science Review*, 69, 926-28.

Grilli, V., D. Masciandano, and G. Tabellini. 1991. "Political and Monetary Institutions and Public Financial Policies in Industrial Countries." *Economic Journal*, 101, 341-92.

Grofman, B., C. Collet, and R. Griffin. 1995. "Do Democrats do Better in Higher Turnout Elections?" *Annual Meeting of the Public Choice Society*: Long Beach, California.

Grofman, B., C. Collet, and R. Griffin. 1999. "Rethinking the Partisan Effects of Higher Turnout: So What's the Question?" *Public Choice*, 99, 357-76.

Grossman, B. and E. Helpman. 2001. *Special Interest Politics*. Cambridge: MIT Press.

Gunther, R. and J. Montero. 2001. "The Anchors of Partisanship: A Comparative Analysis of Voting Behavior in Four Southern Democracies," in *Parties, Politics, and Democracy in the New Southern Europe*. N. Diamandouros and R. Ghunter eds. Baltimore: The John Hopkins University Press.

Hansen, S. 1999. "'Life is not Fair': Governors' Job Performance Ratings and State Economies." *Political Research Quarterly*, 52:1, 205-36.

Hardin, R. 2002. "Street-level Epistemology and Democratic Participation." *Journal of Political Philosophy*, 10, 212-29.

Harrington, J. 1993. "Economic Policy, Economic Performance, and Elections." *The American Economic Review*, 83:1, 27-42

Harrop, M. and W. Miller. 1987. *Elections and Voters. A Comparative Introduction*. Basingstoke: Macmillan.

Heath, A., G. Evans, and C. Payne. 1995. "Modelling the Class Party Relationship in Britain. 1964-92." *Journal of the Royal Statistical Society*, 158, 563-74.

Hermens, F. 1941. "Dinâmica da Representação Proporcional," in *Sistemas Eleitorais: O Debate Científico*. M. Braga da Cruz, ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Hibbs, D.A. Jr. 1977. "Political Parties and Macroeconomic Policy" *American Political Science Review*, 71, 1467-87.

Hibbs, D.A. Jr. 1982. "On the Demand for Economic Outcomes: Macroeconomic Outcomes and Mass Political Support in the United States, Great Britain and Germany." *Journal of Politics*, 44, 426-62.

Hibbs, D.A. Jr. and N. Vasilatos. 1981. "Macroeconomic Performance and Mass Political Support in The United States and Great Britain," in *Contemporary Political Economy*. D.A. Jr. Hibbs and H. Fassbender, eds: North-Holland Publishing Company.

Highton, B. and A. Burris. 2002. "New Perspectives on Latino Voter Turnout in the United

- States." *American Politics Research*, 30:3, 285-306.
- Inglehart, R. 1977. "The Nature of Value Change," in *The West European Party System*. P. Mair ed. New York: Oxford University Press, 247-52.
- Inglehart, R. 1990. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart, R. 2008. "Changing Values Among Western Publics from 1970 to 2006." *West European Politics*, 31:1-2, 130-46.
- Jackman, R. 1987. "Political Institutions and Voter Turnout in the Industrial Democracies." *American Journal of Political Science*, 37, 405-23.
- Jackman, R. and R. Miller. 1995. "Voter Turnout in the Industrial Democracies During the 1980s." *Comparative Political Studies*, 27:4, 467-92.
- Jalali, C.. 2004. "As Mesmas Clivagens de Sempre? Velhas Clivagens e Novos Valores no Comportamento Eleitoral Português," in *Portugal a Votos: As Eleições Legislativas de 2002*. A. Freire, M. Costa Lobo e P. Magalhães, eds. Lisboa: ICS, 87-124.
- Jonhston, R. and C. Pattie. 2001. "It's the Economy Stupid- But Which Economy? Geographical Scales, Retrospective Economic Evaluations and Voting at the 1997 British General Election." *Regional Studies*, 35, 309-19.
- Kanazawa, S. 2000. "A New Solution to the Collective Action Problem: The Paradox of Voter Turnout." *American Sociological Review*, 65, 433-42.
- Katosh, J. and M. Traugott. 1982. "Costs and Values in the Calculus of Voting." *American Journal of Political Science*, 26:2, 361-76.
- Key, V. 1966. *The Responsible Electorate*. Cambridge MA: Harvard University Press.
- Kinder, D. and D. Kiewiet. 1978. "Economic Discontent and Political Behavior: The Role of Personal Grievances and Collective Economic Judgments in Congressional Voting." *American Journal of Political Science*, 23, 495-527.
- Kirchgassner, G. 1991. "Economic Conditions and the Popularity of West Germany Parties: Before and After the 1982 Government Change," in *Economics and Politics: The Calculus of Support*. H. Norpoth, M. Lewis-Beck and J. Lafay, eds: Ann Arbor: Michigan University Press.
- Knack, S. 1992. "Civic Norms, Social Sanctions and Voter Turnout." *Rationality and Society*, 3:133-156.
- Knight, K. and M. Marsh. 2002. "Varieties of Election Studies." *Electoral Studies*, 21, 169-87.
- Knutsen, O. 2001. "Social Class, Sector Employment, and Gender as Party Cleavages in the Scandinavian Countries: A Comparative Longitudinal Study, 1970-95." *Scandinavian Political Studies*, 24:4, 311-50.
- Knutsen, O. 2004. "Religious Dominance and Party Choice in Western Europe: A Comparative

- Longitudinal Study from Eight Countries, 1970-97." *International Political Science Review*, 25:1, 97-128.
- Knutsen, O. 2005. "The Impact of Sector Employment on Party Choice: A Comparative Study of Eight West European Countries." *European Journal of Political Research*, 44, 593-621.
- Kone, S. and R. Winters. 1993. "Taxes and Voting: Electoral Retribution in the American States." *Journal of Politics*, 55:1, 22-40.
- Kostadinova, T. 2003. "Voter Turnout Dynamics in Post-Communist Europe." *European Journal of Political Research*, 42:6, 467-92.
- Kramer, G. 1971. "Short-term Fluctuations in U.S. Voting Behavior 1896-1964." *American Political Science Review*, 65, 131-43.
- Laakso, M. and R. Taagepera. 1979. "Effective Number of Parties: A Measure With Application to West Europe." *Comparative Political Studies*, 12, 3-27.
- Lane, J-E. and S. Ersson. 1996. "The Nordic Countries: Contention, Compromise and Corporatism," in *Political Institutions in Europe*. J. Colomer ed. Londres: Routledge, 18-61.
- Lapp, M. 1999. "Incorporating Groups into Rational Choice Explanations of Turnout: An Empirical Test." *Public Choice*, 98, 171-85.
- Larcinese, V. 2009. "Information Acquisition, Ideology and Turnout: Theory and Evidence from Britain." *Journal of Theoretical Politics*, 21:2, 237-76.
- Lau, R. 1985. "Two Explanations for Negative Effects in Political Behavior." *American Journal of Political Science*, 29:1, 119-38.
- Ledyard, J. 1984. "The Pure Theory of Large Two-candidate Elections." *Public Choice*, 44:1, 7-41.
- Leighley, J. 1996. "Group membership and the mobilization of political participation." *Journal of Politics*, 58:2, 447-63.
- Leighley, J. and A. Vedlitz. 1999. "Race Ethnicity, and Political Participation: Competing Models and Contrasting Explanations." *The Journal of Politics*, 61:4, 1092-114.
- Leighley, J. and J. Nagler. 1992. "Individual and systemic influences on turnout: Who votes? 1984." *Journal of Politics*, 45:3, 719-40.
- Leighley, J. and J. Nagler. 2005. "Union Mobilization, Turnout and Class Bias, 1964-2000." *Unpublished Working Paper*.
- Levernier, W. 1992. "A two-stage model of the effect of economic conditions on election outcomes." *Atlantic Economic Journal*, 20:2, 189-96.
- Lewis-Beck, M. 1988. *Economics and Elections: The Major Western Democracies*. Ann Arbor: Michigan University Press.
- Lewis-Beck, M. and B. Lockerbie. 1989. "Economics, Votes, Protests: Western European Cases."

- Comparative Political Studies*, 22, 155–77.
- Lewis-Beck, M. and M. Paldam. 2000. "Economic Voting: An Introduction." *Electoral Studies*, 19, 113-21.
- Lijphart, A. 1994. *Electoral Systems and Party Systems: A Study of Twenty-Seven Democracies, 1945-1990*. New York: Oxford University Press.
- Lijphart, A. 1997. "Unequal Participation: Democracy's Unresolved Dilemma." *American Political Science Review*, 91:1, 1-14.
- Lipset, S. and S. Rokkan. 1967, "Estruturas de Clivagem, Sistemas Partidários e Alinhamentos dos Eleitores," in *Consenso e Conflito*, 1992, S. Lipset, ed. Lisboa: Gradiva, 161-259.
- Lockerbie, B. 1992. "Prospective Voting in Presidential Elections, 1956-1988." *American Politics Quarterly*, 20:3, 308-25.
- Lohmann, S. 1994. "Information Aggregation Through Costly Political Action." *American Economic Review*, 84, 518-30.
- Mackie, T. and R. Rose. 1991. *The international Almanac of Electoral History*. Washington D.C.: Congressional Quarterly Press.
- Mackuen, M., R. Erikson, and J. Stimson. 1991. "Peasants or Bankers? The American Electorate and The U.S. Economy." *American Political Science Review*, 86, 597-611.
- Maddala, G. 1983. *Limited Dependent and Qualitative Variables in Econometrics*. Cambridge UK: Cambridge University Press.
- Markus, G. 1988. "The impact of Personal and National Economic Conditions on the Presidential Vote: a Pooled Cross-Sectional Analysis." *American Journal of Political Science*, 32, 137-54.
- Matsusaka, J. 1995. "Explaining Voter Turnout Patterns: An Information Theory." *Public Choice*, 84, 91-117.
- Matsusaka, J. and F. Palda. 1993. "The Downsian voter meets the ecological fallacy." *Public Choice*, 77:3, 855-78.
- Matsusaka, J. and F. Palda. 1999. "Voter Turnout: How Much Can We Explain?" *Public Choice*, 98, 431-46.
- Mckelvey, R. and P. Ordeshook . 1972. "A General Theory of the Calculus of Voting," in *Mathematical Applications in Political Science VI*. J. Herndon and J. Bernd, eds. Charlottesville: University Press of Virginia.
- Merrill, S. and B. Grofman. 1999. *A unified Theory of Voting: Directional and Proximity Spatial Models*. NY: Cambridge University Press.
- Miguéis, J. e F. Mendes. 2005a. "Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais.", Gráfica Almondina - Torres Novas, Edição dos Autores.
- Miguéis, J. e F. Mendes. 2005b. "Lei Eleitoral para a Assembleia da Republica.", Gráfica

- Almondina - Torres Novas, Edição dos Autores.
- Miguéis, J. e F. Mendes. 2005c. "Lei Eleitoral para o Presidente da Republica", Gráfica Almondina - Torres Novas, Edição dos Autores.
- Mill, J. S. 1861. "Da Democracia Verdadeira e Falsa: Representação de Todos ou Somente da Maioria," in *Sistemas Eleitorais: O Debate Científico*. M. Braga da Cruz, ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Miller, W. and M. Mackie. 1973. "The Electoral Cycle and the Asymmetry of Government and Opposition Popularity: An Alternative Model of the Relationship Between Economic Conditions and Political Popularity." *Political Studies*, 21:3, 263-79.
- Milligan, K., E. Moretti, and P. Oreopoulos. 2004. "Does Education Improve Citizenship? Evidence from The United States and the United Kingdom." *Journal of Public Economics*, 88, 1667-95.
- Mueller, D. 2003. *Public Choice III*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mueller, J. 1970. "Presidential Popularity From Truman to Johnson." *American Political Science Review*, 64, 18-34.
- Mutz, D. and J. Mondak. 1997. "Dimensions of Sociotropic Behavior: Group-based Judgements of Fairness and Well-being." *American Journal of Political Science*, 41, 284-308.
- Nagel, J. and J. McNulty. 1996. "Partisan Effects of Voter Turnout in Senatorial and Gubernatorial Elections." *American Political Science Review*, 90:4, 780-93.
- Nannestad, P. and M. Paldam. 1994. "The VP-function: A Survey of the Literature on Vote and Popularity After 25 Years." *Public Choice*, 79, 213-45.
- Nannestad, P. and M. Paldam. 1997a. "From the Pocketbook of the Welfare Man: a Pooled Cross-section Study of Economic Voting in Denmark." *British Journal of Political Science*, 27, 119-36.
- Nannestad, P. and M. Paldam. 1997b. "The Grievance Asymmetry Revisited: A micro Study of Economic Voting in Denmark, 1986-92." *European Journal of Political Economy*, 13, 81-99.
- Nannestad, P. and M. Paldam. 2000. "What do Voters Know About the Economy? A Study of Danish Data, 1990-1993." *Electoral Studies*, 19, 363-92.
- Nelson, P. 1994. "Voting and Imitative Behaviour." *Economic Inquiry*, XXXII:1, 92-102.
- Nie, N., S. Verba, and J. Petrocik. 1976. *The Changing American Voter*. Cambridge: Harvard University Press.
- Niemi, R. 1976. "Costs of Voting and Nonvoting." *Public Choice*, 27, 115-19.
- Niemi, R., H. Stanley, and R. Vogel. 1995. "State Economies and State Taxes: Do Voters Hold Governors Accountable?" *American Journal of Political Science*, 39:4, 936-57.
- Nordhaus, W. D. 1975. "The Political Business Cycle." *Review of Economic Studies*, XLII, 169-

90.

- Norpoth, H. 2001. "Divided Government and Economic Voting." *Journal of Politics*, 63, 414-35.
- Norris, P. 2004. *Electoral Engineering: Voting rules and Political Behavior*. NY: Cambridge University Press.
- Ordeshook, P. and L. Zeng. 1997. "Rational Voters and Strategic Voting." *Journal of Theoretical Politics*, 9:2, 167-87.
- Owen, G. and B. Grofman. 1984. "To Vote or Not to Vote: The Paradox of Nonvoting." *Public Choice*, 41:1, 311-25.
- Pacek, A. and B. Radcliff. 1995. "Turnout and the Vote for Left-of-center Parties: A Cross-national Analysis." *British Journal of Political Science*, 25, 137-43.
- Paldam, M. 1991. "How Robust is the Vote Function?," in *Economics and Politics: The Calculus of Support*. H. Norpoth, M. Lewis-Beck and J. Lafay, eds. Ann Arbor: Michigan University Press, 9-32.
- Paldam, M. 2003. "Are Vote and Popularity Functions Economically Correct?," in *Encyclopedia of Public Choice*. F. Schneider and C. Rowley, eds. Edward Elgar, 49-59.
- Palfrey, T. and H. Rosenthal. 1983. "A Strategic Calculus of Voting." *Public Choice*, 41:1, 7-53.
- Palfrey, T. and H. Rosenthal. 1985. "Voter Participation and Strategic Uncertainty." *American Political Science Review*, 79, 62-78.
- Pasquino, G. 2005. *Sistemas Políticos Comparados*. Lisboa: Principia.
- Pattie, C. and R. Johnston. 1995. "'It's Not Like that Round Here': Region, Economic Evaluations and Voting at the 1992 British General election." *European Journal of Political Research*, 28, 1-32.
- Pattie, C. and R. Johnston. 2001. "Routes to Party Choice: Ideology, Economic Evaluations and Voting at the 1997 British General Election." *European Journal of Political Research*, 39, 373-89.
- Peltzman, S. 1987. "Economic Conditions and Gubernatorial Elections." *American Economic Review*, 77:2, 293-97.
- Peltzman, S. 1992. "Voters as Fiscal Conservatives." *Quarterly Journal of Economics*, CVII:2, 327-61.
- Perea, E. 2002. "Individual Characteristics, Institutional Incentives and Electoral Abstention in Western Europe." *European Journal of Political Research*, 41, 643-73.
- Pérez-Linán, A. 2001. "Neoinstitutional Accounts of Voter Turnout: Moving Beyond Industrial Democracies." *Electoral Studies*, 20, 281-97.
- Peterson, S. 1992. "Church Participation and Political Participation." *American Politics Quarterly*, 20:1, 123-39.

- Plutzer, E. 2002. "Becoming a Habitual Voter: Inertia, Resources, and Growth in Young Adulthood." *American Political Science Review*, 96:1, 41-56.
- Powell, G. 1986. "American Voter Turnout in Comparative Perspective." *American Political Science Review*, 80:1, 17-43.
- Powell, G. and G. Whitten. 1993. "A Cross-national Analysis of Economic Voting: Taking Account of the Political Context." *American Journal of Political Science*, 37, 391-414.
- Price, S. and D. Sanders. 1994. "Party Support and Economic Perceptions in the UK: A two-level Approach," in *British Elections and Parties Yearbook 1994*. Brouhton et. al., eds. London: Frank Cass, pp. 46-72.
- Radcliff, B. 1992. "The Welfare State, Turnout, and the Economy: A Comparative Analysis." *American Political Science Review*, 86:2, 444-54.
- Radcliff, B. 1994. "Turnout and the Democratic Vote." *American Politics Quarterly*, 22, 259-76.
- Radcliff, B. 1996. "Turnout and The Economy." *Comparative Political Studies*, 29:6, 718-23.
- Radcliff, B. 2001. "Organized labor and electoral participation in American national elections." *Journal of labor research*, 22:2, 405 -14.
- Radcliff, B. and P. Davis. 2000. "Labor Organization and Electoral Participation in Industrial Democracies." *American Journal of Political Science*, 44:1, 132-41.
- Rae, D. 1967. *The Political Consequences of Electoral laws*. New Haven: Yale University Press.
- Rattinger, H. 1981. "Unemployment and the 1976 Election in Germany: Some Findings at the Aggregate and the Individual Level of Analysis," in *Contemporary Political Economy*. D.A. Jr. Hibbs and H. Fassbender, eds. North-Holland Publishing Company, 121-136.
- Rattinger, H. 1991. "Unemployment and Elections in West Germany," in *Economics and Politics: The Calculus of Support*. H. Norpoth, M. Lewis-Beck and J. Lafay, eds. Ann Arbor: Michigan University Press. 49-63
- Reed, W and J. Cho. 1998. "A Comparison of Prospective and Retrospective Voting With Heterogeneous Politicians." *Public Choice*, 96, 93-116.
- Remmer, K. and F. Gélineau. 2003. "Subnational Electoral Choice. Economic and Referendum Voting in Argentina 1983-1999." *Comparative Political Studies*, 36:7, 801-21.
- Riker, W. and P. Ordeshook . 1968. "A Theory of the Calculus of Voting," *American Political Science Review* 62:1, 25-42.
- Rogoff, K. and A. Sibert. 1988. "Elections and Macroeconomic Policy Cycles." *Review of Economic Studies*, LV:1, 1-16.
- Rokkan, S. 1970. *Citizens, Elections, Parties: Approaches to the Comparative Study of the Processes of Development*. New York: McKay.
- Rose, R. and D. Urwin. 1969. "Social Cohesion, Political Parties and Strains in Regimes." *Comparative Political Studies*, 2:1, 7-67.

- Rosenstone, S. 1982. "Economic Adversity and Voter Turnout." *American Journal of Political Science*, 26:1, 25-46.
- Rotemberg, J. 2008. "Attitude-Dependent Altruism, Turnout and Voting." *NBER Working Papers*, 14302.
- Rudolph, T. 2003. "Institutional Context and the Assignment of Political Responsibility." *Journal of Politics*, 65, 190-215.
- Sanders, D. 2000. "The Real Economy and the Perceived Economy in Popularity Functions: How Much do Voters Need to Know? A Study of British Data, 1974-97." *Electoral Studies*, 19, 275-94.
- Sanders, D. and N. Gavin. 2004. "Television News, Economic Perceptions and Political Preferences in Britain, 1997-2001." *Journal of Politics*, 66, 1245-66.
- Sartori, G. 1986. "A Influência dos Sistemas Eleitorais: Leis Defeituosas ou Defeitos Metodológicos," in *Sistemas Eleitorais: O Debate Científico*. M. Braga da Cruz, ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Schram, A. 1992. "Testing Economic Theories of Voter Behaviour Using Micro-data." *Applied Economics*, 24, 419-28.
- Schram, A. and J. Sonnemans. 1996. "Why People Vote: Experimental Evidence." *Journal of Economic Psychology*, 17, 417-42.
- Schuessler, A. 2000. "Expressive Voting." *Rationality and Society*, 12:1, 87-119.
- Sieg, G. and C. Schuls. 1995. "Evolutionary Dynamics in the Voting Game." *Public Choice*, 85, 157-72.
- Squire, P. and C. Fastnow. 1994. "Comparing Gubernatorial and Senatorial Elections." *Political Research Quarterly*, 47:3, 705-20.
- STAPE, 2001. "Perfil do Autarca", STAPE
- Stigler, G. 1973. "General Economic Conditions and National Elections." *The American Economic Review*, 63:2, 160-67.
- Strate, J., C. Parrish, C. Elder, and C. Ford. 1989. "Life Span Civic Development and Voting Participation." *The American Political Science Review*, 83:2, 443-64.
- Strumpf, K. and J. Phillipe. 1999. "Estimating Presidential Elections: The Importance of State Fixed Effects and the Role of National Versus Local Information." *Economics and Politics*, 11, 33-50.
- Swank, O. 1990. "Presidential Popularity and Reputation." *De Economist*, 139:2, 168-79.
- Swank, O. 1993. "Popularity Functions Based on Partisan Theory." *Public Choice*, 75, 339-56.
- Swank, O. and R. Eisinga. 1999. "Economic Outcomes and Voting Behaviour in a Multi-Party System: An Application to the Netherlands." *Public Choice*, 101, 195-213.
- Taagepera, R. and M. Shugart. 1989. "A Conceção dos Sistemas Eleitorais," in *Sistemas*

Eleitorais: O Debate Científico. M. Braga da Cruz, ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Teixeira, R. 1992. *The Disappearing American Voter*. Washington DC: Brookings.

Thomassen, J. 1994. "Introduction: The Intellectual History of Election Studies." *European Journal of Political Research*, 25:3, 239-46.

Uhlener, C. 1989. "Rational Turnout: The Neglected Role of Groups." *American Journal of Political Science*, 33:2, 390-422.

Veiga, F. and L. Veiga. 2004a. "The Determinants of Vote Intentions in Portugal." *Public Choice*, 118, 341-64.

Veiga, F. and L. Veiga. 2004b. "Popularity Functions, Partisan Effects, and Support in Parliament." *Economics & Politics*, 16:1, 101-15.

Veiga, F. and L. Veiga. 2008. "The Impact of Local and National Conditions on Legislative Elections Results." *Applied Economics* (aceite para publicação e disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/00036840701736107>).

Veiga, L. 1998. "Popularity Functions for the Portuguese Prime Minister, Government, Parliament and President." *European Journal of Political Research*, 33, 347-61.

Veiga, L. and F. Veiga. 2007a. "Political Business Cycles at the Municipal Level." *Public Choice*, 131, 45-64.

Veiga, L. and F. Veiga. 2007b. "Political Business Cycles at the Municipal Level." *Public Choice*, 131, 45-64.

Viegas, J. and S. Faria. 2004. "A Abstenção nas Eleições Legislativas de 2002," in *Portugal a Votos: As eleições Legislativas de 2002*. A. Freire, Lobo M. e P. Magalhães eds. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. 221-59.

Weatherford, S. 1978. "Economic Conditions and Electoral Outcomes: Class Differences in the Political Response to Recession." *American Journal of Political Science*, 22, 917-38.

Weisberg, H. 1987. "The Demographics of a New Voting Gap: Marital differences in American Voting." *Public Opinion Quarterly*, 51, 335-43.

Whitten, G. and H. Palmer. 1999. "Cross-National Analyses of Economic Voting." *Electoral Studies*, 18, 46-67.

Wilcox, C. and L. Gomez. 1990. "The Christian Right and the Pro-Life Movement: An Analysis of the Sources of Political Support." *Review of Religious Research*, 31:4, 380-89.

Wooldridge, J. 2002. *Econometric Analysis of Cross-Section and Panel Data*. Cambridge Massachusetts: MIT Press.

Wooldridge, J. 2003. *Introductory Econometrics: A Modern Approach*. South Western Publishers.